COLÉGIO ESTADUAL JÚLIO NERONE
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

CAMPO LARGO
2011

COLÉGIO ESTADUAL JÚLIO NERONE
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
Av.: Bom Jesus- Bom Jesus nº 1316 - Campo Largo- Paraná
CEP: 83.640-390 – Fone/fax - 41 3292-2893
e-mail: clgjulionerone@seed.pr.gov.br

APRESENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico, faz-se necessário para nortear o trabalho do Colégio Estadual "Júlio Nerone" - Ensino Fundamental e Médio, se constitui nos fundamentos legais, conceituais, filosóficos, ideológicos metodológicos e operacionais das práticas pedagógicas, o mesmo fundamenta e dá base ao processo ensino – aprendizagem sendo via de acesso ao conhecimento.

O Projeto Político Pedagógico expressa os princípios que fundamentam e organizam toda a prática pedagógica através das quais são subsidiadas as decisões, a condução das ações a curto, médio e longo prazo dos programas desenvolvidos no estabelecimento do ensino, os impactos deste sobre o processo de ensino aprendizagem, bem como a análise e avaliação de seus resultados.

Devemos investir num ensino de qualidade que priorize a cidadania garantindo o espaço de participação, a cultura valorizando a diversidade cultural e os saberes científicos acadêmicos e populares, também uma educação que valorize a vida, a criatividade, contribuindo no processo de humanização o desenvolvimento do ser como um todo.

Além de ensinar, informar e formar, conforme o que está proposto no currículo, temos de enfatizar o relacionamento, a afetividade, e isto não se faz por decretos ou leis, este ideal só é possível quando optamos pela formação integral do educando, que o torne um ser solidário, consciente, responsável, participativo e autônomo.

A elaboração do Projeto contou com a participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. O Colégio propiciou momentos de estudos de diversos textos, análise e reflexões da prática educativa, para que o Projeto Político Pedagógico assegure a efetivação das ações pedagógicas contidas nesta Proposta.

A proposta Pedagógica Curricular, parte integrante do Projeto Político Pedagógico, se constitui em um documento que fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo. Nela se expressam os fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada disciplina da Matriz Curricular, bem como os conteúdos de ensino nelas dispostos de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais por níveis e modalidades.

A finalidade da Proposta Pedagógica Curricular é dosar e sequenciar os conteúdos bem como a definição de formas pedagógicas, tendo em vista a apropriação do conhecimento científico.

A Proposta Pedagógica Curricular está fundamentada nas teorias críticas e organizado de forma disciplinar, considerando as dimensões científicas, filosóficas e artísticas, bem como os saberes acadêmicos nas diferentes formas e abordagens, embasados nos mesmos princípios epistemológicos e cognitivos, sendo que estes organizam a relação do conhecimento com as orientações para a vida como prática social, servindo inclusive para organizar o saber escolar.

A valorização e o aprofundamento dos conhecimentos organizados nas diferentes disciplinas escolares, são condições para se estabelecerem as relações interdisciplinares e a contextualização dos conhecimentos. A interdisciplinaridade está relacionada ao conceito de contextualização sócio-histórica como princípio integrador do currículo.

A Proposta Pedagógica Curricular e as Diretrizes Curriculares Estaduais são subsídios para a elaboração do Plano de Trabalho Docente representando assim a operacionalização das ações que foram planejadas no Projeto Político Pedagógico.
Assim estará contribuindo na socialização e apropriação do conhecimento, para que educador e educando cumpram seu papel na sociedade de forma ética, eficiente e produtiva.

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

COLÉGIO ESTADUAL JÚLIO NERONE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.
Código: 01244
ENDEREÇO: Av.: Bom Jesus- Bom Jesus, nº 1316 - Campo Largo- Paraná.
CEP: 83.640-390 Fone/fax - 41 3292-2893

e-mail: clgjulionerone@seed.pr.gov.br
Site:www.clgjulionerone.seed.pr.gov.br
Dependência Administrativa: Estadual.
NRE: Área Metropolitana Sul
Entidade Mantenedora: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Ato de autorização do Estabelecimento:
Resolução nº 258 / 98 de 29 / 01 / 98
Ato de Reconhecimento do Estabelecimento:
Resolução nº 1174 /04 de 11 / 05 / 04
Ato de Renovação do Reconhecimento do Curso de Ensino Fundamental :
Resolução nº 4277 / 09 de 05 / 02 /10
Ato de Renovação do Reconhecimento do Curso de Ensino Médio :
Resolução nº 4276 / 09 de 05 / 02 /10
Ato Administrativo do NRE de Aprovação do Regimento Escolar: nº 25/09 de 11/01/2009

ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR

CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS

A organização das turmas segue o critério da heterogeneidade, pois recebe na mesma turma alunos de ambos os sexos, diferentes faixas etárias e respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem, considera-se que na diversidade é que se constrói a riqueza da aprendizagem.

Turno de Funcionamento: Manhã
Modalidade de Ensino : Curso 4000 – Ensino Fundamental 6º Ano ao 9º Ano.
Horário: 7h e 30min às 11h e 50min
Turmas: 4
Nº de Alunos: 134 alunos

Modalidade de Ensino : Curso 0009 – Ensino Médio.
Turmas: 4

Nº de Alunos: 125 alunos

Turno de Funcionamento: Tarde
Modalidade de Ensino : Curso 4000 – Ensino Fundamental 6º Anoao 9º Ano.
Horário: 13h às 17h e 20 min
Turmas: 8
Nº de Alunos: 233

Turno de Funcionamento: Noite
Modalidade de Ensino : Curso 0009 – Ensino Médio
Horário: 19 h às 23 h e 10 min
Turmas: 3
Nº de Alunos: 80 alunos

Sala de Recursos: Altas Habilidades
Turno de Funcionamento: manhã
Horário: 7h e30min às 11h e 45 min
Turmas: Obs. Não tem professor (2011)
Nº de Alunos:

Sala de Recursos: Dificuldades de Aprendizagem
Turno de Funcionamento: Tarde
Horário: 13h às 17h e 20min
Turmas: 02
Nº de alunos: 20
Total de alunos das Salas de Recursos: 20

Modalidade de Ensino: Curso 7000 – CELEM
Turno de Funcionamento: Intermediário
Dias de Funcionamento: 4ª Feira e 6ª Feira
Horário:17h 20Min às 19 h
Nº de Alunos:29 alunos

Total: Turmas 20 / Alunos 601

SERVIDORES EM EXERCÍCIO NO ESTABELECIMENTO

Nome	Função	Formação
Adriana de Fátima Durau	Professora	Letras
Adriana de Fátima Garrett	Diretora Auxiliar Professora	História
Anderson Bonnet	Professor	Ed. Física
Alessandra Cristina H. da Silva	Bibliotecária	Biologia
Andréa Cristina da Silva Santana	Professora	História/Ens.Relig
Ângela Regina Missio	Professora	Arte
Ângela Maria Scopel Bonatto	Equipe Pedagógica	Pedagogia
Carolina Scapin Moenik	Professora	Ciências
Cledes Ferreira da Costa	Professor	Letras
Cleonice Aparecida B. R. de Souza	Professora	Letras/Espanhol
Deibimar dos santos	Professora	História
Dirlei Ferrira Longato	Professora	Matemática
Divonei Antônio Venâncio	Bibliotecário	Ensino Médio
DulcinéiaKempner	Professora	Matemática
Éder Turesso	Adm Local	Ensino Médio
Edilson Fila Portella	Professor	Matemática
Eduardo Antonio Ramos Silva	Professor	Sociologia
Eliane Legeski M. de Jesus	Professora	Letras / Inglês
Eneli Aparecida F. Batistel	Professora	Letras/Espanhol
Fábio Pitarello	Professor	Ed. Física
Gessy de Souza	Professor	Filosofia
Ilda dos Santos	Agente Educacional I	Ens. Fundamental
Ilda Maria Ferreira Lopes	Agente Educacional I	Ens. Fundamental
Iracema Alves de D. Santana	Agente Educacional I	Ens. Fundamental
Janete Eli Weber Okraska	Professora	Matemática
Janisley Alves de Matos	Professora	Licença Médica
Jocira Terezinha S. de Souza	Professora	Arte
Joel da Silva	Professor	História
Juliane Garcia	Professora	Ed. Física
Juraci Fialkoski	Professora	Arte
Karina Neves da Costa	Téc. Administrativo	Direito
Larisse Cristine Stoco	Professora	Ciências
Laudelina da P. F. de L. de Paula	Agente Educacional I	Ens. Fundamental
Leocádio Gomes da Costa	Professor	Física
Luciane Aparecida da Silva	Professora	Letras
Lucilia Margareth Gadens Braga	Equipe Pedagógica	Pedagogia
Lucimara Silva	Professora	Biologia/Ciências
Márcio José Ukoski	Professor	Sociologia
Marcos M. Johansen de Moura	Professor	Ciências
Margareth Ap. B. Proença	Professora	Ens.Religioso
Maria Lúcia Gadens Portela	Professora	Química/Ciências
Maria Santilia R. de Moura	Agente Educacional I	Ensino Médio
Marineia Souza de Paula	Professora	Matemática
Mauro Márcio Rodak	Professor	Educação Física
Michelle Magaton	Professora	Química

Midian de Assis Bast	Professora	Química
Nilton Cézar Santana	Diretor	Letras / Literatura
Odete do Carmo Fabricio da Silva	Professora	Geografia
Ronaldo Xavier Machado	Bibliotecário	Ensino Médio
Rosemari Bassani Benato	Equipe Pedagógica	Pedagogia
Sebastião Valter Fernandes	Professor	Geografia
Sérgio Santana	Secretário	Gestão Pública
Simone de Matos	Professora	Ciências
Soeli do Rocio C. Camillo	Agente Educacional I	Ensino Médio
Vera Lúcia Portella de Brito	Agente Educacional I	Ens. Fundamental
Washington Oliveira de Souza	Professor	Geografia

OBJETIVO GERAL

O Ensino Fundamental e Médio do Colégio Estadual “Júlio Nerone” tem por objetivo, proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades para a qualificação do trabalho e do exercício pleno da cidadania, de forma crítica, responsável, consciente e autônoma, onde ele seja capaz de interagir na sociedade em que vive, praticando no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e justiça, respeitando o outro e fazendo respeitar–se, aplicando o conhecimento científico à realidade em que vive, levando-o a auto-realização.

O Colégio tem como finalidade proporcionar um ensino de qualidade, oferecendo ao educando um aprendizado condizente com suas necessidades, desenvolvendo atitudes de investigação e pesquisa, oportunizando ao educando momentos de estudo, abrindo espaço para que haja maior participação do mesmo na elaboração de seu conhecimento, elevando o índice de aprovação e permanência na escola.

Para que isso aconteça é necessário oferecer condições de ações pedagógicas entre a escola, a família e a comunidade efetivando a interação entre as mesmas, contando com o envolvimento de toda comunidade escolar: Conselho de Classe, APMF, Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, para apoiar, propor e discutir todas as ações discentes e docentes, tendo em vista a valorização da educação voltada para a melhoria da qualidade de ensino. Aos profissionais é oferecido a oportunidade de formação continuada por meio de estudos nas Horas

Atividades, capacitações ofertadas pela SEED e outros cursos que são proporcionados na área educacional.

Criando assim, um ambiente agradável e favorável à auto-realização, desenvolvendo a consciência crítica, observando os princípios de igualdade, justiça e participação para que cada educando se torne transformador da sociedade.

MARCO SITUACIONAL

HISTÓRICO DO COLÉGIO ESTADUAL JÚLIO NERONE

Com a estadualização, conforme a Resolução 258/98 de 29/01/98 a Escola Estadual Júlio Nerone foi criada e autorizada o seu funcionamento com oferta do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série de forma simultânea.

A Resolução 849 de 20/03/98 autorizou o funcionamento do Ensino Médio, com implantação gradativa em decorrência a Escola passa a denominar-se Colégio Estadual Júlio Nerone Ensino Fundamental e Médio. E foi reconhecido pela Resolução 1783/04 de 29/06/04.

Em 2005 foi promulgada a primeira lei específica do Ensino Fundamental de nove anos a lei 11.114/05 que altera o Art. 6º da LDB, tornando obrigatório a matrícula de criança de seis anos de idade no Ensino Fundamental. Enquanto esta lei modifica a idade de ingresso neste nível de ensino, a lei 11.274/06 trata da duração do Ensino Fundamental, ampliando para nove anos com marícula obrigatória aos seis.

Diante da responsabilidade de elaborar normas para a implantação do Ensino Fundamental de nove anos no Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Educação expediu a deliberação 03/06 promulgada em 05/07/2006. Na sequência foram publicadas deliberações complementares (a deliberação nº5/06, a 02/07 e a 03/07 que normatiza o processo de implantação).

Em 2012 o ensino Fundamental de nove anos será implantado simultaneamente.

O prédio é de propriedade da Prefeitura Municipal de Campo Largo, a qual cedeu parte das dependências da Escola Monsenhor Ivo Zanlorenzi - Ensino Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª à 4ª série, a partir de 07/01/98 para o funcionamento do Colégio Estadual Júlio Nerone, que tem como mantenedora o

Governo do Estado do Paraná, e conta com apoio da Associação de Pais e Mestres que foi declarada de Utilidade Pública conforme a Lei 1.330 de 12 de maio de 1998, hoje denominada Associação de Pais, Mestres e Funcionários.

O Colégio recebeu este nome em homenagem póstuma ao Sr. Júlio Nerone que nasceu no dia 7 de junho de 1905 e faleceu em 10 de junho de 1985.

Foi um homem empreendedor, dinâmico, excelente administrador.

Em Campo Largo ocupou os cargos de Delegado, Chefe de Gabinete e Secretário de obras da Prefeitura.

Sempre colocou muito amor em tudo o que fez. Sua vida sempre foi pautada na dignidade e honestidade, conquistando assim muitos amigos.

CARACTERÍSTICA DO ESTABELECIMENTO

Colégio Estadual Júlio Nerone, Ensino Fundamental e Médio está localizado na Avenida Bom Jesus, sem número, no Bairro Bom Jesus, CEP: 83604-390, no município de Campo Largo - Estado do Paraná, com telefone (041) 3392-2893, e-mail: clgjulionerone@seed.pr.gov.br .

Site: www.clgjulionerone.seed.pr.gov.br

O terreno onde se encontra o prédio do Colégio foi cedido pela Prefeitura Municipal de Campo Largo, para o funcionamento do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série e Ensino Médio. O ensino Fundamental de 5ª a 8ª série da Escola Municipal Mons. Ivo Zanlorenzi, a partir de 07/01/98 com a estadualização passou a denominar-se Colégio Estadual Júlio Nerone - Ensino Fundamental e Médio, que ocupa uma área de 8.776m², sendo que 1.490m² construída, subdividida em 4 blocos.

Bloco 1: com 6 salas de aula, área coberta, 2 banheiros, 2 salas, sendo 1 para armazenar a merenda das duas escolas e a outra almoxarifado da Escola Municipal Ivo Zanlorenzi e a cozinha de uso comum.

Bloco 2**:** com 6 salas de aula, sendo: 1 laboratório de Química e 1 de Informática, 3 salas de aula utilizado pelo Colégio Estadual Júlio Nerone. Uma sala de aula e 2 salas menores de uso da Escola Monsenhor “Ivo Zanlorenzi”, sendo uma para equipe pedagógica e a outra classe especial.

Bloco 3: com 6 salas de aula, 3 banheiros, sendo um adaptado para alunos com necessidades especiais, utilizados pelo Colégio Estadual Júlio Nerone.

Bloco 4: composto pela administração: biblioteca e sala de recurso, sendo que esta foi instalada junto à biblioteca por falta de espaço físico, sala dos professores, 2 banheiros de uso comum pelas 2 escolas. A sala da Direção, Equipe Pedagógica do Colégio “Júlio Nerone”, uma sala que é usada para a Direção da Escola Municipal “Monsenhor Ivo Zanlorenzi”, outra sala é de uso em comum por ambas as escolas.

RECURSOS MATERIAIS/DIDÁTICOS

01 -Conjunto de movimento cinemática e dinâmica
01 -Conjunto de termologia
01 -Leis de ohm
01 -Conjuntos de óticas e ondas
01 -Microscópio estereoscópio
01 -Torso humano bissexual m85 cm
01 -Olho
01 -Esqueleto
36 -Monitores / terminal Laboratório de Informática.
05 -Computadores Paraná Digital Laboratório de Informática.
08 - Computadores Proinfo Laboratório de Informática.
04 -Impressoras a laser
03 -Impressoras matricial
02 -Impressora jato de tinta
35 -Cadeira giratória
02 -Estante
01 -Receptor de sinais de TV via satélite
01 -Antena parabólica
09 -TV 29 pol. tela plana ent. USB
09 -Rack para tv 29'
05 -Estante de aço c/07 prateleiras
02 -Carteira do aluno fde/3 verde
02 -Conjunto cart/cad. mod. fde/4

02 -Cadeira fde/3 verde
10 -Carteira escolar estrutura tubular verde
04 -Conjunto cart/cad. mod. fde/4
04 -Conjunto esc.fde tam. 04-proem
01 -Cadeira tub.ass/enc.pol
02 -Mesa de leit./biblioteca-proem
01- Quimica,física e biologia c/61
01- Freezer 300 litros - PLC
01- Cadeira de roda p/ deficientes
01- Carteira esc.deficiente físico
01- Freezer 400 litros - PLC
01- Batedeira semi-ind.12lts.funde
05- Mesa de leitura e biblioteca
01- Televisor a cores 21" - fundef
01- Vídeo cassete 5 cabecas-fundef
01- Cadeira estofada fixa c-1
01 -Sofá
01 -Televisor a cores
02 -Vídeo cassete
20 -Cadeira estofada sem braco
01 -Armário de aço
02 -Escrivaninha
01 -Armário de madeira
01 -Televisor 20"
01 -Maquina fotográfica digital
01 -Caixa amplificador
01 -No-break
03 -Monitor para microcomputador
03 -Estabilizador de voltagem
01 -Arquivo de aço 4 gavetas
01 -Radio gravador
01 –Radio
03 -Globos
01- Escâner

01-Aparelho de Fax
05 -Mesas para computador
06- Computadores
02 -Impressoras matriciais
03- Cadeiras para escritório
01- Caixa amplificada
03- Televisões coloridas
04- Vídeos cassetes
01- Rádio CD player
01- Máquina copiadora Sharp
01- Lavadora de alta pressão
01- Aparelho de DVD

BIBLIOTECA CEJUNE – 2010

Livros diversos:
01 – Atlas do Brasil
01 – Tradição e cultura cozinha quilombola
01 – Coletânea Ciências humanas
01 – Diretrizes Curriculares V 1
01 – Diretrizes Curriculares V 2

Materiais diversos:

01 – Conjunto de sólidos geométricos
04 – Kit Pancake conjunto com 5
01 – Rolo TNT Branco com 50 m
01 – Rolo TNT Preto com 50 m
40 – Flautas doce
01 – Relógio didático
02 – Conjuntos de sólidos geométricos
02 – Tangram de madeira
08 – Jogos Alfabeto Silábico
06 – Jogos Domino associação de idéias

06 – Jogos Vamos Formar Palavras

06 – Jogos de frequência lógica

20 – Fantoches família branca

10 – Jogos de memória antônimos

01 – Conjunto de barras de medidas

01 – Blocos lógicos em madeira

02 – Conjuntos números e sinais

02 – Dominós educativo subtração

02 – Dominós educativo multiplicação

02 – Escalas cuisenaire

02 – Conjuntos Dourado

02 – Conjuntos de réguas numéricas

Acervo disponível – Biblioteca CEJUNE

Classificação	Quantidade
Literatura da Língua Portuguesa	1016
Literatura Estrangeira	237
Literatura Infanto-juvenil	1342
Hist. /Bio. Per. /Lendas/Folclore – do Brasil	170
Historia do Paraná	94
Biblioteca do Professor	270
Livros Paradidáticos	10

Dicionário completo de Espanhol	04
Enciclopédias	40
Geografia	35
Biologia	14
Língua Portuguesa	09
Química	11
Arte	18
Arte	18
Física	01
Matemática	02
Historia	87

DVDs / Atlas	Quantidade
TV Escola	99
Cosmos	05
Atlas	10
Mata Atlântica	01
Atlas Biologia	39
Tabela Periódica	15

ESTRUTURA DO CURSO

Com a estadualização, conforme a Resolução 258/93 de 05/03/98, o Colégio Estadual Júlio Nerone foi criado e autorizado a funcionar com oferta do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série de forma simultânea.

Tem por finalidade a atender ao disposto nas Constituições Estadual e Federal – LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Resolução 849 de 20/03/98 autorizou o funcionamento do Ensino Médio, com implantação gradativa, em decorrência a Escola passa a denominar-se Colégio Estadual Júlio Nerone Ensino Fundamental e Médio. E foi reconhecido pela Resolução 1783/04 de 29/06/04.

O Ensino Médio será ministrado de forma seriada, e terá duração de 3 anos. No período noturno o Curso terá carga de 800h para cada série e 200 dias letivos. A carga horária total do Curso será de 2880 horas relógio ou 2400 horas aula.

No período diurno o Curso terá duração de 800h e 200 dias letivos para cada série, totalizando 2880 horas relógio ou 2400 Ha.

O Ensino Fundamental será ministrado de forma seriada e terá duração de 4 anos.

O Curso terá a carga horária de 800h para cada série e 200 dias letivos. A carga horária total do Curso será de 3840 horas relógio ou 3200 Ha.

Em 2012 o ensino Fundamental de nove anos será implantado simultaneamente, conforme a lei 11.274/06 que trata da duração do Ensino Fundamental, ampliando para nove anos com marícula obrigatória aos seis.

A Sala de Recursos Dificuldades de Aprendizagem e Altas Habilidades/Superdotação, SRAH/SD, está organizada sem seriação e neste ano letivo de 2011 não funcionou por falta de professor especilalizado nas áreas.

A Instrução Nº19/2008 – SUED/SEED regulamenta os Critérios pa Implantação e Fundamentação do CELEM.

A Resolução Secretarial Nº3904/2008, que regulamenta a oferta do cuso nos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas CELEM.

O Curso Básico de Língua Estrangeira Moderna – Inglês ofertado pelo CELEM terá a duração de 02 (dois) anos, com carga horária anual de 160 (cento e sessenta) horas/aula, perfazendo um total de 320 (trezentos e vinte) horas/aulas.

A Carga horária semanal do Curso do CELEM será de 04(quatro) horas/aula de 50(cinquenta) minutos, distribuídos em 02(dois) dias.

MATRIZ CURRICULAR – ANO LETIVO 2012

Estabelecimento: JULIO NERONE, C E - E FUND MEDIO									
Curso: ENS.DE 1 GR-REGULAR 5/8 SERIE						Turno: M/T			
Ano de Implantação: 2012 SIMULTÂNEA						Módulo: 40 semanas			
Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
						6º	7º	8º	9º
0301-CIENCIAS	BNC					3	3	4	4
0704-ARTE	BNC					2	2	2	2
0601-EDUCACAO FISICA	BNC					2	2	2	2
7502-ENSINO RELIGIOSO *****	BNC					1	1		
0401-GEOGRAFIA	BNC					4	4	3	3
0501-HISTORIA	BNC					3	3	4	4
0106-LINGUA PORTUGUESA	BNC					4	4	4	4
0201-MATEMATICA	BNC					4	4	4	4
1107-L.E.M.-INGLES	PD					2	2	2	2
Carga Horária Total						24	24	25	25
Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96.									
*** Opcional para o aluno e não computada na carga horária da matriz curricular.**									
BNC=BASE NACIONAL COMUM	PD=PARTE DIVERSIFICADA								

Estabelecimento: JULIO NERONE, C E - E FUND MEDIO									
Curso: ENSINO MEDIO								Turno: M/N	
Ano de Implantação: 2012 - SIMULTÂNEA								Módulo: 40 semanas	
Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
0704-ARTE	BNC	2	2						
1001-BIOLOGIA	BNC	2	2	2					
0601-EDUCACAO FISICA	BNC	2	2	2					
2201-FILOSOFIA	BNC	2	2	2					
0901-FISICA	BNC	2	2	2					
0401-GEOGRAFIA	BNC	2	2	2					
0501-HISTORIA	BNC	2	2	2					
0106-LINGUA PORTUGUESA	BNC	3	3	4					
0201-MATEMATICA	BNC	2	2	3					
0801-QUIMICA	BNC	2	2	2					
2301-SOCIOLOGIA	BNC	2	2	2					
1108-L.E.M.-ESPANHOL	PD	2	2	2					
Carga Horária Total		25	25	25					
7000 -CELEM – L.E.M. INGLÊS		04 h.a. semanais							
Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96.									
BNC=BASE NACIONAL COMUM	PD=PARTE DIVERSIFICADA								

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Caracterização Socioeconômica e Cultural do Alunado Escolar

Conforme dados obtidos e analisados observou-se que os alunos deste Colégio possui uma boa estrutura familiar, pois 71% moram com os pais, 13% moram apenas com as mães, 8% moram com mãe e padrasto, ou pai e madrasta, 7% moram com avós, tios, esposo ou esposa e 1% moram somente com o pai.

A grande maioria mora em casa própria, algumas sem a estrutura necessária para uma boa qualidade de vida.

Constatou-se que a maioria dos educandos de Ensino Fundamental e Médio provêm de famílias com rendimento salarial de 3 a 4 salários mínimos, observou-se que os alunos do período da tarde são de famílias com um poder aquisitivo menos favorecido entre 1 e 2 salários. Percebe-se que a taxa de desemprego diminuiu nestes últimos 3 anos, pois a maioria dos pais trabalha em algum lugar.

No Ensino Médio noturno 56% estão empregados o que tem ocasionado a desistência de vários alunos, por não conseguirem conciliar o emprego com os estudos, e outros estão à procura de algum trabalho, e quando empregados ganham salário mínimo, o que contribui na renda familiar.

As profissões dos pais e dos alunos são diversificadas, entre elas encontram-se em primeiro lugar aparece a profissão de operário que trabalham em diversas fábricas e a seguir vêm motoristas, pedreiros, mecânicos, serventes, autônomos e aposentados. A maioria das mães são do lar, algumas empregadas domésticas, diaristas, operárias e cozinheiras.

Quanto ao grau de instrução dos pais 50% cursaram apenas o Ensino Fundamental incompleto de 1ª a 4ª série, sendo que 25% cursaram o Ensino Fundamental completo, 20% cursaram o Ensino Médio e 5% não têm grau de instrução algum. Isto acarreta entraves na comunicação, por não lerem os comunicados da escola, não podendo acompanhar e orientar seus filhos devidamente.

Nos momentos de lazer assistem TV, fazem passeios e praticam algum tipo de atividade esportiva, são poucos os que têm acesso a outras atividades culturais e que cultivam o hábito de leitura, seja de livros, revistas ou jornais.

É grande a porcentagem de alunos que vêm ao Colégio a pé, por volta de 75% e 25% necessitam de transporte escolar, isto significa que a maioria mora aos redores do Colégio.

De um modo geral os educandos deste Colégio possuem uma boa saúde. O que mais chamou atenção foi o fato de que muitos têm algum tipo de alergia, embora não usem nenhum medicamento, ocorrem também outros problemas de saúde, tais como: visão, fala, nervos.

Quanto a aprendizagem e comportamento alguns apresentam algum tipo de dificuldades como: hiperatividade, coordenação motora (3 alunos) e dificuldade de aprendizagem, o que requer um atendimento especializado, para atender os casos que necessitam deste atendimento foi criada a Sala de Recursos Dificuldades de

Aprendizagem e também foi criada a Sala de Recursos Altas Habilidades / Super dotação para atender os alunos com altas habilidades.

No ano letivo de 2011 a Sala de Recursos Altas Habilidades / superdotação não funcionou por falta de professor especializado. E o atendimento na Sala de Recusos Dificuldades de Aprendizagem só começou em setembro deste referido ano.

ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

CONTRADIÇÕES CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Na prática pedagógica, busca-se a concretização do Projeto Político Pedagógico deste Colégio, a fim de garantir a unidade de trabalho baseada nos princípios pedagógicos e filosóficos que norteiam o Projeto, no entanto, pela rotatividade e formação dos professores, percebe-se que há dificuldades em realizar o que está proposto.

É de fundamental importância respeitar a caminhada do professor na busca da construção e reconstrução de sua prática e se faz necessário enfrentar e trabalhar as contradições que se apresentam no grupo.

A prática de todos os envolvidos requer um aperfeiçoamento contínuo que o Colégio deverá proporcionar pela formação continuada de toda comunidade escolar, em que refletirá na melhoria da prática pedagógica, pela articulação dialética entre as ações, objetivos e a mediação do trabalho docente.

Sabemos que a mudança não acontece de uma hora para outra, é importante uma base crítica entre educadores, alunos, pais, etc. Com novas práticas acontecerá a construção da Escola desejada, e consequentemente a transformação de sua realidade.

A busca de mudanças, e de novas práticas concretas, exige clareza das finalidades, com espaço de trabalho coletivo, condições de trabalho e uma educação democrática.

O Colégio vem realizando um trabalho educativo e conta com o apoio e a integração da direção, equipe pedagógica, funcionários, pais e professores para propiciar aos alunos uma aprendizagem significativa, permitindo um clima agradável, positivo, seguro e favorável ao desenvolvimento.

A Escola propicia um espaço de reflexão constante e coletiva sobre a prática pedagógica. A maioria dos professores estão habilitados na área em que atuam, mas devido à rotatividade do quadro é necessário uma contínua formação para conhecimento do alunado escolar e dos pressupostos que fundamentam a Proposta Pedagógica deste Colégio.

Portanto, os educadores estão em contínuo aperfeiçoamento, em reunião pedagógica e na formação continuada no início de cada período letivo. em cursos, palestras, estudos pedagógicos, contam também com a hora atividade para a organização e planejamento de suas ações pedagógicas**,** sendo que 25% conforme é previsto em lei é destinado a estudos que contribuem para formação continuada, o que reflete na prática educativa.

ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE: PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 em seus artigos 13 e 67, garantem vinte e cinco por cento da carga horária do professor para a hora – atividade.

Sendo que em nosso Estado a Lei 13807 de 30/09/2002 no seu art 1º prevê 20% da jornada de trabalho para todos os professores em efetiva regência de classe em estabelecimento de ensino da rede pública estadual, considerando a jornada do cargo efetivo, das aulas extraordinárias e das aulas pelo regime CLT.

Art.3º A hora-atividade é o período em que o professor desempenha funções da docência, reservado a estudos, planejamento, reunião pedagógica, atendimento à comunidade escolar, preparação de aulas, avaliação de alunos e outras correlatas, devendo ser cumprida integralmente no local de exercício.

A hora-atividade neste Colégio está organizada de modo a possibilitar a reunião dos professores para a realização de estudos, reflexões e planejamento das atividades docentes, bem como ao atendimento de alunos e pais. No entanto, a maior dificuldade é reunir os professores da mesma disciplina devido à organização do horário.

A formação continuada dos professores está prevista em 25% da hora-atividade para estudo de vários temas conforme necessidade apresentada na prática

pedagógica, que será feito por meio de leituras, vídeos realizados individualmente ou coletivamente sob a orientação da equipe pedagógica.

RELAÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA -PROFESSORES - FUNCIONÁRIOS - PEDAGOGOS –ALUNOS – DIRETOR - PAIS

É necessário assegurar a importância e o desenvolvimento dos papéis de todos os funcionários deste Colégio. São todos essenciais para concretização dos objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico.

Os professores são responsáveis pela mediação do conhecimento científico e histórico-social, eles dominam os fundamentos explicativos dos objetos de conhecimento e da prática pedagógica, viabilizando métodos e estratégias mais pertinentes para o processo ensino-aprendizagem, desenvolvendo procedimentos que viabilizem a apropriação destes conhecimentos.

Os outros funcionários têm um papel fundamental em todo o processo educativo, onde o resultado não depende apenas da sala de aula, mas de tudo o que acontece no cotidiano da escola.

Conta-se com o apoio do Agente Educacional I, além da manutenção da infraestrutura escolar, a preservação do meio ambiente escolar, a preparação da alimentação escolar, cabe também, agir como educador na construção de hábitos de preservação e manutenção do meio físico, do meio ambiente e do patrimônio escolar e atuar como educador junto à comunidade escolar, mediando e dialogando sobre as questões de higiene, lixo e poluição de forma a contribuir na construção de bons hábitos alimentares e ambientais.

Ao Agente Educacional II cabe a realização das atividades administrativas e de secretaria e a operação de multimeios escolares, também agir como educador buscando a ampliação do conhecimento do educando, facilitada pelo uso dos recursos disponíveis na escola mediando o uso dos recursos pedagógicos e tecnológicos na prática escolar.

O pedagogo responde pela mediação, organização, integração e articulação do trabalho pedagógico. Portanto, dará suporte teórico-metodológico ao trabalho docente com relação aos aspectos da prática pedagógica que ocorre neste Colégio.

A Equipe pedagógica garantirá a efetivação do Projeto Político Pedagógico para que cumpra sua função política pedagógica e social.

A gestão é democrática, pois todos os segmentos escolares e comunitários definem e deliberam de forma socializada sobre as prioridades e diretrizes desta Escola que se destina a toda a sociedade.

É importante que se garanta a formação continuada aos profissionais e as condições necessárias para a efetiva relação no trabalho, e recursos que permitam boas condições de trabalho aos professores, diretores e funcionários em geral e um envolvimento contínuo com os pais, onde deverão ser levantadas as necessidades da Escola para um planejamento participativo.

Toda esta responsabilidade exige condições ideais de trabalho, preparo e bom senso.

A partir desta prática é que acontecerá a melhoria da qualidade do trabalho de todos os profissionais envolvidos na Escola, que deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e da participação coletiva.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão Escolar deste Colégio está embasada nos princípios do artigo 14 da LDBEN nº 9394/96, que afirma que a escola definirá sua gestão democrática e essa autonomia da escola seguirá o princípio de participação dos profissionais de educação e da comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

trabalho da gestão escolar é complexo, necessita de conhecimentos básicos e sua aplicação deve ser para melhorar as condições da escola e do ensino.

A autonomia é o fundamento da concepção democrática participativa, que embasa o Projeto Político Pedagógico, para que o poder de decisão relacionado aos objetivos, formas de organização e administração financeira está a cargo dos envolvidos.

Cada escola pode traçar seu próprio caminho com objetivo de ser uma instância educadora, espaço de trabalho coletivo e aprendizagem. A gestão democrática não pode ficar restrita ao discurso. Deve estar a serviço do ensino, especialmente da qualidade cognitiva dos processos de ensino e aprendizagem.

Portanto a participação da comunidade escolar tem papel fundamental nos processos de decisão.

A gestão democrática participativa valoriza o desenvolvimento pessoal, a qualificação profissional e a competência técnica. A gestão do trabalho exige constante aperfeiçoamento profissional, político, científico e pedagógico de toda equipe.

Portanto cabe ao diretor, equipe pedagógica, professores, agentes educacionais I e II, pais e/ou responsáveis fortalecer o trabalho coletivo no intuito de organizar uma escola voltada ao processo de ensino e aprendizagem, superando a visão fragmentada de escola e sociedade.

Para administrar um colégio é preciso ter conhecimento da realidade e estar em constante observação e avaliação, tanto da parte administrativa como da pedagógica e primar por uma relação humana embasada no respeito e tato humano.

ANÁLISE DOS DADOS ESTATÍSTICOS DO COLÉGIO ANO: 2008/2009.

RENDIMENTO / MOVIMENTO ESCOLAR			
Ensino – 2008	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Fundamental	85,70%	10,50%	4,10%
Médio	75,40%	13,20%	11,30%
Ensino – 2009	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Fundamental	87,80%	10,90%	1,20%
Médio	75,6	14,30%	10,00%
Ensino – 2010	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Fundamental			
Médio			

Segundo os resultados de aprovação, reprovação do ano letivo de 2008 e 2009, considera-se que há efetivação da aprendizagem, contudo, trabalha-se para que ocorra um índice menor de reprovação e consequentemente a melhoria da aprendizagem.

A preocupação maior conforme os dados estatísticos é com as desistências dos alunos do Ensino Noturno, devido ao número de alunos que trabalham, pois não

conseguem conciliar o trabalho com o estudo. Segundo a pesquisa sobre Evasão Escolar no Ensino Médio Noturno realizada pela pedagoga Lucilia Margareth Gadens Braga, professora PDE 2008, constatou que há outros fatores que interferem nas desistências dos alunos deste período como: o índice maior de desistência é devido ao trabalho, porém aparecem outros fatores que contribuem para o abandono dos estudos, a questão de gênero; a aluna quando casa acaba desistindo pela gravidez, ou pelos filhos ou simplesmente porque casou, fatores pedagógicos como fracasso escolar, quando não conseguem acompanhar os estudos acabam desistindo, relação professor/aluno, aluno/aluno, aluno/escola, violência e drogas.

O Colégio oportuniza aos professores e alunos momentos diferenciados de estudos e trabalhos com objetivo de amenizar o índice de evasão escolar.

Desta forma o Projeto Político Pedagógico reflete as necessidades e aspirações, de toda comunidade escolar.

O IDEB também é uma forma de análise e interpretação dos dados educacionais da Escola, tendo como parâmetros os dados do Paraná e Brasil.

IDEB:

Colégio Estadual Júlio Nerone										
2005	2007	2009	PROJEÇÕES							
N X P	N X P	N X P	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4,2	4 0	4,5	4,2	4,4	4,6	5 0	5,4	5,6	5,9	6,1
Paraná										
2005	2007	2009	PROJEÇÕES							
N X P	N X P	N X P	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3,3	4 0	4,1	3,5	3,8						
Brasil										
2005	2007	2009	PROJEÇÕES							
N X P	N X P	N X P	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3,3	3,6	3,8	3,5	3,8						

CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO BOM JESUS

O Bairro Bom Jesus é um dos bairros mais populosos da cidade. Situa-se ao norte da Sede do Município.

Possui várias atividades socioeconômicas, que contribuem para o desenvolvimento e sua autossuficiência.

No campo religioso há um grande número de igrejas, resultando numa diversidade de crenças. Percebe-se, porém, a predominância da religião católica e a existência da Paróquia do Senhor Bom Jesus.

No setor educacional, temos a Escola Municipal Monsenhor Ivo Zanlorenzi - Ensino de Educação Infantil e Fundamental de 1º ao 6º ano, contando também com o Colégio Estadual Júlio Nerone, onde funciona Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano e Ensino Médio.

Na área econômica temos diversidade, como: indústrias de móveis, porcelanas rústicas e finas, cerâmicas, exploração de minérios, postos de gasolina, transportadoras, panificadoras, mercados, bares, açougues, lojas de materiais para construção, lojas de roupas e calçados, casas de frutas, pizzarias e restaurantes que oferecem trabalho aos moradores da comunidade.

No setor de saúde temos duas Farmácias e o Centro Médico Hospitalar.

A população pode contar com cinco caixas automáticos bancários sendo, Itaú, Bradesco e Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco 24 horas situados no Supermercado SÃO JOSÉ.

O nível sócio econômico da maioria da população classifica-se como médio.

Para conseguir sua autonomia, o bairro precisa que sejam desenvolvidos muitos projetos para a solução de seus problemas, como a construção de creches, agências bancárias, quadras de esportes e áreas para lazer atendendo assim, as necessidades das famílias.

MARCO CONCEITUAL

FILOSOFIA

Os princípios filosóficos do Colégio Estadual Júlio Nerone - Ensino Fundamental e Médio, estão embasados, numa concepção Filosófica “Materialismo

Histórico – dialético e nos princípios pedagógicos "Interacionista" que tem por finalidade mediar o desenvolvimento do educando por meio da interação social".

A sociedade hoje é marcada pelo grande desenvolvimento tecnológico, pela grande quantidade de informação, essas tecnologias trazem benefícios e mudanças na forma de vida dos cidadãos, mas também provoca a desigualdade social, pois o crescimento econômico e a expansão do poder sociopolítico não se desenvolvem na mesma velocidade, portanto isto requer estudo e reflexão para transformar a informação em conhecimento.

Obter efetivamente o conhecimento é de alguma forma, apropriar-se de práticas humanas sintetizadas nesses conhecimentos um processo de humanização, que vai da ação a compreensão e da compreensão a ação, até a síntese, que une teoria e prática, proporcionando o momento para análise crítica, que levam do saber ao engajamento político. Deve-se investir num ensino de qualidade e também numa educação que priorize a vida, a criatividade, o espaço de participação.

O Ensino Fundamental e Médio, quanto ao aspecto pedagógico filosófico e sociológico, que dá base ao processo ensino-aprendizagem, está fundamentado nos princípios éticos, políticos e estéticos que inspiram a Constituição e a LDB.

Portanto a educação proposta tem por finalidade desenvolver no educando a liberdade, responsabilidade, solidariedade humana, justiça, verdade, respeito mútuo e diálogo, por meio de práticas humanas sintetizadas nos conhecimentos, e procura resgatar, criar e aperfeiçoar os valores na formação integral do educando, incorporando instrumentos culturais para a transformação social.

Com o objetivo de que o aluno possa exercer a sua cidadania, consciente de suas potencialidades, responsabilidades e direitos, fazendo uso do senso crítico, sendo capaz de raciocinar, discernir, refletir sobre as situações decorrentes do dia-a-dia, optar e agir de forma autônoma buscando a resolução dos seus problemas, visando seu próprio desenvolvimento e a transformação do meio social em que atua, fazendo sua história.

A escola como parte integrante de um todo social e agente de transformação, deve garantir um bom ensino pela apropriação dos conteúdos básicos sistematizados de forma organizada e unificados, favorecendo o acesso à cultura, despertando o gosto pelo conhecimento, estabelecendo uma direção, uma

intencionalidade, garantindo igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A contribuição específica da escola nesse processo de formação ocorre pela mediação dos conteúdos científicos, possibilitando a passagem do conhecimento comum para o elaborado, que servirá como instrumento de compreensão da realidade social para uma atuação consciente, crítica e democrática, visando a transformação da realidade em que vive.

CONCEPÇÃO EDUCACIONAL

As concepções e tendências da educação apresentam características próprias e fundamentam-se em um ideário construído frente a problemas e necessidades postas pelo contexto histórico-social e político do tempo em que foram produzidas. Assim podemos dizer que a pedagogia se delineia a partir de uma posição filosófica definida, e que serve a um determinado momento do contexto histórico, mas que é permanentemente superada pelo próprio movimento da construção da existência humana.

As concepções pedagógicas revelam em suas teorias o papel da educação na sociedade, percebendo-a como transformadora ou reprodutora da sociedade.
Conhecer as diversas tendências teóricas que pretenderam dar conta da compreensão e da orientação da prática educacional em diversos momentos e circunstâncias da história humana é abrir a possibilidade para que o educador possa situar-se teoricamente sobre suas opções, articulando-se e auto definindo-se.

Essas referências permitem dimensionar no tempo o desenvolvimento da educação, e dá espaço para que frente ao nosso tempo, à nossa realidade social/política e às nossas necessidades.

Os princípios filosóficos e pedagógicos do Colégio Estadual Júlio Nerone estão embasados na Pedagogia Progressista - “Tendência Histórico Crítica” que norteiam os conhecimentos teóricos, filosóficos e psicopedagógicos, visando uma educação que possibilita a compreensão da realidade histórico-social e explica o papel do sujeito construtor e transformador dessa mesma realidade, que vem atender a atual necessidade do ensino / aprendizagem permitindo a interação dos

conteúdos e a realidade concreta, permitindo uma visão dialética da história, ação-reflexão-ação.

Tendo esta concepção como referencial a educação, prioriza-se uma educação de qualidade, que forme cidadãos capazes de participarem da vida socioeconômica, cultural e política, baseada nos princípios éticos, políticos e estéticos. Pautada na vivência coletiva e nas relações interpessoais constituídas pela autonomia, responsabilidade, liberdade e solidariedade, o respeito à ordem e a democracia pelo cumprimento dos direitos e deveres de forma responsável e crítica entre os alunos, comunidade e sociedade.

A reflexão coletiva favorece o diálogo e leva o aluno a expressar-se de forma criativa despertando a sensibilidade para criar e apreciar as manifestações culturais de todos os povos.

Desta Forma, colabora-se na construção de uma sociedade justa, democrática, menos agressiva, menos violenta e mais solidária e humana, para que possam participar, fazendo valer seus direitos e deveres com valores éticos prevalecendo à igualdade entre todos.

Valoriza-se a cultura presente na vida social do aluno, inserida num contexto global, que busque a tradição cultural de cada grupo, de seus valores, suas trajetórias, suas experiências e seus saberes, que conviva harmoniosamente em um pluralismo de ideias, presentes nos livros, cinema, teatro, música, dança, arte, linguagem, pois as experiências com essas produções levam o ser humano a valorizar a sua cultua e respeitar a diversidade cultural.

Busca-se uma escola participativa, transformadora autônoma e emancipadora, que não seja excludente, que trabalhe as diversidades culturais, comprometidas com a qualidade, isto implica em esforço coletivo e participativo, para que possa criar mecanismos de participação de todos no processo de tomada de decisão. Que ela seja um espaço social responsável pela apropriação do saber universal, entendendo a apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão da realidade social. Propiciando assim, uma estrutura adequada, atuação crítica e democrática, onde crianças, jovens e adultos descubram a paixão pelo conhecimento para que possam transformar o meio em que vive.

Nesta concepção de ensino prioriza-se saberes que são importantes para realidade social e cultural do aluno, pois o aluno tem consigo o saber informal, ou

seja, conceitos pré-formados e com base nisto é que se apropriará do conhecimento científico incorporados pela humanidade, que se dará de forma “Técnica ou formal”, que são instrumentos, métodos e técnicas a serem desenvolvidas e “Política”, que visa a participação, onde envolva fins, valores e conteúdos. O ensino-aprendizagem se dará por meio de problematizações, discussões, debates, leituras, aulas dialogadas, trabalhos individuais, em grupo, elaboração de sínteses, contextualização dos conteúdos e interdisciplinaridade.

Desta forma, assegure-se a posse do conhecimento científico inserido num plano social e cultural, buscando assim, um conhecimento que incorpore as diferenças combatendo as desigualdades, que transforme, liberte, desenvolva a capacidade de interação entre os processos afetivos, de conhecimentos e linguagens, que leve a capacidade de raciocinar e criticar, ou seja, que o aluno se torne protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas, tornando-se um cidadão em plenitude.

A avaliação deverá ser elaborada de acordo com a realidade do aluno, para que busque e compreenda criticamente as causas de existência de problemas, proponha alternativas e tenha compromisso com os resultados da própria organização do trabalho pedagógico, que seja um ato dinâmico e contínuo, prevalecendo os aspectos qualitativos, independente de uma “nota”, e dê subsídios para análise do processo educacional como um todo. Também direcionará as ações dos educadores e dos educandos dentro de um processo coletivo, para que resulte no diagnóstico, onde tornará possível a visualização dos novos pontos a serem trabalhados para atingir o objetivo inicial proposto no Projeto Político Pedagógico que é o conhecimento.

O professor é a autoridade competente que direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento.

O papel principal do professor é fazer com que os alunos se apropriem dos conteúdos, ligando-os com a experiência concreta, ele age como mediador entre o aluno e o conhecimento, propiciando condições para trocas de informações, pois o aluno participa da busca da verdade no confronto com os conteúdos apresentados pelo professor.

Portanto, a relação entre toda comunidade escolar será democrática, solidária e participativa, por meio da interação e articulação de todos os envolvidos no processo educativo, de forma autônoma, com liberdade e responsabilidade, que

possibilite a reflexão coletiva, o respeito e a autocrítica, com o objetivo de formar um cidadão crítico, participativo, responsável, criativo, onde o ser humano tenha capacidade de avaliar, de compreender, de escolher, de decidir e, finalmente de intervir no mundo, com capacidade de participarem na vida socioeconômica, cultural e política.

Teóricos que representam a “Pedagogia Progressista Histórico Crítica”, Demerval Saviani, Jamil Cury, Gaudêncio Frigotto, Luiz Carlos de Freitas, Acácia Zeneida Kuenzer, José Carlos Libâneo, Marx, Gramsci, Gsnyders, M. Manacorda, Makarenko e Suchodolski

Psicologia: Corrente Sócio-histórica, Vigotski, Lúria, Leontiev e Wallon.

PAPEL DA ESCOLA

A Escola tem por função principal o ato de ensinar, primando por uma Educação de qualidade que priorize a vida, a criatividade, a autonomia e o espaço de participação, fundamentada nos valores de liberdade, igualdade, responsabilidade, solidariedade humana, justiça, verdade, respeito mútuo e diálogo, com o intuito de ensinar, educar e assegurar a apropriação do conhecimento científico para formar um cidadão com capacidade de avaliar, compreender, escolher, decidir e intervir no meio em que vive, participando da vida sócioeconômica, cultural e política, contribuindo no processo da humanização do aluno.

A Escola é responsável pela transmissão do saber sistematizado e historicamente acumulado por todos(as), necessário ao processo de tomada de consciência à emancipação e à formação do cidadão, tendo como referência as necessidades dos sujeitos e a produção de sua cultura.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Conforme LDB, “O Ensino Fundamental e Médio tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento do educando

o elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania".

Texto da Lei nº 9.394 / 96.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º - Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º - A educação escolar deverá vincular – se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

Art. 1º A presente Resolução define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica.

TÍTULO I

OBJETIVOS

Art. 2º Estas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica têm por objetivos:Vincular a Educação ao mundo do trabalho e à prática social;

- Compreender os significados;
- Ser capaz de continuar aprendendo;
- Preparar-se para o trabalho e o exercício da cidadania;
- Ter autonomia intelectual e pensamento crítico;
- Ter flexibilidade para adaptar-se as novas condições de ocupação;
- Compreender os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos;

Relacionar a teoria com a prática;

I - sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III - orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam.

Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para as etapas e modalidades da Educação Básica devem evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça e sustentabilidade.

O Art. 3º da Lei nº 9.394 / 96, foi substituído, conforme Resolução Nº 4 de 13/07/10, que diz:

TÍTULO II

REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

Art. 4º – As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios de:

I. igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência na escola e sucesso na escola;
II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
IV. respeito à liberdade e aos direitos;
V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII. valorização do profissional da educação escolar;
VIII. gestão democrática do ensino público, na forma da legislação dos sistemas e das normas dos respectivos sistemas de ensino;
IX. garantia de padrão de qualidade;
X. valorização da experiência extraescolar;
XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 5º - A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão.

Art. 6º - Na Educação Básica, é necessário considerar as dimensões do *educar* e do *cuidar*, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana.

TÍTULO IV

ACESSO E PERMANÊNCIA PARA A CONQUISTA DA QUALIDADE SOCIAL

Art. 8º - A garantia de padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, resulta na qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo.

TÍTULO VII

Elementos constitutivos para a organização das diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica.

Art.42 – São elementos constitutivos para a operacionalização destas Diretrizes o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar; o sistema de avaliação; a Gestão Democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.

CAPÍTULO I
O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O REGIMENTO ESCOLAR

Art. 43 – O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.

§ 1º- A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.

§ 2º – Cabe à escola, considerada sua identidade e de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político pedagógico com os planos de educação - nacional, estadual, municipal -, o contexto em que a escola que se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.

§ 3º – A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais

que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da Educação Básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO PEDAGÓGICA

A situação do atual sistema educacional brasileiro reflete o que vem ocorrendo ao longo da história na conjuntura social e política do país, com uma realidade baseada na ideologia do sistema capitalista.

Observa-se pouco comprometimento político com a educação desde a falta de condições materiais e humanas adequadas e má distribuição de verbas, se tornando deste modo uma forma de seleção social.

O avanço tecnológico trouxe também a expansão dos meios de comunicação possibilitando dessa forma uma enorme quantidade de informações, mas ocorre que a nossa cultura hoje está sendo suficientemente valorizada, evidenciando a importância cada vez maior da escola enquanto espaço para transformar essas informações em conhecimento que levam a crítica socialização e humanização.

Colégio Estadual Júlio Nerone - Ensino Fundamental e Médio, visa uma educação com ideias de uma sociedade solidária no anseio de construir um mundo melhor com embasamento em valores como: justiça, verdade e respeito. Procura formar um homem com espírito crítico e autônomo, capaz de estabelecer relações construtivas consigo mesmo e com o outro, usando o conhecimento a imaginação, a intuição, a criatividade para encontrar alternativas que contribuam para o bem da humanidade, exercendo sua cidadania.

Assim, a função primordial do nosso Colégio no processo de formação do educando, é garantir a formação do mesmo, tanto em conhecimento, quanto em valores, aprendendo os conceitos fatos e princípios, que se referem à construção ativa das capacidades intelectuais para operar com símbolos, signos, ideias, imagens que permitam representar a realidade, assim como saber fazer, que envolve tomar decisões e realizar uma série de ações, de forma ordenada e não aleatória, para atingir uma meta. Estes conteúdos fazem parte das Diretrizes Curriculares e sempre estão presentes na prática de ensino, pois realizar uma

pesquisa, desenvolver um experimento, fazer um resumo, construir maquete, são proposições de ações presentes na sala de aula. Saber valorizar e respeitar as normas, valores e atitudes que permeiam todo conhecimento escolar. Tendo este Colégio um contexto socializador, gerador de atitudes relativas ao conhecimento, ao professor, aos colegas, às disciplinas, às tarefas, e à sociedade.

Portanto, o papel do professor é de articulador e mediador, entre o senso comum e o conhecimento científico, contextualizando os conteúdos, ajudando as novas gerações a atribuírem um sentido ao mundo em que vivem, podendo ajudá-los a entenderem as relações que estabelecem e as que estão submetidos, intervindo e criando novas perspectivas de vida.

FUNDAMENTOS DO CONHECIMENTO DA APRENDIZAGEM.

O educando torna-se um ser social, à medida que, vive e sobrevive socialmente articulado com o conjunto dos seres humanos, de gerações passadas, presentes e futuras formas práticas, social e histórica. A ação humana exercida coletivamente sobre a natureza possibilita o ser humano compreender e descobrir o seu próprio modo de agir. Ele age sobre o meio ambiente, natural e social e ao mesmo tempo reflete a sua ação para entender seu modo de agir e a seguir volta à ação, instrumentalizando por entendimento mais avançados e assim sucessivamente.

O processo de desenvolvimento do ser humano caracteriza-se por ser contínuo, estendendo-se por toda vida do indivíduo, é um processo integrado que abrange todos os aspectos da vida humana, físico, emocional, cognitivo e social, no qual diversas funções são formadas, podendo desenvolver várias formas de comportamento, mas aprende e utiliza somente as formas de ação que existirem em seu meio.

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA ARTICULADO À CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Afirmar que a infância é um conceito construído historicamente significa compreender que esta é uma condição da criança, é uma fase de vida distinta da adulta, (KUHLMANN, 1998). Este autor reconhece que a infância é resultado de derminações sociais mais amplas do âmbito político, econômico, social, histórico e cultural e no contexto da praxis pedagógica a criança emite opiniões e desejos de acordo com as experiências forjadas nos diferentes grupos socias e de classe social a qual pertence.

A concepção de infância e de desenvolvimento infantil como construção histórica foi uma das grandes contribuições dos estudos de VYGOSTSKY (2007) que, ao analisar o desenvolvimento humano privilegia a interação social na formação da inteligência e das características essencialmente humanas. É, portanto "a partir de sua inserção num dado contexto cultural, de sua interação com membros de seu grupo e de sua participação em práticas sociais históricamente construídas que a criança incorpora ativamente as formas de comportamento já consolidadas na hexperiência humana."

De acordo com VYGOTSKY a criança, desde os primeiros momentos de sua existência, estabelece relações com o grupo ao qual pertence e o ambiente em que vive sempre de forma mediada. Desta maneira, a aprendizagem e o desenvolvimento são dois processos distintos, porém, indissociáveis. Portanto, na medida em que a criança aprende, ela se desenvolve, ou seja, humaniza-se.

A cada momento do seu desenvolvimento a criança estabelece uma forma peculiar e específica de relação com o mundo. Essa forma é caracterizada por certo tipo de atividade por meio da qual a criança entre em contato com as pessoas, os objetos, com tudo o que a cerca. Isto se refere ao conceito de atividade principal que vai servir de base para o estabelecimento de períodos do desenvolvimento infantil na teoria de Vigotsky, complementada por Leontiev e Elkonin.

A atividade principal caracteriza-se por ser aquela cujo desenvolvimento governa as mudanças mais importantes nos processos psíquicos e nos traços psicológicos da criança, em certo estágio de seu desenvolvimento (DAVIDOV, 1998, p. 65). É aquela em conexão com a qual ocorre as mais importantes mudanças no desenvolvimento psicológico da criança e dentro da qual se desenvolve processos psíquicos, que preparam o caminho da transição da criança para um novo e mais elevado nível de desenvolvimento, a ciência está no cotidiano de qualquer classe social, pois está na cultura, na tecnologia, nos modos de pensar da sociedade de

nossos dias. Toda criança detém, então, um conhecimento que está contido na teoria científica que se lhe pretende ensinar (DAVIDOV, 1998, p 122).

Os estudos de VYGOTSKY (2007) indicam que é importante analisar criticamente o contexto social, a fim de compreender com q ue criança se está trabalhando, quais suas necessidades e como possibilitar que todas as crianças se apropriem dos conteúdos organizados no currículo escolar. Isso significa, por exemplo, que, se vivemos numa sociedade letrada, espera-se que todas as pessoas, na idade socialmente reconhecida como adequada, tenham asseguradas as condições para apropriar deste conhecimento.

Para a maioria dos estudiosos do desenvolvimento humano, ser adolescente é viver um período de mudanças físicas, cognitivas e sociais.

Nos estudos de Ana Mercês Bahia Bock sobre A adolescência como construção social, descreve a adolescência numa perspectiva Socio-Histórica.

Segundo Leontiev, psicólogo soviético, em seu texto “OHomem e a Cultura”, apresenta com clareza estas idéias. “Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe aindaprecisoadquirir o que foi alcançado no decurso dodesenvolvimento histórico pela sociedade humana”(Leontiev,1978, p.267).

A adolescência na perspectiva sócio-histórica

A adolescência não é vista aqui como uma fase natural do desenvolvimento e uma etapa natural entre a vida adulta e a infância. A adolescência é vista como uma construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento. É um momento significado, interpretado e construído pelos homens. Estão associadas a ela marcas do desenvolvimento do corpo. Essas marcas constituem também a adolescência enquanto fenômeno social, mas o fato de existirem enquanto marcas do corpo não deve fazer da adolescência um fato natural.

A abordagem sócio-histórica, ao estudar a adolescência, não faz a pergunta “o que é a adolescência”, mas, “como se constituiu historicamente este período do desenvolvimento”. Isto porque para esta abordagem, só é possível compreender qualquer fato a partir da sua inserção na totalidade, na qual este fato foi produzido, totalidade essa que o constitui e lhe dá sentido. Responder o que é a adolescência implica em buscar compreender sua gênese histórica e seu desenvolvimento.

Na visão sócio-histórica, utilizada como referência, o Homem é visto como um ser histórico, isto é, um ser constituído no seu movimento e ao longo do tempo, pelas relações sociais, pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade. Um ser que tem características forjadas pelo tempo, pela sociedade e pelas relações, imerso nas relações e na cultura das quais retira suas possibilidades de ser e suas impossibilidades. Um homem que está situado no tempo histórico e que terá sua constituição psíquica determinada por essa condição. A relação indivíduo/sociedade é vista como uma relação dialética, na qual um constitui o outro. O homem se constrói ao construir sua realidade. A sociedade passa a ser imprescindível para a compreensão da forma de se apresentar do homem; do humano. Não se pode conhecer o humano se não for pela sua relação com as formas de vida e as relações sociais. O próprio fenômeno psicológico é histórico, permitindo que se entenda o que está aí como padrão, como algo mutável, resultante de um determinado padrão de relações e de critérios dominantes que respondem a interesses sociais de imposição de uma determinada visão de saúde.

O fenômeno psicológico deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social. O fenômeno deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem. A linguagem é mediação para a internalização da objetividade, permitindo a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade. O mundo psicológico é um mundo em relação dialética com o mundo social. Conhecer o fenômeno psicológico significa conhecer a expressão subjetiva de um mundo objetivo/coletivo; um fenômeno que se constitui em um processo de conversão do social em individual; de construção interna dos elementos e atividades do mundo externo. Conhecê-lo desta forma significa retirá-lo de um campo abstrato e idealista e dar a ele uma base material vigorosa. Permite ainda que se supere definitivamente visões metafísicas do fenômeno psicológico que o conceberam como algo súbito, algo que surge no homem, ou melhor, algo que já estava lá, em estado embrionário, e que se atualiza com o amadurecimento humano.

BOCK, em sua pesquisa cita Adélia Clímaco (1991), que traz em seus estudos vários fatores sociais-econômicos e culturais que nos possibilitam compreender como surgiu a adolescência.

A sociedade moderna, com suas revoluções industriais, gerou grandes modificações nas formas de vida. Com as revoluções industriais, o trabalho se sofisticou, do ponto de vista tecnológico e passou a exigir um tempo prolongado de formação, adquirida na escola, reunindo em um mesmo espaço os jovens e afastando-os do trabalho por algum tempo. Além disso, o desemprego crônico/estrutural da sociedade capitalista trouxe a exigência de retardar o ingresso dos jovens no mercado e aumentar os requisitos para este ingresso, o que era respondido pelo aumento do tempo na escola.

A ciência, por outro lado, resolveu muitos problemas do homem e ele teve a sua vida prolongada, o que trouxe desafios para a sociedade, em termos de mercado de trabalho e formas de sobrevivência. Estavam dadas as condições para que se mantivesse a criança mais tempo sob a tutela dos pais, sem ingressar no mercado de trabalho. Mantê-las na escola foi a solução. A extensão do período escolar e o conseqüente distanciamento dos pais e da família e a aproximação de um grupo de iguais foram conseqüências destas exigências sociais. A sociedade então assiste à criação de um novo grupo social com padrão coletivo de comportamento -a juventude/a adolescência.

A adolescência se refere, assim, a esse período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico. Essas questões sociais e históricas vão constituindo uma fase de afastamento do trabalho e o preparo para a vida adulta. As marcas do corpo, as possibilidades na relação com os adultos vão sendo pinçadas para a construção das significações.

Para Zagury (1996, p. 23-32), a descrição das características dos jovens é extensa e rica. Características de comportamento social e, principalmente, psicológicas. São tomadas e apresentadas como características de uma fase do desenvolvimento, universais e naturais, pois todos os jovens nesta fase apresentarão estas características. Interessante relacionarmos algumas: desenvolvimento físico, intelectual e afetivo, amadurecimento sexual, mudanças sociais, tendência à imitação, tendência a buscar novas respostas, onipotência pubertária, grande apetite, insegurança, busca de identidade, confusão, medo, preocupação social, sonho, contradição, serenidade, instabilidade, emoções contraditórias e sentem-se imortais.

A relação do adulto com o jovem é apresentada como uma relação difícil, pois os pais não querem perder o lugar de referência e os filhos estão em uma fase

complexa. A gênese da adolescência está no desenvolvimento do raciocínio que permite o aumento da capacidade intelectual e, portanto, gera independência intelectual. No entanto, o desenvolvimento intelectual não parece ser responsável por todas as características da adolescência.

Quanto às orientações e regras, os adultos devem compreender a adolescência como uma fase do desenvolvimento. A adolescência é complexa, mas passa. Os pais não devem infantilizar os filhos e devem estabelecer com clareza as regras de convivência. Os jovens não devem ser poupados no que diz respeito a assumirem suas responsabilidades. Firmeza e, compreensão é um bom remédio para esperar a adolescência passar.

Destaca-se assim, a importância de conhecer o aluno com que vamos trabalhar e procurar a melhor forma de trabalhar com ele.De acordo com Pessoa (2000, p.98) “na escola o professor é que exercerá a função identificatória ao aceitar a criança como ela é, ao valorizá-la e ao investir nela”. Portanto, o aluno que encontra na escola um professor preconceituoso em relação a ele, que não reconhece suas qualidades, não lhe dá o devido valor, não investe nele, poderá, de acordo com Pessoa (2000, p.99) “ perder o prazer de pensar e o desejo de aprender”. O processo ensino-aprendizagem só pode ser analisado como uma unidade, pois ensino e aprendizagem são faces de uma mesma moeda; nessa unidade, a relação interpessoal professor-aluno é um fator determinante. Esses atores são concretos, históricos, trazendo a bagagem que o meio lhes ofereceu até então; estão em desenvolvimento, processo que é aberto e permanente.

O aluno é um ser concreto em relação com o real. Isto lhe fornece possibilidades cognitivas de apreensão e compreensão da realidade de transformação de si próprio e consequentemente, desta realidade.

A aprendizagem se realiza pela mediação social que possibilita, desde que a criança nasce, o desenvolvimento tanto da emoção e da afetividade, quanto das funções psicológicas superiores como atenção, percepção, memória, imaginação e linguagem. Assim podemos afirmar que toda relação humana é essencialmente educativa.

Dessa forma endendemos aprendizagem como o processo por meio do qual a criança se apropria ativamente do conteúdo da experiência humana, das formas de pensar e do conhecimento existente na sociedade. Ele possibilita que a criança constitua-se como indivíduo com personalidade própria e que faz parte de um grupo, a partir das experiências concretas que realiza em seu meio.

A aprendizagem é um processo que vai do social para o individual. Isto quer dizer que a criança internaliza a relação com as pessoas, com os objetos, enfim, contudo o que a cerca. As ações que são internalizadas se realizam primeiro no plano externo. Internalização é a transformação de um processo interpsicológico (externo) e um processo intrapsicológico (interno). É por meio da internalização que os indivíduos se apropriam, fazem suas, as experiências vividas em seu tempo (VYGOTSKY).

O que possibilita a transmissão e apropriação do cohecimento são as mediações simbólicas constituídas pelos gestos, lingugem (oral e escrita), desenho e sistema numérico, entre outras.

A linguagem tem, portanto, papel fundamental no desenvolvimento das estruturas psicológicas superiores e na internalização dos conteúdos da sociedade. Ela possibilita que os traços sociais do homem tornem-se, também os seus traços psicológicos.

O sitema de escrita e as convenções para seu uso contitui uma tecnologia enventada e aprefeiçoada pela humanidade ao longo de milênios: desde os desenhos e símbolos usados inicialmente até a extraordinária descoberta de que emvez de desenhar ou simbolizar aquilo de que se fala, podiam ser representados os sons da fala por sinais gráficos, surgindo assim o sistema alfabético. Foram criadas convenções como: convenções sobre o uso do sistema alfabético, resultando o sistema ortográfico; a convenção de que as palavras devem ser separadas, na escrita, por um espaço em branco; no mundo ocidental a convenção de que se escreve de cima para baixo e da esquerda para a direita.

Assim, um dos passaportes para a entrada no mundo da escrita é a aquisição de uma tecnologia- a aprendizagem de um processo de representação: codificação de sons em letras ou grafemas e decodificação de letras ou grafemas em sons. A essa aprendizagem do sistema Alfabético e ortográfico de escrita e das técnicas para seu uso é que se chama de ALFABETIZAÇÃO.

Não basta apropriar-se da tecnologia, saber ler escrever apenas como um processode codificação e decodificação, é necessário também saber usar a tecnologia, apropriar-se das habilidades que possibilitam ler e escrever de forma adequada e eficiente, nas diversas situações em que precisamos ou queremos ler e escrever: ler e escrever diferentes gêneros e tipos de textos, em diferentes suportes, para diferentes objetivos, em interação com diferentes interlocutores, para diferentes

funções, para informar ou informar-se, para interagir, para imergir no imaginário, no estico, para ampliar conhecimento para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para cartarse. A esse desenvolvimento de competência para o uso da tecnologia da escrita é que se chama de LETRAMENTO.

O conhecimento do indivíduo é continuamente transformado pelas novas informações que ele recebe modificando-as, reorganizando-as, interpretando-as atribuindo-lhes sentido e também a aprendizagem e pensamentos influenciados pelas experiências vividas em determinados contextos físicos e sociais.

Para Vygotsky as funções psíquicas superiores são produções humanas construídas nas relações do homem com a natureza e nas relações com os outros, ou seja, nas relações sociais, através dos intrumentos de trabalhoe através dos símbolos criados por ele mesmo e que o transformam. Isto é, que o constitui como um ser cultural. O homem forma o seu psiquismo numa relação dialética em que é herdeiro de uma cultura formada nas relações sociais. Como essa formação se dá num processo dialético, ao tempo em que ele é herdeiro, também contribui com sua herança para novas relações

Isto significa que a cultura é constituída do processo do desenvolvimento e aprendizagem, uma vez que determinadas estratégias de ação e padrões de interação entre as pessoas são definidas pela prática cultural. Os comportamentos e ações privilegiadas em um determinado grupo, são determinantes no processo de desenvolvimento da criança.

A ciência está no cotidiano de qualquer classe social, pois está na cultura, na tecnologia, nos modos de pensar da sociedade de nossos dias. Toda criança detém, então, um conhecimento que está contido na teoria científica que se lhe pretende ensinar.

O professor deverá levar o aluno a superar a visão fragmentada para chegar ao conhecimento formal. O aluno constrói o saber por meio de observações diversas em seu cotidiano, levanta hipóteses sobre fatos e fenômenos que irão ser transformadas em conhecimento formal através da ação pedagógica.

Para garantir a aprendizagem do aluno o professor deve saber o que deseja que o aluno compreenda, saber se ele realmente está compreendendo e se os alunos sabem quando estão compreendendo, para isto, deve proporcionar diversas formas de ensino, onde o aluno, possa sentir, perceber, compreender, conceituar, raciocinar, transformar, expor suas ideias, relacionar, operar, descrever, comparar,

diferenciar, adequar, relatar, diagramar, analisar, decidir, representar, sequenciar, organizar, saber trabalhar em equipe, desenvolver outros processos mentais complexos como conjecturar, discernir e pensar, também são desempenhos que, além de permitir reconhecer a compreensão, constituem a própria compreensão, pois compreender é pensar e agir com flexibilidade em qualquer circunstância a partir do que se sabe a respeito de algo, sendo que a produção científica é fruto do trabalho coletivo. Na interatividade se fortalece a autonomia e aprendizagem de procedimentos e atitudes sadias de cooperação, respeito, responsabilidade, segurança independência intelectual, autoestima e favorece o processo de interação social.

A ação pedagógica para o educador e para o educando passa pela relação que cada um estabelece com o próprio conhecimento. É importante que o educador domine o seu conhecimento a ser enSem título 2sinado e compreenda o processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança, para poder adequar seu método às possibilidades reais de compreensão e construção do conhecimento durante todo o processo. Nesta perspectiva a aquisição do conhecimento passa pela interação entre professor/aluno/conhecimento, levando em conta as experiências acumuladas que fazem parte da vida do educando, sendo que as múltiplas possibilidades de interação entre eles serão mediadas pelas normas institucionais, que é especificidade da ação pedagógica.

O professor considera o que o aluno pensa e sua visão de mundo, porém o conhecimento empírico e espontâneo deve ser considerado como ponto de partida para o trabalho pedagógico, pois sua prática social precisa ser compreendida e reelaborada pela via do conhecimento real.

O Trabalho pedagógico fundamenta-se no compromisso de que a escola leve os alunos para além do senso comum e chegue ao conhecimento científico mais elaborado sobre a realidade, isto é, garanta o acesso aos conhecimentos culturais, universais, científicos, artísticos e filosóficos.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Segundo a LDB, 9394/96 artigo 24, inciso V, alínea “c” fica estabelecida no artigo V, os seguintes critérios:

A avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A Deliberação 07/99 defende uma concepção de avaliação diagnóstica somativa, processual, qualitativa e formativa, tendo o ensino e aprendizagem como referência no acompanhamento constante do rendimento escolar dos alunos.

Os critérios de avaliação das disciplinas são decorrentes da intencionalidade do trabalho de cada professor em relação aos seus objetivos e aos conteúdos e portanto, ao seu plano de trabalho docente.

Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus segmentos.

A recuperação de estudo, difere da lei anterior que era entre os períodos letivos regulares. O simples oferecimento de tais estudos paralelamente ao período letivo regular, não significava o correto cumprimento da norma legal referida. É indispensável que os envolvidos sejam alvo da reavaliação, a ser previstas nas normas regimentais. Em se tratando de alunos com “pouco rendimento”, só a reavaliação permitirá saber se terá acontecido a recuperação pretendida. E, constatada essa recuperação, deverá ocorrer a revisão dos resultados anteriormente anotados nos registros escolares, como estímulo ao compromisso com o processo.

Estudo e avaliação devem caminhar juntos, onde a avaliação é o instrumento indispensável, para permitir que se constate se os objetivos foram alcançados.

Percebe-se uma marcante flexibilização, que rompe com a cultura a reprovação. A educação deve ser um estimulante processo de permanente crescimento do educando “pleno desenvolvimento” onde notas, conceitos, créditos ou outras formas de registro não deverão ter importância acima do seu real significado. Os registros serão revistos segundo critérios adotados, sempre que se fizerem necessários com o objetivo de recuperar a aprendizagem dos alunos que apresentam menor rendimento.

A promoção no inciso VI do artigo 24, da atual LDB fixa a frequência mínima em 75 % do total de horas letivas para aprovação. Tal percentual representa uma valorização do ensino, o aproveitamento elevado não substitui o percentual de frequência mínima, como na lei 5692 / 71.

A construção do conhecimento do educando se dá de forma dinâmica e progressiva, não havendo início, meio ou fim nesse processo. Cada hipótese construída pelo aluno estará constantemente sendo refutada, ampliada e complementada por ele, a partir de suas experiências de vida.

A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

DOS OBJETIVOS

Identificar o grau de apropriação dos conteúdos atingido pelo aluno e detectar as dificuldades no processo ensino – aprendizagem.

Possibilitar ao professor o estudo e a interpretação dos dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho.

Possibilitar ao professor a tomada de decisões quanto ao aperfeiçoamento da aprendizagem, bem como possibilitar reformulação do currículo e novas alternativas para o planejamento.

Acompanhar o processo do trabalho cotidiano, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

Condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem.

Proporcionar dados que permitam ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com a adequação dos conteúdos e métodos de ensino.
Possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento e do sistema de ensino como um todo.

RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A Recuperação Contínua de Estudos será planejada, constituindo-se num conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar às dificuldades dos alunos.

Na Recuperação Contínua de Estudos o professor considera a aprendizagem do aluno no decorrer do processo e, para aferição do bimestre, serão considerados os progressos dos alunos em todas as atividades desenvolvidas.

A Recuperação Contínua de Estudos deverá ser realizada no período letivo durante o processo de aprendizagem, destinado aos alunos de baixo rendimento escolar. Ela ocorrerá imediatamente após a constatação da dificuldade, sendo que a seguir será feita a reavaliação que permitirá saber se houve a recuperação de fato, tanto de conteúdos como dos resultados.

A Recuperação Contínua de Estudos acontecerá das seguintes formas: re-explicação de conteúdos utilizando-se de diversas estratégias, reelaboração dos trabalhos conforme a orientação do professor, com utilização de pesquisas às quais poderão ser apresentadas individualmente ou em grupo.

DA PROMOÇÃO

Após a apuração dos resultados finais de aproveitamento e frequência, serão considerados aprovados, os alunos que apresentarem:

Frequência igual ou superior a 75% do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres, nas respectivas disciplinas, como segue:

$$\text{Media Anual} = \frac{1º\ \text{Trim.} + 2º\ \text{Trim.} + 3º\ \text{Trim.}}{3}$$

Será considerado reprovado o aluno que apresentar:

Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) sobre o total da carga horária do período letivo e média final inferior a 6,0 (seis vírgula zero).

Frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) sobre o total da carga horária do período letivo, com qualquer média anual.

O aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% e média anual inferior a 6,0 (seis vírgula zero), mesmo após os Estudos de Recuperação Paralela, ao longo da série ou período letivo, será submetido à análise do Conselho de Classe que definirá pela sua aprovação ou não.

Este Colégio não oferta Regime de Progressão Parcial, contudo fica assegurado ao aluno oriundo de Estabelecimento de Ensino com Regime de Progressão Parcial, o direito de refazer os conteúdos em forma de adaptação por meio de estudos e trabalhos para a aprendizagem dos conhecimentos não adquiridos.

O resultado da avaliação deverá ser registrado em documentos próprios, a fim de ser assegurada a regularidade e a autenticidade da vida escolar do aluno.

CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um momento destinado à tomada de decisões que proporciona os ajustes necessários tanto na parte da aprendizagem do aluno como na prática pedagógica do professor, para que ocorra a efetiva mediação do conhecimento para o crescimento do aluno.

Vem sendo realizado neste Colégio com a participação dos professores, direção e equipe pedagógica, para avaliação e reflexão sobre o desempenho pedagógico das turmas, analisando individualmente o porquê do aluno não ter conseguido a aprendizagem desejável e discutindo a prática do docente e propondo outras formas de trabalho ou avaliação.

No conselho de classe é feita a reflexão de textos ou vídeos assistidos anteriormente, para embasar as discussões e orientar nas tomadas de decisões como:

No pré conselho os professores previamente preenchem uma ficha, que relata as dificuldades de aprendizagem dos alunos, demonstrando o porquê deste desempenho e que atitudes foram tomadas durante o trimestre trabalhado, assim como os alunos relatam as dificuldades encontradas no decorrer do período trabalhado.

Quando é detectada a dificuldade os alunos imediatamente são comunicados com o objetivo de saná-las e se necessário os pais também são chamados ao colégio para que acompanhem o desenvolvimento da aprendizagem de seu filho.

Sugestões de atividades diferenciadas para suprir as necessidades encontradas.

Atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem nas Horas Atividades por alguns professores.

CONCEPÇÃO CURRICULAR

A Proposta Pedagógica Curricular faz-se necessário para nortear o trabalho do Colégio Estadual Júlio Nerone- Ensino Fundamental e Médio, quanto ao aspecto pedagógico filosófico e sociológico, na ação pedagógica, pois o mesmo fundamenta, seleciona e organiza os conteúdos científicos, as situações de aprendizagem, os procedimentos de avaliação, que dá base ao processo ensino – aprendizagem. Os conteúdos curriculares formais, o Currículo em ação e o Currículo oculto, que fazem parte deste Projeto Pedagógico estão dentro dos princípios científicos, filosóficos e artísticos, fundamentados nas Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e Médio em todas as áreas de conhecimento, previstos na Matriz Curricular deste Colégio.

Devemos investir num ensino de qualidade e também numa educação que priorize a vida, a criatividade, o espaço de participação, o desenvolvimento do ser como um todo.

As Propostas Pedagógicas Curriculares das disciplinas são compostas pela Apresentação da disciplina (histórico da disciplina, fundamentação teórico metodológica, objetivos gerais), Conteúdos (conteúdos estruturantes e específicos), Encaminhamento Metodológico, Avaliação e Referências Bibliográficas. Todos estão embasados em conteúdos científicos articulados entre os vários temas referentes à cidadania, e temas regionais.

A Proposta Pedagógica Curricular está organizado, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Lei 9394/96) e pelo Parecer 04/98, constando na Base Nacional Comum às áreas de conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Artística, Educação Física, Ensino Religioso implantado gradativamente e a inserção de temas contemporâneos (cultura e História Afro-brasileira e Indígena e as questões ambientais). Quanto à parte diversificada este Colégio se propõe a trabalhar a Língua Estrangeira Moderna – Inglês para o Ensino Fundamental e Espanhol para o Ensino Médio.

A Função principal do Ensino Fundamental é o trabalho com o conhecimento que propicie aos alunos oportunidades de aprendizagem para que adquiram novas “chaves conceituais”, compreensão de seu mundo e de tempo, deve ainda permitir que tomem consciência das operações que mobilizam durante a aprendizagem, contribuindo para que prossigam na relação de conhecimento que é desvendado, compreensão e transformação do que se dá a conhecer.

É imprescindível levar em consideração o perfil dos alunos atendidos, faixa etária, série/anos em que encontram, dificuldades, além das condições socioeconômicas, culturais e religiosas dos educandos, atendendo as especificidades da comunidade.

Esta Proposta Pedagógica Curricular foi construída coletivamente atendendo as necessidades do alunado, desse modo oportuniza situações de Ensino Aprendizagem dinamizadoras do conhecimento para que o aluno enfrente um mundo em constante modificação.

No Ensino Médio é proposto um Currículo para atingir a superação da dicotomia entre educação humanista X educação profissionalizante.

Faz-se necessário refletir sobre conceitos de trabalho e cultura, pela relação que estabelecem com a produção do conhecimento.

Propiciar uma concepção ampla de conhecimento em favor de uma formação humanista e tecnológica, reforçando a ideia de um currículo baseado nas dimensões científica, artística e filosófica do conhecimento.

Propõe-se a reformulação Curricular deste Colégio a partir da retomada dos conteúdos disciplinares, fundamenta-se na ideia de conteúdos estruturantes das disciplinas escolares, que caracterizam o caráter vivo, dinâmico e processual de todo e qualquer currículo.

O currículo disciplinar arquitetado numa perspectiva interdisciplinar busca colocar diferentes campos de conhecimento em diálogo, onde a dialética embasa a construção do conhecimento de forma Interdisciplinar e contextualizada, estabelecendo relações entre teorias, campos de conhecimento e práticas pedagógicas.

A interdisciplinaridade e contextualização caminham juntas processo de busca do conhecimento, dando a devida importância a práxis perspectiva relacional entre teoria e prática na construção do conhecimento na escola, fazendo a contextualização social, na Linguagem e a comparativa.

Construir uma identidade para o Ensino Médio pressupõe levar em consideração a complexidade desses sujeitos e pensar num currículo que contribua para uma formação crítica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Proposta Pedagógica Curricular do Colégio Estadual Júlio Nerone, Ensino Fundamental e Médio está embasado nos princípios legais, políticos, filosóficos e pedagógicos numa dimensão científica, filosófica e artística do conhecimento. Com o intuito de propiciar uma concepção ampla de conhecimento em favor de uma formação humanista e tecnológica. A Proposta Pedagógica Curricular será desenvolvida pelo professor que estabelecerá prioridades, recursos e consenso sobre o que e como ensinar, para alcançar a formação necessária aos alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Para dar conta desta organização curricular, deve ser orientada por alguns pressupostos indicados a seguir.

Visão orgânica do conhecimento, afinada com as mutações surpreendentes que o acesso à informação está causando no modo de abordar, analisar, explicar e prever a realidade, tão bem ilustradas no hipertexto que cada vez mais entremeia o texto dos discursos, das falas e das construções conceituais.

Disposição para perseguir essa visão organizando e tratando os conteúdos do ensino e as situações de aprendizagem, de modo a destacar as múltiplas interações entre as disciplinas do currículo.

Abertura e sensibilidade para identificar as relações que existem entre os conteúdos do ensino e das situações de aprendizagem com os muitos contextos de vida social e pessoal, de modo a estabelecer uma relação ativa entre o aluno e o objeto do conhecimento e a desenvolver a capacidade de relacionar o aprendido com o observado, a teoria com suas consequências e aplicações práticas.

Reconhecimento das linguagens como formas de constituição dos conhecimentos e das identidades, portanto como o elemento chave para constituir os significados, conceitos, relações, condutas e valores que a escola deseja transmitir.

Reconhecimento e aceitação de que o conhecimento é uma construção coletiva, forjada sócio interativamente na sala de aula, no trabalho, na família e em todas as demais formas de convivência.

Reconhecimento de que a aprendizagem mobiliza sentimentos, afetos, emoções e relações com seus pares, além das cognições e habilidades intelectuais. A Proposta das Diretrizes Curriculares vem de encontro com o a Proposta Pedagógica Curricular deste Colégio seguindo a linha progressista, Histórico Crítica, na construção do conhecimento e na formação dos alunos.

Diante do desafio que representam essas aprendizagens, há uma revalorização das teorias que destacam a importância dos afetos e da criatividade no ato de aprender. A integração das cognições com as demais dimensões da personalidade é o desafio que as tarefas de vida na sociedade da informação e do conhecimento estão (re) pondo à educação e à escola.

O humanismo no Ensino Fundamental e Médio deve ser entendido como busca de saídas para possíveis efeitos negativos do pós-industrialismo. Diante da fragmentação gerada pela quantidade e velocidade da informação, é para a educação que se voltam às esperanças de preservar a integridade pessoal e estimular a solidariedade.

Este Colégio contribuirá para a constituição de uma cidadania, cujo exercício reunirá conhecimentos e informações a um protagonismo responsável, para exercer direitos que vão muito além da representação política tradicional: emprego, qualidade de vida, meio ambiente saudável, igualdade de homens e mulheres enfim, ideais afirmativos para vida pessoal e para a convivência.

Diante da violência, do desemprego e da vertiginosa substituição tecnológica, revigoram-se as aspirações de que o Colégio, contribua para a aprendizagem do conhecimento universal, visando a constituição de pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais autônomas em suas escolhas, mais solidárias, que acolham e respeitem as diferenças, pratiquem a solidariedade e superem a segmentação social.

Não há o que justifique reter, memorizar conhecimentos que estão sendo superados ou cujo acesso é facilitado pela moderna tecnologia. O que se deseja é que os estudantes desenvolvam estruturas cognitivas básicas que lhes permitam desenvolver a capacidade de continuar aprendendo.

É importante destacar, tendo em vista tais reflexões, as considerações oriundas da Reunião da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, incorporadas nas determinações da Lei 9394/96.

As políticas educacionais devem ser suficientemente diversificadas e concebidas, de modo a que a educação não seja um fator suplementar da exclusão social.

Os tempos e os campos da Educação devem ser repensados, completar-se e interpenetrar-se, de modo que, cada indivíduo, ao longo de sua vida, possa tirar o melhor proveito de um ambiente educativo em constante transformação.

A educação deve cumprir um triplo papel: econômico, científico e cultural.

Interdisciplinaridade e Contextualização formam o eixo organizador da doutrina curricular expressa na LDB. Elas abrigam uma visão do conhecimento e das formas de tratá-lo para ensinar e para aprender que permite dar significado integrador a duas outras dimensões do currículo de forma a evitar transformá-las em novas dualidades ou reforçar as já existentes: base nacional comum/parte diversificada, e formação geral/preparação básica para o trabalho.

No pressuposto do materialismo histórico, o processo de produção do conhecimento é produto da atividade humana, atividade não abstrata, mas atividade real, objetiva, material, e conforme afirma Vásquez (1977), “conhecer é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, entre o homem e a natureza, relação esta que se estabelece a partir da atividade prática humana”.

Em síntese, na concepção apresentada, o conhecimento se realiza na relação entre sujeito e objeto num dado contexto histórico-social. Significa dizer, que é nesta relação mediada pela prática, no processo de contínua transformação, que a realidade objetiva transforma-se em conhecimento.

METODOLOGIA

A formação básica no Ensino Fundamental e Médio do Colégio Estadual Júlio Nerone se realizará mais pelas condutas do que pela quantidade de informação e tem por finalidade construir o conhecimento do aluno por meio da problematização, da contextualização, da interdisciplinaridade levando-o a relacionar o conhecimento com dados da experiência cotidiana, a dar significado ao aprendido

e a captar o significado do mundo, a argumentar com base em fatos, a lidar com o sentimento que a aprendizagem desperta, a fazer a ponte entre teoria e prática, a fundamentar a crítica.

Uma organização curricular que responda a esses desafios requer:

- priorizar o conhecimentos geral, que são pré-requisito tanto para a inserção profissional mais precoce, quanto para a continuidade de estudos, entre as quais se destaca a capacidade de continuar aprendendo;
- trabalhar as linguagens não apenas como formas de expressão e comunicação, mas como constituidoras de significados, conhecimentos e valores;
- adotar estratégias de ensino diversificadas que mobilizem menos a memória e mais o raciocínio e outras capacidades cognitivas superiores, bem como potencializem a interação entre aluno-professor e aluno-aluno para a permanente negociação dos significados dos conteúdos curriculares, de forma a propiciar formas coletivas de construção do conhecimento;
- estimular todos os procedimentos e atividades que permitam ao aluno reconstruir ou “reinventar” o conhecimento didaticamente transposto para a sala de aula, entre eles: a experimentação, a execução de projetos, o protagonismo em situações sociais;
- organizar os conteúdos de ensino em estudos ou áreas interdisciplinares e projetos que melhor abriguem a visão orgânica do conhecimento e o diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber;
- tratar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contexto para dar significado ao aprendido, estimular o protagonismo do aluno e estimulá-lo a ter autonomia intelectual;
- lidar com os sentimentos associados às situações de aprendizagem para facilitar a relação do aluno com o conhecimento.

A doutrina de currículo que sustenta a proposta de organização e tratamento dos conteúdos com essas características envolve os conceitos de interdisciplinaridade e contextualização.

Na interdisciplinaridade todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de

complementação, de negação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos.

É importante enfatizar que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários. Explicação, compreensão, intervenção, são processos que requerem um conhecimento que vai além da descrição da realidade e mobiliza competências cognitivas para deduzir, tirar inferências ou fazer previsões a partir do fato observado.

A contextualização do conhecimento é o recurso que a escola tem para retirar o aluno da condição de espectador passivo. Se bem trabalhado permite que, ao longo da transposição didática, o conteúdo do ensino provoque aprendizagens significativas que mobilizam o aluno e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade. A contextualização evoca por isto, áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural, e mobiliza competências cognitivas já adquiridas.

Interdisciplinaridade e contextualização foram propostas como princípios pedagógicos estruturadores do currículo para atender o que a Lei estabelece:

- Vincular a Educação ao mundo do trabalho e à prática social;
- Compreender os significados;
- Ser capaz de continuar aprendendo;
- Preparar-se para o trabalho e o exercício da cidadania;
- Ter autonomia intelectual e pensamento crítico;
- Ter flexibilidade para adaptar-se as novas condições de ocupação;
- Compreender os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos;
- Relacionar a teoria com a prática;

Pode-se dizer que a atividade teórica é importante para a transformação da realidade, no entanto, só a teoria e o pensamento não a asseguram. É uma atividade que, por não produzir nada diretamente material, não pode ser identificada

com o conceito de práxis por lhe faltar a transformação objetiva de uma matéria pelo sujeito.

No entanto, é preciso clarificar que teoria e prática articulam-se para configurar o conceito de práxis, mas é através de suas especificidades que pode se distinguir as atividades teóricas das atividades práticas e o “locus” de sua produção e realização. Pode-se ratificar que a atividade prática não é práxis, e que a educação é mediação entre os processos de aquisição do conhecimento e sua materialização em ações transformadoras da realidade.

Os processos educativos escolares são, por sua vez, espaços de produção teórica, do trabalho intelectual que devem ser articulados à práxis, uma vez que a escola é espaço de desenvolvimento de atividades relacionadas ao trabalho intelectual, onde a prática se faz presente no movimento do pensamento (KOSIC, 1986).

A mediação pedagógica entre a teoria e a prática é feita na escola, através dos processos de ensino – via metodologia – onde articula o trabalho intelectual de modo que o aluno se aproprie da prática no pensamento, pela sua capacidade de abstração, a compreenda e, assim, adquira condições para nela intervir, considerando o conjunto das relações sociais e produtivas, através das quais o pensamento adquire materialidade ao transformar-se em ação.

Residem aí os limites dos processos escolares formais, pois, seria ingenuidade idealizar a utopia de resolver, via estratégias pedagógicas e curriculares, aspectos que estão circunscritos ao âmbito estrutural da sociedade contemporânea – capitalista. Portanto, é o movimento dialético que permitirá que se apreenda as contradições presentes no processo educativo escolar, por se fazer parte do mesmo.

Nessa perspectiva, a proposta também exige uma nova forma de encaminhamento metodológico e, assim, um “novo” saber fazer docente, para dar conta de atender aos pressupostos assumidos na fundamentação teórico-metodológica, a qual ressalta a importância da questão do método, onde a categoria da totalidade e da práxis deve ser incorporada, como condição para que os professores desenvolvam suas práticas pedagógicas a favor da apreensão dos conhecimentos científico-tecnológicos, históricos, filosóficos e sociais pelos alunos, sempre pensada na dimensão da formação humana, da formação unilateral dos sujeitos.

Essa metodologia encontra-se ancorada nos princípios do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia os quais incorporam a historicidade, a totalidade e a práxis como categorias fundantes. Essa opção pedagógica e curricular implica, como se pode constatar, uma redefinição dos processos de ensino em sua forma escolarizada, os quais devem estar voltados para a aprendizagem dos conteúdos disciplinares, com estratégias de ensino e projetos de intervenções pedagógicas que partam da realidade do aluno e com ele estejam identificadas.

A Proposta Pedagógica Curricular deste Colégio terá a aplicação de ambos, princípios axiológicos e pedagógicos. Desta sintonia, se espera que resulte de consensos estabelecidos em instâncias dos sistemas de ensino cada vez mais próximas da sala de aula, será o espaço no qual a identidade de cada Escola se revelará como expressão de sua autonomia e como resposta à diversidade.

A presença das TECNOLOGIAS em cada uma das áreas é a opção para integrar os campos ou atividades de aplicação, isto é, os processos tecnológicos próprios de cada área de conhecimento resultem da importância que ela adquire na educação geral – e não mais apenas na profissional – em especial no nível do ensino médio. Neste a tecnologia é o tema por excelência que permite contextualizar os conhecimentos de todas as áreas e disciplinas no mundo do trabalho.

A tecnologia na educação contemporânea do jovem deverá ser contemplada também como processo. Em outras palavras, não se tratará apenas de apreciar ou dar significado ao uso da tecnologia, mas de conectar os inúmeros conhecimentos com suas aplicações tecnológicas, recurso que só pode ser bem explorado em cada nucleação de conteúdos, e que transcende a área das ciências da natureza. A este respeito é significativa a observação de Menezes: A familiarização com as modernas técnicas de edição, de uso democratizado pelo computador, é só um exemplo das vivências reais que é preciso garantir. Ultrapassando assim o “discurso sobre as tecnologias”, de utilidade duvidosa, é preciso identificar nas matemáticas, nas ciências naturais, nas ciências humanas, na comunicação e nas artes, os elementos de tecnologia que lhes são essenciais e desenvolvê-los como conteúdos vivos, como objetivos da educação e, ao mesmo tempo, meio para tanto.

A parte diversificada para a complementação da carga horária e de estudo será trabalhada de forma contextualiza e interdisciplinar, atendendo às necessidades do meio social e econômico do alunado escolar.

A Lei federal Nº 9.394/96, em seu artigo 27, também destaca que os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar a “difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática”.

Nessa perspectiva, as problemáticas sociais em relação a saúde, a sexualidade, o meio ambiente, a vida familiar e social, o trabalho a ciência e a tecnologia a cultura e as linguagens são integrados na proposta educacional como temas abordados em todas as disciplinas. Não se constituem em novas áreas, mas num conjunto de temas que aparecem transversalizados, permeando a concepção das diferentes áreas, seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas.

Assim a articulação permitirá que a Base Nacional Comum e Parte Diversificada atendem ao direito de alunos e professores a terem acesso a conteúdos mínimos de conhecimentos e valores, pois a lei define para a parte diversificada a inserção de temáticas de interesse da comunidade no currículo escolar.

Em virtude das demandas sociais, a escola tem sido chamada a promover a articulação entre o conhecimento elaborado e os temas da vida cidadã. Nessa abordagem, os conteúdos curriculares evidenciam sua importância social, explicitando o compromisso deste Colégio com a formação para o exercício da cidadania.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Pela Constituição Federal, no artigo 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (...)”.Por isso esse artigo já valeria para os deficientes. Além disso, o artigo 208, reassegura o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Já a Lei Federal 7853 dispõe sobre o apoio aos deficientes e sua integração social, definindo o preconceito como crime. Neste sentido, nenhuma escola ou creche poderá recusar, sem justa causa, o acesso do deficiente à instituição”.

O princípio de que todas as pessoas merecem respeito, independentemente de sua origem social, etnia, religião, sexo, opinião, assim como as manifestações

socioculturais dos diferentes grupos que constituem a sociedade, fundamenta a afirmação do respeito mútuo.

Ressalva-se também que no trabalho com a inclusão, relações que expressem afetividade devem ser praticadas por professores e alunos, para que haja maior interação e socialização. São vários educadores que salientam a afetividade na educação, assim com Georges Snyders , Wallon , nosso Paulo Freire e José Carlos Libâneo entre outros

O papel da educação consiste em favorecer que cada um, de forma livre e autônoma reconheça aos demais a mesma esfera de direito que exige para si.

A prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação.

Conforme a Lei Federal10.639/03 se torna obrigatório o estudo da “história e cultura afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio que será trbalhada em todas as disciplinas e também por meio do Projeto Educação Africanidades Brasil.

Esta integração significa a inserção de todas as pessoas preparada para conviver na sociedade. A inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais, buscar seu desenvolvimento, exercer a sua cidadania.

O Projeto Político Pedagógico está de acordo com a Inclusão de alunos com necessidades especiais, porém, não temos ainda a infraestrutura necessária para este atendimento, tais como: redução do número de aluno por turma, capacitação de professores e assessoramento de entidades especializadas e material pedagógico. Para atender estes alunos foi implantada a Sala de Recursos com o intuito de dar atendimento a esses alunos, é trabalhado a conscientização com os alunos para a o engajamento dos alunos com necessidades. Também é necessário trabalhar a sensibilização dos pais. Todos devem desempenhar um papel ativo no processo de inclusão. Importante citarmos todos os excluídos (indisciplinados, rejeitados pelos pais, o negro...).

Hoje, vários alunos estão sendo atendidos, de acordo com a realidade existente, com isto os alunos que apresentam alguma deficiência terão oportunidade de adquirir experiências diretas com a variedade das capacidades humanas, aumentará a responsabilidade e melhorará a aprendizagem através do trabalho em grupo e por outro lado os outros alunos preparam-se melhor para a vida adulta,

desenvolvendo melhor a cooperação e a tolerância, adquirirem senso de responsabilidade, preparam-se melhor para a vida.

Segundo Ferreira e Ferreira, “A escolarização na perspectiva da cidadania tem como objetivo educacional à formação de um homem crítico e criador, autônomo quanto aos processos de construção do conhecimento. Assim trata de valorizar a curiosidade investigativa sobre os fenômenos da natureza, sobre os processos sociais, sobre a interação entre eles; trata de desenvolver a apropriação de linguagens do mundo contemporâneo como instrumentos de socialização do conhecimento e ferramentas do pensamento; e trata de permitir a expressão, a vivência de valores que tiram a máscara de neutralidade do conhecimento para fazer dele fonte de transformação do sujeito e da vida em sociedade”.

O Colégio deve se organizar para a escolarização do aluno com deficiência, o primeiro passo é necessário diagnosticar a necessidade que o aluno apresenta, para que possa ser trabalhado e avaliado de forma diferente e que os professores equipe pedagógica, direção e funcionários sejam capacitados para realizar este trabalho de forma eficiente com estes alunos, tendo em vista que estes profissionais não tiveram esta especialização dentro de sua formação, o que se faz é fruto do bom senso de cada um, pautado nos valores de solidariedade e na vontade da construção de uma sociedade inclusiva. É necessário amparo técnico, espaço físico e metodologias específicas, para que realmente a inclusão se efetive.

Precisamos de uma escola que não tenha medo de arriscar, que tenha coragem para criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, necessários à inclusão.

O Colégio Estadual Júlio Nerone – Ensino Fundamental e Médio conta com a primeira Sala de Recursos de Altas Habilidades/Superdotação (SRAH/SD) do Município de Campo Largo, sendo esta um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professora especializada que SUPLEMENTA o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. Esse serviço tem como “sede” o colégio e pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, em horário diferente daquele que o aluno frequenta o ensino regular.

Pode-se citar como algumas das atividades que podem ser desenvolvidas na Sala de Recursos as que envolvam desafios, áreas específicas de interesse, a busca do auto conceito, do auto conhecimento, pensamento criativo e

desenvolvimento interpessoal e intrapessoal, além de projetos por área de interesse (linguística, lógico-matemática, corporal-cinestésica, musical, dentre outras).

Para a efetiva realização destas atividades e/ou projetos, os alunos que frequentam a SRAH/SD, recebem atendimentos coletivos e individuais durante quatro (04) horas semanais, divididas em dias alternados num período de duas (02) horas cada um.

O Colégio Estadual Júlio Nerone – Ensino Fundamental e Médio tem também uma Sala de Recursos de Deficiência Intelectual, Transtorno Funcional Específico e Transtorno Global do Desenvolvimento que mediante as políticas públicas do Estado do Paraná no que concede a Educação Especial contempla o referido colégio com atendimento especializado na modalidade de Educação Especial em Sala de Recursos. Tendo em vista que a Educação Especial perpassa o ensino fundamental de 6º ao 9º ano para os alunos que apresentam histórico de: Deficiência Intelectual, Transtorno Funcional Específico, Transtorno Global do Desenvolvimento e Deficiência Física Neuromotora.

Nessa perspectiva todos os atendimentos são realizados de acordo com as especificidades de cada situação/história destes, respeitando sempre o espaço, o tempo, a organização e o desenvolvimento biopsicossocial e cultura destes.

Enfim, é preciso reconhecer, questionar e quebrar preconceitos, estimulando generosidade, acolhimento e respeito, pois quem educa, educa a todos.

Não basta o aluno estar na Escola, o mesmo deve receber suporte ideal para as suas necessidades.

MARCO OPERACIONAL

PLANO DE AÇÃO

PLANO DE AÇÃO DA DIREÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL JÚLIO NERONE

Gestão 2008/2009/2010

Diretor: Nilton Cézar Santana

Diretora Auxiliar: Adriana de Fátima Garrett

- Compromisso ético-político com os alunos deste Colégio, os quais têm nesta Instituição uma das únicas possibilidades de acesso e apropriação do conhecimento.
- Gestão Democrática, fortalecendo as instâncias colegiadas (Conselho Escolar, Grêmio Estudantil e APMF).
- Interação de alunos, pais, professores e funcionários para o bom andamento do Colégio.
- Repensar o planejamento, hora-atividade, reuniões pedagógicas junto com a Comunidade Escolar.
- Reestruturar a biblioteca com novos títulos, tendo como fonte recursos o PDDE.
- Buscar junto a SEED e órgãos competentes a construção de novas salas de aulas e sala de recursos.
- Incentivar o esporte (participação fase Municipal, Regional e jogos internos).
- Propiciar o uso do laboratório de informática, uma vez temos 36 computadores e acessórios.
- Fortalecer o laboratório de Química e Física, pois recebemos verba para sua reestruturação.
- Com a participação do Grêmio Estudantil, da APMF e Comunidade Escolar, providenciar melhorias consideráveis na quadra de esporte.
- Aquisição de DVDs e outros materiais didáticos.
- Incentivar os professores para que desenvolvam projetos culturais (feira de ciências, exposições artísticas, teatros, palestras, gincanas, etc.).
- Quanto à formação continuada, dar apoio e incentivo a professores, equipe pedagógica e funcionários.
- Interação da comunidade, professores e funcionários para que sejam cumpridas as Propostas do Projeto Político Pedagógico.
- Incentivar os Programas Governamentais (Leite das Crianças, Projeto Segundo Tempo e Patrulha Escolar).

Caso haja alguma alteração no Plano de Ação no decorrer do mandato, as mesmas serão inclusas ou esclusas. Uma vez que partilharemos nossa administração junto com a Comunidade Escolar.

PLANO DE AÇÃO EQUIPE PEDAGÓGICA

O trabalho do pedagogo no Colégio Estadual Júlio Nerone tem como objetivo assegurar que o ensino – aprendizagem ocorra efetivamente, cumprindo a função da Escola que é o de garantir a todos os alunos um ensino de qualidade, onde o aluno aprenda não só os conteúdos, mas também a pensar, resolver situações e posicionar-se dentro do seu contexto sócio cultural, atendendo assim, as necessidades do aluno e também orientar e acompanhar o trabalho do professor, propiciando momentos de estudos para que o professor tenha uma formação continuada e possa aplicar seus conhecimentos de acordo com os princípios pedagógicos e filosóficos do Projeto Pedagógico da Escola, para que se cumpra os objetivos dos pedagogos que são os mesmos do Colégio.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PEDAGOGOS

- Organização e acompanhamento dos estudos realizados na semana pedagógica.
- Organização dos estudos realizados nas Horas Atividades.
- Orientações e Acompanhamento quanto ao planejamento, metodologias, relação professor aluno, projetos de ensino, avaliações.
- Orientação quanto ao preenchimento dos livros registro de classe.
- Acompanhamento das atividades que fazem parte do PPP e outros, que serão aplicados pelos professores.
- Organização das reuniões pedagógicas.
- Acompanhamento das avaliações do desempenho do aluno e professor.
- Auxilio nas atividades desenvolvidas pelo Colégio.
- Orientações e organização de reuniões com os pais.
- Orientações e acompanhamento do rendimento escolar e frequência dos alunos.

- Orientar a organização curricular e o desenvolvimento do currículo, incluindo a assistência direta aos professores na elaboração dos planos de ensino, escolha de livros didáticos, práticas de avaliação da aprendizagem.
- Prestar assistência pedagógica didática direta aos professores, acompanhar e supervisionar suas atividades tais como: desenvolvimento dos planos de ensino, adequação de conteúdos, desenvolvimento de competências metodológicas, práticas avaliativas, gestão da classe, orientação da aprendizagem, diagnósticos de dificuldades, etc.
- Orientar a organização das turmas de alunos, orientar a elaboração do horário escolar.
- Planejar e coordenar o Conselho de Classe.
- Acompanhar o processo de avaliação da aprendizagem (procedimentos, resultados, formas de superação de problemas etc.).

FORMAÇÃO CONTINUADA DA DIREÇÃO E EQUIPE PEDAGÓGICA E PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

A Formação continuada da direção, dos pedagogos, dos professores e dos funcionários será feita por meio de grupos de estudos realizados no Colégio e também nos projetos, cursos, palestras e jornadas pedagógicas.

A formação ocorrerá durante o ano letivo, com momentos de estudos ofertados pela SEED, na Universidade do Professor e outros Encontros no CETEPAR, TICs, o Dia – a – Dia – Educação, e os GE. dos professores da mesma disciplina realizados nos municípios, promovidos pelo Núcleo da Área Metropolitana Sul, estudo nas horas atividades, Encontros Pedagógicos e Formação Continuada nas Semanas Pedagógicas neste Colégio.

Os professores, a direção, a equipe pedagógica e demais funcionários, deste Colégio, sentem necessidade de estudos complementares para melhor atuação pedagógica dentro e fora de sala de aula, como também para o seu crescimento pessoal, sabendo-se que a formação inicial não basta para o resto da vida, pois o mundo evolui rapidamente estando em constante transformação. Com isso, o desafio do aperfeiçoamento profissional do professor, tendo como base o

trabalho em sala de aula, se amplia para o desenvolvimento do projeto educativo da escola, tendo em vista a produção, sistematização e sociabilização de conhecimentos pedagógicos e a participação em discussões da comunidade educacional. A formação continuada é hoje compreendida como um processo permanente de desenvolvimento profissional que envolve estudos, atualizações, discussões e trocas de experiências.

Tem como objetivos: Propiciar aperfeiçoamento contínuo aos educadores. Incentivar estudos de textos informativos relacionados à área pedagógica para o crescimento pessoal. Viabilizar condições que possibilitem o aprofundamento e aquisição de novos conhecimentos. Desenvolver a criatividade e autonomia na realização de projetos e outras atividades realizadas durante o processo ensino-aprendizagem. Proporcionar meios para que ocorra melhor desempenho e motivação dos professores, visando maior aprendizagem dos alunos.

Conteúdos selecionados para os estudos:

Reestruturação do PPP e PPC.

Concepções Pedagógicas.

Planejamento permanente da ação pedagógica. Ação - reflexão – ação.

Fundamentos da Construção do Conhecimento.

Motivação em sala de aula.

Relacionamento professor aluno e a disciplina em sala de aula.

Avaliação como processo contínuo em consonância com a Lei.

Metodologia – Princípios Didáticos.

Palestras: Metodologia - relação professor aluno – Inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Capacitação do professor para uso adequado das Tecnologias em suas aulas.

A Formação do professor ocorrerá por meio de momentos de estudos de textos e livros, fitas de vídeos, TV Escola, que constarão dos Temas a serem estudados de forma individual, dupla ou em grupo, palestras com profissionais da área. Os Estudos serão realizados por meio de Livros e textos referentes aos conteúdos propostos, videocassete, fitas de vídeo locadas ou da TV Escola, TV, Internet, retroprojetor. Envolverá todos os professores do ensino Fundamental e Médio, durante o ano letivo, em uma reunião Pedagógica por trimestre e também na

Hora Atividade. Cursos e palestras serão realizadas conforme agendamento e/ ou inscrições no decorrer do ano letivo.

CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

Um dos grandes benefícios que as novas tecnologias da informática e comunicação aportam à educação é permitir o acesso rápido e extensivo à informação. Ora, se isto é extremamente importante, não é, porém suficiente. A informação é constitutiva do conhecimento, mas, como afirma Morin, (1990:78) "o conhecimento não se reduz à informações; o conhecimento precisa de estruturas teóricas para poder dar sentido às informações; [...] se tivermos demasiadas informações e estruturas mentais insuficientes, o excesso de informação mergulha-nos numa 'nuvem de desconhecimento'". Como diz Pino (2000), "apesar das grandes afinidades semânticas existentes entre os termos ***informação*** e ***conhecimento*** e da estreita dependência que existe entre eles, não são dois termos sinônimos. Se o acesso à informação é condição da aquisição de conhecimento e se constitui já uma primeira forma de conhecimento, é, porém insuficiente para fazer de alguém um ser pensante. A informação, para tornar-se conhecimento, deve ser previamente processada pelo indivíduo, ou seja, ***interpretada*** para descobrir sua ***significação****;* assim, saber que existem buracos negros no universo não é suficiente para saber o que eles são". Conhecer implica, portanto em descobrir a ***significação*** das coisas de forma que as informações a respeito delas tenham sentido para o sujeito. Informar-se não é aprender. (Demo, 1999).

A Internet permite novas formas de acesso à informação, propiciando uma rede de comunicação diferente das outras tecnologias da comunicação. A Internet constitui a expressão acabada da revolução que as novas tecnologias vêm operando no mundo da informação e da comunicação. No mundo da informação possibilitando o armazenamento e o processamento de volumes cada vez maiores de informação e a velocidades cada vez mais próximas da luz. No mundo da comunicação possibilitando que a informação circule, simultaneamente, em múltiplos canais e em múltiplas direções, superando o modelo tradicional de comunicação. A Internet constitui uma espécie de *agora* virtual aberta a todas as pessoas que podem tornar-se produtoras e distribuidoras de seus próprios produtos culturais. No ciberespaço (quando computadores, modens e linhas telefônicas são combinados) não existem

fronteiras nem corpos, mas apenas textos, imagens e sons. Sua política e pedagogia estão em aberto.

Outro dos grandes benefícios que essas tecnologias também aportam à educação é disponibilizar meios técnicos que permitem criar "Ambientes Colaborativos de Aprendizagem" (ACA). Um ambiente colaborativo é a aplicação concreta da *interatividade* num processo de aprendizagem. É um espaço virtual compartilhado por múltiplos interlocutores que serve de suporte técnico a uma atividade de aprendizagem fundada numa concepção do conhecimento como “uma produção social”.

Não é muito difícil perceber que a entrada das novas tecnologias na escola não elimina as questões de fundo, as quais dizem respeito às diferentes concepções da natureza do conhecimento e dos processos da sua aquisição. Trata-se de um velho problema epistemológico mal ou nunca resolvido e que continua a operar através de práticas pedagógicas que traduzem certos modos de ensino escolar. Diferentes concepções do conhecimento determinam diferentes concepções da aprendizagem que, por sua vez, determinam formas diferentes de ensinar e tipos diferentes de relação pedagógica.

Esta re-significação da Internet e do ciberespaço coloca à educação mais questões do que respostas.

Simplesmente o uso das tecnologias da informação, mesmo que manipuladas corretamente, não se relaciona com alcance de mais qualidade e de justiça na educação. Ela não garante que a escola será mais ou menos reprodutivista - talvez criará condições legitimadas para ser mais reprodutivista, mais autoritária, mais poderosa no controle das informações e mais elitista. Pouco tem se discutido sobre tecnologias da informação e da comunicação, educação e sociedade. Pouco visível estão as implicações educacionais das novas tecnologias para os diferentes grupos e classes sociais de estudantes, com seus capitais culturais e sociais, para as escolas ricas e pobres, rurais e urbanas, privadas e públicas. (**Ivany R. Pino)**

Com a velocidade dos avanços tecnológicos o professor precisa usufruir de todos os meios disponíveis para acompanhar o mundo no dia a dia, trazendo as informações e transformando-as em conhecimentos, é preciso que o professor use como complemento de suas aulas, os jornais, as revistas o rádio, a TV, programas da TV escola, computador e Internet, TICs como o Programa Dia – a – Dia

Educação, a TV Paulo Freire, TV Pendrive que oferece a oportunidade ao professor acessar e participar do Projeto Folhas entre outros. Estes recursos tornam as aulas mais dinâmicas com um conhecimento amplo e diversificado.

Tem como objetivo: Integrar a educação ao avanço tecnológico. Incentivar os professores a usarem as tecnologias mostrando suas vantagens. Motivar a utilização dos programas educativos. Permitir ver a realidade como um todo. Desenvolver a autonomia e a criatividade. Utilizar a tecnologia no meio em que vive. Incentivar a aprendizagem permanente. Desenvolver o pensamento crítico por meio de reflexão, análise, comparações e discussões.

O trabalho será realizado por meio de leituras de textos, escolha de programas educativos e outras fitas de vídeo e acesso à Internet, que venham a ressaltar a importância do uso de Novas Tecnologias em suas aulas.

Os professores também receberão capacitação de um profissional designado pela SEED, no próprio Colégio, para que possam fazer uso do Laboratório de Informática no enriquecimento da prática de ensino.

Os Estudos ocorrerão durante o ano letivo com todos os professores, equipe pedagógica, direção e funcionários e serão desenvolvidos pelas leituras dos textos previamente selecionados que levem a compreensão da necessidade do uso de jornais, revistas, vídeos, programas de TV, sites da Internet e software trabalhados com informática educativa. Também serão assistidos diversos tipos de vídeos, software, sites para análise, que servirão como suporte do planejamento de suas atividades a serem desenvolvidas em sala de aula.

PLANO DE AÇÃO 2011

- Planejar estratégias mais eficazes para que os pais acompanhem o processo de aprendizagem dos filhos de forma mais efetiva, levando em conta a importância da assiduidade, para evitar a reprovação por faltas e evasão escolar, bem como tomar conhecimento do Regimento Escolar.
- Assegurar a recuperação a cada cinco pontos. Após o fechamento deste bloco, será oportunizado ao aluno mais uma recuperação, caso não consiga atingir 60% de nota.

- Fazer o atendimento dos alunos com dificuldade de aprendizagem na sala de recurso.
- Os professores farão atendimento aos alunos que apresentarem dificuldades durante a hora-atividade.
- Montar grupos de estudo entre os alunos por disciplina com orientação do professor e apoio do Grêmio Estudantil.
- Aprofundamento da fundamentação teórica sobre Avaliação por parte do coletivo da escola.
- Registrar no PTD os critérios de avaliação.

INSTÂNCIAS COLEGIADAS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS MESTRES E FUNCIONÁRIOS

A APMF – Associação de Pais e Mestres e Funcionários é o órgão destinado a promover o intercâmbio entre a família do aluno, os professores, a Direção e propor medidas que visem ao aprimoramento do ensino e assistência de modo geral ao corpo discente.

O funcionamento da A.P.M.F. será regido de acordo com seu estatuto devidamente registrado, e as suas ações são determinadas de acordo os objetivos e atribuições presentes no mesmo, entre as ações desenvolvidas pela A.P.M.F. no decorrer do ano letivo encontra-se a Festa Junina que conta com a participação de todos, onde são feitas as apresentações de danças, dramatizações e apresentações de grupos musicais.

As contribuições comunitárias deverão obedecer ao disposto na Legislação em vigor.

De conformidade com a Legislação em vigor o Estatuto da Associação de Pais, Mestres e Funcionários está registrado no Cartório de Registro Civil das pessoas Jurídicas (sob o nº x 24060, 06 de maio de 2005).

CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscal, com o objetivo de estabelecer o Projeto Político Pedagógico do Colégio, critérios relativos a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade que constam no Estatuto, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria de Estado da Educação.

O Conselho Escolar tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e os setores do Colégio, a fim de garantir a eficiência e a qualidade do seu funcionamento.

Poderão participar do órgão colegiado de direção, representantes dos segmentos sociais organizados comprometidos com a Escola Pública, assegurando-se que sua representação não ultrapasse 1/5 do colegiado.

A Presidência do Conselho Escolar, será exercida pelo Diretor do Estabelecimento de Ensino na qualidade de membro nato.

O mandato dos integrantes do Conselho Escolar será de dois anos, não coincidentes com o do Diretor.

No caso de um dos Conselheiros infringir as normas estabelecidas neste Regimento, o próprio Conselho Escolar, no uso de suas atribuições, após apuração e comprovação das irregularidades poderá destituí-lo, mediante instauração de processo administrativo ou disciplinar.

CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um momento destinado à tomada de decisões que proporciona os ajustes necessários tanto na parte da aprendizagem do aluno como na prática pedagógica do professor, para que ocorra a efetiva mediação do conhecimento para o crescimento do aluno.

Vem sendo realizado neste Colégio com a participação do professores, direção e equipe pedagógica, para avaliação e reflexão sobre o desempenho pedagógico das turmas, analisando individualmente o porquê do aluno não ter conseguido a aprendizagem desejável e discutindo a prática do docente e propondo outras formas de trabalho ou avaliação.

No conselho de classe é feita a reflexão de textos ou vídeos assistidos anteriormente, para embasar as discussões e orientar nas tomadas de decisões como:

Os professores previamente preenchem uma ficha, que relata as dificuldades de aprendizagem dos alunos, demonstrando o porquê deste desempenho e que atitudes foram tomadas durante o trimestre trabalhado.

Quando é detectada a dificuldade os alunos imediatamente são comunicados com o objetivo de saná-las e se necessário os pais também são chamados ao colégio para que acompanhem o desenvolvimento da aprendizagem de seu filho.

Sugestões de atividades diferenciadas para suprir as necessidades encontradas.

Atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem nas Horas Atividades por alguns professores.

Artigos que constam no Regimento Escolar:

30 - O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada classe do Estabelecimento de Ensino, tendo por objetivo avaliar o processo de ensino-aprendizagem na relação professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso.

Parágrafo Único - haverá tantos Conselhos de Classe quantos forem as turmas do Estabelecimento de Ensino.

Art. 31 - O Conselho de Classe tem por finalidade:

I - estudar e interpretar os dados da aprendizagem na sua relação com o trabalho de professores, na direção do processo ensino-aprendizagem, proposto pelo plano curricular;

II - acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos;

III - analisar os resultados da aprendizagem na relação com o desempenho da turma, com a organização dos conteúdos e o encaminhamento metodológico;

IV - utilizar procedimentos que assegurem a comparação com parâmetros indicados pelos conteúdos necessários de ensino, evitando a comparação dos alunos entre si.

Art. 32 - O Conselho de Classe é constituído pelo: - Diretor, pelo Supervisor de Ensino, pelo Orientador Educacional, por todos os Professores que atuam numa mesma classe e um aluno representante da turma.

Art. 33 - A presidência do Conselho de Classe está a cargo do Diretor que, em sua falta ou impedimento, será substituído pelo pedagogo (a).

Art. 34 - O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em cada trimestre em datas previstas no calendário escolar, e extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim o exigir.

Parágrafo Único - A convocação para as reuniões será feita através de edital, com antecedência de 48 horas, sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros convocados, ficando os faltosos passíveis de desconto no vencimento.

Art. 35 - São atribuições do Conselho de Classe:

I - emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo ensino-aprendizagem, respondendo a consultas feitas pelo Diretor e pela Equipe Pedagógica;

II - analisar as informações sobre os conteúdos curriculares, encaminhamento metodológico e processo de avaliação que afetam o rendimento escolar;

III - propor medidas que viabilizem um melhor aproveitamento escolar tendo em vista o respeito à cultura do educando, integração e relacionamento com os alunos na classe;

IV - estabelecer planos viáveis de recuperação de alunos, em consonância com o plano curricular do Estabelecimento de Ensino;

V - colaborar com a Equipe Pedagógica na elaboração e execução dos planos de adaptação de alunos transferidos, quando fizer necessário;

VI - decidir sobre a aprovação ou reprovação de alunos que, após a apuração dos resultados finais não atinjam o mínimo solicitado pelo Estabelecimento, levando-se em consideração o desenvolvimento do aluno, até então.

Art. 36 - Das reuniões do Conselho de Classe será lavrada a ata por Secretário ad hoc em livro próprio de registro, para divulgação ou comunicação aos interessados.

GRÊMIO ESTUDANTIL

O Grêmio é a organização dos estudantes na escola. Ele é formado apenas por alunos, de forma independente, desenvolvendo atividades culturais e esportivas, produzindo jornal, organizando debates sobre assuntos de interesse dos estudantes, que não fazem parte do Plano Curricular, e também organizando reivindicações, tais

como compra de livros para a biblioteca, transporte gratuito para estudantes e muitas outras coisas.

Artigos que constam no Estatuto do Grêmio Estudantil.

Art. 54 - O Grêmio Estudantil é o órgão escolar que congrega todos os alunos do Estabelecimento com finalidade social, desportiva cultural, cívica e espiritual.

Parágrafo único - O Grêmio Júlio Nerone é composto pelos alunos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª) e os do Ensino Médio e tem como sede o próprio Estabelecimento de Ensino. Funciona de acordo com a Lei Federal nº 7.398/85 e com o acompanhamento do professor conselheiro.

Art. 55- A Diretoria do Grêmio é eleita anualmente, de acordo com as normas emanadas do órgão competente.

Art. 56- As chapas que concorrem à eleição devem ser aprovados pela Direção do Colégio.

Art. 57 - As importâncias em dinheiro recolhidas pelo "Grêmio" serão depositadas em agência bancária, em conta oficial, movimentada pelo Professor Conselheiro e pela Direção.

Parágrafo único - Todo o movimento financeiro do "Grêmio"deverá ser autorizado pelo seu Presidente e 1º Tesoureiro.

Art. 58 - O Estabelecimento de Ensino não se responsabilizará pelas dívidas ou por outros compromissos assumidos pelo "Grêmio ".

Art. 59 - O balanço anual do movimento financeiro do "Grêmio" deverá ser apresentado à Direção do Estabelecimento de Ensino ao final de cada mandato.

Art. 60- Toda regulamentação complementar sobro o funcionamento do "grêmio" deverá ser aprovada pela Direção do Colégio.

Art. 61- Ao Grêmio Estudantil compete:

I. promover a integração dos alunos entre si e destes com o corpo docente, funcionários e Direção do Estabelecimento;
II. promover atividades recreativas, literárias, artísticas, cívicas, sociais, desportivas, assistenciais e culturais;
III. defender os interesses dos alunos, apresentando à Direção, reivindicações desde que em consonância com os objetivos do Estabelecimento;

IV. preservar as tradições estudantis zelando pelo bom nome do Estabelecimento;
V. cumprir e fazer cumprir o Regimento Escolar do Estabelecimento, as determinações emanadas da Assembleia Geral e das Reuniões do Grêmio;
VI. elaborar relatório anual das atividades e relatório final da Gestão;
VII. realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural educacional, cívico, desportivo e social com entidades congêneres, assim como a filiação às entidades gerais;
VIII. lutar pela democracia permanente na Escola, pela adequação do Ensino às reais necessidades da juventude e do povo, bem como pelo ensino público e gratuito;
IX. lutar pela independência e respeito às liberdades fundamentais do povo sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, convicção política ou religiosa;
X. as atividades do "grêmio" serão supervisionadas pelo Professor Conselheiro.

Art. 62 - Ao Professor Conselheiro compete:

I. acompanhar as atividades do "grêmio", comparecendo a sua sede, no mínimo uma vez por semana;
II. manter informado o Diretor sobre as atividades do "Grêmio";
III. apresentar sugestões para o melhor funcionamento do "Grêmio".
IV. comunicar com antecedência ao Diretor, seu afastamento, justificando.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A avaliação do Projeto Político Pedagógico do Colégio será feita em reuniões que propicia momentos de reflexão entre direção, equipe pedagógica, professores, alunos e comunidade escolar, e também por meio de questionários com questões pertinentes que demonstrem a situação real, o que gostariam de mudar na proposta de ação.

Os pais são chamados na Escola para conhecer e discutir sobre as questões que fazem parte do processo pedagógico e organizacional.

A reunião com a APMF e o Conselho Escolar acompanham as ações da escola para juntos organizarem e decidirem a aplicação dos recursos desta e de outros recursos próprios destinados pela SEED: Fundo Rotativo e PDDE.

A avaliação sistemática das turmas é feita pelo professor coordenador e registrada em fichas de acompanhamento nos aspectos de aprendizagem e sócio – afetiva. A avaliação do rendimento escolar dos alunos será a formativa, onde é feito o diagnóstico, sendo contínua por meio da observação de todas as atividades desenvolvidas e por meio de vários momentos de avaliação.

A avaliação do Colégio será feita nas últimas séries de cada curso, ou seja, 8ª série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, pelo Programa de Avaliação de Rendimento Escolar, vinculado a SEED, pela SAEB e pelo MEC (ENEM).

A avaliação Institucional é aplicada por meio de questões enviada pela SEED.

A avaliação pelos alunos e comunidade escolar será feita pela pesquisa com questões como:

Aspetos positivos, negativos e sugestões.

- Quanto ao conteúdo.
- Quanto ao material e recurso didático utilizado.
- Quanto ao domínio dos conteúdos, desenvolvimento das aulas e avaliação.
- Quanto ao relacionamento professor – aluno.

Questões ao professor:

Indicar as necessidades detectadas durante o decorrer do bimestre.

Relato por escrito de sua ação pedagógica: relacionamento professor – aluno, ensino – aprendizagem e avaliação.

Questões a comunidade escolar e pais de alunos:

- Nome da escola, direção, equipe pedagógica e professores.
- Por que escolheu esta escola?
- O que você mais gosta nesta escola e o que você mudaria?

Sugestões:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº. 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN. Brasília, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.** Curitiba: SEED/DEM, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná.** Curitiba: SEED/DEPG, 1992.

Saviani, D. Educação: do senso comum `Consciência Filosófica. São Paulo: Cortez, 1987.

Vigotsky, L. S. Aformação Social da Mente. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Kuenzer, A. Z. Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 1985.

Vázquez, A Filosofia da Práxis, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

Luckesi, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 2 ed., São Paulo: Cortez, 1995.

Leontiev, A. O Desenvolvimento do Psiquismo Humano. Lisboa: Horizontes Universitários.1986.

Bock Bahia, Ana Mercês - Adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores; *www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07.pdf* acesso a Internet em 26/09/201-

Clímaco, A. A. S. Repensando as concepções de adolecência. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

Zagury, T. O adolescente por ele mesmo: orientação para pais e educadores. Rio de Janeiro: Record.1996.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

ARTE

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O homem, compreendido como ser cultural, fruidor e agente da arte, se transforma e transforma a natureza, produzindo novas maneiras de ver e de sentir. Esta maneira como vê e sente o meio em que vive, é relativa a cada momento histórico e a cada cultura, e está direta ou indiretamente ligada ao processo de educação do indivíduo.

É possível afirmar que a Arte tem função no processo de educação do homem, pois enquanto educação artística e alfabetização estética, o leva a observar o meio que o cerca, reconhecendo a organização de suas formas. Deste modo, a Arte tem como finalidade possibilitar os processos de percepção, sensibilização, cognição, reflexão, expressão e criação, necessários ao desenvolvimento global do homem, levando à construção de um leitor de mundo mais crítico, sensível e eficiente em seus posicionamentos.

O enfoque dado a Arte no ensino, deve ser fundado nesta ideia, de que o ser humano, ao transformar o mundo, também transforma a natureza e a si mesmo. Assim, uma abordagem que contemple essa relação que se estabelece na sociedade é fundamental no ensino da arte, de forma a garantir que se efetue a formação integral e de qualidade de nossos alunos.

A concepção de arte como fonte de humanização incorpora as três vertentes das teorias críticas da arte: arte como forma de conhecimento, arte como ideologia e arte como trabalho criador, por reconhecê-las como aspectos essenciais da arte na sua complexidade de produto da criação humana.

A escola constitui-se de um espaço privilegiado de educação, que dialoga entre o particular e o universal. A disciplina de Arte também deve manter este

diálogo, estabelecendo relações de nossas experiências, nossa cultura e vivência com a imagem, com os sons, com os gestos, com os movimentos e, nessa perspectiva, educar nossos alunos esteticamente, ensinando-os a ver, a ouvir criticamente, a interpretar a realidade, a fim de ampliar suas possibilidades de fruição e expressão artística.

Segundo a história social da arte as formas artísticas não são exclusivamente formas de consciência individual, mas também exprimem uma visão de mundo. Em cada cultura e em cada momento histórico, as transformações da sociedade determinam condições para uma nova atitude estética.

Para que possamos compreender melhor a nossa responsabilidade como professores de Arte e a posição que a arte-educação ocupa, ou deveria ocupar, na sociedade, é importante entender como se deu a inclusão do ensino da arte nas escolas e como ela vem sendo ensinada, quais são e como acontecem as relações com a educação escolar e com o processo histórico-social.

As formas de ensinar (práticas educativas) vinculam-se a uma pedagogia, ou melhor chamada de teoria de educação escolar, que é influenciada por ideologias e filosofias. No ensino da arte isso não se dá de forma diferente. Nossa concepção de mundo embasa as correspondências que estabelecemos entre as aulas de arte e as mudanças que acreditamos prioritárias na sociedade.

A educação escolar e o meio social exercem ação recíproca e permanente um sobre o outro. Deste modo, o ensino da arte passa por transformações referentes a cada momento histórico

No Brasil, no século XIX, pode-se definir o ensino e a aprendizagem de Arte, na pedagogia tradicional, como uma metodologia que dava ênfase a um fazer técnico, cientifico, reprodutivista e de preocupação fundamental no produto do trabalho escolar.

Mais tarde, a Escola Nova, contrária à educação tradicional, dá indícios de seguir ao encontro de uma sociedade mais democrática onde as relações interpessoais pudessem ser mais justas e satisfatórias, desde que a educação escolar conseguisse adaptar os estudantes ao seu ambiente social. O princípio mais adotado é o da função educativa da experiência, cujo centro não é nem a matéria a ensinar, nem o professor, mas sim o aluno em crescimento ativo, progressivo. No Brasil, Augusto Rodrigues, iniciou a divulgação do movimento Educar pela Arte, criando em 1948, no Rio de Janeiro, a Escolinha de Arte do Brasil. A educação

através da Arte no Brasil, buscou recuperar a valorização da arte infantil e a concepção de arte baseada na expressão e na liberdade criadoras. Mas para isso era necessário a total independência da criança, que deveria produzir seus trabalhos sem a intervenção de um adulto, o que chamamos de método da “livre expressão”. Depois dos anos 60, seguindo o método da livre expressão sem grandes cuidados, muitos professores chegaram a extremos onde tudo era permitido.

A tendência tecnicista aparece no momento em que a educação é considerada ineficiente no preparo de profissionais, tanto de nível médio quanto superior, para atender o mundo tecnológico em expansão. Essa tendência visava um acréscimo de eficiência da escola, para a formação de indivíduos mais competentes. No início dos anos 70, juntamente com o enraizamento dessa pedagogia, é assinada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692/71, que introduz a Educação Artística no currículo escolar de 1º e 2º graus. Os professores de Arte (música, desenho, trabalhos manuais, canto coral e artes aplicadas) viram esses saberes se transformarem em “meras atividades artísticas”.

Desde os anos 60, muitos educadores, preocupados com o rumo da educação escolar, passam a discutir as reais contribuições da escola, sobretudo da escola pública, pensando numa melhoria das práticas sociais. Essa tendência foi chamada de *Tendência Realista Progressista*, e sustentou a finalidade sócio política da educação, funcionando como um instrumento de luta de professores ao lado de outras práticas sociais. A partir desse pensamento, novas propostas surgem e apontam para uma educação conscientizadora do povo, e para um redimensionamento histórico do trabalho escolar público, democrático e de toda a população. De acordo com o processo histórico seguem-se as pedagogias: “libertadora”, “libertária”, “histórico crítica” ou “crítico social dos conteúdos” e “sociopolítica”.

A *Pedagogia Libertária*, enfatizando a autogestão, a não-diretividade e a autonomia vivenciadas por alunos e professores, buscava focar o trabalho na descoberta de respostas às necessidades e exigências da vida social. A *Pedagogia Libertadora,* proposta por *Paulo Freire*, era calcada na busca da transformação da prática social, através da igualdade entre professores e alunos no diálogo em sala de aula, pretendendo entender a educação como ato político e com função problematizadora e conscientizadora, levando à formação de um indivíduo transformador da realidade.

A Pedagogia Sociopolítica, surgida no fim dos anos 70, objetivava conquistar um escola pública verdadeiramente democrática. Nesta linha, ainda, surge nos anos 80, tendo como principais teóricos *Demerval Saviani* e *José Carlos Libânio*, a *Pedagogia Histórico Crítica* ou *Crítica Social dos Conteúdos*, que busca entender a escola, como uma instituição que não pode ser indiferente ao que passa ao seu redor, e que tem na prática social seu ponto de partida. No contexto dessa abordagem teórico-metodológica também é possível perceber algumas questões importantes referentes à Metodologia do Ensino por Projeto, visto que esta última valoriza a realidade vivenciada pelos alunos e busca a sua formação integral como cidadãos críticos e autônomos na construção do conhecimento.

Neste processo, o professor deverá considerar também diferentes dimensões do ensino da arte – arte como mímeses e representação; arte como expressão e arte como técnica – no sentido de contemplar, não uma dimensão isolada, mas a complexidade de suas informações sempre que possível. Pois os conteúdos, quando organizados a partir de uma análise histórica, abordados por meio do conhecimento estético e da produção artística, acabam por articular de forma mais efetiva os saberes necessários a uma formação integral e de qualidade.

Do mesmo modo, é pertinente considerar que sejam contempladas as concepções: Arte como forma de conhecimento; Arte como ideologia e Arte como trabalho criador. E, estas, também não devem ser consideradas de forma isolada, pois só contribuem para que o processo de ensino e aprendizagem na arte ocorra efetivamente, se trabalhadas de forma articulada. Nesta relação, uma concepção depende da outra, pois se não houver a criação, não há conhecimento em arte, do mesmo modo que se não houver, por trás da criação artística, uma representação do modo de pensar, ou de se comportar, então essa criação não tem sentido.

Sob esta ótica, uma proposta de ensino de Arte tem como função levar o aluno a apropriação do conhecimento estético, contextualizando-o, significando a Arte dentro de um processo criador que transforma o real, produzindo novas maneiras de ver e sentir o mundo. Para isso, cabe ao professor verificar quais são os métodos mais apropriados para cada realidade, de forma a permitir a efetivação desse processo.

OBJETIVOS

- Entrar em contato com o conhecimento historicamente produzido sobre Arte, para compreender como a sociedade se estrutura e de que maneira se organizam as formas de produção artística, como necessidade de expressão artística e cultural do homem, ao longo da história;
- Ampliar o utilizar conceitos, instrumentos e procedimentos nos trabalhos pessoais identificando-os e interpretando-os tanto na produção quanto na apreciação;
- Desenvolver o olhar em relação à leitura das representações artísticas, compreendendo-as como prática social;
- Perceber, através da apreciação e produção, a importância, função e integração das linguagens da arte, explorando os elementos básicos de cada uma e propondo a integração entre eles;
- Interpretar obras de arte, bem como o contexto do qual fazem parte;
- Explorar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos nas diversas linguagens da arte;
- Compreender diversidade cultural e desigualdade social como questões influenciadoras da arte;

1 Desenvolver a sensibilidade e a criatividade;

2 Ter uma visão crítica e saber argumentar seu ponto de vista dentro da expressão plástica, cênica e musical;

3 Perceber formas visuais, sonoras e gestuais, através do uso da percepção, da imaginação e da articulação dos elementos na estrutura formal;

CONTEÚDOS

6º ANO

Conteúdos Estruturantes: Música, Artes Visuais, Teatro, Dança.

MÚSICA

Elementos Formais:

Altura, duração, timbre, intensidade e densidade

Composição
Ritmo e melodia
Escalas: diatônica, pentatônica, cromática, improvisação

Movimentos e Períodos
Greco-romana
Oriental
Ocidental
Africana

ARTES VISUAIS
Elementos Formais:
Ponto, linha, forma, textura, superfície, cor, volume e luz

Composição
Bidimensional, figurativa, geométrica, simetria,
Técnicas: pintura, escultura, arquitetura, gravura
Gêneros: Cenas da mitologia

Movimentos e Períodos
Arte Pré-histórica
Arte Greco-romana
Arte Oriental
Arte Africana

TEATRO
Elementos Formais
Personagem, expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
Ação e espaço

Composição
Enredo, roteiro, espaço cênico, adereços
Técnicas: Jogos teatrais, teatro direto e indireto, improvisação, manipulação
Gênero: tragédia, comédia e circo

Movimentos e Períodos

Greco- Romana

Teatro Oriental

Teatro Medieval

Teatro no Renascimento

DANÇA

Elementos Formais

Movimento Corporal, tempo e espaço

Composição

Eixo, ponto de apoio, movimentos articulares, fluxo (livre e interrompido)

Rápido e lento

Formação

Níveis: Alto, médio e baixo

Deslocamento: Direto e indireto

Dimensões: Pequeno e Grande

Técnicas: Improvisação

Gênero: Circular

- Movimentos e Períodos

Pré-história

Greco-romana

Renascimento

Dança clássica

7º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES: MÚSICA**,** ARTES VISUAIS, TEATRO, DANÇA.

MÚSICA

Elementos Formais

Altura, duração, timbre, intensidade e densidade

Composição

Ritmo, melodia, escalas

Gênero: folclórico, indígena, popular e étnico
Técnicas: vocal, instrumental e mista
Improvisação
Movimentos e Períodos
Música popular e étnica (ocidental e oriental)

ARTES VISUAIS
Elementos Formais
Ponto, linha, forma, textura, cor, superfície, volume e luz
Composição
Proporção
Tridimensional
Figura-fundo
Abstrata
Perspectiva
Técnicas: desenho, pintura, escultura, modelagem e
Gêneros: Paisagem, retrato e natureza-morta
Movimentos e Períodos
Arte Indígena
Arte Popular
Arte Brasileira e paranaense
Renascimento
Barroco

TEATRO
Elementos Formais
Personagem, expressões corporais, gestuais e faciais
Ação e espaço
Composição
Representação, leitura dramática e sonografia
Técnicas: Jogos teatrais, mímica, improvisação, formas animadas
Gêneros: Rua e arena
Caracterização
Máscara

Movimentos e Períodos
Comédia Dell'Arte
Teatro popular
Brasileiro e Paranaense
Teatro Africano

DANÇA
Elementos Formais
Movimento corporal, tempo e espaço
Composição
Ponto de apoio, rotação, coreografia, salto e queda, peso (leve e pesado), fluxo (livre, interrompido e conduzido)
Lento, rápido e moderado
Níveis: alto, médio e baixo
Formação, direção, formação
Gênero: folclórica, popular e étnica
MOVIMENTO E PERÍODOS
Dança popular
Brasileira
Paranaense
Africana
Indígena

8º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES: MÚSICA, ARTES VISUAIS, TEATRO, DANÇA.

MÚSICA
Elementos Formais
Altura, duração, timbre, intensidade e densidade
Composição
Ritmo, melodia, harmonia
Tonal, modal e a fusão de ambos

Técnicas: vocal, instrumental e mista
Movimentos e Períodos
Indústria cultural, eletrônica,minimalista
Rap, Rock, Techno

ARTES VISUAIS
Elementos Formais
Ponto, linha, forma, cor, volume, textura, superfície, luz
Composição
Semelhanças, contrastes, ritmo visual, estilização, deformação
Técnicas: desenho, fotografia, audiovisual e mista
Movimentos e Períodos
Indústria Cultural
Arte no século XX
Arte Contemporânea

TEATRO
Elementos Formais
Personagem, expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
Ação e espaço
Composição
Representação no cinema e mídias
Teatro dramático
Maquiagem
Sonoplastia
Roteiro
Técnicas: Jogos teatrais, sombra e adaptação cênica
Movimentos e Períodos
Indústria cultural
Realismo
Expressionismo
Cinema novo

DANÇA

Elementos Formais
Movimento corporal, tempo e espaço
Composição
Giro, rolamento, saltos,
Aceleração e desaceleração
Direções: frente, atrás, direita e esquerda
Improvisação
Coreografia
Sonoplastia
Gêneros: Indústria cultural e espetáculo
Movimentos e Períodos
Hip-hop
Musicais
Expressionismo
Indústria cultural
Dança Moderna

9º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES: MÚSICA, ARTES VISUAIS, TEATRO, DANÇA.

MÚSICA
Elementos Formais
Altura, duração, timbre, intensidade e densidade
Composição
Ritmo, melodia, harmonia
Técnicas: vocal, instrumental e mista
Gênero: popular, folclórico e étnico
Movimentos e Períodos
Música engajada
Música Popular Brasileira
Música Contemporânea

ARTES VISUAIS

Elementos Formais

Linha, forma, volume, textura, superfície, cor e luz

Composição

Bidimensional, tridimensional, figura- fundo, ritmo visual

Técnicas: pintura, grafite, performance

Gêneros: paisagem urbana, cenas do cotidiano

Movimentos e Períodos

Realismo

Vanguardas

Muralismo

Arte latino-americana

Hip-hop (*grafite*)

TEATRO

Elementos Formais

Personagem, expressões corporais, vocais, gestuais e faciais

Ação e espaço

Composição

Monólogo, Jogos teatrais, direção, ensaio e teatro fórum

Dramaturgia, cenografia, sonoplastia, iluminação e figurino

Movimentos e Períodos

Teatro engajado

Teatro do absurdo

Teatro do oprimido

Teatro Pobre

Vanguarda

DANÇA

Elementos Formais

Movimento corporal, tempo e espaço

Composição

Ponto de apoio, peso, fluxo, quedas, saltos, giros, rolamentos

Extensão (perto e longe)

Coreografia

Deslocamento

Gêneros: performance e moderna

Movimentos e Períodos

Dança contemporânea

Dança Moderna

Vanguardas

CONTEÚDOS ESTRUTURANTE PARA O ENSINO MÉDIO

1ª SÉRIE

MÚSICA

Elementos Formais

Altura, Duração, Timbre, Intensidade, Densidade

Composição

Ritmo, melodia, Harmonia, Escalas modal e tonal; Gêneros popular, étnico e indústria cultural; Técnicas: vocal, instrumental, eletrônica; Improvisação.

Movimentos e Períodos

Música Oriental

Música Africana

Música Popular

Música Paranaense

Indústria Cultural

Música Engajada

ARTES VISUAIS

Elementos Formais

Ponto, Linha, Forma, Textura, Superfície, Volume, Luz, Cor.

Composição

Bidimensional, Tridimensional, Figurativo, Abstrato, Semelhanças, Deformação, Estilização, Técnicas: Pintura, Desenho, Gravura, Escultura,

Arquitetura, História em Quadrinhos; Gêneros: Retrato e Paisagem; Cenas do Cotidiano, Histórica, Religiosa e da Mitologia.

Movimentos e Períodos
Arte Ocidental
Arte Oriental
Arte Africana
Arte Popular
Indústria Cultural
Arte Contemporânea

TEATRO
Elementos Formais
Personagem, expressões, corporais, vocais, gestuais e faciais
Ação e Espaço
Composição
Técnicas: Jogos teatrais, teatro direto e indireto, mímica; Encenação: Leitura dramática;
Gêneros: Tragédia e comédia, Épico; Representação nas mídias, caracterização, figurino.
Movimentos e Períodos
Teatro Greco-Romano
Teatro Medieval
Teatro Renascentista
Teatro Brasileiro
Teatro Paranaense
Teatro Popular
Indústria Cultural
Teatro Engajado

DANÇA
Elementos Formais
Movimento Corporal, Tempo e Espaço
Composição

Salto e queda, Giro, Rolamento, Níveis, Deslocamento, Direção, Planos, Improvisação, Coreografia, Gêneros: Dança Étnica, Folclórica, Popular, de Salão, Espetáculo, Indústria Cultural.

ELEMENTOS CONTEXTUALIZADORES

Pré-História

Greco-Romana

Medieval

Renascentista

Dança Popular

Africana e Indígena

Brasileira

Paranaense

Hip-hop

Indústria Cultural

2ª SÉRIE

MÚSICA

Elementos Formais

Altura, Duração, Timbre, Intensidade e Densidade

Composição

Ritmo, Melodia, Harmonia, Escalas modal e tonal; Gêneros: erudito, clássico e popular; Técnicas: vocal, instrumental, informática e mista; Improvisação.

Movimentos e Períodos

Música de Vanguarda

Indústria Cultural

Música Brasileira

Música Engajada

Música latino-americana

ARTES VISUAIS

Elementos Formais

Ponto, Linha, Forma, Textura, Superfície, Volume, Luz, Cor

Composição

Bidimensional, Tridimensional, Figura-fundo, Figurativo, Abstrato, Perspectiva, Contraste, Simetria;

Técnicas: Pintura, Desenho, Gravura, Escultura, Instalação, Performance, Fotografia;

Gêneros: Retrato, Paisagem, Natureza-morta; Cenas do Cotidiano, Histórica, Religiosa e da Mitologia.

Movimentos e Períodos

Indústria Cultural

Arte Contemporânea

Arte Latino-Americana

Arte de Vanguarda

TEATRO

Elementos Formais

Personagem, Ação, Espaço, Expressões corporal, vocal, gestual, facial.

Composição

Técnicas: Jogos teatrais, teatro direto e indireto, roteiro; Gêneros: Épico, Drama, Dramaturgia, Caracterização, Figurino, Sonoplastia, Iluminação, Direção e Produção.

Movimentos e Períodos

Teatro Engajado, Teatro Dialético, Teatro do Oprimido, Teatro Pobre, Teatro de Vanguarda, Teatro Realista e Teatro Simbolista.

DANÇA

Elementos Formais

Movimento Corporal, Tempo e Espaço

Composição

Fluxo, Peso, Eixo, Ponto de apoio, Níveis, Movimentos articulares, Lento, Rápido e Moderado, Aceleração e Desaceleração, Improvisação, Coreografia,

Gêneros: Espetáculo, Indústria Cultural.

ELEMENTOS CONTEXTUALIZADORES

Indústria Cultural

Dança Moderna
Dança Clássica
Vanguardas
Dança Contemporânea

METODOLOGIA

Pretende-se direcionar formas efetivas de levar o aluno a apropriar-se do conhecimento em arte, que produza novas maneiras de perceber e interpretar tanto os produtos artísticos quanto o próprio mundo. Nesse sentido, educar os alunos em arte é possibilitar-lhes um novo olhar, um ouvir mais crítico, um interpretar a realidade, bem como a ampliação das possibilidades de fruição.

- Apreciação de imagens de diferentes naturezas: produções artísticas, fotografia, imagens publicitárias e televisivas, de maneira a contribuir efetivamente para a construção do imaginário estético e ético da formação dos alunos;
- Produção visual, audiovisual, sonora, cênica ou de movimento, com pesquisa e exploração de procedimentos e materiais diversificados;
- Trabalho de pesquisa e produção teórica, com embasamento e argumentação;
- Exercícios de leituras de imagens, apreciação audiovisual ou sonora, seguidas de dinâmicas, motivando o reconhecimento dos elementos das diferentes linguagens, de forma a relacioná-las com o seu cotidiano;
- Exercício da oralidade e da expressividade por meio de apresentações individuais e coletivas, além da constante reflexão e discussão dos próprios trabalhos e dos colegas;
- Organização de exposições das produções dos alunos, em mostras culturais;
- Criação de combinações rítmicas para expressar-se através do corpo, explorando os sons de instrumentos musicais, como os de percussão, além do próprio corpo como instrumento;
- Trabalho com expressão corporal através de exercícios de improvisação teatral e jogos dramáticos;

AVALIAÇÃO

A avaliação, no sentido de rever a prática pedagógica de modo que leve ao aluno a apropriação do conhecimento, assume caráter dinâmico, contínuo e cooperativo da prática pedagógica e requer participação de todos os envolvidos no processo.

É interessante, portanto, que seja avaliado o processo, ou seja, o domínio que o aluno vai adquirindo dos modos de organização dos conteúdos para que ele possa se expressar.

A forma de acompanhamento do aprendizado deve refletir o trabalho realizado, privilegiando os conteúdos já dominados pelo aluno ou aqueles que foram ampliados ao longo do percurso.

De forma a não tornar a avaliação totalmente subjetiva, deve estar pautada em critérios previamente estabelecidos, os quais constituem níveis de idealidade a serem atingidos.

Este processo será contínuo, somando práticas em sala, trabalhos de pesquisa, apresentações, seminários, entre outros, além de avaliações escritas e do próprio acompanhamento sobre a organização e a participação ativa e crítica do aluno em sala.

O processo de recuperação dos conteúdos acontecerá de forma paralela, sendo que para as propostas práticas, será revisado o conteúdo em questão e proposto ao aluno que reelabore o trabalho. Já para as propostas teóricas, um novo instrumento de avaliação será utilizado, também após revisão dos conteúdos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALABRIA, Carla Paula B, Raquel Valle Martins. **Arte, história & produção.** São Paulo: FTD, 1997 vol. 1 e 2.

CANTELE, Bruna Renata, Angela Cantele Leonardi. **Arte linguagem Visual.** São Paulo: IBEP, s/ d.

COOL, César, Ana Teberosky. **Aprendendo arte.** São Paulo: Ática, 2000.

HADDAD, Denise A., Dulce Gonçalves Morbim. **A arte de fazer arte.** São Paulo: Saraiva,2001, 2.ª ed.

IAVELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

OTT, Robert William. Ensinando crítica nos museus. In: **Arte-educação: leitura de subsolo** – Ana Mae Barbosa (org.) – São Paulo: Cortez, 1997.

PROENÇA, Graça. **História da arte.** São Paulo: Ática,1997

BIOLOGIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Na trajetória histórica da Ciência, a Biologia, percebe-se que o objeto de estudo disciplinar sempre esteve pautado pelo fenômeno VIDA e influenciado pelo pensamento historicamente construído, correspondente à concepção de Ciência de cada época à maneira de conhecer a natureza (método).

Desde a Antiguidade até a contemporaneidade este fenômeno foi entendido de maneiras diferentes sendo conceituado tanto pela filosofia natural quanto pelas ciências naturais, tornando-se referencial na construção do conhecimento biológico, e na construção de modelos interpretativos do fenômeno VIDA.

Nestas Diretrizes Curriculares são apresentados quatro modelos interpretativos do fenômeno VIDA, como base estrutural para o currículo de Biologia no Ensino Médio. Cada um deles deu origem a um Conteúdo Estruturante que permite conceituar VIDA em diferentes momentos da história da humanidade e desta forma, auxiliar no entendimento do homem no momento histórico atual, sendo este, parte da Ciência como construção humana.

Os conteúdos estruturantes que embasam a Proposta Curricular de Biologia deste Colégio são: **Organização dos Seres Vivos; Mecanismos Biológicos; Biodiversidade**: relações ecológicas, modificações evolutivas e Manipulação Genética.

Sendo assim, conteúdos estruturantes apontam como a Biologia se constituiu como conhecimento, e como esta tem influenciado na construção de uma concepção de mundo contribuindo para que se possam compreender as implicações sociais, políticas, econômicas e ambientais que envolvem a apropriação deste conhecimento biológico pela sociedade.

Os Conteúdos Estruturantes de Biologia foram estabelecidos buscando-se sua historicidade para que se perceba a não neutralidade da construção do pensamento científico e o caráter transitório do conhecimento elaborado.

Organização Dos Seres Vivos**:** O estudo dos organismos - vírus, bactérias, protozoários, fungos, animais e vegetais, possibilita a compreensão da vida como manifestação de sistemas organizados e integrados em constante interação com o ambiente físico-químico.

O propósito deste Conteúdo é partir do pensamento biológico descritivo que permite classificar os seres vivos para a análise da diversidade biológica existente e das características e fatores que determinaram o aparecimento e/ou extinção de algumas espécies ao longo da história.

Mecanismos Biológicos: O Conteúdo Estruturante “Mecanismos Biológicos” apresenta uma proposta que privilegia o estudo dos mecanismos que explicam como os sistemas orgânicos dos seres vivos funcionam.

Neste contexto, propõe-se desde o estudo dos componentes celulares e suas respectivas funções até o funcionamento dos sistemas que constituem os diferentes grupos de seres vivos, como por exemplo, a locomoção, a digestão e a respiração.

Com a construção e aperfeiçoamento do microscópio e a contribuição de outros estudos da Física e da Química, foi possível estabelecer uma análise comparativa entre organismos unicelulares e pluricelulares, numa perspectiva evolutiva, como relata a história da Ciência.

Porém, o que se pretende neste Conteúdo Estruturante é partir da visão mecanicista do pensamento biológico ampliando-se a discussão sobre a organização dos seres vivos, que está baseada na visão macroscópica e descritiva desta natureza, para uma visão evolutiva, com o propósito de compreender a construção de conceitos científicos na Biologia.

Biodiversidade: Este Conteúdo Estruturante apresenta uma proposta que torna possível a reflexão e indução à busca de novos conhecimentos na tentativa de compreender o conceito biodiversidade.

Entende-se por biodiversidade um sistema complexo de conhecimentos biológicos interagindo num processo integrado, dinâmico, envolvendo a variabilidade genética, a diversidade de seres vivos, as relações ecológicas estabelecidas entre eles e com a natureza, e os processos evolutivos pelos quais os seres vivos têm sofrido transformações.

Com os conhecimentos da genética, novos caminhos foram abertos possibilitando uma melhor compreensão acerca dos processos de modificação dos seres vivos ao longo da história da humanidade. Pesquisas sobre o ácido desoxirribonucleico (DNA) muito vem contribuindo para este entendimento, uma vez que ele passou a ser considerado como a molécula da vida.

Pretende-se com este Conteúdo Estruturante discutir a respeito dos processos pelos quais os seres vivos sofrem modificações, perpetuam uma variabilidade genética e estabelecem relações ecológicas, garantindo a diversidade de seres vivos. Destaca-se, assim, à construção do pensamento biológico evolutivo, considerando, também, os pensamentos descritivo e mecanicista já apresentados.

Implicações Dos Avanços Biológicos No Fenômeno Vida: Este Conteúdo Estruturante apresenta uma proposta voltada para as implicações da engenharia genética sobre a VIDA, considerando-se que, com os avanços da biologia molecular, há a possibilidade de manipular o material genético dos seres vivos.

Neste contexto poderão ser estudados os avanços da genética molecular; as biotecnologias aplicadas, e aspectos bioéticos dos avanços biotecnológicos, como a fertilização em *vitro* e células-tronco, clonagem, eutanásia, transgênicos, entre outros.

A Ciência e a Tecnologia são conhecimentos produzidos pelos seres humanos e interferem no contexto de vida da humanidade. Não se pode impedir o desenvolvimento da Ciência, mas todo cidadão tem o direito de receber esclarecimentos sobre como as novas tecnologias vão afetar a sua vida.

A abordagem dos conteúdos específicos deste Conteúdo Estruturante permite perceber como a aplicação do conhecimento biológico interfere e modifica o contexto de vida da humanidade, necessitando assim, da participação e da crítica de cidadãos responsáveis pela VIDA.

Segue-se a orientação de que os conteúdos não sejam ensinados com um fim em si mesmos, como resultados científicos, mas que se liguem à significação humana e social. Desta forma, os conteúdos específicos não estabelecem as

posições entre cultura popular/conhecimentos espontâneos e cultura erudita, mas uma relação de continuidade em que o conhecimento sistematizado supera a apreensão da realidade realizada pela experiência imediata.

Desta forma, a disciplina de Biologia é capaz de relacionar diversos conhecimentos específicos entre si e com outras áreas de conhecimento e deve priorizar o desenvolvimento de conceitos cientificamente produzidos e propiciar reflexão constante sobre as mudanças de tais conceitos em decorrência de questões emergentes.

O direcionamento do ensino de biologia deve ocorrer no sentido de produzir um conhecimento efetivo, de significado próprio, não somente propedêutico, organizar o aprendizado na área, e de certa forma, na disciplina manifestando a busca da interdisciplinaridade e contextualização e detalhando entre os objetivos educacionais amplos desse nível de ensino relacionadas com o conhecimento.

Esta é uma proposta que proporcionará um aprendizado útil de vida e o trabalho, no qual as informações, o conhecimento e os valores desenvolvidos sejam reais de percepção, de satisfação, da cultura da interpretação, de julgamento, de atuação e de aprendizado permanente, evitando tópicos cujos os sentidos só possam ser compreendidos em outra etapa de escolaridade.

Esta área do conhecimento deve envolver de forma combinada, o desenvolvimento de conhecimentos, mas amplos e abstratos, que correspondam a uma procura geral e uma visão do mundo.

Desde o surgimento da humanidade, o homem tenta resolver seus problemas e ensaia explicações sobrenaturais. Produzir ciência faz parte da atividade humana. Ensinar como o conhecimento é produzido exige pensá-lo numa dimensão de historicidade, considerando que o processo de produção é determinado pelas condições sociais da época. A ciência nasceu da contemplação da natureza. Explicações sobrenaturais para os fenômenos satisfazem as civilizações primitivas. Essas explicações eram passadas de pai para filho dentro das pequenas comunidades, isso durou até a instituição da escola, centrada no professor, dono do saber, que através de exposições, transmitia aos seus alunos, receptores passivos que devem devolvê-los nas provas tal como foi recebido, sem nenhum questionamento. Surge a ciência experimental onde o mundo é observado a partir do real, do observável. Essa nova concepção de ciência tem exercido influencia nas propostas de ensino surgidas recentemente. A dificuldade na

aquisição de novos conhecimentos não esta na existência de conhecimento prévio dos alunos, baseados em idéias intuitivas ou pré/conceituais e sim na forma como esses conhecimentos são adquiridos. Sendo assim, no ensino de ciência e biologia, o aluno deve encontrar espaço para incorporar tanto os conhecimentos atualmente disponíveis quanto os mecanismos de produção desses conhecimentos." (GEILSA COSTA SANTOS).

O aprendizado deve contribuir não só para o conhecimento técnico, mas também para uma cultura mais ampla desenvolvendo meios para se interpretarem fatos naturais, para se compreenderem procedimento e equipamentos do cotidiano social. Deve proporcionar a construção de compreensão dinâmica da nova vivência material, de convívio harmônico com o mundo da informação, de entendimento histórico da vida social e produtiva. Ter percepção evolutiva da vida, e do cosmos: enfim, um aprendizado com caráter prático e crítico e uma participação no nome da cultura científica, ingrediente essencial da aventura humana.

Associando-se à Biologia enquanto produto histórico tem-se o desenvolvimento da Biotecnologia e a compreensão de conceitos científicos, os quais geram conflitos filosóficos, científicos e sociais, pois põe em discussão a manipulação do material genético, alterando a concepção do fenômeno VIDA.

Os conhecimentos biológicos, de um lado, proporcionam ao aluno a aproximação com a sua experiência concreta, mas por outro, como elemento de análise crítica, na perspectiva de superação das concepções anteriores, de estereótipos e de pressões difusas da ideologia dominante (SNYDERS, 1974; LIBÂNEO, 1983).

Esta proposta pretende que os conteúdos sejam abordados de forma integrada destacando os aspectos essenciais do objeto de estudo da disciplina, relacionando-os a conceitos oriundos das diversas ciências de referência da Biologia. Tais relações deverão ser desenvolvidas ao longo do Ensino Médio num aprofundamento conceitual e reflexivo, com a garantia do significado dos conteúdos para a formação do aluno neste nível de ensino .

Assim, no ensino e aprendizagem desta disciplina pretende-se compreender o processo de construção do pensamento biológico presente na História da Ciência e reconhecer a Ciência como uma construção humana, enquanto luta de idéias, solução de problemas e proposição de novos modelos interpretativos, não atendendo somente para seus resultados.

As explicações para o surgimento e a diversidade da vida levam a proposição de conhecimentos científicos os quais conviveram e convivem com outros sistemas explicativos como, por exemplo, os teológicos, filosóficos e artísticos.

Com a introdução de elementos da história torna-se possível compreender que há uma ampla rede de relações entre a produção científica e o contexto social, econômico, político e cultural, verificando-se que a formulação, a validade ou não das diferentes teorias científicas está associada ao momento histórico em que foram propostas e aos interesses dominantes do período.

Ao considerar o embate entre as diferentes concepções teóricas propostas para compreender um fato científico ao longo da história, torna-se evidente a dificuldade de consolidação de novas concepções em virtude das teorias anteriores, pois estas podem agir como obstáculos epistemológicos.

Torna-se importante, então, considerar a necessidade de se conhecer e respeitar a diversidade social, cultural e as idéias primeiras do aluno, como elementos que também podem constituir obstáculos à aprendizagem dos conceitos científicos que levam a compreensão do conceito VIDA.

Através do estudo da biologia o aluno deverá:

- Compreender a saúde com bem individual e comum que deve ser promovido pela ação coletiva;
- Compreender a natureza como um todo dinâmico e o ser humano, em essencial com os demais seres vivos e outros componentes do ambiente;
- Identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica;
- Formular questões, diagnosticar e propor soluções para os problemas reais a partir do elemento das Ciências Naturais, colocando em prática: conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidas no aprendizado escolar;
- Saber combinar leituras, observações, experimentações, registros etc, para a coleta, organização, comunicação e discussão de fatos e informações.
- Saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo sistema,equilíbrio, e vida;
- Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para a construção objetiva do conhecimento;

- Compreender a tecnologia como meio para suprir necessidade humanas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e ao homem, visando as questões socioambientais;
- Reconhecer a ciência como uma produção humana que se desenvolvendo por necessidade criadas pelo homem, determinando e sendo e sendo determinada pela sociedade. Também conhecer as implicações morais éticas da ciência;
- Compreender a saúde pessoal, social e ambiental como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos por ação diferentes agentes.

Os conteúdos estruturantes são entendidos como os saberes mais amplos da disciplina que podem ser desdobrados nos conteúdos pontuais que fazem parte de um corpo estruturado de saberes construídos acumulados historicamente que identificam a disciplina como um campo de conhecimento.

Dentro da perspectiva dos conteúdos escolares como saberes, o termo “conteúdo” não se refere apenas a fatos, conceitos, explicações destinados aos alunos, para que estes conheçam, memorizem, compreendam, apliquem e relacione.

Na Biologia os conteúdos vão além dos fatos simples, uma única célula envolve vários processos bioquímicos e organelas, e deste conceito único, devo relacionar os conteúdos com o mundo e com os fenômenos que ocorrem , de modo investigativo, permitindo a pesquisa permitindo a pesquisa científica e sempre com base estágios da aprendizagem e de desenvolvimento intelectual do aluno.

Os Conteúdos Estruturantes de Biologia ao mesmo tempo agrupam as diferentes áreas da biologia proporcionam um novo pensar sobre como relacioná-los sem que se perca de vista o objetivo de ensino da disciplina do Ensino Médio.

A nova proposta pretende modificar a estrutura firmada pela trajetória que o ensino de Biologia vem atravessando nessas últimas décadas.

Estabelece os conteúdos estruturantes, um novo olhar, uma forma de relacioná-los com seus conteúdos pontuais sobre os pontos de vista vertical, transversal, horizontal, procurando uma lógica dialética que leve o professor a integrá-los relacioná los de maneira que o aluno não tenha mais uma visão fragmentada da biologia.

CONTEÚDOS

Organização dos Seres Vivos.

(Biologia celular e molecular, Histologia, zoologia, Botânica, Microbiologia, ecologia).

- Compreender a organização dos seres vivos e do surgimento da vida na terra;
- Estabelecer relações de inclusão de estruturas do organismo humano: sistema, órgão, tecidos e células, bem com, localização e função;
- Compreender que os seres vivos possuem características diferentes, fazem parte de uma classificação e são estudados através das evidencia evolutivas;
- Compreender as estruturas básicas que organizam e determinam o funcionamento de cada ser vivo, compreendendo as relações ecológicas existentes em diferentes grupos;
- Explicar situações naturais ou experimentos de apodrecimento de alimentos ou restos de seres vivos, aplicando o conceito de decomposição pela atividade trófica das bactérias.
- Entender a ideia de célula e sua importância como unidade morfofuncional dos seres vivos.
- Comprar células e tecidos do corpo humano e como se comportam nas diferentes funções.
- Relacionar o processo da passagem de nutrientes e água para as células.
- Sequenciar seres vivos em cadeias alimentares simples, a partir de hábitos alimentares do conjunto de seres vivos habitantes de um mesmo ambiente.

CONTEÚDOS

1ª SÉRIE

Introdução à Biologia

Conceito à biologia;

Características gerais dos seres vivos: composição de química, reprodução, respiração

Citologia:

- Histórico da citologia e microscopia;
- Diferenças entre células procarióticas e eucarióticas;

- Ecologia
- Componentes estruturais de um ecossistema;
- Cadeia e rede alimentar;
- Os níveis tróficos;
- Fluxo de energia;
- Relações ecológicas;
- Ecologia das populações;
- Desequilíbrios ambientais;
- Ciclos bioquímicos;

Reprodução Humana

Embriologia;

Histologia animal;

Citologia

- Envoltórios celulares: composição química, Transporte de nutrientes (osmose, difusão facilitada, transporte ativo, e bomba de sódio e potássio);
- Organelas celulares: constituição e funções que desempenham na célula (Citoplasma celular)
- Núcleo celular: estrutura do núcleo e sua respectivas funções, divisões celulares (mitose e meiose);
- Reprodução humana: Gametogêneses, sistema genital masculino e feminino; fecundação;
-

Origem da evolução da vida.

- Teorias do surgimento da vida;
- Lamarck e Darwin
- Mutação

Origens das espécies.

- Conquista do ambiente pelos seres vivos;
- Reprodução humana, embriologia e genética;
- Reprodução humana e embriologia;

- Citologia
- Diferenças entre os seres procarióticos e eucariótico
- Ecologia
- Relação entre os seres vivos de uma comunidade e ecologia da população;

Origem da evolução dos seres vivos;

1- Hipótese sobre a origem da vida;
2- Evolução – teorias e evidencias;
   - Pensamento evolutivo;
   - Evidências evolutivas;
   - As idéias de Lamark;
   - Teoria da seleção natural;
   - Teoria sintética da evolução;
   - Biologia Celular e Molecular;
   - Embriologia;
   - Fecundação em vitro;
   - Células Tronco;
   - Citologia;
   - Código genético;
   - Introdução;
   - Ecologia;

Ação do homem e seus avanços tecnológicos X meio ambiente;

Reprodução humana;

- Doenças sexualmente transmissíveis;
- Gravidez na adolescência;
- Métodos anticoncepcionais;

2ª SÉRIE

Organização dos seres vivos

Diversidade dos seres vivos;

Noções de sistemática;

Nomenclatura;

Classificação dos seres vivos

Vírus;

- Introdução;
- Bacteriófagos;
- Vírus de Plantas;
- Vírus de animais:

Reino Monera;

- Características estruturais; Diversidade morfológica;
- Classificação das bactérias;

Reino Protista;

Introdução:Grupos de Protozoários; Algas

Reino Fungi;

- Características gerais
- Características dos fungos: (Zigomicetos, Ascomicetos, Basiodiomicetos e líquens;

Reino Plantae;

- Características gerais das plantas;
- Classificação das plantas -principais grupos: Brófitas, pteridóftas, gimnospermas e angiospermas
- Anatomia das plantas;
- Ecologia das plantas – Biomas, extinção das espécies, agrotóxicos e alimentos orgânicos;

Reino Animália – Invertebrados:Poríferos; Cindários; Plantelmintes;

- Nematelmintes;Molusca; Annelidea; Arthopodes; Echinodermata
- Características gerais e estruturas;
- Classificação dos animais nos seus diversos grupos;
- Principais representantes e a importância ecológica e econômica dos grupos.

Reino Animália – Vertebrados:Peixes; Anfíbios; Répteis; Aves; Mamíferos:

- Características gerais e estruturais;
- Classificação dos animais nos diversos grupos,

- Principais representantes e importância ecológica e economia dos grupos;

Classificação dos seres vivos

Vírus

- Ciclo reprodutivo viral;
- estrutura do vírus;
- Os vírus e a saúde humana;
- Vacinação;

Reino Monera

- Reprodução
- As bactérias e a saúde humana;

Reino Protista

- Os protozoários e a saúde humana;
- Reprodução;
- Ciclo de vida nas algas;

Reino Fungi

- Reprodução dos fungos;
- Prejuízos causados pelos fungos;
- Reino Plantae
- Anatomia e fisiologia das plantas gimnospermas e angiospermas;
- Importância econômica das plantas;

Reino Animália invertebrados

- Poríferos;
- Cindários
- Platelmintes
- Nematelmintes
- Molusca
- Annelidea
- Arthopodes
- Echinodermata
- Fisiologia dos principais animais dentro dos grupos;
- Reprodução, nutrição e ciclo de vida;

- Doenças causada por alguns grupos.

  Reino Animália: Vertebrados:

- peixes,anfíbios,répteis,aves e mamíferos
- Fisiologia dos principais animais dentro dos grupos;
- Reprodução, nutrição e ciclo da vida
- Doenças causadas por alguns grupos;

Ecologia

- Ecossistemas aquáticos
- Biomas (preservação de espécies ameaçadas de extinção)

Reino Monera

- Importância das bactéria para a humanidade;

Reino Protista

- Importância econômica e ecológica das algas;

Reino Fungi

- Importância ecológica e econômica dos fungos

Reino Plantae

- Importância econômica das plantas;
- Uso de agrotóxicos;
- alimentos orgânicos;

Reino Animália: Invertebrados

- Poríferos;
- Cindários
- Platelmintes
- Nematelmintes
- Molusca
- Annelidea
- Arthopodes
- Echinordemata

Acidentes causados por artrópodes;

- Animais em risco de extinção dos diversos grupos;

Reino Animália: Vertebrados

- Peixes
- Anfíbios
- Répteis
- Aves
- Mamíferos
- Acidentes causados por artrópodes;
- Animais em risco de extinção dos diversos grupos

Reino Monera;

- Bactérias utilizadas na biotecnologia
- Reino plantae
- Impacto de plantas transgênicas no sistema de produção de alimentos;

3ª SÉRIE

Manipulação Genética

Diferenciação de seres procarióticos e eucarióticos (revisão para subsídios)
Mecanismo biológicos (zoologia, Botânica, Ecologia);

- Identificar reações químicas e combustão, como as reações em que os reagentes são sempre combustível e oxigênio, produzindo gás carbônico, sempre com liberação de calor para o ambiente;
- Identificar problemas ambientes hipóteses relacionas a sua causas, em descrições de situações reais;
- Estabelecer relações entre a qualidade de vida do homem e condições saudáveis do ambiente relacionado este fato com diversas poluições do solo e destino do lixo.
- Identificar e avaliar índices de biodiversidades em ambientes preservados e naqueles transformados pelo homem

- Descrever características do aspectos ou da composição de diferente ambientes aquáticos ou terrestres, naturais ou transformados.
- Reconhecer relações de dependência entre os seres vivos e este com os demais componentes do meio ambiente.
- Estabelecer relações entre qualidade de vida humana e as condições ambientais;
- Entender o morfo fisiologicamente as espécies e diferenciá-las;
- Identificar a importância das bactérias, dos protozoários e do vírus a partir a partir de descrições de sua característica e atividades.
- Relacionar esse reinos com as principais doenças humanas e como preveni-las e tratá-las
- Compreender as principais características do reino vegetal e relacioná-los a reino distintos;
- Reconhecer os principais Filos dos animais e explicar estes.
- Identificar as principais características dos filos do reino animal.
- Relacionar os animais apresentados de cada filo com os ambientes em que vivem e sua importância econômica.
- Diferenciar filo dos vertebrados e dos invertebrados e sua característica.
- Saber da importância econômica como na indústria alimentícia, bem como farmacêutica.
- Distinguir as principais características dos animais que permitem diferenciá-los dos outros.
- Relacionar os animais representados em cada filo com ambiente em que vivem.

Citogenética

- Núcleo celular: (DNA, RNA, Cromossomos, genes e DNA;
- divisão celular (mitose e meiose);
- Duplicação do DNA;
- Síntese do DNA
- RNA, Transcrição

Genética:

- Introdução; termos usados em genética;
- História da genética;
- Genética no cotidiano;
- Leis de Mendel: Primeira Lei de Mendel, Segunda Lei de Mendel;
- Herança ligada ao sexo;
- Herança de grupos sanguíneos na espécie humana;

Anatomia e Fisiologia Humana

- Sistema de coordenação nervoso e endócrino
- Sistemas de nutrição: cardiovascular, respiratório e digestório;
- Sistema excretor;
- Sistema de relacionamento: esquelético, muscular, e órgão dos sentidos;
- Sistema Reprodutivo;

Biodiversidade:

(Biologia celular e molecular, genética, evolução, Fisiologia comparada animal e vegetal).

Objetivos :

- Reconhecer as diversas teorias do surgimento dos seres vivos na terra;
- Observar e entender o aumento do nível de complexidades dos estudos dos filos dos animais, e sua evolução ao longo do tempo para adaptação do habitat.
- Reconhecer a genética como base dos conhecimentos básicos em diversos campos como: Medicina, na agricultura etc;
- Entender a espécie humana pertencente ao reino animal, repleto de similaridades com os demais animais, mas dotadas de características próprias como evolução, sociabilidade, cultura e capacidade de transformar o ambiente.
- Relacionar o processo de passagem de nutrientes e água, bem como, do sistema digestório para o circulatório, ou seja, vasos capilares e seu

transporte cardiovascular e absorção pelos tecidos, compreendendo a grande e a pequena circulação, quando nos referimos ao sistema respiratório em conjunto.

- Reconhecer ao ciclo reprodutivo existente no reino vegetal;
- Reconhecer as funções da plantas;
- Reconhecer a importância da fotossíntese para as plantas, na produção do seu próprio alimento;
- Importância econômica em relação aos vegetais, bem como, plantas medicinais e tóxicas;
- Reconhecer e entender a funcionalidade do sistema respiratório, sua funções;
- Compreender que a poluição do meio atmosférico interfere e contribui nas doenças respiratórias;
- Importância sobre doação de sangue e reconhecimento do sistema ABOe Rh.
- Reconhecer e entender a funcionalidade dos componentes do sistema urinário
- Associar as condições internas do corpo com a eliminação de água e resíduos através da urina e suor;
- Entender a importância dos transplantes e da hemodiálise.
- Entender e relacionar o funcionamento integrado dos músculos, osso e tendões, compondo o aparelho locomotor do humano;
- Identificar as principais funções da pele humana: revestimento dos órgãos internos, proteção contra organismo e corpos estranhos, sensibilidade e pressão, dor calor e frio;
- Entender as relações entre a manutenção do estado de saúde e a percepção de estímulos externos pelo organismo humano;
- Estabelecer relações entre o sistema nervoso, funcionamento dos demais órgãos, bem como funcionamento do neurônio e seu neurotransmissores;
- Reconhecer as principais partes do cérebro e sistema nervoso em geral e sua funções;
- Identificar as principais drogas lícitas e ilícitas e suas consequências;
- Sequenciar etapas da etapas da reprodução humana e temas envolvidos com a sexualidade, como: ficar, namorar, gravidez na adolescência, DST's, métodos anticoncepcionais;

- Caracterizar o ciclo menstrual e espermatogênese, com as mudanças hormonais que ocorreram no organismo.
- Interpretar fenômeno de herança genética na possibilidade de manifestação de certos caracteres em gerações alternadas.
- Conhecer algumas doenças relacionadas com hereditariedade;

Manipulação Genética

- Evolução e genética de população e especiação;
- Especialização por isolamento geográfico;
- Os mecanismo de isolamento reprodutivo;
- Evolução Humana
- Frequência gênicas e genotípicas
- anomalias genéticas humanas;
- Mutações genéticas;
- Manipulação genética (Atualidades, pesquisas científicas, ambiente, tecnologia).

Objetivos Específicos

- Reconhecer o conhecimento específico e sua importância do desenvolvimento da tecnologia.
- Diferenciar os diferentes alimentos e uma alimentação equilibrada para o consumo do dia a dia.
- Identificar as principais drogas lícitas e ilícitas e sua consequências.
- Sequenciar etapas da reprodução humana e temas desenvolvidos com a sexualidade, como: ficar, namorar, gravidez, na adolescência, DST’s, métodos anticoncepcionais.
- Entender a desnutrição como um problema social.
- Proporcionar para os aluno que os avanços científicos e o domínio de técnicas de manipulação de gene e do DNA permitem aos cientistas as interferência na vida dos seres vivos.
- Estimular o aluno, ao estudo da bioética para refletir sobre o avanço tecnológico e biológico e sua consequências para a humanidade;

Pesquisa científica/biológicas

- Biotécnica
- Biotecnologia (citogenética, anatomia, fisiologia)

METODOLOGIA

Os conhecimentos estão em contínua transformação. Não se pode mais conceber o ensino apenas como um processo de transmissão de conhecimentos dogmáticos. Por tanto, este Colégio deve atuar no sentido de estimular o pensamento desenvolvendo no aluno uma postura reflexiva, crítica, questionadora e investigadora e não, de passiva aceitação do que é estabelecido como verdade.

E, Ciências Naturais os procedimentos que correspondem aos modelos de buscar ou organizar e comunicar conhecimentos são bastante variados observação, a experimentação, a comparação, a elaboração de hipóteses e suposições, o debate oral sobre hipóteses, o estabelecimento de relações entre fatos, fenômenos e idéias, a leitura e a escrita de textos informativos, a elaboração de roteiros de pesquisa, a busca de informações em fontes variadas, a organização de informações por meio de tabelas, desenhos, gráficos, esquemas e textos, o confronto entre suposições e entre elas e os dados obtidos por investigações, elaboração de perguntas e problemas, a proposição para a solução de problemas.

A pesquisa de campo só é possível pelo trabalho com diferentes temas da Biologia que serão investigados de formas distintas, com especial atenção, aquelas que permitem ampliar a compreensão da realidade local, certos temas podem ser objetos de observação e, ou experimentação, outras poderão ser investigadas por meio de entrevistas ou pesquisas de opinião.

O método da prática social decorre das relações dialéticas entre conteúdo de ensino e concepção de mundo; entre a compreensão da realidade e a intervenção nesta realidade. Confronta-se os saberes do aluno com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação da concepção de Ciência da realidade social. Fundamenta-se no materialismo histórico com a concepção de Ciência enquanto atividade humana e que estuda os modos de produção. Busca-se a

coerência com os fundamentos de uma pedagogia entendida como processo através do qual o homem torna-se plenamente humano.

Sendo assim, no Plano Curricular de Biologia redimensiona-se a importância dada ao processo de construção histórica dos conhecimentos biológicos de forma que os mesmos possibilitem acesso a cultura científica, socialmente valorizada, tendo como objetivo a formação do sujeito crítico e reflexivo, rompendo com concepções pedagógicas anteriores.

Nesse sentido, o aprendizado deve ser aperfeiçoado e relacionado com a tecnologia para a construção do conhecimento científico organizado para proporcionar a interação do indivíduo a sociedade para que produza de maneira coletiva desenvolvendo valores humanos e em contraposição esteja consciente das transformações que ocorram ao longo do tempo, levando a compreensão da natureza e dos limites explicativos existentes em relação a mesma podendo, portanto serem questionadas e na medida do possível, transformadas.

Desta forma, a disciplina de Biologia é capaz de relacionar diversos conhecimentos específicos entre si e com outras áreas de conhecimento e deve priorizar o desenvolvimento de conceitos cientificamente produzidos e propiciar reflexão constante sobre as mudanças de tais conceitos em decorrência de questões emergentes.

É de fundamental importância que durante o desenvolvimento dos conteúdos se faça a abordagem de assuntos que devem ser discutidos em qualquer momento e em todas as disciplina, dadas a relevância do mesmo na formação do cidadão. E estes serão abordados de acordo com os demais conteúdos.

Quanto ao ensino de atitudes e valores, e explicitamente ou não o processo educacional, as práticas escolares e a postura do professor estarão sempre sinalizando coibindo e legitimando atitudes e valores esta dimensão dos conteúdos demanda a reflexão sobre situações concretas para valores e posturas sejam promovidos tendo em vista o cidadão que se tem a intenção de formar.

Os conteúdos estruturantes na disciplina de biologia possibilita a seleção de conteúdos específicos que fazem parte da proposta curricular da escola. Sendo quatro paradigmas metodológicos do conhecimento: Organização dos seres vivos, mecanismo biológicos, biodiversidade e manipulação genética.

Proporcionam a utilização de vários recursos como a aula dialogada, a leitura, a escrita, a experimentação, as analogias, o uso de diferentes imagens como

vídeo, transparências, fotos e as atividades experimentais, são recursos utilizados com frequência nas aulas de Biologia e requerem uma problematizarão em torno da questão demonstração interpretação. Uma aula experimental seja ela de manipulação de material ou demonstrativa, também representa um importante recurso de ensino. É preciso lembrar que para estas aulas promoverem aprendizagem elas não necessitam estar associadas a um aparato experimental sofisticado, mas sim a sua organização, discussão e reflexão, possibilitando a interação com fenômenos biológicos, a troca de informações entre os grupos que participam da aula e assim promover novas interpretações.

Deve-se considerar também as aulas demonstrativas como um importante recurso, entretanto é preciso permitir a participação do aluno e não apenas tê-lo como observador passivo. Algumas vezes a atividade prática demonstrativa, implica na ideia da existência de verdades definidas e formuladas em leis já comprovadas, isto é, de uma ciência de realidade imutável.

De outro lado, a atividade prática, como resolução de problemas ou de hipóteses, pode trazer uma concepção de Ciência diferente, como interpretação da realidade, sendo as teorias e hipóteses, consideradas explicações provisórias. Nesse caso, estabelece-se um maior contato do aluno com o experimento, o que possibilita o diálogo com a atitude científica.

Outra atividade que, além de integrar conhecimentos veicula uma concepção sobre a relação homem-ambiente e possibilita novas elaborações por meio da pesquisa, é o estudo do meio como parques, praças, terrenos baldios, praias, bosques, rios, zoológicos, hortas, mercados, lixões, fábricas etc.

Também os jogos didáticos contribuem para gerar desafios. Segundo MOURA (1994), o jogo é considerado um instrumento impregnado de conteúdos culturais a serem veiculados na escola. Ele detém conteúdo com finalidade de desenvolver habilidades de resolução de problemas, o que possibilita a oportunidade de traçar planos de ações para atingir determinados objetivos.

Todos os recursos devem ser utilizados no sentido de possibilitarem a participação dos alunos, favorecendo a expressão de seus pensamentos, suas percepções, significações, interpretações, uma vez que aprender envolve a produção/criação de novos significados, tendo em vista que esse processo acarreta o encontro e o confronto das diferentes idéias, etnias e culturas como a Afro-brasileira e indígena e também sua importância.

AVALIAÇÃO

Momentos avaliados devem ser conduzidos de uma maneira eficaz de aprendizagem, sendo introduzidos novos conceitos superando o processo seletivo e punitivo, levando conta a produção do conhecimento coletivo e individual, verificando-se assim os erros naturais na apreensão do conhecimento, sendo esses momentos importantes no processo e também preparatório para os próximos níveis educacionais onde todo conhecimento é significativo e relacionável com as atuais tecnologias que adquirem posturas diferentes a todo o momento.

"... ou seja, a avaliação a ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista como tornar decisões suficientes e satisfatórios para que possa avançar no seu processo de aprendizagem." Luckesi (1996:81).

Com função de diagnóstica, a avaliação constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação do conhecimento para a autonomia.

Para que a avaliação se constitua num processo continuo, é condição básica para que em todas e em cada uma das atividades previstas e realizadas, o aluno e o professor se informem sobre sua aproximação ou não dos objetos próprios.

É preciso compreender a avaliação como prática emancipadora. Deste modo, a avaliação passa a ser entendida como instrumento cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para nela intervir e reformular os processos de aprendizagem.

A avaliação não mais se limita a obter informações, mas acompanhar o desenvolvimento do aluno a partir de uma visão contextualizada nos confrontos de produção de texto, trabalho, prova, pesquisa, debates, atividades de campo, experimento, construção de maquetes, murais, confecção de relatórios, assim permite ao professor usar a avaliação em Biologia, como instrumento de aprendizagem que permita fornecer um feedback e ampliar o conceito e a prática da avaliação ao conjunto de saberes, destrezas e atitudes que interesse contemplar na aprendizagem de conceitos biológicos, superando sua habitual limitação à rememoração receptiva de conteúdos conceituais.

Quando a aprendizagem não é constatada o professor propiciará outras atividades para recuperação de estudos e notas e, se o aluno não recuperar esta nota prevalecerá sempre a maior.

Pressupõe-se uma tomada de decisão, onde o aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias. Esses procedimentos permitirá ao professor avaliar e acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto: capacidade para formular perguntas e posições sobre determinado fato ou fenômeno, a capacidade para valer-se de diversos mecanismos institucionais na busca e coleta de informações, o desembaraço, a concisão e a clareza na comunicação oral e escrita de suposições, dados e conclusões, a manifestação de opiniões em consonância com o saber adquirido.

Enfim, a avaliação como instrumento reflexivo prevê um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas pelo professor ao longo do ano letivo. Professores e alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superar os obstáculos. Entendendo-se que a avaliação deve:

- Ser um processo contínuo e sistemático;
- Fornecer ao professor dados necessários do que o aluno está aprendendo;
- Se funcional verificando se os objetivos previstos foram atingidos;
- Fornecer aos educandos instrumentos variados para que os objetivos previstos seja favoráveis ao mesmo;

A avaliação nela espera-se que o aluno: identifique e compare, classifique e ao mesmo tempo compreenda, reconheça e analise, as características presentes nos seres vivos, o meio em que estão inseridos, assim como os fenômenos existentes na natureza, as transformações ocorridas nesta e como conservá-la, pois estes influenciam direta e indiretamente na vida de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº. 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN. Brasília, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná. Curitiba: SEED/DEPG, 1992.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares de Biologia para o Ensino Médio. Curitiba: SEED/DEM, 2008.

CIÊNCIAS

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A proposta do ensino de Ciências é explicar as necessidades históricas que levaram o homem a compreender e apropriar-se das leis que movimentam e regem os fenômenos naturais e suas interferências no mundo.

O pressuposto básico para a compreensão do processo de construção do conhecimento científico é entender a necessidade, ou o conhecimento da sociedade, que se expressa sob formas diferentes em diferentes modos de produção.

No pensamento sobre a construção humana em uma perspectiva histórica, é fundamental considerar a evolução do pensamento do ser humano, uma vez que é com base nele que a história da ciência se constrói. Com o estudo da visão histórica da ciência torna-se possível construir uma visão dessa evolução relacionando com as práticas sociais onde estão diretamente vinculadas. Sendo assim, mesmo antes da descoberta do fogo, o homem já se interessava pelos fenômenos a sua volta e utilizava técnicas no seu dia-a-dia como à caça e a coleta de alimentos encontrados na natureza, na busca de satisfazer suas necessidades. A descoberta do fogo foi um marco na história humana, foi a partir daí que o homem pode utilizar o fogo para cozinhar seus alimentos, levando também a encontrar formas de preservar o mesmo e em experiências químicas pode transformar substâncias em outras. (PARANÁ,2006)

A partir de tantas descobertas e transformações, o homem passou a criar e cultivar seus animais e alimentos e assim, começou a interferir no ambiente. Nesse momento, o homem assumiu outras condutas e tornou-se ainda mais atento as dinâmicas da natureza e estabeleceu ciclos vitais de animais e plantas para poder

tirar melhor proveito da natureza para sua subsistência. Com essa evolução, o homem necessitava aperfeiçoar técnicas de produção, instrumentos, armazenamento e desse modo a ciência passou a ser determinada pela maneira como ele manifestava esse conhecimento. (PARANÁ, 2006)

A História da Ciência mostra-se, como elemento desafiador, motivador, mediador, articulador e integrador no processo de construção de conhecimento científico pelo aluno. A evolução do pensamento científico, assim como a evolução de teorias científicas, está intimamente ligada à evolução das idéias filosóficas, sociais, políticas, religiosas, enfim, está estreitamente ligada à própria cultura na qual ele foi gerado. (KRASILCHIK, 2005)

O currículo de Ciências no Ensino Fundamental é constituído historicamente por um conjunto de ciências que se somam numa mesma disciplina escolar para compreender os fenômenos naturais nesta etapa da escolarização. Os conhecimentos físicos, químicos e biológicos, dentre outros, são contemplados nessa disciplina com vistas a compreensão das diferenças e inter-relações entre essas ciências de referência que compõem a área de ciências, ditas naturais, no processo de ensino e de aprendizagem, pois os alunos não podem ser encarados como meros receptáculos de informações. Eles têm participação ativa, com experiências que merecem consideração.

Os alunos não são todos iguais, vêm de lares diferentes e são portadores de culturas diversas; possuem vivências e expectativas próprias em relação à escola e à vida. Em comum, têm a curiosidade, e o desejo de decifrar o que parece um novo código e novo mundo. A motivação dos alunos, seu progresso e suas novas aquisições alimentam o trabalho do professor. Educadores e alunos são,desse modo, cúmplices no processo de ensino -aprendizagem.

OBJETIVO GERAL:

O estudo de ciências tem como objetivo criar oportunidades sistemáticas para que o aluno, ao final do ensino fundamental, tenha adquirido um conjunto de conceitos e atitudes que operem como instrumento para a interpretação do mundo científico e tecnológico em que vivemos, capacitando-o nas escolhas que fará como indivíduo e como cidadão, contribuir para que os alunos compreendam melhor o mundo e suas transformações, possam agir de forma responsável em relação ao meio ambiente e aos seus semelhantes (diferentes etnias) e reflitam sobre as

questões éticas que estão implícitas na relação entre ciência e sociedade. Nesse processo, o papel do educador é fundamental. Sua atitude é sempre uma referência para os alunos, a consideração das múltiplas opiniões, a persistência na busca de informações, a valorização da vida e o respeito ás individualidades servirão de exemplo na formação dos valores dos estudantes.

De forma geral, os fenômenos naturais são tratados na disciplina de Ciências levando em consideração circunstâncias filosóficas, políticas, econômicas e socioculturais:

- os conhecimentos físicos - a partir dos conhecimentos científicos em relação aos diversos fenômenos naturais e tecnológicos, abordando conteúdos como: movimentos, sons, luz, eletricidade, magnetismo, calor e ondas, dentre outros;
- os conhecimentos químicos - contemplam as noções e conceitos científicos sobre os materiais e as substâncias; sua constituição; suas propriedades e transformações, necessárias para a compreensão dos processos básicos da Química;
- os conhecimentos biológicos - orientam progressivamente na interpretação e compreensão dos processos biológicos, contribuindo no entendimento dos ambientes e da manutenção da vida.

Assim, pode-se identificar como as ciências de referência orientam a definição dos conteúdos significativos na formação dos alunos na medida em que oportunizam o estudo da vida, do ambiente, do corpo humano, do universo, da tecnologia, da matéria e da energia, dentre outros, fornecendo subsídios para a compreensão crítica e histórica do mundo natural (conteúdo da ciência), do mundo construído (tecnologia) e da prática social (sociedade).

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES.

Nesse sentido, foram elencados os conteúdos estruturantes entendidos aqui como saberes fundamentais, capazes de organizar teoricamente os campos de estudo da disciplina, essenciais para a compreensão de seu objeto de estudo e de suas áreas afins.

Dessa forma, essas diretrizes propõem como conteúdos estruturantes:

Astronomia, Matéria, Sistemas Biológicos, Energia, Biodiversidade, os quais foram definidos tendo em vista as relações existentes entre os campos de estudo, racionalmente tratados ao longo do ensino de Ciências, e a sua relevância no processo de escolarização atual.

Ao desmembrar os conteúdos estruturantes em conteúdos específicos, no currículo, é importante considerar a concepção de ciência adotada nestas diretrizes, os conhecimentos físicos, químicos e biológicos e os elementos do Movimento CTS, visando um processo não fragmentado de ensino e de aprendizagem.

Os conteúdos das diretrizes se entende a partir de uma grande amplitude que são organizados no âmbito escolar para a compreensão do objeto de estudo onde os mesmos se encontram relacionados a fatos históricos e políticos da educação. Desta forma os conteúdos de ciências procura fazer a inter-relação do conhecimento científico como a Biologia, Física, Química, Geologia e Astronomia entre outros procurando promover o entendimento do objeto de estudo da disciplina.

No ensino de ciências deve-se superar a fragmentação de uma mesmo conceito, propõe-se, então que aconteça uma integração conceitual onde estabeleça uma relação entre conceitos de diferentes conteúdos estruturantes inclusive de outras disciplinas do ensino fundamental.

Os cinco conteúdos estruturantes fundamentados na história da ciência são:

- Astronomia
- Matéria
- Sistemas Biológicos
- Energia
- Biodiversidade

Propõe-se que o professor trabalhe com os cinco conteúdos estruturantes em todas as séries, a partir da seleção de conteúdos específicos da disciplina de Ciências.

ASTRONOMIA

Este conteúdo possibilita o estudo e conhecimento sobre a dinâmica dos corpos celestes, modelos geocêntricos e heliocêntricos, instrumentos científicos.

Além disso, os fenômenos celestes são de grande interesse para os alunos como o movimento do sol, fases da lua, estações do ano e as viagens espaciais.
Conteúdos básicos:

- universo;
- sistema solar;
- movimentos celestes e terrestres;
- astros;
- origem e evolução do universo;
- gravitação universal.

MATÉRIA.

Neste conteúdo estruturante será abordado o estudo da constituição dos corpos, entendidos tradicionalmente como objetos materiais quaisquer que se apresentam à nossa percepção.
Conteúdos básicos:

- Constituição da matéria.
- Propriedades da matéria.

SISTEMAS BIOLÓGICOS.

Este conteúdo apresenta a constituição dos sistemas do organismo, bem como suas características específicas de funcionamento, desde os componentes celulares e suas respectivas funções até o funcionamento dos sistemas que constituem os diferentes grupos de seres vivos, como por exemplo, a locomoção, a digestão e a respiração.

Parte-se do entendimento do organismo como um sistema integrado e ampliasse a discussão para uma visão evolutiva, permitindo a comparação entre os seres vivos, a fim de compreender o funcionamento de cada sistema e das relações que formam o conjunto de sistemas que integram o organismo vivo.
Conteúdos básicos:

- níveis de organização;
- célula;
- morfologia e fisiologia dos seres vivos;

- mecanismos de herança genética.

ENERGIA.

Este conteúdo propõe o estudo e a discussão do conceito de energia. Assim, tem-se o propósito de provocar a busca de novos conhecimentos na tentativa de compreender o conceito energia no que se refere às suas várias manifestações, como por exemplo, energia mecânica, energia térmica, energia elétrica, energia luminosa, energia nuclear, bem como os mais variados tipos de conversão de uma forma em outra.

Conteúdos básicos:

- formas de energia;
- conversão de energia;
- transmissão de energia.

BIODIVERSIDADE

Esse conteúdo visa a compreensão do conceito de biodiversidade e demais conceitos intra-relacionados. Espera-se que o estudante compreenda o sistema complexo de conhecimentos científicos que interagem num processo integrado e dinâmico envolvendo a diversidade de espécies atuais e extintas; as relações ecológicas estabelecidas entre essas espécies com o ambiente ao qual se adaptaram, viveram e ainda vivem; e os processos evolutivos pelos quais tais espécies têm sofrido transformações.

Conteúdos básicos:

- organização dos seres vivos;
- sistemática;
- ecossistemas;
- interações ecológicas;
- origem da vida;
- evolução dos seres vivos.

No plano de trabalho, todos estes conteúdos estruturantes serão desdobrados em específicos em função de interesses regionais e do avanço na produção do conhecimento científico.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

O tratamento dos conteúdos estruturantes e de seus desdobramentos – os conteúdos específicos - numa abordagem crítica e histórica, pressupõe a utilização de conhecimentos físicos, químicos e biológicos para o estudo dos fenômenos naturais. Para que isso se efetive, alguns conceitos científicos são fundamentais e precisam ser estudados e constantemente retomados, para que os alunos compreendam que o objeto de estudo da disciplina, permeia a sua prática social.

- Conceitos fundamentais: matéria, partícula, átomo, molécula, corpo/objeto,
- Massa e peso dos corpos, elemento químico; fenômeno físico, químico e biológico;
- Propriedades gerais da matéria: Massa, Inércia, Impenetrabilidade,
- Compressibilidade, Elasticidade, Divisibilidade, Indestrutibilidade.
- Propriedades específicas da matéria: organolépticas, físicas e químicas.

Organolépticas: cor, odor, sabor, textura, brilho e estado físico ou de agregação da matéria.

Físicas: pontos de fusão, de ebulição, de solidificação e liquefação da matéria; a condutibilidade; o magnetismo, a solubilidade; a dureza; a maleabilidade; a ductibilidade, a densidade; o calor específico.

Químicas: combustão e hidrólise.

A partir do estudo desses conceitos fundamentais, o planejamento das ações pedagógicas precisa considerar a relação existente entre os conteúdos estruturantes e específicos e, a ciência, a tecnologia e a sociedade.

O conteúdo da Ciência da natureza deve fundamentar-se nas múltiplas relações de experiências dos elementos que constituem o ecossistema. O objetivo é oportunizar na leitura mais clara do dinamismo dos vários elementos dos sistemas: físicos , químicos e biológicos, tem como polo orientador a ação transformadora do homem que interfere na natureza.

Segundo Maria C. da C. Campos e Rogério G. Nigro (1996):

“Atualmente, acredita-se que o objetivo do ensino de Ciências Naturais pode se limitar à promoção de mudanças conceituais ou ao aprendizado do conhecimento cientifico. È necessário também buscar uma mudança metodológica e de atitude nos alunos. Busca-se, então, um ensino de Ciências como investigação, levando os alunos a serem capazes, cada vez mais, de construir conhecimentos sobre a natureza mais próximos do conhecimento cientifico que do senso comum. De qualquer forma, busca-se como ponto inicial para o ensino-aprendizagem de Ciências aos problemas com os quais os alunos se defrontam”.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Compreender a natureza como um todo dinâmico e o ser humano, em sociedade como agente de transformações do mundo em que vive em relação essencial com os demais seres vivos e outros componentes do ambiente;

Compreender a Ciência como um processo de produção de conhecimento e uma atividade humana, histórica, associada a aspectos de ordem social, econômica, política e cultural;

Identificar relações entre conhecimento científico produção de tecnologias e condições de vida no mundo de hoje e em sua evolução histórica, e compreender a tecnologia como meio das práticas científico-tecnológicas;

Compreender a saúde pessoal, social e ambiental como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos pela ação de diferentes agentes;

Formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais e a partir de elementos da Ciência Natural, colocando em pratica conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar;

Saber utilizar conceitos básicos, associados à energia, materiais, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida;

Saber combinar leituras observações, experiências e registros para coleta, comparação entre explicações, organização, comunicação e discussão de fatos e informações;

Valorizar trabalhos em grupo sendo capaz de ação critica e cooperativa para a construção do conhecimento.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES DE 5ª à 8ª SÉRIES:

ASTRONOMIA - MATÉRIA - SISTEMAS BIOLÓGICOS - ENERGIA - BIODIVERSIDADE

6º ANO

CONTEÚDOS BÁSICOS

- Universo
- Sistema Solar
- Movimentos terrestres
- Movimentos celestes
- Constituição da matéria
- Níveis de organização Celular
- Formas de energia
- Conversão de energia
- Transmissão de energia
- Organização dos seres vivos
- Ecossistema
- Evolução dos seres vivos

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Astronomia: Aspectos gerais
- Elementos básicos do universo: considerações gerais
- Sistema solar : Sol, planetas e satélites, influência do Sol e da Lua, movimento de translação e rotação, galáxias, constelações, nebulosas e cometas
- Origem e evolução do Universo
- Teoria Geocêntricas e Heliocêntricas
- Forma e estrutura da Terra.
- Rocha e solo.
- Utilização e preparação do solo.
- Poluição do solo, prováveis doenças.

- A água na natureza.
- Água potável e poluição das águas.
- Propriedades da água
- Tratamento da água,prováveis doenças da água contaminada.
- Existência do ar.
- Pressão atmosférica.
- Previsão do tempo.
- Poluição do ar, prováveis doenças do ar contaminado.
- Sistemas orgânicos e fisiológicos como um todo.
- Características gerais dos seres vivos.
- Níveis de organização celular: organismo, sistemas, órgãos, tecidos, células, animais unicelulares e pluricelulares, procariontes, eucariontes, autótrofos e heterótrofos.
- Conceito de energia, das diversas formas de manifestações.
- Conversão de energia e transmissão de energia.
- Energia mecânica, térmica, luminosa, nuclear, fontes de irradiação, convecção, e condução.
- Energias relacionadas aos ciclos de matéria na natureza.
- Diversidade das espécies e sua classificação.
- Distinção entre ecossistema, comunidade e população.
- Ecossistemas: cadeias alimentares, conceitos básicos de ecologia, relações harmônicas e desarmônicas entre os seres vivos.
- Extinção das espécies

7º ANO

CONTEÚDOS BÁSICOS

- Astros.
- Movimentos terrestres.
- Movimentos celestes.
- Constituição da matéria.
- Célula.
- Morfologia e fisiologia dos seres vivos.

- Formas de energia.
- Transmissão de energia.
- Origem da vida.
- Organização dos seres vivos.
- Sistemática

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Abordagem básica e geral das condições físicas e químicas do Sol, planetas e satélites para análise das possíveis transformações e interações da matéria e energia.
- Movimentos celestes, estações do ano, constelações, com relação ao planeta Terra.
- Movimentos aparentes no céu, noites e dias, eclipses do Sol e da Lua, com base no referencial Terra
- Condições físico-químicas dos planetas do Sistema Solar permitindo ou não a existência dos seres vivos.
- Terra na era primitiva, antes do surgimento da vida.
- Atmosfera primitiva e componentes essenciais à vida.
- Estrutura química da célula.
- Diferentes tipos de células e sua constituição.
- Fotossíntese e o processo de conversão de energia na célula.
- Energia luminosa solar e a importância para com os seres vivos.
- Relação entre os órgãos e sistemas animais e vegetais a partir nos mecanismos celulares.
- Conceito de calor como energia térmica em relação com os sistemas endotérmicos e ectotérmicos.
- Conceito de biodiversidade e sua amplitude de relações como os seres vivos, o ecossistemas e os processos evolutivos.
- Classificação, categorias taxonômicas, e filogenia dos seres vivos.
- Interações e sucessões ecológicas, cadeia alimentar, seres autótrofos, e heterótrofos.

- Eras geológicas e as teorias a respeito da origem da vida, geração espontânea e biogênese.
- Os seres vivos e os ecossistemas.
- Conceitos Gerais de Ecologia;

8º ANO

CONTEÚDOS BÁSICOS

- Origem e evolução do Universo.
- Constituição da matéria.
- Célula.
- Morfologia e fisiologia dos seres vivos.
- Formas de energia.
- Evolução dos seres vivos.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Teoria sobre a origem e a evolução do Universo.
- Relações entre as teorias e sua evolução histórica.
- Conceito de matéria e sua constituição, com base nos modelos atômicos.
- Conceito de átomos, íons, elementos químicos, substâncias, ligações químicas, reações químicas.
- Leis da conservação da massa.
- Compostos orgânicos e relações destes com a constituição dos organismos vivos.
- Mecanismos celulares e sua estrutura bem como se relacionam no trato das funções celulares.
- Estrutura e funcionamento dos tecidos.
- Conceitos que fundamentam os sistemas digestório, cardiovascular, respiratório, excretor e urinário
- Sistema ósseo e muscular.
- Energia química, mecânica e nuclear e suas fontes, modo de transmissão e armazenamento.

- Relação entre energia química com a célula (ATP e ADP)
- Teorias evolutivas.

9º ANO

CONTEÚDOS BÁSICOS

- Astros.
- Gravitação universal.
- Propriedades da matéria.
- Morfologia e fisiologia dos seres vivos.
- Mecanismos de herança genética.
- Formas de energia.
- Conservação de energia.
- Interações ecológicas.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Classificação cosmológica (Galáxias, Estrelas, Planetas, Asteroides, Meteoros, Meteoritos, entre outros).
- Leis de Kepler para as órbitas dos planetas.
- Leis de Newton em relação à gravitação universal.
- Fenômenos terrestres relacionados à gravidade, como as marés.
- Propriedades da matéria, massa, volume, densidade, compressibilidade, elasticidade, divisibilidade, indestrutibilidade, impenetrabilidade, maleabilidade, ductibilidade, flexibilidade, permeabilidade, dureza, tenacidade, cor, brilho, e sabor.
- Fundamentos teóricos sobre o sistema nervoso, sensorial, reprodutor, endócrino e imunológico.
- Mecanismos de herança genética, cromossomos, genes, e os processos de mitose e meiose.
- Sistemas conversores de energia, fontes de energia e a sua relação com a Lei da conservação de energia.
- Relações entre sistemas conservativos.

- Conceitos de movimento, deslocamento, velocidade, aceleração, trabalho e potência.
- Conceito de energia elétrica e sua relação com magnetismo.
- Ciclos Biogeoquímicos, bem como as relações interespecíficas e intraespecíficas.
- Obs: A Lei nº 11. 645/08. “ História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, a Lei Estadual nº 13.381/01 “ História do Paraná”, e a Lei do Meio ambiente nº 9.795/99, estão inseridos os conteúdos de todas as séries.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Os conhecimentos estão em continua transformação. Por isso não se pode mais conceber o ensino como um processo de transmissão de conhecimentos dogmáticos. Segundo Rosa 2004, a escola deve atuar no sentido de estimular o pensamento desenvolvendo no aluno uma postura reflexiva, crítica, questionadora e investigadora e não de passiva aceitação do que é estabelecido como verdade.

É preciso criar espaço para o aluno pensar, discutir, argumentar e formular suas próprias explicações. E preciso estimular nele o interesse pela investigação, que lhes permitirá reconstruir suas ideias e assim ampliar sua compreensão de mundo para alem do seu saber cotidiano.

A responsabilidade maior ao ensinar Ciências esta intimamente ligada a um ensino que promova a alfabetização cientifica facilitando uma leitura critica do mundo em que vivem.

Sendo assim é importante que se desenvolva a educação para a Ciência, através de atividades prática em diferentes ambientes, observação, resolução de problemas, organização de informação através da escrita, tabelas, gráficos. Permitindo apropriação de noções de conceitos e de despertar a reflexão sobre o objeto estudado ou fenômeno envolvido.

Nesta abordagem pedagógica, considera-se que:

- a historicidade da produção do conhecimento científico, permite compreender esse processo nos diferentes tempos da história da humanidade, a fim de estabelecer relações e interações entre as exigências que culminaram na produção desses conhecimentos e a contemporaneidade;

- a intencionalidade, inerente ao processo de produção dos conhecimentos científicos, pode determinar relações de poder e ser determinada por elas. Portanto, os conhecimentos científicos produzidos num determinado contexto, expressam muitas vezes uma intencionalidade implícita ou explícita de interesses dos grupos dominantes;
- a provisoriedade dos conhecimentos científicos, tratada no processo de ensino e de aprendizagem, resgata o caráter problematizador e a possibilidade da dúvida, no currículo de Ciências, superando a compreensão desses conhecimentos como verdadeiros, prontos e acabados. Para tanto, é preciso que alunos e professores reconheçam as contradições dos pesquisadores e a aplicabilidade das teorias científicas, a partir da compreensão do caráter provisório e incerto da ciência.
- os conhecimentos científicos poderão ser utilizados pelos sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem, no seu cotidiano, adequando-os às suas necessidades e interesses. Dessa forma, por meio da aplicabilidade desses conhecimentos na prática social, pretende-se que os sujeitos analisem de forma crítica o seu dia-a-dia, tomando consciência do poder exercido pela mídia, pelo consumo e, pelos interesses econômicos e políticos que determinam e são determinados pelas relações de poder.
- a disciplina de Ciências poderá estabelecer relações e inter-relações, não só entre os conteúdos estruturantes, mas também entre esses e os específicos e com as diversas áreas do conhecimento, proporcionando um ambiente favorável a uma abordagem articulada. Dessa forma, o aluno como sujeito histórico e parte integrante de um meio (político, social, econômico, cultural, ambiental, ético, histórico e religioso) estabelece relações e interfere direta ou indiretamente no seu contexto social.

Assim, estas diretrizes orientarão o Plano Curricular e o processo de ensino e de aprendizagem priorizando o tratamento dos conteúdos neste Colégio, numa abordagem pedagógica articulada, que considere os conhecimentos físicos, químicos e biológicos, numa perspectiva crítica e histórica, bem como os elementos do Movimento CTS.

O currículo de Ciências, nesta perspectiva, visa propiciar um processo de ensino e de aprendizagem crítico, por meio de relações estabelecidas entre os

conteúdos deste currículo e os conhecimentos físicos, químicos e biológicos e, destes com os elementos do Movimento CTS.

O encaminhamento metodológico para essa disciplina não pode ficar restrito a um único método. Nesse sentido, algumas possibilidades de encaminhamentos metodológicos são: a observação; o trabalho de campo; os jogos de simulação e desempenho de papéis; visitas às indústrias, fazendas, museus; projetos individuais e em grupos; redação de cartas para autoridades; palestrantes convidados; fóruns, debates, seminários, conversação dirigida, utilização das tecnologias disponíveis na escola como: internet, TV pendrive, DVD'S, CD'S. Outras atividades que estimulam os educandos ao trabalho coletivo são as que envolvem música, desenho, poesia, livros de literatura, jogos didáticos, dramatizações, história em quadrinhos, painéis, murais, exposições e feiras, entre outras. As tecnologias que num primeiro momento são utilizadas de forma separada – computador, celular, Internet, mp3, câmera digital – e caminham na direção da convergência, da integração, dos equipamentos multifuncionais que agregam valor.

O computador continua, mas ligado à internet, à câmera digital, ao celular, ao mp3, principalmente nos *pockets* ou computadores de mão. O telefone celular é a tecnologia que atualmente mais agrega valor: é *wireless* (sem fio) e rapidamente incorporou o acesso à Internet, à foto digital, aos programas de comunicação (voz, TV), ao entretenimento (jogos, música-mp3) e outros serviços.

Estas tecnologias começam a afetar profundamente a educação. Esta sempre esteve e continua presa a lugares e tempos determinados: escola, salas de aula, calendário escolar, grade curricular.

Segundo Mendes, Souza e Caregnato (2004), Objetos de aprendizagem são recursos digitais construídos por meio de linguagens de programação e/ou ferramentas de autoria que permitem a construção de jogos, textos, áudios, vídeos, gráficos, imagem, etc. Como subsídios para o processo de ensino aprendizagem. Os objetos podem ser usados e reusados em diferentes contextos educacionais.

Vale destacar a importância dos registros que os alunos fazem no decorrer das atividades desenvolvidas nas aulas, pois através destes, o professor poderá analisar a própria prática e realizar uma intervenção pedagógica coerente no processo educativo. Além disso, o professor pode divulgar a produção de seus alunos, com o intuito de promover a socialização dos saberes, a interação entre os estudantes e destes com a produção científico-tecnológica.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser efetivamente realizada através de situações determinadas, que induzam a realizar comparações, estabelecer relações, executar determinadas formas de registros entre outras formas de procedimentos. O erro deve ser visto como um sinalizador para compreensão efetiva do aluno, isto é, deve ser um orientador da prática pedagógica para assim avançar na construção do conhecimento.

Ela se dará ao longo do processo de ensino e de aprendizagem; não pode estar centralizada em uma única atividade ou método avaliativo e, precisa considerar os alunos como sujeitos históricos do seu processo de ensino e de aprendizagem. Com isso, o professor pode interpretar e analisar as informações obtidas na avaliação, considerando as concepções de ciência, tecnologia, sociedade, educação, aluno, processo de ensino e de aprendizagem, escola e do currículo de Ciências. A autoavaliação orientará a continuidade da prática pedagógica ou seu redimensionamento, realizando intervenções coerentes com os objetivos previamente propostos para o ensino desta disciplina.

E necessário que o processo avaliativo se dê de forma sistemática e a partir de instrumentos e critérios avaliativos proposto pelo professor, como: pesquisas, experimentos, trabalho individual ou em grupo, prova individual ou em dupla, com consulta ou sem consulta,apresentação de peças teatrais, a análise de um filme, de experiências feitas em aulas práticas, participação em debates outros, seguidos de recuperação de conteúdos e notas, com critérios estabelecidos que permitirão aos alunos avanços na aprendizagem, a medida que interpretam, produzem, discutem, relacionam, refletem, analisam, justificam se posicionam e argumentam defendendo pontos de vista que possuem sobre determinados conteúdos.

Assim possibilita ao professor, por meio de uma interação diária com os alunos, contribuições importantes para verificar em que medida os alunos se apropriaram dos conteúdos específicos tratados nesse processo. Portanto a verificação contínua permite ao professor identificar falhas durante o processo e retomar determinados conteúdos trabalhando-os de outra maneira.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA ANALISE DA APRENDIZAGEM:

Compreende a natureza como um todo dinâmico e o ser humano, em sociedade como agente de transformações do mundo em que vive em relação essencial com os demais seres vivos e outros componentes do ambiente;

Compreende a Ciência como um processo de produção de conhecimento e uma atividade humana, histórica, associada a aspectos de ordem social, econômica, política e cultural;

Identifica relações entre conhecimento científico produção de tecnologias e condições de vida no mundo de hoje e em sua evolução histórica, e compreende a tecnologia como meio das práticas científico-tecnológicas;

Compreende a saúde pessoal, social e ambiental como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos pela ação de diferentes agentes;

Formula questões, diagnostica e propõe soluções para problemas reais e a partir de elementos da Ciência Natural, colocando em pratica conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar;

Sabe utilizar conceitos básicos, associados à energia, materiais, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida;

Sabe combinar leituras, observações, experiências e registros para coleta, comparação entre explicações, organização, comunicação e discussão de fatos e informações;

Valoriza trabalhos em grupo sendo capaz de ação critica e cooperativa para a construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei **nº. 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN.** Brasília, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná.** Curitiba.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Ciências para as Séries Finais do Ensino Fundamental.** Curitiba: SEED/DEM, 2008.

EDUCAÇÃO FÍSICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Educação Física, é a forma de expressão tanto biológica quanto cultural. A linguagem corporal está no movimento cadenciado, traduz emoções, fantasias, idéias e sentimentos; manifesta a alma da forma, seus hábitos, tradições e costumes. É através do movimento que o homem exterioriza suas necessidades, seus instintos e suas motivações. O corpo ganha cada vez mais importância na configuração harmoniosa do sujeito. É a imagem externa do próprio sujeito, uma vez que expressa determinados momentos históricos da sociedade.

É necessário procurar entender a dialética de desenvolvimento e aperfeiçoamento do corpo na história e na sociedade brasileira, para que a Educação Física saia de sua condição passiva de coadjuvante do processo educacional, para ser parte integrante deste buscando conhecer seu verdadeiro espaço: o de área do conhecimento.

Dentro da tendência Histórica crítica verificamos que a Educação Física em sua ação pedagógica deve buscar elementos da ciência da motricidade humana.

A Educação Física deve trabalhar com corpo em movimento, à luz de uma visão sócio interacionista, rumo a uma sociedade pretendida, visto que o corpo em movimento e suas diferentes formas de manifestação é o seu objeto de estudo.

Para tanto é necessário tomar como ponto de partida a concepção de corpo que a sociedade tem produzido historicamente, levando os alunos a se situarem na contemporaneidade, dialogando com o passado, visando o conhecimento do seu corpo, proporcionando condições de análise e reflexão para a reelaboração do saber e da consciência da cultura corporal.

A Educação Física é aquela que contribui para a formação do indivíduo através do ato educativo, que é resultado de um processo de ação dinâmica, onde os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem estão conscientes e exercitam a sua criticidade durante todo o processo.

Visando romper com a maneira tradicional como os conteúdos têm sido tratados na Educação Física, sendo necessário integrar e interligar as práticas corporais de forma mais reflexiva e contextualizada, o que é possível por meio dos Elementos Articuladores.

Tais elementos não podem ser entendidos como conteúdos paralelos, nem tampouco trabalhados apenas teoricamente e/ou de maneira isolada. Como articuladores dos conteúdos, podem transformar o ensino da Educação Física na escola, respondendo aos desafios descritos.

Cultura Corporal e Corpo - o corpo é entendido em sua totalidade, ou seja, o ser humano é o seu corpo, que sente, pensa e age. Os aspectos subjetivos de valorização – ou não – do corpo devem ser analisados sob uma perspectiva crítica da construção hegemônica do referencial de beleza e saúde, veiculado por mecanismos mercadológicos e midiáticos, os quais fazem do corpo uma ferramenta produtiva e um objeto de consumo.

Esse elemento articulador tem também como pressuposto a reflexão crítica sobre as diferentes visões constituídas ao longo da história da humanidade em relação ao corpo que favoreceram a dicotomia corpo mente e sua repercussão no interior das aulas de Educação Física, nas práticas corporais.

As preocupações com o corpo e com os significados que o mesmo assume na sociedade constituem um dos aspectos que precisam ser tratados no interior das aulas de Educação Física, para que sejam desmistificadas algumas perspectivas ingênuas no trato com essa questão.

Cultura Corporal e Ludicidade - Esse elemento articulador ganha relevância porque, ao vivenciar os aspectos lúdicos que emergem das e nas brincadeiras, o aluno torna-se capaz de estabelecer conexões entre o imaginário e o real, e de refletir sobre os papéis assumidos nas relações em grupo. Reconhece e valoriza, também, as formas particulares que os brinquedos e as brincadeiras tomam em distintos contextos e diferentes momentos históricos, nas variadas comunidades e grupos sociais.

Dessa maneira, a ludicidade, como elemento articulador, apresenta-se como uma possibilidade de reflexão e vivência das práticas corporais em todos os Conteúdos Estruturantes, desde que não esteja limitada a uma perspectiva utilitarista, na qual as brincadeiras surgem de modo descontextualizado, em apenas alguns momentos da aula, relegando o lúdico a um papel secundário.

Sendo de fundamental importância discutir com os alunos a ideia, por exemplo, de que brincadeira é coisa de criança, isso porque Assim, o lúdico se apresenta como parte integrante do ser humano e se constitui nas interações sociais, sejam elas na infância, na idade adulta ou na velhice. Essa problemática

precisa ser discutida e vivenciada pelos alunos, para que a ludicidade não seja vivida através de práticas violentas, como em algumas brincadeiras que ocorrem no interior da escola. O professor deve lançar mão das diversas possibilidades que o lúdico pode assumir nas diferentes práticas corporais, conforme discutem os autores Os aspectos lúdicos representam uma ação espontânea, de fruição, que interfere sobre e na construção da autonomia, a qual é uma das finalidades da escolarização.

Cultura Corporal e Saúde - Esse elemento articulador permite entender a saúde como construção que supõe uma dimensão histórico-social. Portanto, é contrária à tendência dominante de conceber a saúde como simples volição (querer) individual. Na esteira dessa discussão, propõem alguns elementos a serem considerados como constitutivos da saúde:

Nutrição

Referimos à abordagem das necessidades diárias de ingestão de carboidratos, de lipídios, de proteínas, de vitaminas e de aminoácidos, e também de seu aproveitamento pelo organismo, no processo metabólico que ocorre durante uma determinada prática corporal;

Aspectos anátomo-fisiológicos da prática corporal:

Trata-se de conhecer o funcionamento do próprio corpo, identificar seus limites na relação entre prática corporal e condicionamento físico, e propor avaliação física e seus protocolos;

Lesões e primeiros socorros:

Abordam-se informações sobre as lesões mais frequentes ocorridas nas práticas corporais e como tratá-las a partir das noções de primeiros socorros. Trata-se, ainda, de discutir as consequências ou sequelas do treinamento de alto nível no corpo dos atletas;

Doping:

Discutiremos as influências das condições econômicas, sociais, políticas e históricas no uso de substâncias ilícitas por atletas e não atletas, numa sociedade pautada na competição exacerbada. Assim como os motivos e os valores determinantes no uso de esteroides anabolizantes e seus efeitos.

Nessa mesma direção, podendo abordar o uso de substâncias entorpecentes e os seus efeitos sobre a saúde e demonstrar o que motiva a produção e a disseminação dessas substâncias, o tráfico de drogas, etc. Outro exemplo seria a busca pelas atuais formas de tratamento, modelação, intervenção

sobre o corpo com o intuito de alcançar, a qualquer custo, os modelos instituídos de beleza e a chamada saúde perfeita.

Sexualidade:

Pode ser analisada sob, no mínimo, dois aspectos: primeiro, que a entende como fruição, prazer, alegria, encontro; segundo, a respeito do que ela representa em termos de miséria humana: prostituição infantil, dominação sexual, sexismo, violência sexual, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros. Na prática pedagógica, para dirimir as diferenças, sugerindo jogos mistos. Trazendo a responsabilidade da discussão para o aluno, mostrando a importância do convívio social entre os mesmos, por meio da mudança de regras.

Cultura Corporal e Mundo do Trabalho

O mundo do trabalho tornando o elemento articulador dos Conteúdos Estruturantes da Educação Física, na medida em que concentra as relações sociais de produção/assalariamento vigentes na sociedade, em geral, e na Educação Física, em específico. Um exemplo dessas relações pode ser verificado em Gebara (2002), ao explicitar a passagem do amadorismo à profissionalização esportiva. Com isso, o professor poderá debater com seus alunos as consequências da profissionalização e o assalariamento de diversos atletas, vinculados às diferentes práticas corporais.

Outra dimensão relacionada, diretamente, à reordenação do mundo do trabalho é o caráter de utilidade que a Educação Física tem assumido no processo de formação do aluno. Com a restrutura produtiva, o trabalhador preterido deve contornar as tarefas laborais com a máxima flexibilidade, isto é, deve saber trabalhar em equipe, tomar decisões rapidamente, ter noções, ainda que gerais, de informática, a fim de manusear as novas tecnologias. Com efeito, a Educação Física que, outrora esteve associada à formação corporal do aluno visando adequado ao modelo de produção social, perde sua centralidade, ficando relegada a segundo plano (NOZAKI, 2001). Evidencia, portanto, Na crítica a esse processo, o professor poderá propor atividades que alertem os alunos para os reais sentidos de tal prática, como exemplo dos exercícios calistênicos, tão difundidos no interior da escola no período de ditadura militar.

Cultura Corporal e Desportivização

O processo de desportivização das práticas corporais é um fenômeno cada vez mais recorrente, impulsionado pela supervalorização do esporte na atual

sociedade, como, por exemplo, uma Copa do Mundo de Futebol em detrimento de causas sociais como a fome. Se, na origem do esporte, sua prática condenava os jogos populares por serem uma atividade que não condizia com os interesses da burguesia em ascensão, que tinham como foco a seleção dos mais habilidosos, agora, na atualidade, suas luzes estão sobre as práticas que ainda não estão vinculadas à lógica e as regras previamente fixadas. A desportivização deve ser analisada à luz da padronização das práticas corporais. Isso significa que o primeiro objetivo de tornar qualquer atividade um esporte, é colocando sempre sob as normas e regras padronizadas e subjugadas a federações e confederações, para que sua difusão seja ampla em todo o planeta, deixando o aspecto criativo da expressão corporal num segundo plano.

O professor poderá discutir com seus alunos as contradições presentes nesse processo de esportivização das práticas corporais, visto que no ensino de Educação Física é preciso compreender o processo pelo qual uma prática corporal é institucionalizada internacionalmente com regras próprias e uma estrutura competitiva e comercial.

Sendo assim, perceber o motivo que leva uma luta, como a capoeira, a ter roupas próprias, estrutura hierárquica interna (graduação), campeonatos mundiais com regras estabelecidas, federações e confederações próprias, pode ser um, entre vários caminhos, para a análise crítica dos Conteúdos Estruturantes.

Tal olhar pode ser lançado sobre todos os Conteúdos Estruturantes, percebendo em que condições seus conteúdos específicos torna-se esporte institucionalizado e quais os impactos desta transformação.

Cultura Corporal – Técnica e Tática

Os aspectos técnicos e táticos são elementos que estão presentes nas mais diversas manifestações corporais, especificamente naquelas que constituem os conteúdos da Educação Física na escola.

A técnica é, nesse sentido, fundamento central para pensar os diferentes conteúdos da Educação Física, fruto do rigor científico e do desejo humano em criar estratégias e métodos mais eficientes para educar e padronizar gestos das diversas práticas corporais.

Por exemplo, foram criados recursos para formatar uma partida de futebol em gestos técnicos. A atenção ficou centrada na prática, no fazer pelo fazer, de

modo que o futebol seja executado de forma eficiente, com performance máxima por meio do treinamento contínuo dos diferentes gestos técnicos, considerados “fundamentos básicos”, das diferentes modalidades esportivas. Com efeito, impera certa hierarquização dos gestos técnicos vistos como “eficientes” sobre a criatividade, considerada pouco objetiva.

Se o enfoque permanecer apenas na técnica e na tática, deixando de lado os outros princípios do esporte, perde-se a capacidade de se relacionar e refletir sobre quais quer manifestações corporais.

As técnicas e táticas compõem os elementos que constituem e identificam o legado cultural das diferentes práticas corporais, por isso, não se trata de negar a importância do aprendizado das diferentes técnicas e elementos táticos. Trata-se, sim, de conceber que o conhecimento sobre estas práticas vai muito além dos elementos técnicos e táticos. Do contrário, corre-se o risco de reduzir ainda mais as possibilidades de superar as velhas concepções sobre o corpo, baseadas em objetivos focados no desenvolvimento de habilidades motoras e no treinamento físico, por meio das conhecidas progressões pedagógicas.

Cultura Corporal e Lazer

A disciplina de Educação Física tem, entre outros, o objetivo de promover experiências significativas no tempo e no espaço, de modo que o lazer se torne um dos elementos articuladores do trabalho pedagógico. Por meio dele, os alunos irão refletir e discutir as diferentes formas de lazer em distintos grupos sociais, em suas vidas, na vida das famílias, das comunidades culturais, e a maneira como cada um deseja e consegue ocupar seu tempo disponível.

O lazer possui um duplo processo educativo que pode ser visto como veículo de educação (educação pelo lazer) ou como objeto de educação (educação para o lazer). Na escola, o professor deve procurar educar para o lazer, conciliando a transmissão do que é desejável em termos de valores, funções e conteúdos. O processo de educação para o lazer pressupõe “[...] o aprendizado, o estímulo, a iniciação aos conteúdos culturais [neste caso, relacionados com a Educação Física], que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, procurando superar o conformismo, pela criticidade e pela criatividade” (MARCELLINO, 2002, p. 50).

Nesse sentido, o período em que o aluno permanece na escola, cursando o ensino regular, não se caracteriza como lazer, mas como um tempo de obrigação.

Não obstante, a escola pode proporcionar experiências no âmbito do lazer para seus alunos, mas no contra turno, quando ele tem autonomia para decidir sobre a atividade que pretende realizar.

A educação pelo lazer, desenvolvido no tempo/espaço fora das obrigações escolares, é considerada um veículo de educação que pode potencializar o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Pode ter como objetivos o relaxamento, o prazer pela prática ou pela contemplação, e até mesmo contribuir para a compreensão da realidade. A educação pelo lazer proporciona “(...) o aguçamento da sensibilidade pessoal, pelo incentivo ao auto aperfeiçoamentos, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade” (MARCELLINO, 2002, p. 50).

A discussão do lazer permeia todos os Conteúdos Estruturantes, ou seja, o professor, ao tratar do esporte, por exemplo, poderá trazer para a reflexão questões como: para um jogador (profissional) de qualquer modalidade esportiva, a atividade que desenvolve caracteriza-se como lazer? E para os espectadores, tal atividade é lazer?

A mesma reflexão pode ser desenvolvida em qualquer um dos Conteúdos Estruturantes, o professor pode instigar seus alunos a buscarem: quais são os espaços e equipamentos necessários para determinadas práticas corporais? Esses espaços que existem perto da escola ou de casa são padronizados ou possibilitam outras experiências corporais para além do esporte?

Dessa maneira, o professor de Educação Física pode trabalhar com seus alunos o conceito de lazer, para isso, apresenta seus aspectos históricos, proporcionando uma compreensão mais ampla de seu significado.

Outra forma de se trabalhar com esse elemento articulador é através de pesquisas relacionadas ao dia-a-dia do aluno, em que o professor propõe algumas indagações, tais como: o que faço no meu tempo livre? Quais são os espaços e equipamentos de que me aproprio? Qual é a minha atitude frente ao tempo/espaço de lazer?

Sob esse viés, trabalhar a questão do lazer nas aulas de Educação Física pode possibilitar aos alunos, no tempo disponível – fora das obrigações escolares, familiares, religiosas ou de trabalho – uma apropriação crítica e criativa de seu tempo, por meio da interiorização do conhecimento.

Cultura Corporal e Diversidade

Aqui, propõe-se uma abordagem que privilegie o reconhecimento e a ampliação da diversidade nas relações sociais. Por isso, as aulas de Educação Física podem revelar-se excelentes oportunidades de relacionamento, convívio e respeito entre as diferenças18, de desenvolvimento de idéias e de valorização humana, para que o outro seja considerado.

Destaca-se que a inclusão não representa caridade ou assistencialismo, mas condição de afirmar a pluralidade, a diferença, o aprendizado com o outro, algo que todos os alunos devem ter como experiência formativa.

Em relação ao reconhecimento das diferenças, também é preciso valorizar as experiências corporais do campo e dos povos indígenas. Esses registros culturais têm riquíssimos acervos, muitas vezes esquecidos porque predominam os modelos urbanos de educação do corpo. Assim, torna-se pertinente valorizar as práticas corporais de cada segmento social e cultural nas escolas do campo e indígenas, tanto quanto nas escolas urbanas.

De fato, é preciso que esses universos dialoguem entre si para que os alunos convivam com as diferenças e estabeleçam relações corporais ricas em experimentações. Um exemplo disso seria o desenvolvimento de atividades corporais, oferecendo aos alunos a experimentação de esportes adaptados. Com esse tipo de atividade, pode-se discutir as dificuldades encontradas pelos alunos, tanto de locomoção e direção como de equilíbrio, dentre outros.

Busca-se, com isso, uma conscientização das diferenças existentes entre as pessoas, tendo o respeito e o convívio social como pressuposto básico de convivência. Por exemplo, jogar futebol com os olhos vendados, utilizando uma bola com guizo, ou uma bola envolvida em sacolas plásticas que emitam um som, pode ser uma atividade que busque os objetivos acima traçados.

Cultura Corporal e Mídia - Esse elemento articulador deve propiciar a discussão das práticas corporais transformadas em espetáculo e, como objeto de consumo, diariamente exibido nos meios de comunicação para promover e divulgar produtos. Para uma análise crítica dessa concepção das práticas corporais, diversos veículos de comunicação podem servir de referência, quais sejam: programas esportivos de rádio e televisão, artigos de jornais, revistas, filmes, documentários, entre outros. Em vários momentos da grade de programação das empresas de telecomunicação, evidencia-se a promoção de inúmeras marcas esportivas. Isso provoca, na escola, importantes consequências para as práticas corporais, pois os

alunos acabam absorvendo estas informações, configurando-se num sonho: tornarem-se iguais aos esportistas mais conhecidos. Em si, esse não se apresenta como um problema, na verdade pode servir ao professor como conteúdo a ser abordado, explicitando as contradições presentes no seu cotidiano escolar.

Além disso, é importante lembrar que a mídia está presente na vida das pessoas e a rapidez das informações dificulta a possibilidade de reflexão a respeito das notícias. Desse modo, torna-se importante que o aluno reflita acerca desse elemento articulador e o professor não pode ficar alheio a essa discussão.

A atuação do professor de Educação Física é de suma importância para aprofundar a abordagem dos conteúdos, considerando as questões veiculadas pela mídia em sua prática pedagógica, de modo a possibilitar ao aluno discussão e reflexão sobre: a supervalorização de modismo, estética, beleza, saúde, consumo; os extremos sobre a questão salarial dos atletas; os extremos de padrões de vida dos atletas; o preconceito e a exclusão; a ética que permeia os esportes de alto nível, entre outros aspectos que são ditados pela mídia.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Os Conteúdos Estruturantes da Educação Física para a Educação Básica devem ser abordados em complexidade crescente19, isto porque, em cada um dos níveis de ensino os alunos trazem consigo múltiplas experiências relativas ao conhecimento sistematizado, que devem ser consideradas no processo de ensino/aprendizagem.

A Educação Física e seu objeto de ensino/estudo, a Cultura Corporal, deve, ainda, ampliar a dimensão meramente motriz. Para isso, pode-se enriquecer os conteúdos com experiências corporais das mais diferentes culturas, priorizando as particularidades de cada comunidade.

A seguir, cada um dos Conteúdos Estruturantes será tratado sob uma abordagem que contempla os fundamentos da disciplina, em articulação com aspectos políticos, históricos, sociais, econômicos, culturais, bem como elementos da subjetividade representados na valorização do trabalho coletivo, na convivência com as diferenças, na formação social crítica e autônoma. Os Conteúdos Estruturantes propostos para a Educação Física na Educação Básica são os seguintes:

- Esporte;
- Jogos e Brincadeira;
- Ginástica;
- Lutas;
- Danças;

Esporte

Garantir aos alunos o direito de acesso e de reflexão sobre as práticas esportivas, além de adaptá-las à realidade escolar, devem ser ações cotidianas na rede pública de ensino.

Nesse sentido, a prática pedagógica de Educação Física não deve limitar-se ao fazer corporal, isto é, ao aprendizado única e exclusivamente das habilidades físicas, destrezas motoras, táticas de jogo e regras.

Ao trabalhar o Conteúdo Estruturante *esporte*, os professores devem considerar os determinantes histórico-sociais responsáveis pela constituição do esporte ao longo dos anos, tendo em vista a possibilidade de recriação dessa prática corporal.

Portanto, nestas Diretrizes, o esporte é entendido como uma atividade teórico-prática e um fenômeno social que, em suas várias manifestações e abordagens, pode ser uma ferramenta de aprendizado para o lazer, para o aprimoramento da saúde e para integrar os sujeitos em suas relações sociais.

No entanto, se o profissional de Educação Física negligenciar a reflexão crítica e a didatização desse conteúdo, pode reforçar algumas características como a sobrepujança, a competitividade e o individualismo. A título de exemplo, a profissionalização esportiva deve ser analisada criticamente, discutindo-se com os alunos as consequências dos contratos de trabalho que levam à migração e a desterritorialização prematura de meninos e meninas; às exigências de esforço e resistência física levados a limites extremos; à exacerbação da competitividade; entre outros.

A exacerbação e a ênfase na competição, na técnica, no desempenho máximo e nas comparações absolutas e objetivas faz do esporte na escola uma prática pedagógica potencialmente excludente, pois, desta maneira, só os mais fortes, hábeis e ágeis conseguem viver o lúdico e sentir prazer na vivência e no aprendizado desse conteúdo. Superar isso é um dos grandes desafios da Educação

Física, o que exige um trabalho intenso de redimensionamento do trato com o conteúdo esporte na escola, repensando os tempos e espaços pedagógicos de forma a permitir aos estudantes as múltiplas experiências e o desenvolvimento de uma atitude crítica perante esse conteúdo escolar.

Os valores que privilegiam o coletivo são imprescindíveis para a formação do humano o que pressupõem compromisso com a solidariedade e o respeito, a compreensão de que o jogo se faz a dois, e de que é diferente jogar com o companheiro e jogar contra o adversário (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 71).

Sendo assim, sugere-se uma abordagem que privilegie o esporte da escola, e não somente o esporte na escola. Isso pressupõe que as aulas de Educação Física sejam espaços de produção de outra cultura esportiva, de resinificação daquilo que Bracht (2005) denominou como “esporte moderno”, isto é, a expressão hegemônica atual do esporte competitivo de alto rendimento, espetaculizado e profissionalizado.

Ainda, o ensino do esporte deve propiciar ao aluno uma leitura de sua complexidade social, histórica e política. Busca-se um entendimento crítico das manifestações esportivas, as quais devem ser tratadas de forma ampla, isto é, desde sua condição técnica, tática, seus elementos básicos, até o sentido da competição esportiva, a expressão social e histórica e seu significado cultural como fenômeno de massa.

Portanto, o ensino do esporte nas aulas de Educação Física deve sim contemplar o aprendizado das técnicas, táticas e regras básicas das modalidades esportivas, mas não se limitar a isso. É importante que o professor organize, em seu plano de trabalho docente, estratégias que possibilitem a análise crítica das inúmeras modalidades esportivas e do fenômeno esportivo que, sem dúvida, é algo bastante presente na sociedade atual.

O vínculo da sociedade brasileira com o futebol é um exemplo. O professor de Educação Física pode elaborar várias estratégias metodológicas para esse conteúdo, como: discussão sobre a predominância do futebol como esporte na sociedade brasileira; o discurso hegemônico sobre a identidade brasileira ligada ao futebol;

As inúmeras outras possibilidades de jogarmos futebol, modificando as regras; o processo de esportivização que, a partir de um jogo popular, constituiu o futebol; a masculinização do futebol; os preconceitos raciais historicamente

presentes nos times e torcidas; as relações de mercado e de trabalho no futebol; dentre outros.

Jogos e brincadeiras

Nestas Diretrizes, os jogos e as brincadeiras são pensados de maneira complementar, mesmo cada um apresentando as suas especificidades. Como Conteúdo Estruturante, ambos compõem um conjunto de possibilidades que ampliam a percepção e a interpretação da realidade22.

No caso do jogo, ao respeitarem seus combinados, os alunos aprendem a se mover entre a liberdade e os limites, os próprios e os estabelecidos pelo grupo. Além de seu aspecto lúdico, o jogo pode servir de conteúdo para que o professor discuta as possibilidade de flexibilização das regras e da organização coletiva. As aulas de Educação Física podem contemplar variadas estratégias de jogo, sem a subordinação de um sujeito a outros. É interessante reconhecer as formas particulares que os jogos e as brincadeiras tomam em distintos contextos históricos, de modo que cabe à escola valorizar pedagogicamente as culturas locais e regionais que identificam determinada sociedade.

Nessa direção, pode-se trazer como exemplo o jogo de queimada ou caçador, fortemente presente no cotidiano escolar, que em sua organização delimita os papéis e os poderes concedidos aos jogadores, os quais mudam conforme a hierarquia assumida no jogo. Ou seja, o “capitão” ou “base” detém maior poder do que qualquer outro jogador, com autoridade de decidir sobre a “vida” e a “morte” dos demais jogadores. Via de regra, o jogador que assume este papel é o mais habilidoso, o mais forte e com maior liderança, já aqueles que são escolhidos para “morrer” no início do jogo, representam os jogadores mais frágeis e menos habilidosos, e que dificilmente serão os escolhidos como “base”.

A partir dessa exemplificação, entendemos que o jogo praticado nesta perspectiva reproduz e pode servir para reforçar desigualdades arraigadas no contexto social.

Dessa maneira, é possível garantir o papel da Educação Física no processo de escolarização, a qual tem, entre outras, a finalidade de intervir na reflexão do aluno, realizando uma crítica aos modelos dominantes. Intervenção esta que requer um exercício crítico por parte do professor diante das práticas que reforçam tais modelos. Exige, também, a busca de alternativas que permitam a participação de todos os alunos nas aulas de Educação Física.

Assim, as crianças e os jovens devem ter oportunidade de produzirem as suas formas de jogar e brincar, isto é, ter condições de produzirem suas próprias culturas, pois Os trabalhos com os jogos e as brincadeiras são de relevância para o desenvolvimento do ser humano, pois atuam como maneiras de representação do real através de situações imaginárias, cabendo, por um lado, aos pais e, por outro, à escola fomentar e criar as condições apropriadas para as brincadeiras e jogos. Não obstante, para que sejam relevantes, é preciso considerá-los como tal.

Tanto os jogos quanto as brincadeiras são conteúdos que podem ser abordados, conforme a realidade regional e cultural do grupo, tendo como ponto de partida a valorização das manifestações corporais próprias desse ambiente cultural. Os jogos também comportam regras, mas deixam um espaço de autonomia para que sejam adaptadas, conforme os interesses dos participantes de forma a ampliar as possibilidades das ações humanas.

Torna-se importante, então, que os alunos participem na reconstrução das regras, segundo as necessidades e desafios estabelecidos. Para que os princípios de sobrepujança sejam relativizados, os próprios alunos decidem como equilibrar a força de dois times, sem a preocupação central na mensuração do desempenho.
Através do brincar (jogar) o aluno estabelece conexões entre o imaginário e o simbólico.

Almeja-se organizar e estruturar a ação pedagógica da Educação Física, de maneira que o jogo seja entendido, apreendido, refletido e reconstruído como um conhecimento que constitui um acervo cultural, o qual os alunos devem ter acesso na escola (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Nesta perspectiva, não se pode esquecer dos *brinquedos* que*,* no seu processo de criação, envolvem relações sociais, políticas e simbólicas que se fazem presentes desde sua invenção.

A construção do brinquedo era repleta de significados tanto para o pai, que o construía com as sobras de materiais utilizados em seu trabalho artesanal, como para a criança, que brincava com ele. Entretanto, com o desenvolvimento da industrialização, os brinquedos passaram a ser fabricados em grande escala, perdendo sua singularidade, isto é, tornando-se cada vez mais estranhos aos sujeitos inseridos nesta lógica de mercantilização dos brinquedos.

Assim, oportunizar aos alunos a construção de brinquedos, a partir de materiais alternativos, discutindo a problemática do meio ambiente por meio do

(re)aproveitamento de sucatas e a experimentação de seus próprios brinquedos e brincadeiras, pode dar outro significado a esses objetos e a essas ações respectivamente, enriquecendo-os com vivências e práticas corporais.

Dessa maneira, como Conteúdo Estruturante da disciplina de Educação Física, os *jogos e brincadeiras* compõem um conjunto de possibilidades que ampliam a percepção e a interpretação da realidade, além de intensificarem a curiosidade, o interesse e a intervenção dos alunos envolvidos nas diferentes atividades.

Ginástica

A ginástica deve dar condições ao aluno de reconhecer as possibilidades de seu corpo. O objeto de ensino desse conteúdo deve ser as diferentes formas de representação das ginásticas.

Espera-se que os alunos tenham subsídios para questionar os padrões estéticos, a busca exacerbada pelo culto ao corpo e aos exercícios físicos, bem como os modismos que atualmente se fazem presentes nas diversas práticas corporais, inclusive na ginástica.

Sob tal perspectiva, foram desenvolvidas técnicas visando à padronização dos movimentos, a aquisição de força física, privilegiando os aspectos motores e a vivência de coreografias e gestos normatizados. Nessa concepção, que não considera a singularidade e o potencial criativo dos alunos, os exercícios físicos privilegiam um bom desempenho de grupos musculares e o aprimoramento das funções orgânicas para a melhoria da *performance* atlética.

Um exemplo é o método ginástico baseado em exercícios calistênicos. A eficiência do movimento seria alcançada com hierarquização do movimento, de exercícios mais simples para os mais complexos e pela ordem de comando para que todos os alunos realizem os mesmos movimentos.

Ampliando esse olhar, é importante entender que a ginástica compreende uma gama de possibilidades, desde a ginástica imitativa de animais, as práticas corporais circenses, a ginástica geral, até as esportivizadas: artística e rítmica. Contudo, sem negar o aprendizado técnico, o professor deve possibilitar a vivência e o aprendizado de outras formas de movimento.

Como exemplo, além de ensinar os alunos a técnica do rolamento para frente e para traz, o professor pode construir com eles outras possibilidades de realizar o rolamento, considerando as individualidades e limitações de cada aluno,

fazendo relações com alguns animais, com movimentos do circo, relacionando com formas geométricas ou objetos, entre outras.

Deve-se, ainda, oportunizar a participação de todos, por meio da criação espontânea de movimentos e coreografias, bem como a utilização de espaços para suas práticas, que podem ocorrer em locais livres como pátios, campos, bosques entre outros. Não há necessidade de material específico para realização das aulas, pois a prática pedagógica pode acontecer por meio de materiais alternativos e/ou de acordo com a realidade própria de cada escola.

Por meio da ginástica, o professor poderá organizar a aula de maneira que os alunos se movimentem, descubram e reconheçam as possibilidades e limites do próprio corpo. Com efeito, trata-se de um processo pedagógico que propicia a interação, o conhecimento, a partilha de experiências e contribui para ampliar as possibilidades de significação e representação do movimento.

Lutas

Da mesma forma que os demais Conteúdos Estruturantes, as lutas devem fazer parte do contexto escolar, pois se constituem das mais variadas formas de conhecimento da cultura humana, historicamente produzidas e repletas de simbologias. Ao abordar esse conteúdo, deve-se valorizar conhecimentos que permitam identificar valores culturais, conforme o tempo e o lugar onde as *lutas* foram ou são praticadas.

Tanto as lutas ocidentais como as orientais surgiram de necessidades sociais, em um dado contexto histórico, influenciadas por fatores econômicos, políticos e culturais. Exemplo disso, conforme analisa Cordeiro Jr. (1999), no contexto histórico feudal japonês, marcado pela tirania dos latifúndios, a luta entre camponeses e samurais, e/ou entre estes, quando defendiam senhores de terra diferentes, envolvia golpes de morte. Os camponeses, que precisavam se defender de samurais armados com espadas, desenvolveram uma prática corporal coletiva – o jiu-jitsu. Em grupo, atacavam os samurais, imobilizando-os e desarmando-os, prendendo seus braços e/ou pernas para, rapidamente, derrubá-los e então aplicar-lhes chaves, torções, etc.

De fato, as lutas desenvolvidas nos diversos continentes estão permeadas por esses aspectos. Ao se pensar em outra prática corporal genuinamente brasileira, a capoeira foi criada pelos escravos como forma de luta para se conquistar a

liberdade. Não obstante, hoje ela é considerada um misto de dança, jogo, luta, arte e folclore (FALCÃO, 2003).

Ao abordar o conteúdo lutas, torna-se importante esclarecer aos alunos as suas funções, inclusive apresentando as transformações pelas quais passaram ao longo dos anos. De fato, as lutas se distanciaram, em grande parte, da sua finalidade inicial ligada às técnicas de ataque e defesa, com o intuito de autoproteção e combates militares, no entanto, ainda hoje se caracterizam como uma relevante manifestação da cultura corporal.

De maneira geral, as lutas estão associadas ao contato corporal, a chutes, socos, disputa, quedas, atitudes agressivas, entre outros. Apesar disso, elas não se resumem apenas a técnicas, que também são importantes de serem transmitidas, pois os alunos devem ter acesso ao conhecimento que foi historicamente construído.

O desenvolvimento de tal conteúdo pode propiciar além do trabalho corporal, a aquisição de valores e princípios essenciais para a formação do ser humano, como, por exemplo: cooperação, solidariedade, o autocontrole emocional, o entendimento da filosofia que geralmente acompanha sua prática e, acima de tudo, o respeito pelo outro, pois sem ele a atividade não se realizará.

As lutas, assim como os demais conteúdos, devem ser abordadas de maneira reflexiva, direcionada a propósitos mais abrangentes do que somente desenvolver capacidades e potencialidades físicas. Dessa forma, os alunos precisam perceber e vivenciar essa manifestação corporal de maneira crítica e consciente, procurando, sempre que possível, estabelecer relações com a sociedade em que vive. A partir desse conhecimento proporcionado na escola, o aluno pode, numa atitude autônoma, decidir pela sua prática ou não fora do ambiente escolar.

Uma das possibilidades de se trabalhar com as lutas na escola é a partir dos jogos de oposição, cuja característica é o ato de confrontação que pode ocorrer em duplas, trios ou até mesmo em grupos. O objetivo é vencer o companheiro de maneira lúdica, impondo-se fisicamente ao outro. Além disso, deve haver o respeito às regras e, acima de tudo, à integridade física do colega durante a atividade.

Os jogos de oposição podem aproximar os combatentes, mantendo contato direto (corpo a corpo) como o Judô, Luta Olímpica, Jiu-jitsu, Sumo; podem manter o colega à distância, como o Karatê, Boxe, Muay Thay, Taekwondo; ou até mesmo ter um instrumento mediador, como a Esgrima.

Além dos jogos de oposição, para se trabalhar com o conteúdo de lutas, os professores podem propor pesquisas, seminários, visitas às academias para os alunos conhecerem as diferentes manifestações corporais que fazem parte desse Conteúdo Estruturante.

Assim, o que se pode concluir é que a Educação Física, juntamente com as demais disciplinas do currículo, deve, com seus próprios conteúdos, ampliar as referências dos estudantes no que diz respeito aos conhecimentos, em especial no campo da cultura corporal. Isso significa desenvolver, por meio das práticas corporais na escola, conceitos, categorias e explicações científicas reconhecendo a estrutura e a gênese da cultura corporal, bem como condições para construí-la a partir da escola.

Dança

O professor, ao trabalhar com a dança no espaço escolar, deve tratá-la de maneira especial, considerando-a conteúdo responsável por apresentar as possibilidades de superação do limites e das diferenças corporais.

A dança é a manifestação da cultura corporal responsável por tratar o corpo e suas expressões artísticas, estéticas, sensuais, criativas e técnicas que se concretizam em diferentes práticas, como nas danças típicas (nacionais e regionais), danças folclóricas, danças de rua, danças clássicas entre outras.

Em situações que houver oportunidade de teorizar acerca da dança, o professor poderá aprofundar com os alunos uma consciência crítica e reflexiva sobre seus significados, criando situações em que a representação simbólica, peculiar a cada modalidade de dança, seja contemplada.

A dança pode se constituir numa rica experiência corporal, a qual possibilita compreender o contexto em que estamos inseridos. É a partir das experiências vividas na escola que temos a oportunidade de questionar e intervir, podendo superar os modelos preestabelecidos, ampliando a sensibilidade no modo de perceber o mundo (SARAIVA, 2005).

Alguns assuntos podem ser discutidos com os alunos, como o uso exacerbado da técnica, mostrando que a dança pode ser realizada por qualquer pessoa independentemente dos seus limites. A dança é uma forma de libertação do ser e promove a expressão de movimentos.

A discussão pode ocorrer depois de experimentações de improvisação da dança, sobre a supervalorização da coreografia, fruto do esforço humano em

produzir meios rápidos e eficientes para a realização de determinadas ações, por meio da criação de técnicas, sejam elas mecânicas ou corporais, como é o caso das inúmeras coreografias de danças, cujo interesse central está no fazer ou na prática pela prática, sem qualquer reflexão sobre as mesmas.

Não significa dizer que a coreografia é essencialmente prejudicial ou negativa. Um exemplo de dança onde ela está presente e que tem íntima relação com o folclore do nosso Estado é o fandango paranaense. Trata-se de um conjunto de danças, denominado “marcas”, acompanhado de violas, rabeca, adufo ou pandeiro, batidas de tamanco e versos cantados.

Essa dança se manifesta, atualmente, no litoral paranaense, especialmente na região de Antonina, Morretes, Porto de Cima, ilha dos Valadares, ilha de Guaraqueçaba e Paranaguá. Dançado em pares dispostos em círculo, possui melodias variadas e os movimentos são compostos por tamanqueados, que exploram passos em forma de “8” ou de arco (PINTO, 2005).

Outras danças que podem ser exploradas são àquelas que retratam a cultura afro-brasileira. Algumas são compostas por elementos provindos das manifestações que retomam toda a cultura milenar de aldeias e tribos africanas. Nessas culturas, a dança está presente, sobretudo no culto à espiritualidade, e faz incorporar os orixás invocados (FIAMONCINI e SARAIVA, 2003).

Conforme tal concepção, os orixás têm comportamentos semelhantes aos dos seres humanos e geralmente estão associados a elementos da natureza, como a água, o ar, a terra e o fogo. O ritmo da dança tem uma batida forte, com uso de tambores, atabaques e outros instrumentos de percussão, podendo ser confeccionados com materiais alternativos para que sejam vivenciados os ritmos dessa cultura.

Na prática, o professor poderá aliar aos aspectos culturais e regionais específicos, vivências desses diferentes estilos de dança, possibilitando a liberdade de recriação coreográfica e a expressão livre dos movimentos.

Outra maneira de abordagem da dança, nesta perspectiva crítica proposta pelas Diretrizes, seria problematizar a forma como essa manifestação corporal tem se apropriado da erotização do corpo, tornando-se um produto de consumo do público jovem. Outro exemplo seria o professor propor a vivência de uma dança próxima ao cotidiano do aluno (exemplo: o *funk*), e depois realizar outra dança de acesso restrito a esse sujeito (exemplo: a dança de salão), a fim de discutir, com

seus alunos, como se constituíram historicamente as duas danças, quais os seus significados, suas principais características, vertentes e influências que sofrem pela sociedade em geral.

Dessa maneira, é importante que o professor reconheça que a dança se constitui como elemento significativo da disciplina de Educação Física no espaço escolar, pois contribui para desenvolver a criatividade, a sensibilidade, a expressão corporal, a cooperação, entre outros aspectos. Além disso, ela é de fundamental importância para refletirmos criticamente sobre a realidade que nos cerca, contrapondo-se ao senso comum.

CONTEÚDOS BÁSICOS DA DISCIPLINA

ENSINO FUNDAMENTAL

6º ANO

Esporte

- Coletivos
- Individuais
- Jogos e brincadeiras
- Jogos e brincadeiras populares
- Brincadeiras e cantigas de roda
- Jogos de tabuleiro
- Jogos cooperativos

Dança

- Danças folclóricas
- Dança de rua
- Danças criativas

Ginástica

- Ginástica rítmica
- Ginásticas circenses
- Ginástica geral

Lutas

- Lutas de aproximação
- Capoeira

7º ANO

Esporte

- Coletivos
- Individuais

Jogos e brincadeiras

- **J**ogos e brincadeiras populares
- Brincadeiras e cantigas de roda
- Jogos de tabuleiro
- Jogos cooperativos

Dança

- Danças folclóricas
- Dança de rua
- Danças criativas
- Danças circulares

Ginástica

- Ginástica rítmica
- Ginásticas circenses
- Ginástica geral

Lutas

- Lutas de aproximação
- Capoeira

8º ANO

Esportes

Coletivos

Radicais

Jogos e brincadeiras

- Jogos e brincadeiras populares
- Jogos de tabuleiro
- Jogos dramáticos
- Jogos cooperativos

Dança

- Danças criativas
- Danças circulares

Ginástica

- Ginástica rítmica
- Ginásticas circenses
- Ginástica geral

Lutas

- Lutas com instrumento mediador
- Capoeira

9º ANO

Esporte

- Coletivos
- Radicais

Jogos e Brincadeiras

- Jogos de tabuleiro
- Jogos dramáticos

- Jogos cooperativos

Dança

- Danças criativas
- Danças circulares

Ginástica

- Ginástica rítmica
- Ginástica geral

Lutas

Lutas com instrumento mediador

ENSINO MÉDIO

1ª SÉRIE

Esporte

- Coletivos
- Individuais
- Radicais

Jogos e brincadeiras

- Jogos de tabuleiro
- Jogos dramáticos
- Jogos cooperativos

Dança

- Danças folclóricas
- Danças de salão
- Danças de rua

Ginástica

- Ginástica artística /olímpica
- Ginástica de academia
- Ginástica geral

Lutas

- Lutas com aproximação
- Lutas que mantém distancia
- Lutas com instrumento mediador: capoeira

2ª SÉRIE

Esporte

- Coletivos
- Individuais
- Radicais

Jogos e brincadeiras

- **J**ogos de tabuleiro
- Jogos dramáticos
- Jogos cooperativos

Dança

- Danças folclóricas
- Danças de salão
- Danças de rua

Ginástica

- Ginástica artística /olímpica
- Ginástica de academia
- Ginástica geral

Lutas

- Lutas com aproximação
- Lutas que mantém distancia
- Lutas com instrumento mediador:capoeira

3ª SÉRIE

Esporte

- Coletivos
- Individuais
- Radicais

Jogos e brincadeiras

- Jogos de tabuleiro
- Jogos dramáticos
- Jogos cooperativos

Dança

- Danças folclóricas
- Danças de salão
- Danças de rua

Ginastica

- Ginástica artística /olímpica
- Ginástica de academia
- Ginástica geral

Lutas

- Lutas com aproximação
- Lutas que mantém distancia
- Lutas com instrumento mediador:capoeira

METODOLOGIA

Considerando o objeto de ensino e de estudo da Educação Física na Cultura Corporal, por meio dos Conteúdos Estruturantes propostos – esporte, dança, ginástica, lutas, jogos e brincadeiras –, a Educação Física tem a função social de contribuir para que os alunos se tornem sujeitos capazes de reconhecer o próprio corpo, adquirir uma expressividade corporal consciente e refletir criticamente sobre as práticas corporais.

O professor de Educação Física tem, assim, a responsabilidade de organizar e sistematizar o conhecimento sobre as práticas corporais, o que possibilita a comunicação e o diálogo com as diferentes culturas. No processo pedagógico, o senso de investigação e de pesquisa pode transformar as aulas de Educação Física e ampliar o conjunto de conhecimentos que não se esgotam nos conteúdos, nas metodologias, nas práticas e nas reflexões.

Essa concepção permite ao educando ampliar sua visão de mundo por meio da Cultura Corporal, de modo que supere a perspectiva pautada no tecnicismo e na desportivização das práticas corporais. Por exemplo: ao se tratar do histórico de determinada modalidade, na perspectiva tecnicista, os fatos eram apresentados de forma anacrônica e acrítica. No entanto, no encaminhamento proposto por estas Diretrizes, esse mesmo conhecimento é transmitido e discutido com o aluno, levando-se em conta o momento político, histórico, econômico e social em que os fatos estão inseridos.

Cabe ressaltar que tratar o conhecimento não significa abordar o conteúdo ‘teórico’, mas, sobretudo, desenvolver uma metodologia que tenha como eixo central a construção do conhecimento pela práxis, isto é, proporcionar, ao mesmo tempo, a expressão corporal, o aprendizado das técnicas próprias dos conteúdos propostos e a reflexão sobre o movimento corporal, tudo isso segundo o princípio da complexidade crescente, em que um mesmo conteúdo pode ser discutido tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

Ao trabalhar o Conteúdo Estruturante jogo, o professor do Ensino Fundamental pode apresentar aos seus alunos diversas modalidades de jogo, com suas regras mais elementares, as possibilidades de apropriação e recriação, conforme a cultura local. Pode, ainda, discutir em que o jogo se diferencia do esporte, principalmente quanto à liberdade do uso de regras.

Já o professor do Ensino Médio, ao trabalhar com o mesmo Conteúdo Estruturante, pode inserir questões envolvendo as diversas dimensões sociais em jogos que requeiram maior capacidade de abstração por parte do aluno.

O papel da Educação Física é desmistificar formas arraigadas e não refletidas em relação às diversas práticas e manifestações corporais historicamente produzidas e acumuladas pelo ser humano. Prioriza-se na prática pedagógica o conhecimento sistematizado, como oportunidade para reelaborar idéias e atividades que ampliem a compreensão do estudante sobre os saberes produzidos pela humanidade e suas implicações para a vida.

Enfim, é preciso reconhecer que a dimensão corporal é resultado de experiências objetivas, fruto de nossa interação social nos diferentes contextos em que se efetiva, sejam eles a família, a escola, o trabalho e o lazer.

AVALIAÇÃO

Destaca-se que a avaliação deve estar vinculada ao projeto político pedagógico da escola, de acordo com os objetivos e a metodologia adotada pelo corpo docente. Com efeito, os critérios para a avaliação devem ser estabelecidos, considerando o comprometimento e envolvimento dos alunos no processo pedagógico:

- Comprometimento e envolvimento – se os alunos entregam as atividades propostas pelo professor; se houve assimilação dos conteúdos propostos, por meio da recriação de jogos e regras; se o aluno consegue resolver, de maneira criativa, situações problemas sem desconsiderar a opinião do outro, respeitando o posicionamento do grupo e propondo soluções para as divergências; se o aluno se mostra envolvido nas atividades, seja através de participação nas atividades práticas ou realizando relatórios.

Partindo-se desses critérios, a avaliação deve se caracterizar como um processo contínuo, permanente e cumulativo, tal qual preconiza a LDB nº 9394/96, em que o professor organizará e reorganizará o seu trabalho, sustentado nas diversas práticas corporais, como a ginástica, o esporte, os jogos e brincadeiras, a dança e a luta.

A avaliação deve, ainda, estar relacionada aos encaminhamentos metodológicos, constituindo-se na forma de resgatar as experiências e

sistematizações realizadas durante o processo de aprendizagem. Isto é, tanto o professor quanto os alunos poderão revisitar o trabalho realizado, identificando avanços e dificuldades no processo pedagógico, com o objetivo de (re)planejar e propor encaminhamentos que reconheçam os acertos e ainda superem as dificuldades constatadas.

No primeiro momento da aula, ou do conjunto de aulas, o professor deve buscar conhecer as experiências individuais e coletivas advindas das diferentes realidades dos alunos, problematizando-as. É quando surge uma primeira fonte de avaliação, que possibilita ao professor reconhecer as experiências corporais e o entendimento prévio por parte dos alunos sobre o conteúdo que será desenvolvido. Isso pode ser feito de várias maneiras, como: diálogo em grupos, dinâmicas, jogos, dentre outras.

No segundo momento da aula, o professor propõe atividades correspondentes à apreensão do conhecimento. A avaliação deve valer-se de um apanhado de indicadores que evidenciem, através de registros de atitudes e técnicas de observação, o que os alunos expressam em relação a sua capacidade de criação, de socialização, os (pré)conceitos sobre determinadas temáticas, a capacidade de resolução de situações problemas e a apreensão dos objetivos inicialmente traçados pelo professor (PALLAFOX E TERRA, 1998).

Na parte final da aula, é o momento em que o professor realiza, com seus alunos, uma reflexão crítica sobre aquilo que foi trabalhado. Isso pode ocorrer de diferentes formas, dentre elas: a escrita, o desenho, o debate e a expressão corporal. Nesse momento, é fundamental desenvolver estratégias que possibilitem aos alunos expressarem-se sobre aquilo que apreenderam, ou mesmo o que mais lhes chamou a atenção. Ainda, é imprescindível utilizar instrumentos que permitam aos alunos se autoavaliarem, reconhecendo seus limites e possibilidades, para que possam ser agentes do seu próprio processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº. 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN.

Brasília, 1996.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Educação**

Física para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Curitiba:SEED, 2008.

ACORDI, L. de O.; SILVA, B. E. S. da; FALCÃO, J. L. C. As Práticas Corporais e seu Processo de Resinificação: apresentado os subprojetos de pesquisa. In: SILVA, A. M.; DAMIANI, I. R. (Org.). **Práticas Corporais:** Gênese de um Movimento Inv investigativo em Educação Física. 1 ed., v. 01, Florianópolis: Nauemblu Ciência & Arte, 2005, p. 30-41.

BARRETO, D. **Dança...: ensino, sentidos e significados na escola**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BENJAMIN, W. **Reflexões:** a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social.** Porto Alegre: Magister, 1992.

_____. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física.** In.: Caderno CEDES, Campinas, v. 19, n. 48, 1999.

_____. **Sociologia crítica do esporte:** uma introdução. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BRUHNS, H. T. **O corpo parceiro e o corpo adversário.** Campinas: Papirus, 2003.

CANTARINO FILHO, M. **A Educação Física no Estado Novo:** História e Doutrina. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília: UnB, 1982.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil:** história que não se conta. 4 ed. Campinas: Papirus, 1994.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

DAOLIO, J. **Educação física brasileira:** autores e atores da década de 80. 97f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 1997.

ESCOBAR, M. O. Cultura corporal na escola: tarefas da educação física. In: **Revista Motrivivência**, n. 08, Florianópolis: Ijuí, 1995, p. 91-100.

FALCÃO, J. L. C. Capoeira. In: KUNZ, E. **Didática da Educação Física 1.** 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2003, p. 55-94.

FIAMONCINI, L.; SARAIVA, M. do C. Dança na escola a criação e a co-educação em pauta. In: KUNZ, E. **Didática da Educação Física 1**. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 95-120.

FRATTI, R. G. Currículo básico para a escola pública do Paraná: busca de uma perspectiva crítica de ensino na educação física. In: **Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte,** XII, 2001, Caxambu, MG. Sociedade, ciência e ética: desafios para a educação física/ciências do esporte. Anais... Caxambu,
MG: DN CBCE, Secretarias Estaduais de Minas Gerais e São Paulo, 2001.

GEBARA, A. História do Esporte: Novas Abordagens. In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. de F. (Org.).

Esporte História e Sociedade.1ed., v.01,Campinas: Autores Associados, 2002, p.05-29.

GOELLNER, S. V. O método francês e militarização da Educação Física na escola brasileira. In: FERREIRA NETO, A. (org.). P**esquisa Histórica na Educação física brasileira.** Vitória: UFES, 1996, p.123-143.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. 20 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LEANDRO, M. R. **Educação física no Brasil:** uma história política. 69f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Curso de Educação Física, Centro Universitário UniFMU, São Paulo, 2002.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 2 ed., São Paulo: Cortez, 1995.

ENSINO RELIGIOSO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

É no campo do imaginário, ponto de tensão entre as realidades vividas e transcendentes que o ser humano é desafiado a buscar com maior profundidade o sentido da vida e faz as experiências de infinito e de totalidade. E assim passa a viver a vida com intensidade e desfrutá-la plenamente. Por outro lado, a falta de sentido de vida gera um sentimento de vazio e inutilidade que possa acabar por se transformar em neurose.

É inerente ao ser humano e desejo de ultrapassar seus limites, de experiência o divino, o infinito, embora este desejo se manifeste diferencialmente em cada pessoa.

Como é função da escola a promoção de educação total, o aspecto da religiosidade não pode ser esquecido. Ele ajudará o educando a encontrar o sentido da vida e a compromissar-se com a sociedade visando melhorá-la, sem alienar-se.

A religiosidade proposta no trabalho de Ensino Religioso trata no sentido de penetrar ao núcleo mais profundo.

Como parte integrante da vida escolar o Ensino Religioso é um processo de reflexão e/ou meditação que favorece a relação com o sagrado, o transcendente, um processo de formação pessoal e social, dentro de uma abordagem sistêmica; um processo educativo de dimensão religiosa da pessoa humana, que considera a pluralidade cultural e religiosa do povo. Entendida como educação para o

transcendente, busca valores, a formação de uma consciência crítica. É também meio que favorece a harmonização da pessoa consigo, com os outros, com o mundo e com Deus, promovendo uma postura pedagógica que respeita a alteridade. Enquanto faz isso ela é ampla e perpassa todo o espaço escolar, sendo instrumento de transformação social.

A escola se constitui o lugar onde se manifestam múltiplas formas de expressões religiosas passíveis de manipulação político-econômica-ideológica. E é com esse código religioso que essa fatia da sociedade faz sua leitura do mundo.

Por isso ao profissional de Ensino Religioso, impõe-se uma formação a capacitação cuja linguagem religiosa passa por três níveis:

Apropriar-se do discurso religioso (formação acadêmica);

Saber traduzi-lo pedagogicamente (competência técnica e profissional);

Articular o discurso religioso ao “código religioso popular” (engajamento político-social).

Assim, a linguagem religiosa que passa por esses níveis de comunicação, torna-se um instrumento tão eficaz quanto necessário à educação no sentido religioso. No espaço escolar, o Ensino Religioso era, tradicionalmente, o ensino da religião Católica Apostólica Romana, religião oficial do Império, conforme determinava a Constituição de 1824. Após a Proclamação da República, o ensino passou a ser laico e público, gratuito e obrigatório, de modo que foi rejeitada a hegemonia católica. A partir da Constituição de 1934, o Ensino Religioso passou a ser admitido como disciplina na escola pública, porém, com matricula facultativa. Nas Constituições de 1937, 1946, e de 1967, e Ensino Religioso foi mantido como matéria do currículo, de frequência livre para o aluno, e de caráter confessional de acordo com o credo- lo da família. Em meados da década de 1960, surgiram grandes debates nos quais retomou-se a questão da liberdade religiosa, devido à pressão das tradições religiosas e da sociedade civil organizada, que partiu de diferentes manifestações religiosas.

Nesse contexto, legalmente, o Ensino Religioso perdeu sua função catequética, pois, com a manifestação do pluralismo religioso na sociedade brasileira, o modelo curricular centrado na doutrinação passou a ser intensamente questionado. Na prática, porém as aulas continuavam a ser ministradas por professores leigos e voluntários, o que resultava em um encaminhamento pedagógico com forte influência das tradições religiosas com o objetivo de converter

as pessoas para sua própria religião. Nessas condições, a identidade do Ensino Religioso como disciplina escolar foi muito fragilizada, porque não houve comprometimento maior do Estado em adotar medidas que efetivamente promovessem sua regulamentação. Constante na LDB 4024/61, o Ensino Religioso foi citado no art. 97 o que determina que essa disciplina deve ser de matrícula facultativa, sem ônus para o poder público. Deve ser ministrada de acordo com a confissão religiosa do aluno.

O tratamento dado ao Ensino Religioso, durante a vigência do regime militar, foi expresso pela Lei n. 5.692/71, no art. 7º como parágrafo único: “ o ensino religioso de matricula facultativa constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus.” Em decorrência dessa lei. O Ensino Religioso foi instituído como disciplina escolar em 1972, no Estado do Paraná, com a criação da Associação Interconfessional de Curitiba (Assintec). Para viabilizar a proposta de Ensino Religioso, a associação, formada por um pequeno grupo de caráter ecumênico, preocupou-se com a elaboração de material pedagógico e cursos de formação continuada. Também em 1973, foi firmado um convenio entre a SEED e a Assintec, com a proposta de implementar um Ensino Religioso interconfessional nas escolas públicas de Curitiba. No mesmo ano, a SEED designou a entidade como intermediária entre a Secretaria e os Núcleos Regionais da Educação, nos quis foi instituído o Serviço de Ensino Religioso par orientar a proposta curricular da disciplina. As discussões iniciadas durante a Constituinte foram intensificadas com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, por meio da organização de um movimento nacional, que buscou garantir o Ensino Religioso como disciplina escolar. A emenda constitucional para o Ensino Religioso Ensino Religioso foi a segunda maior emenda popular que deu entrada na Assembleia Constituinte, e contou com 78 mil assinaturas. Assim, na década de 1980, no processo de redemocratização do, pois, as tradições religiosas, mais uma vez, asseguraram o direito à liberdade de culto e de expressão religiosa. Nessa conjuntura, o Estado do Paraná elaborou o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná, em 1990.

No ano de 1986, o MEC elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), numa tentativa de organizar um currículo nacional, mas nele não incluiu o Ensino Religioso. A seguir, o assunto tornou-se um tema de discussão pelo Fonaper (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso) entidade representante da

sociedade civil organizada. Pela primeira vez, educadores de varias tradições religiosas conseguiram elaborar uma proposta educacional e, finalmente, em 1997 foi publicado o PCN de Ensino Religioso. Diferentemente das outras disciplinas, não foi elaborado pelo MEC, mas passou a ser uma das principais referencias para a organização do currículo de Ensino Religioso em todo o país.

Não se pode negar a trajetória histórica do Ensino Religioso no Brasil, mas, diante da sociedade atual, essa disciplina requer uma nova forma de ser vista e compreendida no currículo escolar.

Tendo em vista que o conhecimento religioso constitui patrimônio da humanidade, conforme a legislação brasileira que trata do assunto, o currículo do Ensino Religioso pressupõe:

- Colaborar com a formação da pessoa: e
- Promover a escolarização fundamental para que o educando se aproprie de saberes para entender os movimentos religiosos específicos de cada cultura.

A sociedade civil, hoje, reconhece como direito os pressupostos desse conhecimento no espaço escolar, bem como a valorização da diversidade em todas as suas formas, pois, a sociedade brasileira é composta por grupos muito diferentes. Tratado nessa perspectiva, o Ensino Religioso contribuiu também para superar a desigualdade étnico religiosa e garantir o direito Constitucional de liberdade de crença e expressão, conforme art. 5º inciso VI, da Constituição brasileira. Tal fato dá-se, porém na medida que a disciplina de Ensino Religioso e o corpo docente também contribuam para que, no dia-a-dia da escola, o respeito à diversidade seja construído consolidado. Não se pode negar que a relação de convivência entre grupos diferentes, muitas vezes, é marcada pelo preconceito e superá-lo é um dos grandes desafios da escola que pretende oferecer seu espaço para a discussão do Sagrado, por meio do currículo de Ensino Religioso.

Portanto, o Ensino Religioso busca propiciar oportunidade de identificação, de entendimento, de conhecimento e de aprendizagem em relação a diferentes manifestações religiosas presentes na sociedade, de modo que tenham a amplitude da própria cultura em que se insere. Essa compreensão deve favorecer o respeito à diversidade cultural religiosa, em suas relações éticas sociais, e fomentar medidas de repúdio a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação, além do reconhecimento de que todos somos portadores de singularidade.

Assim, o Ensino Religioso permite que os educandos possam refletir e entender como os grupos sociais constituem culturalmente e como se relacionam com o Sagrado. E, ainda, possibilita compreender suas trajetórias e manifestações no espaço escolar e estabelecer relações entre culturas, espaços e diferenças. Ao compreender tais elementos, o educando passa elaborar o seu saber e entender a diversidade de nossa cultura, marcada também pela religiosidade do nosso povo.

OBJETIVOS GERAIS

Estudar diferentes manifestações do sagrado no coletivo.

Analisar e compreender o sagrado como o cerne da experiência religiosa do cotidiano que nos contextualiza no universo cultural.

Desenvolver a vivencia do diálogo e do respeito às diferenças pessoais, culturais, e religiosas em seu convívio social, através de identificação dessas diferenças e semelhanças a fim de formar atitudes de paz, compreensão e superação de toda forma de preconceitos.

Conhecer normas de conduta, os limites éticos e os preceitos pelas tradições religiosas, construindo um referencial ético para o estabelecimento de relações justas e humanizadoras, bem como, atitudes de compromisso com a defesa e valorização da vida de todos os seres.

Identificar a diversidade cultural religiosa presente na realidade social e conhecer a origem histórica das diferentes religiões, bem como a sua influência na cultura dos povos, analisando o fenômeno religioso como um dado da cultura, situando-se nele e desenvolvendo o dialogo, o sentido da tolerância e do convívio respeitoso;

Conhecer os textos sagrados verbais e não verbais, os contextos históricos, sociais e culturais que determinam a sua revelação e construção, as formas de interpretação entendendo que esses textos se constituem em referencial de fé, prática e orientação para a vida dos adeptos ou fiéis.

Desenvolver a vivencia do diálogo e do respeito às diferenças pessoais, culturais, e religiosas em seu convívio social, através da identificação dessas diferenças e semelhanças a fim de formar atitudes de paz, compreensão e superação de toda forma de preconceitos.

Conhecer as normas de conduta, os limites éticos e os preceitos propostos pelas tradições religiosas, construindo um referencial ético para o estabelecimento de relações justas e humanizadoras, bem como, atitudes de compromisso com a defesa e valorização da vida de todos os seres.

Identificar a diversidade cultural religiosa presente na realidade social e conhecer a origem histórica das diferentes religiões, bem como a sua influencia na cultura dos povos, analisando o fenômeno religioso como um dado da cultura, situando-se nele e desenvolvendo o diálogo, o sentido da tolerância e do convívio respeitoso;

Conhecer os textos sagrados verbais e não verbais, os contextos históricos, sociais e culturais que determinam a sua revelação e construção, as formas de interpretação entendendo que esse textos se constituem em referencial de fé, prática e orientação para a vida dos adeptos ou fiéis.

Conhecer a importância dos tiros sociais, culturais e religiosos na vida das pessoas bem como os símbolos, os rituais e a espiritualidade das diferentes tradições religiosas que orientam a vivencia da fé dos adeptos, sua experiência e relação com o transcendente, desenvolvendo respeito pela experiência religiosa do outro.

Conhecer as diferentes idéias do transcendente construídas ao longo do tempo e as respostas que as diferentes tradições religiosas dão para a vida além morte, desenvolvendo uma atitude reflexiva a partir dos questionamentos existenciais e do compromisso perante a defesa e promoção de uma vida de qualidade para todos.

CONTEÚDOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Todas as religiões podem ser tratadas como conteúdos nas aulas de Ensino Religioso, uma vez que o sagrado compõe o universo cultural humano e faz parte do modelo de organização de diferentes sociedades.

Assim, o currículo dessa disciplina propõe-se a levar os alunos, por meio dos conteúdos, à compreensão, comparação e análise das diferentes manifestações do sagrado, com vistas à interpretação dos seus múltiplos significados. A disciplina de

Ensino Religioso subsidiará os educandos na compreensão de conceitos básicos no campo religioso e na forma como a sociedade sofre inferências das tradições religiosas ou mesmo da afirmação ou negação do sagrado.

Com o objetivo de ampliar a abordagem curricular no que se refere à diversidade religiosa, o Ensino Religioso define como objeto de estudo o sagrado com o foco do fenômeno religioso, por contemplar algo presente em todas as manifestações religiosas. Essa concepção favorece uma abordagem ampla de conteúdos específicos da disciplina.

Tais conteúdos privilegiam o estudo das diferentes manifestações do sagrado e possibilita sua analise e compreensão como o cerne da experiência religiosa que se expressa no universo cultural de diferentes grupos sociais, uma vez que é uma das formas de expressão empregadas para se explicar fenômenos que não obedecem às leis da natureza. O conteúdo abordado pelo e Ensino Religioso implica, também preocupação com processos históricos de constituição do sagrado, a fim de explicar caminhos percorridos até a concretização de simbologias e espaços que se organizam em territórios sagrados, ou seja, a criação das tradições. Por meio do entendimento do sagrado, compreende-se a construção dos processos de explicação para os acontecimentos que não obedecem, por exemplo, as leis da natureza, do físico e do material. Muitos dos acontecimentos que marcam a vida em sociedade são atribuídos às manifestações do sagrado. Como parte da dimensão cultural, o sagrado influência a compreensão de mundo e a maneira como o homem religioso vive seu cotidiano. Assim, o que para alguns é normal e corriqueiro, para outros é encantador e sublime, extraordinário, repleto de importância e, portanto, merecedor de tratamento diferenciado. Desde tal perspectiva, o sagrado perpassa todo o currículo de Ensino Religioso, de modo a permitir uma analise mais complexa de sua presença nas diferentes manifestações religiosas, cujas instancias podem ser assim estabelecidas:

Paisagem Religiosa

Por paisagem religiosa, define-se a combinação de elementos culturais e naturais que remetem a experiências do sagrado, que por força dessas experiências anteriores remetem a uma gama de representações sobre o transcendente e o imanente. Os lugares considerados sagrados são simbolicamente onde o sagrado

se manifesta. Para homem religioso, a natureza não é exclusivamente natural; sempre está carregada de um valor sagrado. A ideia da existência de lugares sagrados e de um mundo sem imperfeições conduz o homem a suportar suas dificuldades diárias. O homem consagra determinados lugares porque necessita viver e conviver no mundo sagrado. Para as religiões, os lugares não estabelecem somente umas relações concretas, físicas, entre os povos e o sagrado; neles, há também uma relação preestabelecida entre ações e práticas. Nessa simbologia, não podem ser ignorados o imaginário o estereótipos de cada civilização, impregnados de seus valores, identidade etc. Muitas pessoas necessitam de espaços aos quais atribuir o sentido de sagrado, para manifestar sua fé. Com esse lugar definido, entre outras atividades, organizam ritos, festas, homenagens em prol desse objeto. Nos momentos em que os grupos se reúnem para reverenciar o divino, para unir-se ao sagrado, os lugares se transformam num universo especialmente simbólico, resultante das crenças existentes nas tradições religiosas. A paisagem religiosa é fruto do espaço social e cultural construído historicamente, em vivencias dos inúmeros grupos humanos. Portanto, a paisagem sagrada é uma imagem socialmente construída, de maneira que é preciso compreendê-la corretamente para entender tal aspecto do estudo do sagrado.

No processo pedagógico, professor e alunos podem caracterizar lugares e templos principais práticas de expressão do sagrado nestes locais.
lugares na natureza: rios, lagos, montanhas, grutas, cachoeiras etc. e
lugares construídos: templos, cidades sagradas, etc.

Reconhecer os grupos sociais em sua diversidade cultural é um dado de realidade que deve ser sempre trabalhado em sala de aula, de modo que também é interessante que o professor apresente aos educandos alguns instrumentos legais que buscam assegurar a liberdade religiosa.

- Declaração Universal dos Direitos humanos e Constituição Brasileira: respeito à liberdade religiosa;
- Direito de professar fé e liberdade de opinião e expressão;
- Direito a liberdade de reunião e associação pacificas; e
- Direitos humanos e sua vinculação com o sagrado.

Universo Simbólico Religioso

A apreensão conceitual pela_razão com que concebe o sagrado, pelos seus predicados, e se reconhece sua lógica simbólica. É entendido como sistema simbólico e projeção cultural. A complexa realidade que configura o universo simbólico tem como chave de leitura as diferentes manifestações do sagrado no coletivo, cujas significações se sustentam em determinados símbolos religiosas. A complexa realidade que configura o universo simbólico tem como chave a leitura as diferentes manifestações do sagrado ao coletivo, cujas significações se sustentam em determinados símbolos religiosos. Os símbolos são linguagens que expressam sentidos, comunicam e exercem papel relevante para a vida imaginativa e para a constituição das diferentes religiões no mundo. Nesse contexto, o símbolo é definido como qualquer coisa que veicule uma concepção; pode ser uma palavra, um som, um gesto, um ritual, um sonho, uma obra de arte , uma notação de matemática, entre tantos outros. De modo geral, a cultura se sustenta por meio de símbolos, que são criações humanas cuja função é comunicar idéias. Os símbolos são parte essencial da vida humana; todo sujeito se constitui e se constrói por meio de inúmeras linguagens simbólicas. Ao abranger a linguagem do sagrado, os símbolos são a base da comunicação e constituem o veiculo que aproxima o mundo vivido, cotidianamente, do mundo misterioso dos deuses, deusas, encantados, enfim, da linguagem de seres suprassensíveis que habitam no território do inefável. O símbolo é um elemento importante porque para o estudo do sagrado também o é.

Textos sagrados

É a tradição e a natureza do sagrado como fenômeno. Pode ser manifestado em forma material ou imaterial. É reconhecido por meio das Escrituras Sagradas, das tradições orais sagradas e dos mitos.

Os textos sagrados expressam idéias e são meios de dar viabilidade à disseminação e à preservação dos ensinamentos de diferentes tradições e manifestações religiosas, os que ocorrem de diversas maneiras, como: dança sagrada, pinturas sacras, textos orais e escritos, entre outras. Ao articular os textos sagrados aos ritos – festas religiosas, situações de nascimento e mortes , a diferentes tradições e manifestações religiosas buscam mecanismos de unidade e identidade do grupo de seguidores, de modo a assegurar que os ensinamentos sejam consolidados e transmitidos às novas gerações e novos adeptos. Tais ensinamentos podem ser retomados em momentos coletivos e individuais para responder os impasses do

cotidiano e para orientar sua conduta de seus seguidores. Algumas tradições e manifestações religiosas são transmitidas apenas oralmente ou revividas em diferentes rituais. Por sua vez, os textos sagrados registram fatos relevantes da tradição e manifestação religiosa, quais sejam as orações, a doutrina, a história, da tradição e manifestação religiosa, quis sejam: as orações, a doutrina, a história que constituem sedimento no substrato social de seus seguidores e lhes orientam as práticas. O que caracteriza um texto como sagrado é o reconhecimento pelo grupo de que ele transmite uma mensagem originada do ente sagrado ou, ainda, que favorece uma aproximação entre os adeptos e o sagrado. A compreensão, interpretação e significação do texto podem ser modificadas conforme a passagem do tempo ou, ainda, para corresponder às demandas do tempo presente. Pode, também, sofrer alterações causadas pelas diversas interpretação secundárias diferentes do texto original. Como conteúdo estruturante, o texto sagrado é uma referencia importante para o Ensino Religioso, pois permite identificar como a tradição e a manifestação atribuem as praticas religioso o caráter sagrado e em que medida orienta ou estão presentes nos ritos, nas festas, na organização das religiões, nas explicações da morte e da vida.

São ensinamentos sagrados transmitidos de forma oral e escritos pelas diferentes culturas religiosas, expressos na literatura oral e escrita, como em cantos, narrativas, poemas, orações etc. os exemplos a serem apontados incluem: veda (hinduísmo), escrituras Baha'is, fé Bahá'I, tradições orais africanas, afro-brasileiras e ameríndias, alcorão (islamismo).

Organizações religiosas

As organizações religiosas compõem os sistemas religiosos de modo institucionalizado. Serão tratadas como conteúdos, sob a ênfase das principais características, estrutura e dinâmica social dos sistemas religiosos que expressam as diferentes formas de compreensão e de relações com o sagrado.

- os fundadores e/ou lideres religiosos; e
- as estruturas hierárquicas.

Entre os exemplos de organizações religiosas mundiais e regionais, então: o budismo (Sidarta Gautama), o cristianismo (Cristo), confucionismo (Confúcio), o espiritismo (Allan Kardec). O taoismo (Lao Tse) etc.

6º ANO

Conteúdos Básicos

Organizações religiosas
Sagrado na pré-história
Mitologia Grega
Zoroastrismo
Xintoísmo
Hinduísmo
Taoismo e Confucionismo
Judaísmo
Cristianismo
Catolicismo
Protestantismo
Igreja Ortodoxa
Islamismo
Tradições Religiosas de Matriz indígena brasileira
Tradições Religiosas de matriz africana
Tradições religiosas de mátria afro-brasileira,Candomblé,
Umbanda,Espiritismo,Fé Baha'i.

Lugares sagrados

Mapeamento das diversas tradições religiosas, incluindo as tradições panteísta.

Lugares sagrados na natureza (rios, lagos, montanhas, grutas, cachoeiras etc.

Lugares sagrados construídos: templos, cidades etc).

Práticas do sagrado

Textos sagrados orais e escritos
Vedas,
Bíblias

Alcorão

Tradições orais africanas, afro-brasileiras e ameríndias.

Torá

Símbolos Religiosos:

E a apreensão conceitual pela_razão com que concebe o sagrado, pelos seus predicados, e se reconhece sua lógica simbólica. É entendido como sistema simbólico e projeção cultural. Os significados simbólicos dos gestos, sons, formas, cores e textos no seguintes aspectos: dos ritos, do mitos e do cotidiano. Levar o aluno conhecer os diversos símbolos das organizações religiosas, bem como os seus significados. Poderão ser trabalhados a arquitetura religiosa, os mantras, os paramentos, os objetos etc.

7º ANO

Conteúdos Básicos

Temporalidade Sagrada

Temporalidade sagrada é aquilo que retorna no tempo. As temporalidades religiosas são o tempo da hierofania. Toda Festa Religiosa representa a reatualização de um evento sagrado que teve lugar no passado mítico.

Trabalhara temporalidade sagrada apresentando nas aulas o evento da criação nas diversas organizações religiosas.

- Calendários e seus tempos sagrados
- Nascimento do líder religioso
- Passagem de ano
- Datas de rituais e festas.

Ritos

São celebrações das tradições e manifestações religiosas, formadas por um conjunto de rituais. Podem ser compreendidas como a recapitulação de um acontecimento sagrado anterior; servem a memória e à preservação da identidade de diferentes tradições e manifestações religiosas, e podem remeter a possibilidades futuras decorrentes de transformações contemporâneas, destacam-se:

- os ritos de passagem;
- os mortuários;
- os propiciatórios, entre outros.

Entre os exemplos a serem apontados, estão: a dança (Xire), o candomblé, o kiki (kaingang, ritual fúnebre), a via sacra, o festejo indígena de colheita etc.

Festas religiosas

São os eventos organizados pelos diferentes grupos religiosos, com objetivos diversos: confraternização, rememoração dos símbolos, períodos ou datas importantes.

- peregrinações;
- festas familiares;
- festas nos templos;
- datas comemorativas.

Entre os exemplos a serem apontados, estão: Festa do Dente Sagrado (budista).

Ramadã (islâmica) , kuarup (indígena), festa de Iemanjá (afro-brasileira), Pessach (Judaica), Natal (cristã)

Vida e morte

As respostas elaboradas para a vida além da morte nas diversas tradições e manifestações religiosas e sua relação com o sagrado podem ser trabalhadas sob as seguintes interpretações:

- o sentido da vida nas tradições e manifestações religiosas;
- a reencarnação;
- a ressurreição – ação de voltar a vida;
- além da morte: ancestralidade, vida dos antepassados, espíritos dos antepassados que se tornam presentes.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O Ensino Religioso pautou-se historicamente no ensino do catolicismo, que expressava a proximidade do Império com a Igreja Católica. Depois, com o advento

da República, a nova constituição separou o Estado da Igreja e o ensino passou a ser laico. Mesmo assim, a presença das aulas de religião foi mantida nos currículos escolares, devido ao poder da Igreja Católica junto ao Estado brasileiro. Tal influencia pode ser constatada em todas as Constituições no Brasil, nas quais o Ensino Religioso foi citado, com a representatividade hegemonicamente cristã no processo de definição dos preceitos legais. Em consequência, desde a época do Império, a doutrina cristã tem sido preferida na organização do currículo de Ensino Religioso.

Entretanto, a vinculação do currículo de Ensino Religioso ao cristianismo e às práticas catequéticas já não corresponde ao sentido dessa disciplina na escola. assim, o processo de ensino e de aprendizagem proposto visa à constituição e produção do conhecimento que se caracteriza pela promoção do debate, da hipótese divergente, da duvida – real ou metódica -, do confronto de idéias, de informações discordantes e, ainda, da exposição competente de conteúdos formalizados. Torna-se necessária à reflexão em torno dos modelos de ensino e do processo de escolarização, diante das demandas sociais contemporâneas que exigem a compreensão ampla de diversidades culturais, postas também no âmbito religioso entre os países e, de forma mais restrita, no interior de diferentes comunidades. Nunca, como no presente, a sociedade esteve consciente da unidade do destino do homem em todo o planeta e das radicais diferenças culturais que marcam a humanidade.

AVALIAÇÃO

A avaliação na disciplina de Ensino Religioso não ocorre como na maioria das disciplinas. O Ensino Religioso não constitui objeto de aprovação ou reprovação nem terá registro de notas ou conceitos na documentação escolar, por seu caráter facultativo de matricula na disciplina. Mesmo com essas particularidades, a avaliação não deixa de ser um elemento integrante do processo educativo na disciplina do Ensino Religioso. Cabe ao professor implementar práticas avaliativas que permitam o processo de apropriação de conhecimentos pelo aluno e pela classe, cujo parâmetro são os conteúdos tratados e seus objetivos. Para atender a esse propósito, o professor elabora instrumentos que o auxiliem a registras quanto o aluno e a turma se apropriam ou tem se apropriado dos conteúdos tratado nas aulas

de Ensino Religioso. Significa dizer que o que se busca com o processo avaliativo é identificar em que medida os conteúdos passam a der referencias para a compreensão das manifestações do sagrado pelos alunos.

De fato, a apropriação do conteúdo trabalhado pode ser observada pelo professor em diferentes situações de ensino e aprendizagem. Eis algumas sugestões de observação por parte do professor;

- em que medida o aluno expressa uma relação respeitosa com os colegas de classe que tem opções religiosas diferentes da sua?
- o aluno aceita as diferenças de credo ou expressão de fé?
- o aluno reconhece que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social?
- o aluno emprega conceitos adequados para referir-se às diferentes manifestações do sagrado?

Diante da sistematização das informações obtidas da avaliação, o professor terá elementos para planejar as necessárias intervenções no processo pedagógico, para retomar as lacunas identificadas na aprendizagem do aluno, e terá elementos para dimensionar os níveis de aprofundamento a serem adotados em relação aos conteúdos que desenvolverá posteriormente.

Depois da avaliação, o professor de Ensino Religioso terá também, indicativos para a própria avaliação pedagógica ou a imediata reorganização do que já tenha trabalhado. Apesar de não haver aferição de notas ou conceitos que impliquem aprovação ou reprovação do aluno, recomenda-se que o professor registre o processo avaliativo por meio de instrumentos que permitam à escola, ao aluno, aos seus pais ou responsáveis a identificação dos progressos obtidos na disciplina, por meio dessa prática, o aluno terá oportunidade de retomar conteúdos e conhecimentos que o auxiliam a compreender melhor a diversidade cultural, da qual a religiosidade é parte integrante. Finalmente, o aluno poderá articular o Ensino Religioso aos demais componentes curriculares que abordam aspectos relativos à cultura. Serão utilizados algumas técnicas e procedimentos de avaliação como: entrevistas individuais e coletivas, comunicação oral e escrita, observação dirigida e espontânea de atitudes, participação em trabalhos de grupo, relatórios, exposições de trabalho, trabalhos escritos ou orais, envolvendo pesquisas, levantamentos,

análise de situações, reflexão e interpretação de textos, relatos de experiências, produção de textos e outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACKBURN, S. Dicionário Oxford de filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CISALPIANO, M. Religiões. São Paulo: Scipione, 1994.

COSTELLE, D. O Fundamento epistemológico do Ensino Religioso. In: JUNQUEIRA, S.;

WAGNER, R (Orgs.) O Ensino Religioso no Brasil. Curitiba: Champagnat, 2004.

CUNHA, A. G. da. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

KOEZEL,S. (org.). Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporâneo. Curitiba: UFPR, 2002.

HEIDEGGER, M. Conferencias e escritos filosóficos. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Coleção Os Pensadores).

JUNQUEIRA, S. R. A. (Orgs.) Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente. Curitiba. Champagnat. 2004

MACEDO, C. C. imagem do eterno: religiões no Brasil. São Paulo: Moderna, 1989.

FILOSOFIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Desde que a filosofia foi encarada como disciplina curricular nos colégios (de ensino fundamental e médio), o sentido da palavra filosofia tomou um outro caminho no âmbito do conhecimento. O que antes eram visto como ferramenta auxiliar para o aprendizado do aluno, hoje é obtida como princípio lógico da não contradição (conhecimento).

O artigo 36 da LDB 9394/96 determina que ao final do ensino médio o estudante deverá “dominar os conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Se considerarmos os últimos séculos, poderíamos pensar que é um avanço importante porque a filosofia passou de disciplina obrigatória na década de sessenta para figurar como coadjuvante em alguns poucos currículos posteriormente.

O caráter transversal dos conteúdos filosóficos aparece com bastante clareza nos documentos oficiais, cumprindo a exigência da LDB quanto à necessidade de domínio dos conhecimentos filosóficos sem a necessidade da implementação efetiva da disciplina na grade curricular das escolas de nível médio.

Partindo deste princípio no século XVII, Kant afirma que não se deve a ensinar filosofia, mais sim a filosofa. O que ele refere é que a disciplina tem que ter um senso investigativo tanto pelo aluno quanto pelo professor. Por outro lado, o professor passa a ser orientador do discurso: o que conduz a argumentação e não o senhor da argumentação. Embora, este princípio já era usado pelas escolas Socráticas, tendo em base a forma maiêutica de pensar.

(...) aprender a filosofar só pode ser feito estabelecendo um diálogo crítico com a filosofia. Do que resulta que se aprende a filosofar aprendendo filosofia de um modo crítico, quer dizer, que o desenvolvimento dos talentos filosóficos de cada um se realiza pondo-os à prova na atividade de compreender e criticar com a maior seriedade a filosofia do passado ou do presente (...).. (Obiols, 2002, p. 77)

Kant não é um formalista que preconiza que se deve aprender um método no vazio ou uma forma sem conteúdo; tampouco se segue que Kant tivesse avalizado a ideia de que é necessário lançar-se a filosofar sem mais nem muito menos a ideia de que os estudantes deveriam ser impulsionados a ‘pensar por si mesmos’, sem necessidade de se esforçar na compreensão crítica da filosofia, de seus conceitos, de seus problemas, de suas teorias etc.

Entendemos, então, que não é possível desunir filosofia de filosofar, pois os dois são uma mesma coisa. O filosofar é uma disciplina no pensamento que ao ser

operada vai produzindo filosofia e a filosofia é a própria matéria que gera o filosofar. São indissociáveis. A matéria filosofia separada do ato de filosofar é matéria morta, na filosofia antiga o modo pelo qual Sócrates conduz a argumentação é o mesmo pelo qual a filosofia deve ser encarada hoje. A forma dialética de pensar tanto desenvolve a tese quanto conduz a síntese à outra tese.

A filosofia no ensino médio tem como objetivo levar ao aluno(a) uma alta reflexão, para que ele extrair de sim mesmo os conceitos éticos, morais, políticos, sociais, culturais [...] de um mundo real que está além do mundo imaginário.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Portanto, a filosofia no ensino médio vê como princípio a motivação do aluno pelo conhecimento dentro de uma estrutura democrática, social e cultural (desapego aos dogmas). A necessidade do aluno de abrir novos horizontes no âmbito do conhecimento faz com que surge de maneira independente, ou seja, em cada indivíduo um novo questionamento.

A visão filosófica que começa com o senso comum e se estende ao campo do conhecimento cientifico, procura deixar ao leitor uma ponte que permite ser questionada. Não importa que princípio da filosofia vá começar, seja da contradição ou dos contraditórios, antiga ou contemporânea. O importante, que se faça no ensino médio o questionamento dos porquês das questões. Assim, a conclusão (síntese) de uma tese levantada por um indivíduo, poderá se tornar a argumentação (tese) filosófica por outro individuo.

CONTEÚDOS

1ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/CONTEÚDOS BÁSICOS/CRITÉRIOS

MITO E FILOSOFIA

- Do senso comum ao senso critico filosófico

Estabelece relação entre a historia do mito, o surgimento da filosofia e sua importância para a sociedade atual.

Compreende o conhecimento filosófico para a superação do senso comum

TEORIA DO CONHECIMENTO (EPISTEMOLOGIA)

- O problema do conhecimento/fontes do conhecimento

Evidencia os limites do conhecimento

Percebe os fatores históricos para retomar as problemáticas pensada pelos filósofos.

2ª SÉRIE

CONTEUDOS ESTRUTURANTES/CONTEÚDOS BÁSICOS/CRITERIOS

ÉTICA

- Liberdade, amizade, felicidade, cultura, economia.

Compreende os conceitos de ética e moral.

Relaciona os pensamentos dos filósofos que discutem a questão ética.

Estabelece relações entre ética, liberdade, escolhas e responsabilidade

FILOSOFIA POLÍTICA

- Pensamentos políticos dos clássicos aos contemporâneos, filosofia afro-descendente, filosofia indígenas e filosofia brasileira

Analisar a subjetividade e a política individual como conquista da modernidade.

Relaciona os pensamentos dos filósofos que discutem as questões política de uma sociedade.

Problematiza os conceitos de cidadania, democracia, justiça, igualdade e liberdade.

3ª SÉRIE

FILOSOFIA DA CIÊNCIA

Pensar a ciência: clássico, medieval, moderno e contemporâneo.

Compreende o que ciência o que é filosofia.

Percebe as mudanças das ciências em diferentes períodos.

Analisa a filosofia no senso comum e nos sensos científicos.

ESTÉTICA

Estética e a Filosofia da Arte: a universidade do gosto

Compreende os conceitos de belo, gosto, arte erudita, popular e industria cultural.

Analisa a arte na modernidade e suas relações com a técnica e com os produtos comerciais.

Compreende a realidade pela sensibilidade.

ENCAMINHAMENTO METODOLOGICO

A filosofia tem como base o questionamento sobre o Ser e o Ente. O conhecimento entre as partes, a reflexão filosófica extraído do aprendizado de cada indivíduo. Este aprendizado será da relação do aluno com o professor, com o mundo e com eles mesmos (através livros, filmes, exposição de conteúdo escrito: quadro, revista e jornais)

Partindo desses princípios os alunos deverá ter em mente a noção de totalidade (como produzir texto, interpretar e fazer a leitura do mundo atual). Portanto, a filosofia servirá de caminho para conduzir o conhecimento dentro da diversidade social e cultural de cada indivíduo.

AVALIAÇÃO

As avaliações de filosofia serão de caráter somatório e as formas de avaliações terão como bases as reflexões criticas apresentadas pelos alunos. As

praticas de ensino e aprendizagem da disciplina trará ao aluno um novo leque de conhecimentos em diversos períodos da disciplina de filosofia

Entretanto, as avaliações devem ser realizadas através de filmes, escritas (avaliação e produção de texto) e discursos (seminários/debates).

Partindo deste princípio o aluno poderá obter um grau maior de conhecimento, visando o melhor aprendizado dentro da disciplina de filosofia.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

__ Coleção Os Pensadores, **Os Pré-socráticos**, Abril Cultural, São Paulo, 1.ª edição, vol.I, agosto 1973.

__ Coleção Os Pensadores, **Apologia de Sócrates / Platão**, Nova Cultural, São Paulo, março 1999.

__ Coleção Os Pensadores, **Defesa de Sócrates / Platão**, Abril Cultural, São Paulo, 1.ª edição, vol.II, agosto 1972.

__ Coleção Os Pensadores, **Diálogos / Platão**, Nova Cultural, São Paulo, 5.ª edição, 1991.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia** (tradução coordenada por Alfredo Bosi). São Paulo, Mestre Jou, 1982.

MARIAS, J. **História da filosofia**, Martins fontes, São Paulo, 2004

DIDATICO, L. **Filosofia/Ensino Médio**, Curitiba, SEED-PR - 2006

FÍSICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

As etapas históricas do desenvolvimento da humanidade não são formas esvaziadas das quais se exalou a vida **porque** a humanidade alcançou formas de desenvolvimento superiores, porém, mediante a atividade criativa da humanidade, mediante a **práxis**, elas se vão continuamente integrando no presente. O processo de integração é ao mesmo tempo crítica e avaliação do passado. O passado concentra no presente (e portanto **aufgehoben** no sentido dialético) cria natureza humana, isto é, a "substância" que inclui tanto a objetividade quanto a subjetividade, tanto as relações materiais e as forças objetivas, quanto a faculdade de "ver" o mundo e de explicá-lo por meio dos vários modos de subjetividade – cientificamente, artisticamente, filosoficamente, poeticamente, etc. (KOSIK, 2002, p. 150). (Apresentação do DCE – Física – 2008, p.13).

A disciplina de Física, com base na Ciência Física, proporciona condições para uma interação mais ativa de "ver" o mundo, podendo influenciar a capacidade humana para um desenvolvimento mais sustentável. A Física como área de conhecimento científico de desenvolvimento humano não deve ser reconhecida como uma ciência pronta e acabada, ela esta em pleno desenvolvimento. Promovê-la no ambiente escolar poderá colaborar para o desenvolvimento da ciência e da humanidade. Para Chaves e Shellard, A Física deve educar para a cidadania contribuindo para o desenvolvimento de um sujeito crítico, "... capaz de compreender a cultura científica e tecnológica de seu tempo". (CHAVES & SHELLARD, 2005, P.233)

Historicamente o campo de conhecimento das Ciências teve influências de interesses econômicos e militares, financiados por organismos financeiros que ditavam as regras para os programas de ensino de ciências nas escolas, dirigidos para modelos de desenvolvessem a criatividade, a competitividade e produção. Atualmente com a LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação ganhou-se algumas garantias para uma educação mais democrática.

Entende-se, então, que a física, tanto quanto as outras disciplinas, deve educar para cidadania e isso se faz considerando a dimensão crítica do conhecimento científico sobre o Universo de fenômenos e a não-neutralidade da produção desse conhecimento, mas seu comprometimento e envolvimento com aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. (DCE – Física 2008 – p.50).

"Umas das principais funções da escola é a transmissão dos conhecimentos produzidos pela humanidade. Para que haja tal transmissão, é necessário que o

conhecimento seja apresentado de maneira que possa ser aprendido pelos alunos. É neste ponto que se manifesta uma das principais transformações do conhecimento, isto é, a diferença entre o conhecimento produzido e o conhecimento oferecido ao aprendizado. A constatação de que um conhecimento trabalhado na escola difere daquele conhecimento originalmente implica aceitação da existência de processos transformadores que o modificam".(p.78)

"Como elemento de analise do processo de transformação do saber, a Transposição Didática estabelece a existência de três estatutos, patamares ou níveis: A) Saber Sábio (pesquisadores), B) Saber a ensinar (autores de livros) C) Saber ensinado (professores). A existência destes patamares sugere a existência de grupos sociais diferentes que respondem pela composição de cada um destes saberes. São três grupos diferentes, mas com elementos comuns ligados ao saber, que se interligam, coexistem e se influenciam..." (Pietrocola, Mauricio – 2005 p.79)

OBJETIVOS

Propiciar ao aluno o conhecimento científico desenvolverá suas capacidades de analisar o mundo, seja o pequeno mundo a sua volta ou ampliando seus horizontes. O ensino de Física no ensino médio contribuirá para a formação de indivíduos mais críticos, preocupados em promover um desenvolvimento humano mais sustentável, por exemplo, valorizando as reservas naturais, tendo noção do custo da geração de energia e compreensão das possíveis consequências da interferência do homem na natureza.

A Disciplina de Física tem por objetivo proporcionar ao aluno o desenvolvimento de suas capacidades de raciocínio, investigação, de estabelecer relações e de ter opinião sobre acontecimentos que venham de encontro com os ramos das Ciências e que comumente estão ligados a situações vividas por ele.

CONTEÚDOS

O DCE de FÍSICA apresenta um quadro preparado pelo DBE, fruto de discussões realizadas com todos os professores do Estado do Paraná, com uma sistematização dos conteúdos básicos articulados com os conteúdos estruturantes (Movimento, Termodinâmica e Electromagnetismo) que hoje compõem os campos de estudo da Física. (DCE – Física 2008).

Nos fundamentos teórico-metodológicos apresentaram-se as três grandes sínteses que compunham o quadro conceitual de referência da Física no final do século XIX e início do século XX. Essas três sínteses – Movimento, Termodinâmica e Eletro magnetismo – doravante serão denominadas “conteúdos estruturantes”. Em cada conteúdo estruturante estão presentes ideias, conceitos e definições, princípios, leis e modelos físicos, que o constituem como uma teoria. Desses estruturantes derivam os conteúdos que comporão as propostas pedagógicas curriculares das escolas.

Com base nessa fundamentação e sistematização é proposta de distribuição dos conteúdos nas três séries do ensino médio. Sendo o desdobramento em conteúdos específicos administrados pelo professor no processo pedagógico do plano de trabalho docente.

CONTEÚDOS

1ª SÉRIE

- O movimento e o referencial
- Energia e movimento
- Princípio da conservação de energia
- Conservação da quantidade de movimento

2ª SÉRIE

- Calor e Temperatura.
- Dilatação dos corpos
- Termodinâmica (Calor e Trabalho)
- Ondas
- Luz, espelhos e lentes

3ª SÉRIE

- A carga elétrica.
- Força elétrica.
- Campo elétrico.
- Corrente elétrica

- Lei de Ohm
- Potência elétrica.
- Consumo de energia.
- Fenômenos magnéticos.
- Campo Magnético.
- Força Eletromagnética.
- Equações de Maxwell

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O ponto de partida da prática pedagógica são os conteúdos estruturantes, propostos nestas Diretrizes Curriculares com base na evolução histórica das idéias e dos conceitos da Física. Para isso, os professores devem superar a visão do livro didático como ditador do trabalho pedagógico, bem como a redução do ensino de Física à memorização de modelos, conceitos e definições excessivamente matematizados e tomados como verdades absolutas, como coisas reais.

Ressalta-se a importância de um enfoque conceitual para além de uma equação matemática, sob o pressuposto teórico de que o conhecimento científico é uma construção humana com significado histórico e social. (DCE – Física 2008 – p.50).

O ensino de Física deve levar em conta a experiência de vida dos alunos, com base nestas experiências introduzir o saber científico. Para promover essa condição em sala de aula a proposta é utilizar a ideia de associação de metodologias em ensino, fazendo do ensino de Física um objeto de pesquisa. Essa ideia aparece com base no movimento do Anarquismo Epistemológico de Paul Feyerabend. Nesta linha de raciocínio/abordagem o artigo Pluralismo Metodológico no Ensino de Ciências de LABARÚ et al fala que o uso de várias metodologias é uma boa opção quando tentamos tratar das várias nuances presentes em sala de aula. A combinação de diferentes metodologias para o ensino de Física, em questões e momentos diferentes, dará ao profissional do ensino uma gama de recursos para promover a relação ensino-aprendizagem. Ao citar Gadotti o trabalho de LABARÚ et al trás a seguinte reflexão:

“...todo processo de ensino-aprendizagem é altamente complexo, mutável no tempo, envolve múltiplos saberes e está longe de ser trivial. Pelo menos duas razões básicas sustentam esse entendimento... A primeira deve-se a nossa concepção demasiado ingênua do homem, da sua circunstância social, do seu processo de elaboração do conhecimento e, por consequência, do mecanismo da sua aprendizagem e do seu ensino. A segunda prende-se ao fato da evolução das idéias educacionais se encontrarem ligadas à evolução da própria humanidade, ficando, portanto, temporalmente circunstanciadas (Gadotti 1993: 16). “

AVALIAÇÃO

A avaliação é uma ferramenta para o professor investigar e intervir no processo ensino-aprendizagem que ele esta aplicando. O reflexo dos resultados vai ditar o futuro do processo. Esse diagnóstico, mais a pretensão da diversidade metodológica aplicada, darão condições para buscar resultados melhores em busca de uma aprendizagem significativa (AUSUBEL).

Para cumprir essa função a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem. Desta forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002/2003).

Os instrumentos e estratégias avaliativas utilizados para se chegar a um “valor” variarão de acordo com a metodologia de ensino empregada, dentre essas ferramentas estão:

- Atividades de ponto de verificação de conteúdo: atividades em grupo ou individuais realizados em sala de aula com o professor percorrendo a sala e fazendo a verificação se os alunos compreenderam os conceitos.;
- Trabalhos de pesquisa para aumentar a abrangência dos conceitos vistos em sala de aula, o contato com textos científicos e não científicos;
- Trabalhos com apresentação utilizando TV multimídia (Observação: A proposta deste trabalho em grupo, visando fomentar a utilização da tecnologia, dando oportunidade para o aluno para esse contato tecnológico);

- Trabalhos experimentais expositivos aplicados pelo professor, com posteriores relatórios individuais ou em grupo;
- Trabalhos experimentais propostos para os alunos desenvolverem com materiais próprios, também finalizados com relatórios.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação pretendidos serão de verificar a compreensão dos conceitos essenciais de cada conteúdo. Por exemplo, o professor terá subsídios para a verificação do processo ensino-aprendizagem analisando os relatórios experimentais e poderá verificar se a compreensão dos conceitos físicos presentes é satisfeita. Outro subsídio serão as conclusões dos trabalhos de pesquisa, onde sempre é solicitado que o aluno expresse o que ele entendeu do assunto pesquisado.

Por fim, o projeto pretendido tenta ir de encontro com os ideais do DCE de Física.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

DCE - Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Física – 2008 – SEED.

PIETROCOLA, Maurício. Ensino de Física: Conteúdo, metodologia e epistemologia em uma concepção integradora. 2ª edição. Florianópolis. Editora UFSC – 2005.

LABURÚ, C.E.; ARRUDA, S.M.; NARDI, R. Pluralismo Metodológico no Ensino de Ciências; Ciência & Educação, v. 9, n. 2, p. 247-260, 2003.

CHAVES & SHELLARD, 2005.

GEOGRAFIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Ao longo dos anos, a Geografia vem passando por reformulações, onde novas teorias e pensamentos têm contribuído para avanços que ocorreram no interior dessa disciplina.

Até o século XVIII, a Geografia era utilizada apenas para desenhar cominhos e roteiros de viagens sendo identificada com a cartografia e a astronomia. Nesse contexto passa-se a questionar: Qual seria a importância da Geografia? Qual seu objeto de estudo? - A paisagem? A Terra? Os mapas? O Sistema Solar?

Após a Segunda Guerra Mundial, as mudanças na análise da realidade provocam uma reflexão sobre a natureza da Geografia, reformulando seus princípios científicos e filosóficos, agindo como um estimulador de renovação das concepções, métodos, posturas e objetivos nos múltiplos setores da sociedade.

Surge então, uma nova Geografia, tendo como alicerce interpretativo o espaço geográfico produzido, espaço este composto por objetos (naturais, culturais e técnicos) e ações (relações sociais, culturais, políticas e econômicas) inter-relacionados.

O ensino da Geografia visa despertar e possibilitar ao aluno a construção de uma consciência crítica, coletiva e articulada, buscando a totalidade do conhecimento acerca do espaço geográfico, permitindo aos alunos adquirir hábitos e construir valores significativos da vida em sociedade.

O ensino de geografia tem como tarefa, além das informações relevantes a de contribuir com a formação do cidadão ativo e crítico, a formação e desenvolvimento de formar estratégias de pensamento desse sujeito, pois além de ler, escrever e pensar em Geografia, os educandos devem se apropriar do conhecimento científico para formular suas próprias hipóteses e aplicá-las no cotidiano.

Pretende-se através da Geografia fornecer subsídios que permitam ao aluno compreender a realidade que o cerca em sua dimensão espacial, tanto física quanto humana, e no contexto de suas transformações, velocidade e complexidade, posto ser esta a contribuição específica da Geografia em qualquer instância, seja relacionada à pesquisa, ao ensino e à própria vida.

A geografia, assim como as demais disciplinas do currículo escolar, desenvolve no aluno a capacidade de observar, interpretar, analisar e pensar criticamente a realidade, para melhor compreendê-la e identificar as possibilidades no sentido de superar suas contradições.

A geografia que se propõe que seja ensinada deriva de uma concepção científica que se ocupa da análise histórica da formação das diversas configurações espaciais e distingue-se dos demais ramos do conhecimento na medida em que se preocupa com localizações, estruturas e processos espaciais.

Assim, opta-se pelo ensino critico, que desvele a realidade, que conceba o espaço geográfico como um espaço social, produzido e reproduzido pela sociedade humana, com vistas a nela se realizar e se produzir.

A Geografia enquanto disciplina contribui para a formação do cidadão que participa dos movimentos produzidos pela sociedade e ainda terá o papel de proporcionar situações que permitam ao estudante pensar sobre o tempo e o espaço de vivência.

A compreensão desses processos e a inserção dos alunos no mundo capitalista somente podem ocorrer se forem problematizados. Segundo Marechal,1999),problematizar os conhecimentos que servem de referência para o saber a ser ensinado. O saber deve ser bem compreendido como um construto em contínua elaboração e redefinição entendido como um produto elaborado. O docente de Geografia é capaz de mostrar como este saber inscreve-se em uma problemática bem definida.

Assim, esta disciplina pode aumentar o patamar de consciência dos alunos mostrando como a comunicação de massa tem efeitos sobre a maneira de ver e analisar o mundo.

O conhecimento geográfico abre ao jovem a possibilidade de pensar o homem por inteiro em sua dimensão social e humana, assim como outras ciências humanas ela contribui para que o cidadão estudante conheça os vários instrumentos utilizados pelos meios de comunicação para formação de valores. Os alunos precisam ter consciência do poder que esses meios têm na formação da opinião, na possibilidade de enfatizar o desejo de consumo e de criar necessidades.

A análise acerca do ensino de Geografia começa pela compreensão do seu objeto de estudo. Muitos foram os objetos da Geografia antes de se ter algum consenso, sempre relativo, em torno da ideia de que o *espaço geográfico* é o foco da análise*.* Entretanto, a expressão espaço geográfico, bem como os conceitos básicos da Geografia – lugar, paisagem, região, território, Natureza, Sociedade – não se auto-explicam. Ao contrário, são termos que exigem esclarecimentos, pois, a

depender do fundamento teórico a que se vinculam, refletem posições filosóficas e políticas distintas.

No esforço de conceituar o objeto de estudo, de especificar os conceitos básicos e de entender e agir sobre o espaço geográfico, os geógrafos de diferentes correntes de pensamentos se especializaram, percorreram caminhos e métodos de pesquisas diferentes, de modo que evidenciaram e, em alguns momentos, aprofundaram a dicotomia Geografia Física e Geografia Humana. Essa dicotomia permanece até hoje em alguns currículos universitários, assim como em algumas práticas escolares. Diante disso, propõe-se um trabalho conjunto que vise superar a dicotomia entre Geografia Física e Humana, parte do construto histórico com o qual os professores de Geografia convivem pedagógica e teoricamente há muito tempo.

O objeto de estudo da Geografia é o *espaço geográfico*, entendido como o espaço produzido e apropriado pela Sociedade (LEFEBVRE, 1974), composto pela inter-relação entre *sistemas de objetos* – naturais, culturais e técnicos – e *sistemas de ações* – relações sociais, culturais, políticas e econômicas (SANTOS, 1996).

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1996, p.51).

A partir dessa perspectiva, os objetos geográficos são indissociáveis das ações humanas, mesmo sendo objetos naturais. Mas, o que são as ações?

A ação é o próprio homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. [...] As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições. [...] As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. [As ações] conduzem à criação e ao uso dos objetos, formas geográficas. [...] As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. Os eventos, as ações, não se geografizam indiferentemente. [...] O

espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido (SANTOS, 1996, pp. 67-70).

O objeto aqui – espaço geográfico – é entendido como interdependente do sujeito que o constrói. Trata-se de uma abordagem que não nega o sujeito do conhecimento nem supervaloriza o objeto, mas antes, estabelece uma relação entre eles, entendendo-os como dois polos no processo do conhecimento. Assim, o sujeito, torna-se presente no discurso geográfico (SILVA, 1995).

A espacialização dos fatos, dinâmicas e processos geográficos, bem como a explicação das localizações relacionais dos eventos em estudo, são próprias da análise geográfica da realidade. Nesse sentido, numa perspectiva crítica, algumas perguntas devem orientar o pensamento geográfico e o trabalho do professor, tais como:

- Onde?
- Como é este lugar?
- Por que este lugar é assim?
- Por que aqui e não em outro lugar?
- Por que as coisas estão dispostas desta maneira no espaço geográfico?
- Qual o significado deste ordenamento espacial?
- Quais as consequências deste ordenamento espacial?
- Por que e como esses ordenamentos se distinguem de outros?

Tais perguntas, orientadoras da reflexão sobre o espaço e o ensino da Geografia, embora considerem como pressupostos alguns dos *princípios* da Geografia clássica, superam-nos em complexidade e diferenciam-se em método. Para respondê-las, conforme a concepção de espaço geográfico é necessário compreender a intencionalidade dos sujeitos (ações) que levou às escolhas das localizações; os determinantes históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos de tais ações; as relações que tais ordenamentos espaciais pressupõem nas diferentes escalas geográficas e as contradições socioespaciais que o resultado desses ordenamentos produz. Para essa interpretação tomam-se os conceitos geográficos e o objeto da Geografia sob o método dialético.

Nem todos os conceitos considerados e reconhecidos como básicos para o ensino de Geografia, foram desenvolvidos ao mesmo tempo e por todas as linhas teóricas desta ciência. Cada linha teórica enfatizou e desenvolveu alguns conceitos

e não outros. Essas linhas vinculavam-se a diferentes visões teóricas e políticas de apropriação e dominação do espaço, e isso determina a maneira como construíram seus quadros conceituais. Por isso, a considerar a Geografia uma ciência institucionalizada recentemente (final do século XIX), o papel do Estado-Nação, principal gestor do espaço geográfico, foi, e é, fundamental para suas construções e reformulações teórico-conceituais. Nos períodos históricos em que o Estado-Nação era fortemente presente e decidia como governar o território nacional, ainda que atrelado aos interesses do capital, a construção de conceitos e a leitura política do espaço foram marcadas pelo olhar estatal sobre o espaço. Mais recentemente, no período em que o Estado-Nação deixou de exercer algumas de suas antigas prerrogativas, as relações político-territoriais que se estabeleceram obrigaram a Geografia a rever seu quadro teórico-conceitual. Assim, nas considerações a seguir, será central, como substrato e contexto, a compreensão dos diferentes papéis historicamente vividos pelo Estado e sua relação com o espaço geográfico.

Os conceitos de *paisagem, região* e *território*, por exemplo, foram inicialmente tratados pela chamada Geografia Tradicional, no final do século XIX e início do XX. Naquele período, de diferentes maneiras, tais conceitos eram associados ao papel e/ou aos interesses do Estado. Na perspectiva teórica da Geografia Tradicional, tinham um significado diverso do que é dado a eles agora pela vertente crítica da Geografia. Atualmente, o conceito de território, por exemplo, foi ampliado, ressignificado e associado às relações de poder presentes nas diversas escalas geográficas, para além da tutela exclusiva do Estado-Nação. Distinções e diferenças relativas ao conteúdo desse conceito poderiam ser destacadas em outras correntes teóricas que não tiveram grande importância no ensino de Geografia, no Brasil.

Por sua vez, o conceito de *lugar* ganhou destaque com a chamada Geografia Humanística, em meados do século XX, que trouxe a dimensão afetiva e subjetiva para os estudos a respeito do espaço. Sob a nova ordem mundial, a vertente crítica da Geografia ressignificou o conceito de lugar, pois o discutiu em sua relação com o processo de globalização da economia e, de algum modo, considerou seus aspectos subjetivos, mas enfatizou as potencialidades políticas dos lugares em suas relações com outros espaços, próximos e/ou distantes.

Já os conceitos de *Sociedade* e *Natureza* perpassaram, de formas diversas, os quadros teóricos da Geografia. Em cada linha teórica, o enfoque foi distinto,

porém como par conceitual, eles compõem o pensamento e ultrapassam a condição de conceitos básicos da Geografia, de modo que se tornam categoria de análise do espaço geográfico.

A considerar que esses conceitos se constituíram e reconstituíram em diferentes momentos históricos, em função das transformações sociais, políticas e econômicas que definem e redefinem maneiras e ritmos de produzir o espaço e elaborar o pensamento.

Entende-se que, para a formação de um aluno consciente das relações socioespaciais de seu tempo, o ensino de Geografia deve assumir o quadro conceitual das abordagens críticas dessa disciplina, que propõem a análise dos conflitos e contradições sociais, econômicas, culturais e políticas, constitutivas de um determinado espaço.

OBJETIVOS-- SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

- Estimular, nos alunos, a postura científica, utilizando-se do estímulo à observação da natureza/sociedade e de sua compreensão.
- Ser um dos instrumentos que permita ao alunado a inserção no lugar onde vive e consequentemente a ligação com os lugares próximos e distantes.
- Empregar a linguagem cartográfica, quando necessária, possibilitando maior leque de informações a serem confrontados, dando margem a maior compreensão dos fenômenos estudados.
- Desenvolver atitudes sociais, dentre elas o espírito associativo e de solidariedade, na busca incessante de construção e reconstrução da cidadania, da ética, do pensamento crítico, da compreensão e do respeito ao ambiente natural e socialmente produzido.
- Assimilar as noções espaciais, apreendendo conceitos de localização, organização, representação e compreensão da estrutura do espaço construído dinamicamente pela natureza e pela sociedade.
- Ler e interpretar criticamente o espaço, levando em consideração o meio em que o educando vive.

OBJETIVOS – ENSINO MÉDIO

- Distinguir as várias representações sociais da realidade apresentada. Por meio de análise de leituras sobre os processos formadores dessas representações, criticando as falhas e destacando as contribuições.
- Realizar a leitura das construções humanas como um documento importante e necessário, pois é referência nas sociedades em diferentes momentos da história.
- Compreender que as transformações produzidas pelas sociedades se faz sobre uma base natural e que os diversos grupos sociais se utilizam dessa base para satisfazer suas necessidades. Portanto, esse é um processo contínuo e que caracteriza a humanidade.
- Compreender que os conceitos mudam, dependendo do momento histórico vivido pela humanidade. E que se faz necessário refletir e participar, expressando opiniões criticamente.
- Compreender a redefinição de conceitos de lugar em função da ampliação da geografia para além da economia.
- Compreender o significado do conceito de paisagem como síntese de múltiplas determinações: da natureza, das relações sociais, da cultura, da economia e da política.
- Conhecer o espaço geográfico por meio das várias escolas, transitando da escala local para a mundial e vice-versa.
- Ser capaz de buscar o trabalho interdisciplinar e a formação de um coletivo, para aprofundar a compreensão de uma realidade.
- Compreender a natureza e sociedade como conceitos fundantes na conceituação do espaço geográfico.
- Compreender as transformações que ocorrem nas relações de trabalho em função da incorporação das novas tecnologias.
- Compreender as relações entre a preservação ou degradação da natureza em função do desconhecimento de sua dinâmica e a integração de seus elementos biofísicos.

CONTEÚDOS

ENSINO FUNDAMENTAL

6º ANO

Conteúdo Estruturante

Dimensão econômica do espaço.

Conteúdos Básicos

Exploração dos Recursos Naturais, A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem; A (re)organização do espaço geográfico; As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista;

Conteúdos Específicos:

- Setores da Economia
- Atividades econômicas

a) Extrativismo vegetal, mineral e animal

b) Agricultura e pecuária

c) Comércio e serviços

d) Indústrias

e) Sistemas de circulação e mercadorias, pessoas, capitais e informações

f) A sociedade e o trabalho

g) Questões relativas ao trabalho e renda dos afro-descendentes

Conteúdo Estruturante

Dimensão sócio-ambiental do espaço Geográfico.

Conteúdos Básicos

Formação e transformação das paisagens naturais e culturais; Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.

Conteúdos Específicos:

- Estudo da paisagem
- As eras geológicas
- Os movimentos da Terra: Rotação e Translação

- As camadas da Terra: litosfera, hidrosfera e atmosfera
- As rochas e os minerais
- Classificação, fenômenos atmosféricos e mudanças climáticas
- Circulação do ar e poluição atmosférica
- Poluição das águas dos oceanos e mares

Conteúdo Estruturante

Dinâmica cultural demográfica do espaço geográfico.

Conteúdos Básicos

A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural; A evolução demográfica, a distribuição espacial da população e os indicadores estatísticos.

Conteúdos Específicos:

- Lugares de vivência: casa, escola, bairro, cidade, município,estado, país,continentes
- As transformações entre campo e cidade no tempo e no espaço
- O movimento do povo africano no tempo e no espaço

Conteúdo Estruturante

Dimensão política do espaço geográfico.

Conteúdos Básicos:

As diversas regionalizações do espaço geográfico

Conteúdos Específicos:

- Meios de orientação
- O ambiente urbano e rural
- A Terra como um planeta
- Mapas: escalas, plantas, convenções cartográficas e coordenadas geográficas
- Meio ambiente e desenvolvimento
- Biopirataria

- Políticas ambientais

7º ANO

Conteúdo Estruturante

Dimensão econômica espaço geográfico.

Conteúdos Básicos

A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção; O espaço rural e a modernização da agricultura; A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico; A circulação de mão de obra, das mercadorias e das informações;

Conteúdos Específicos:

- Os setores da economia brasileira
- Sistemas de circulação de mercadorias, pessoas, capitais e informações no Brasil
- Sistemas de produção industrial brasileira
- Agroindústria brasileira
- Comunicação e transporte no Brasil
- Acordos e blocos econômicos dos quais o Brasil participa
- Economia e desigualdade social em nosso país
- Dependência tecnológica
- Questões relativas ao trabalho dos afro-descendentes no Brasil

Conteúdo Estruturante

Dimensão socioambiental do espaço geográfico.

Conteúdos Básicos:

A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.

Conteúdos Específicos:

- Brasil e sua localização

- Principais rios, bacias hidrográficas do Brasil
- Relevo, clima, vegetação, recursos minerais do Brasil
- Sistemas de energia brasileiros
- Desigualdade social no Brasil
- Problemas ambientais brasileiros

Conteúdo Estruturante

A dinâmica cultural demográfica

Conteúdos Básicos

O formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização; A evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e indicadores estatísticos; A mobilidade populacional e as manifestação socioespaciais da diversidade cultural;

Conteúdos Específicos:

- A construção do espaço geográfico e a urbanização do Brasil
- A identidade brasileira
- A população brasileira: miscigenação de povos
- Distribuição espacial da população no Brasil: índios e afro-descendentes
- Urbanização e favelização no Brasil
- Migração e emigração no Brasil
- A origem dos grupos étnicos que foram trazidos para o Brasil(a rota da escravidão)
- A questão étnico-racial no Brasil
- A contribuição do negro na construção da nação brasileira
- Estrutura etária no Brasil
- Análise de dados do IBGE sobre a composição da população brasileira por cor, renda e escolaridade no país e no município em uma perspectiva geográfica
- O êxodo rural no Brasil
- O consumismo no Brasil

Conteúdo Estruturante

Dimensão Política do Espaço Geográfico

Conteúdos Básicos

A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro; As diversas regionalizações do espaço brasileiro; Os movimentos sociais, urbanos e rurais, e a apropriação do espaço; A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.

Conteúdos Específicos:

- A regionalização brasileira
- Mercosul
- Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável
- Estado, Nação, Território
- Movimentos sociais brasileiros
- Biopirataria no Brasil.

8º ANO

Conteúdo Estruturante

Dimensão econômica do espaço geográfico.

Conteúdos Básicos

As diversas regionalizações do espaço geográfico; A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano; O comércio em suas implicações socioespaciais; A formação, o localização, exploração dos recursos naturais.

Conteúdos Específicos:

- Economia e desigualdade social no Continente Americano e Africano
- Dependência tecnológica no Continente Americano e Africano
- Divisão Internacional do Trabalho no Continente Americano e Africano
- Índice de Desenvolvimento Humano no Continente Americano e Africano

- Atividades econômicas mais importantes no Continente Americano e Africano: agricultura, pecuária, comércio, indústria, prestação de serviços
- Acordos e blocos econômicos do Continente Americano e Africano
- Questões relativas ao trabalho e renda no Continente Americano e Africano
- Dimensão econômica do Continente Americano e Africano.

Conteúdo Estruturante

Dimensão socioambiental do espaço geográfico.

Conteúdos Básicos

A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico; O comércio em suas implicações socioespaciais; A formação, o localização, exploração dos recursos naturais.

Conteúdos Específicos

a- Espaço mundial: características gerais continentes e oceanos
- A geografia da diversidade de paisagens naturais
- O Continente Americano e Africano: posição geográfica aspectos naturais: relevo, vegetação, hidrografia, riquezas minerais

b- O continente americano e africano:
- posição geográfica;
- aspectos naturais: relevo, clima, vegetação, hidrografia, riquezas minerais, etc;
- situação socioeconômica;
- principais blocos econômicos;
- atividades econômicas mais importantes;
- questão ambiental.

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e geográfica do espaço geográfico.

Conteúdos Básicos

A evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e os indicadores estatísticos; A mobilidade populacional e as manifestações radiespaciais da diversidade cultural;

Conteúdos Específicos:

- O Continente Americano e Africano: características populacionais-diversidade étnica e cultural
- Situação socioeconômica do Continente Americano e Africano
- A geopolítica de imigração e a teoria do embranquecimento do mundo nos países americanos.
- Localizar e pesquisar como vivem, a população, idioma, economia, cultura e religião dos afro-descendentes no Continente Americano
- A segregação racial no Continente Americano
- Colonização da África pelos europeus
- Estudo de como o Continente Africano se configurou espacialmente: as divisões territoriais
- Estudo da organização espacial das aldeias africanas (questões urbanísticas no mundo)
- Localizar e pesquisar como vivem os afro-descendentes no mundo(população, idioma economia, cultura)

Conteúdo Estruturante

Dimensão Política do Espaço Geográfico.

Conteúdos Básicos

As diversas regionalizações do espaço geográfico; A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano; A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado; O comércio em suas implicações socioespaciais; A circulação de mão de obra, do capital, das mercadorias e informações; Os movimentos migratórios e suas motivações.

Conteúdos Específicos:

- Formas de regionalização:
- Divisão norte-sul;
- Divisão internacional do trabalho;

- Desenvolvimento e subdesenvolvimento;
- Capitalismo e Socialismo;
- Indicadores econômicos (IDH).

Principais blocos econômicos americanos

- Atividades econômica do Continente americano;

9º ANO

Conteúdo Estruturante

Dimensão econômica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

As diversas regionalizações do espaço geográfico; A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado; A revolução tecnicocientífico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção; O comércio mundial e as implicações socioespaciais; A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração territórios; O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.

Conteúdos Específicos:

- O desenvolvimento da indústria
- As multinacionais e o processo de globalização
- A distribuição mundial da indústria
- A evolução das técnicas de transporte, da comunicação e da informação;
- Questões relativas ao trabalho e renda dos afro-descendentes no mundo
- Os continentes (Europa, Asia, e Oceania) serão estudados nos seguintes aspectos:

1. situação socioeconômica;
2. principais blocos econômicos;
3. atividades econômicas mais importantes;

Conteúdo Estruturante

Dimensão socioambiental do espaço geográfico.

Conteúdos Básicos

A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do espaço geográfico; A formação, localização, exploração dos recursos naturais; A dinâmica da natureza e sua alteração pelo
emprego de tecnologias de exploração e produção.

Conteúdos Específicos:

- Modernização, meio ambiente e cidadania
- A escassez e os conflitos pela água no mundo
- Os continentes (Europa, Ásia, e Oceania) serão estudados nos seguintes aspectos:
- aspectos naturais: relevo, hidrografia, clima, vegetação, exploração mineral, etc;
- Questão ambiental.
- A transformação homem e Meio através das relações econômicas.

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial; As diversas regionalizações do espaço geográfico; A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.

Conteúdos Específicos:

- A evolução das tecnologias e as novas territorialidades em redes
- Modernização, globalização e sociedade de consumo
- Os continentes (Europa, Ásia, e Oceania) serão estudados nos seguintes aspectos:
- Características populacionais;
- A cultura africana na distribuição espacial do povo brasileiro.
- Os movimentos migratórios dos povos indígenas dentro do território brasileiro.

Conteúdo Estruturante: Dimensão Política do Espaço Geográfico

Conteúdos Básicos

A mobilidade populacional e as manifestações sociespaciais da diversidade cultural; Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações; A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado; O comércio mundial e as implicações socioespaciais.

Conteúdos Específicos:

- Os continentes (Europa, Ásia e Oceania) serão estudados nos seguintes aspectos:
- Principais blocos econômicos
- Conflitos mundiais étnico religiosos e raciais
- Terrorismo
- Narcotráfico
- Geografia de Campo Largo e do Paraná: posição, limites , aspectos físicos e econômicos e a ocupação de Campo Largo e do Paraná

ENSINO MÉDIO

1ª SÉRIE

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção; A formação, localização e exploração dos recursos naturais; A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem, a (re)organização do espaço geográfico.

Conteúdos Específicos:

- Geografia: objeto e objetivos;
- Cartografia: (localização e orientação);
- Geologia: estrutura, origem e processos de formação da litosfera;
- Vegetação;

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

A formação, localização e exploração dos recursos naturais; A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem, a (re)organização do espaço geográfico; A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.

Conteúdos Específicos:

- Águas continentais e águas oceânicas;
- Uso e disponibilidade da água;
- Vegetação

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem, a (re)organização do espaço geográfico; A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.

Conteúdos Específicos:

1. Relevo: estrutura e processos de formação;
2. Uso e disponibilidade da água;
3. Clima;
4. Vegetação;

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

A formação, localização e exploração dos recursos naturais; A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem, a (re)organização

do espaço geográfico; A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.

Conteúdos Específicos:

- Origem do Universo e a formação da Terra;
- Hidrosfera: conceitos básicos;
- Atmosfera;
- Clima: fatores de formação, tipologia climática;
- Vegetação;
- Os Grandes Domínios Morfoclimáticos;
- Os Biomas brasileiros;
- Ação antrópica nas paisagens terrestres.

2ª SÉRIE

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

O espaço rural e a modernização da agricultura; A formação e o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente; As diversas regionalizações do espaço geográfico.

Conteúdos Específicos:

- Atividades econômicas;
- Setores da econômicos e o circuito da economia;
- Indústria no Brasil;
- Paraná;

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

A formação e o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente; As diversas regionalizações do espaço geográfico; Os movimentos migratórios e suas motivações.

Conteúdos Específicos:

- Agricultura no Brasil;
- Indústria no Brasil;
- Paraná;

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural; Os movimentos migratórios e suas motivações; A formação e o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente.

Conteúdos Específicos:

- Teorias demográficas;
- Características da população: geral e do Brasil
- Pirâmide Etária;
- Características das pirâmides etárias nos países ricos e pobres;
- Migrações e movimentos populacionais;
- Migrações no Brasil;
- Reforma Agrária;
- Paraná;

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

O espaço rural e a modernização da agricultura; A formação e o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente; A evolução demográfica, a distribuição espacial da população e os indicadores estatísticos.

Conteúdos Específicos:

- Extrativismo: conceito e tipos;
- Agricultura no Brasil;

- Pecuária;
- Fontes de energia;
- Indústria;
- Paraná;

3ª SÉRIE

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

O comércio e as Implicações socioespaciais; A circulação de mão de- obra, do capital, das mercadorias e das informações; As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.; O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial; A revolução técnicocientífica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção.

Conteúdos Específicos:

- Economia Global;
- O Processo de Globalização;
- A revolução informacional no espaço geográfico;
- A diferença entre Cidade e Metrópoles;
- O que é uma Cidade Global;

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado; Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios; O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial.

Conteúdos Específicos:

- Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.

- A Geopolítica do Pós-guerra;
- A Economia Mundial no Pós-guerra;
- Mudanças no mundo após a Guerra Fria;
- A geopolítica no mundo atual;

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

A circulação de mão de obra, do capital, das mercadorias e das informações; O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial.

Conteúdos Específicos:

- Globalização e Migrações;
- Conflitos étnico separatistas;
- Os movimentos da cultura afro-brasileira e indígena na formação do povo brasileiro.

Conteúdo Estruturante

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista;

A revolução técnicocientífica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção; A formação e o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente; As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.

Conteúdos Específicos:

- Questão ambiental e desenvolvimento sustentável;
- Conferências em defesa do meio ambiente;

- Os fenômenos climáticos e a intervenção humana;
- A vegetação e os impactos do desmatamento;
- A urbanização no mundo;
- Problemas ambientais urbanos;

METODOLOGIA

A disciplina de Geografia é norteada por um ensino critico e reflexivo que busca enfocar no indivíduo a relação homem meio, desta forma pode-se fazer com que o mesmo enriqueça seus conhecimentos através das pesquisas, e aprofundando a relação do aluno consigo mesmo, com a família, membros da comunidade e com a natureza.

Na prática pedagógica, deve-se conduzir o educando para tornar-se um agente participativo dentro das diferentes potencialidades, de acordo com sua realidade. Buscar contribuir na complementação dos temas propostos no programa anual, deixando claro que a geografia é uma ciência ligada à vida e ao nosso espaço de vivência. Neste contexto, o educando participa e se apropria do conhecimento, realizando pesquisas, contextualizando, produzindo textos e participando de seminários e debates e tendo uma visão critica dos temas abordados durante todo o período.

Segundo Katuta (2004) ensinar Geografia significa elaborar perguntas acerca das diferentes espacialidades, de sua lógica de ordenação, para logo em seguida, juntamente com os alunos elaborar respostas a fim de racionalizar sobre as mesmas, e assim entendê-las.

Como educadores devemos adotar uma parceria significativa, uma prática crítica, produtiva, reflexiva e transformadora. Lembrando que o aluno é original, único, dotado de inteligências múltiplas. Fazer uso de diversas formas de diálogo. Partir da prática social, passar para a problematização provocando a catarse e o retorno prática social através da mediação. Ultrapassar o ensino livresco, valorizando a ação reflexiva, estimular a análise.

Reconhecer a interdisciplinaridade na pesquisa do ser humano. Levando o sujeito do processo a questionar, investigar, ser criativo, ético e autônomo e a construir espaços próprios.

A Geografia, por sua própria epistemologia, caracterizada pela relação entre fenômenos físicos e humanos, ou entre a sociedade e natureza, também contribui na escola para a construção da interdisciplinariedade, consolidando sua especificidade, ou seja, que ela própria se constitui a partir de grande diversidade temática interna, tendo sempre o espaço geográfico como eixo central.

Ao desenvolver o trabalho com os conteúdos estruturantes, se contempla os grandes conceitos geográficos: sociedade, natureza, território, região, paisagem, lugar entre outros contribuindo para a compreensão do Espaço Geográfico. Leva-se em consideração que cada conteúdo específico será abordado nos quatro conteúdos estruturantes, visto que as dimensões socioambiental, cultural, demográfica, econômica e geopolítica são inter-relacionadas.

O processo de apropriação e construção dos conceitos fundamentais do conhecimento geográfico se dá a partir da intervenção intencional própria do ato docente, mediante o planejamento que articule a abordagem dos conteúdos com a avaliação (CAVALCANTI, 1998). No ensino de geografia, tal abordagem deve considerar o conhecimento prévio dos alunos para relacioná-lo ao conhecimento cientifico no sentido de superar o senso comum.

A linguagem cartográfica e os diferentes níveis de escala: local, regional, nacional e global são contemplados em todas as séries, levando o aluno a estabelecer essa relação entre o local e o global em cada assunto estudado e fazendo com que ele se torne um leitor de mapas e saiba identificar e interpretar as informações contidas nos mesmos. O uso de informações através dos laboratórios de informática sera extremamente enriquecedor para o educando já que o mesmo possibilita a visualização de imagens de satélites e uso do GPS através de forma fácil e rápida.

Gonçalves (2003) afirma que a Geografia, tem uma enorme responsabilidade para que se vislumbre a possibilidade de uma ordem local-regional- nacional- mundial onde os valores de igualdade, liberdade e solidariedade deixem de ser meros princípios.

No tratamento dos conteúdos precisa-se trazer a realidade para a sala de aula, e levar os conteúdos mais próximos da vivência do aluno, para que ocorra efetivamente uma aprendizagem significativa.

O mundo é dinâmico e a Geografia sendo a ciência que estuda o espaço também é, faz-se necessário acompanhar essas mudanças e propiciar aos alunos uma aprendizagem eficaz visando uma formação para o exercício de sua cidadania.
Tendo como pressuposto a compreensão de espaço enquanto um processo histórico, desigual e contraditório, faz-se necessário entender a realidade contemporânea. Realidade essa, entendida como um complexo de relações que se dão em determinado lugar e em determinado momento que por meio da orientação do professor é possível ser captada.

Esses conhecimentos serão aprofundados no ensino médio, de modo a ampliar as relações estabelecidas entre os conteúdos, respeitada a maior capacidade de abstração do aluno e sua possibilidade de formações conceituais mais amplas . Estudos sobre o espaço geográfico global, bem como os estudos continentais e regionais, serão relacionados a partir de recortes temáticos mais complexos.

Nesse sentido recomenda-se que, no ensino médio, os conteúdos sejam organizados numa sequencia que problematize as relações sociedade X Natureza e as relações espaço temporais a partir do espaço geográfico mundial.
A teoria sócio-interacionista foi debatida e aceita pelo corpo docente como um caminho possível para ser trilhado, no sentido da interação entre aluno/professor a fim da apropriação dos conhecimentos a respeito do espaço geográfico.

A concepção de trabalho interdisciplinar pressupõe um procedimento metodológico onde esta ciência possa contribuir para a compreensão de determinados temas que orientam o trabalho escolar.

Considerando a Geografia historicamente produzida e a Geografia que se pode produzir em pesquisa no Ensino Médio onde o ensino e a pesquisa caminham juntos para que se possa atingir os saberes e conhecimentos a que se propõe.

A escola é um dos principais locais para a produção e reelaboração do conhecimento e na atividade contamos com inúmeras ferramentas (dados estatísticos, imagens de satélite, fotos aéreas, geoprocessamento, sistemas de informações cartográficas, etc.) que necessitam ser melhor conhecidas pelo aluno.

Analisar com os alunos e descobrir a gênese das transformações que vem ocorrendo no mundo, faz com que a Geografia passe a auxiliá-los a desvendar o seu espaço, a conhecer os agentes modificadores responsáveis por sua construção,

compreendendo a sua responsabilidade enquanto cidadão, pela conquista de uma sociedade justa propiciando mais qualidade de vida.

As aulas de campo é um importante encaminhamento metodológico para analisar as áreas a ser estuda, de modo que o aluno poderá diferenciar paisagem do espaço geográfico. Parte- se de uma realidade local bem delimitada para investigar sua constituição histórica e realizar comparações com os outros lugares, próximos ou distantes. Desta forma a aula de campo abre, ainda possibilidades de desenvolver múltiplas atividades praticas , tais como: consultas bibliográficas, analise de fotos antigas, interpretação de mapas, entrevistas com moradores, elaboração de maquetes, murais etc. (NIDELCOFF, 1986).

AVALIAÇÃO

A avaliação é um momento privilegiado do processo ensino-aprendizagem. Ela deve estar presente em todas as etapas do aprendizado, de modo que os alunos percebam seus avanços e limitações no processo de aprendizagem e consigam acompanhar a sua dinâmica.

A avaliação é um processo contínuo e sistemático que visa verificar em que medida os objetivos pedagógicos estão sendo atingidos.

A prática da avaliação ao longo do processo de aprendizagem permite que se constate logo a defasagem, buscando alternativas para amenizá-la.

O professor de geografia conhece os limites e possibilidades de seus alunos, podendo assim participar ativamente da avaliação.

A avaliação pode ser:

- Avaliação diagnóstica – propiciar a identificação do repertório de conhecimentos prévios dos alunos e das dificuldades diante de um tema novo.
- Avaliação formativa – os alunos reveem os resultados e superam suas dificuldades, seus bloqueios e suas lacunas de conhecimento.
- Avaliação somativa – deve ser feita no final do processo de aprendizagem por meio de análise do que foi aprendido.

A avaliação deve ser contínua, observando-se o desenvolvimento diário dos alunos, não só em termos de assimilação de conteúdos, como também em relação

às atitudes sociais que serão desenvolvidas à medida que os conteúdos estão sendo estudados.

A avaliação tem por objetivo avaliar o aluno em todos os aspectos, com relevância para o cognitivo.

No decorrer de cada conteúdo aplicado nas respectivas disciplinas serão adotados avaliações de forma escrita e oral para verificar se o educando assimilou todos os conteúdos abordados e se ficou para ele de forma clara o que foi visto em sala de aula. Desta forma pode-se verificar que o educando assimilou os conteúdos abordados e teve uma visão critica dos objetivos propostos pela disciplina. Já que o mesmo deve não só se apropriar do conhecimento, mas sim poder analisá-lo e interpretá-lo de uma forma clara objetiva e critica.

Os processos são realizados por meio de vários instrumentos: testes, trabalhos individuais e em grupo, mapas, gráficos, interpretações de textos, filmes, debates e aulas de campo. Também possibilita aos alunos demonstrar a capacidade de pesquisar, debater seus conhecimentos adquiridos ao longo do processo através de seminários.

A avaliação estabelece critérios segundo a seleção dos conteúdos de cada série, visando diagnóstico para possível replanejamento e para que se verifique ao longo do processo algum conteúdo que não foi bem assimilado pelos educandos. Cabe lembrar que estes propósitos serão adotados tanto no ensino fundamental como no ensino médio.

A avaliação é parte integrante do ensino e, por meio dela, o professor estuda, analisando os dados da aprendizagem, tendo em vista acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem.

Assim, o aluno deverá ser capaz de:

- Produzir resumos, sínteses e reproduções com argumentos coerentes e coesos;
- gerar respostas adequadas aos problemas atuais através de textos, imagens, produções, etc.
- Participar ativamente de debates, palestras, trabalhos, visitas e/ou pesquisas de campo, abordagem crítica de filmes, noticiários, etc.
- Ter compreensão da totalidade do processo ensino-aprendizagem;

- Assumir postura crítica com função diagnóstica, percebendo a passagem do senso comum para a sistematização dos conteúdos;
- Compreender a realidade e à formação para a cidadania contribuindo para uma maior participação na sociedade em que vive.

As avaliações serão recuperadas paralelamente a cada instrumento aplicado, para que o mesmo possa recuperar suas notas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAS, Melhem . **Geografia**. 5ª, 6ª, 7ª, 8ª séries. 4ª ed. Moderna. 2002.São Paulo.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, 1996.

CASTANHO, Sérgio e CASTANHO, Maria Eugenia. **Temas e textos em Metodologia do Ensino Superior.** Campinas: Papirus, 2000.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral. Didática e Psicologia**. Atica.

KATUTA, Ângela M. **Conhecimento local e conhecimento local e conhecimento universal: práticas sociais: aulas, saberes e políticas**. Curitiba: Champagnat, 2004. 4 v. p.113 a 130.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. Cortez

PARANA, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Geografia para a Educação Básica** Curitiba, SEED, 2008

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnico e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 3ª edição, 1999

SENE, Eustáquio de. **A Geografia no dia-a-dia.(**Coleção Trilhas da Geografia). Scipione. 2000. SP.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico.** Editora UNESP, 2004. São Paulo.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Seleção, Criação e Organização dos Conteúdos e da Metodologia**.

VESENTINI, J. Willian e VLACH, Vânia. **Geografia Crítica**. 5ª, 6ª, 7ª, 8ª séries. 2ª ed., Ática. 2002.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Interdisciplinaridade: Aproximações e Fazeres**. São Paulo: Terra Livre, N.º 14, jul. de 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Ed anthropos, 1974.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo : Hucitec, 1996.

SILVA, César R. L. da. **Inovação tecnológica e distribuição de renda: impacto distributivo dos ganhos de produtividade na agricultura brasileir***a*. São Paulo, Instituto
de Economia Agrícola, 1995. (Coleção Estudos Agrícolas).

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas:
Papirus, 1998.

NIDELCOFF, M. T. **A escola e a compreensão da realidade:** ensaios sobre a metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A História tem como estudos os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como os sentidos que os sujeitos deram às mesmas, tendo ou não consciência dessas ações. Já as relações humanas produzidas por estas ações podem ser definidas como estruturas sócio históricas, ou seja, são as formas de agir, de pensar ou de raciocinar, de representar, de imaginar, de instituir, portanto, de se relacionar social, cultural e politicamente.

As relações condicionam os limites e as possibilidades das ações dos sujeitos de modo a demarcar como estes podem transformar constantemente as estruturas sócio históricas. Mesmo condicionadas, as ações dos sujeitos permitem espaços para suas escolhas e projetos de futuro. Deve-se considerar também como objeto de estudos, as relações projetos educativos, contando com o envolvimento de toda a comunidade escolar, desenvolvendo a consciência crítica e observando os princípios que norteiam o meio o qual o aluno vive e convive para que este torne-se agente transformador da sociedade.

A problematização de situações relacionadas às dimensões econômico-social, política e cultural leva a seleção de objetos históricos. Esses objetos são as ações e relações humanas no tempo, ou seja, articulam-se aos conteúdos estruturantes propostos neste Plano Curricular: a dimensão política, a dimensão econômico-social e dimensão cultural, a abordagem dos conteúdos, nessa perspectiva, possibilita que o professor explore os novos métodos de produção do conhecimento histórico e amplie as possibilidades: de recortes temporais, do conceito de documento, de sujeitos e de suas experiências, de problematização em relação ao passado. Além disso, permite que o aluno elabore conceitos que o permitam pensar historicamente, superando também a ideia de História como algo dado, como verdade absoluta.

E ainda, o ensino de História deve dar conta de superar os desafios de desenvolver o senso crítico, rompendo com a valorização do ensino enciclopédico. Socializando a produção da ciência histórica, passando da reprodução do conhecimento à compreensão das formas de como este se produz, formando o homem político, capaz de compreender a estrutura do mundo da produção onde ele se insere e nele interfere, considerando o aluno e o professor como sujeitos de seu

próprio conhecimento, numa constante elaboração e reelaboração, que se dá a partir de necessidades e problemas cotidianos.

Percebe-se, assim, a necessidade da valorização dos sujeitos históricos não somente como objetos de análise historiográfica, mas como agentes que buscam a construção do conhecimento através da reflexão teórica e, portanto, da produção conceitual, de sua prática vivencial e investigativa no universo escolar. Este é um caminho para a formação de uma consciência histórica no aluno e no professor ao pensarem a própria experiência educativa ao se pensarem como seres sociais e cidadãos construtores de um espaço público realmente democrático produzido por uma ação social.

Para isto acontecer, torna-se relevante a defesa de referenciais teóricos de caráter realista e globalizante, que levem em consideração, entre outros aspectos sócio históricos, as práticas dos alunos e dos professores inseridos no cotidiano do universo escolar. Estes referenciais devem permitir a seleção das informações advindas do mundo extra escolar através de uma conceitualização teórica rigorosa, considerando, assim, a forma com que estes sujeitos sócio históricos entendam e constroem a narrativa histórica (interpretações e explicações). Este rigor se refere a um critério de verdade estruturado na historicidade do conhecimento científico, que para Christopher Lloyd possui um duplo argumento: *Primeiro, a sociedade não é o único sistema histórico. O universo inteiro, incluindo os planetas, a geologia da Terra, a biosfera e evolução das formas de vida são históricos no sentido de apresentar processos específicos de mudanças. Em segundo lugar, a ciência não se caracteriza necessariamente pelo objetivo de descobrir leis. A forma da racionalidade, a estrutura do raciocínio, a reflexibilidade e a autocrítica, bem como a objetividade empírica, são características (...) essenciais*. (LLOYD, 1995, p. 43).

As relações condicionam os limites e as possibilidades das ações dos sujeitos de modo a demarcar como estes podem transformar constantemente as estruturas sócio históricas. Mesmo condicionadas, as ações dos sujeitos permitem espaços para suas escolhas e projetos de futuro. Deve-se considerar também como objeto de estudos, as relações dos seres humanos com os fenômenos naturais, tais como as condições geográficas, físicas e biológicas de uma determinada época e local, os quais também se conformam a partir das ações humanas.

As estruturas sócio históricas podem ser descobertas, interpretadas e analisadas a partir de metodologias que se confrontam com dados empíricos tais

como as fontes históricas. Este confronto, dentro dos critérios realistas apontados por Lloyd, pode modificar as metodologias e mesmo verificar a sua validade em relação aos fatos históricos expressos nas fontes utilizadas ao abordar o objeto de estudo. Nessa concepção as teorias e as metodologias não são somente formas discursivas, pois elas se constituem a partir da realidade sócio histórica do objeto de estudo (no caso, a ação humana na formação das estruturas sócio históricas que a limitam e a modelam) enquanto elemento relativamente autônomo em relação à realidade complexa e total. É neste espaço, portanto, que ocorre a tematização dos conteúdos numa relação dialética e seletiva entre o aspecto empírico e o aspecto teórico conceitual do conhecimento histórico.

Por fim, *... ensinar e aprender história requer de nós, professores, a retomada de uma velha questão: o papel formativo de história. Devemos pensar sobre a possibilidade educativa da história, ou seja, a história como saber disciplinar que tem um papel fundamental na formação da consciência histórica do homem, sujeito de uma sociedade marcada por diferenças e desigualdades múltiplas. Requer assumir o oficio de professor de história como uma forma de luta política e cultural. A relação ensino-aprendizagem deve ser um convite e um desafio para alunos e professores cruzarem ou mesmo subverterem as fronteiras impostas entre as diferentes culturas e grupos sociais entre a teoria e a prática, a política e o cotidiano, a história, a arte e a vida.* (FONSECA, 2003, p. 37-38).

A investigação histórica pode detectar causalidades externas voltadas para descobertas de relações humanas, e causalidades internas que buscam compreender/interpretar os sentidos que os sujeitos atribuem às suas ações.

A finalidade da História é expressa no processo de produção do conhecimento humano sob a forma da consciência histórica dos sujeitos. É voltada para a interpretação dos sentidos do pensar histórico dos mesmos, por meio da compreensão da provisoriedade deste conhecimento. Esta provisoriedade não significa relativismo teórico, mas que, além de existirem várias explicações e/ou interpretações para um determinado fato, algumas delas são mais válidas historiograficamente do que outras. Esta validade é constituída pelo estado atual da ciência histórica em relação ao seu objeto e a seu método. O conhecimento histórico possui formas diferentes de explicar seu objeto de investigação, construído a partir das experiências dos sujeitos.

A Nova História Cultural se utiliza das categorias de representação e apropriação para a produção do conhecimento histórico. Representação, considerada a pedra angular da Nova História Cultural, conceito superior ao de mentalidade, é entendida como as diferentes formas através das quais as comunidades, partindo de suas diferenças sociais e culturais, percebem e compreendem sua sociedade e sua própria história.

A apropriação, por sua vez, “tem por objectivo [sic.] uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais e culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1987, p. 26.).

Ao optar pelas contribuições das correntes historiográficas identificadas como Nova História Cultural e Nova Esquerda Inglesa como referenciais teóricos das diretrizes curriculares de História, objetiva-se propiciar aos alunos, ao longo da Educação Básica, a formação da consciência histórica genética. Nesta corrente historiográfica a cultura é entendida de forma integrada aos modos de produção e não como mero reflexo da infraestrutura econômica de uma sociedade. Nessa perspectiva, existiria uma relação dialética entre a cultura e as estruturas sociais.

O ensino de História tem que estar em sintonia com as atuais correntes historiográficas para que o aluno perceba a flexibilidade das ciências humanas, em constante construção, por não serem exatas estão sujeitas a superação, a novas formulações, tornando ainda mais complexas realidades sociais múltiplas, conflituosas, descontinuas. Há um permanente debate e não existem possibilidades que apontem para um consenso.

Temas sociais que no passado eram ignorados pela historiografia, hoje ganham relevância. A história do cotidiano valoriza e possibilita novas percepções na vida das classes trabalhadoras, mulheres, crianças, grupos étnicos, neste aspecto as fontes de pesquisa tornam-se mais abrangentes, considerando textos, imagens, cartas pessoais, relatos orais, objetos ... possibilitando aos professores direcionamento de pesquisas envolvendo e valorizando os alunos como sujeitos de um contexto amplo. Isso reforça e fortalece a posição de que as formas de estudar o passado são plurais e estão relacionadas com o presente. Esta perspectiva dá a História importância social de contribuir para a construção da identidade do aluno, desenvolvendo um sentimento de pertencimento a nação de um mundo “civilizado”.

Nesta perspectiva é valorizado o conceito de experiência, ideia que se contrapõe ao pensamento dicotômico base/estrutura. Os historiadores dessa corrente teórica consideram a subjetividade, as relações entre as classes e a cultura. Defendem, ainda, que a consciência de classe se constrói nas experiências cotidianas comuns, a partir das quais são tratados os comportamentos, valores, condutas, costumes e culturas.

Outro conceito fundamental é o de poder, onde a Nova Esquerda Inglesa busca superar a visão mecânica e reducionista de uma corrente tradicional marxista que prescrevia uma História linear em direção a uma revolução, e ainda uma História tradicional calcada em fatos históricos determinados e aliados a figuras de heróis. Os historiadores da Nova Esquerda Inglesa procuraram analisar a concepção de poder de forma a apresentar outros atores sociais e outros espaços de poder, o que ficou conhecida como a "história vista de baixo".

Os historiadores da Nova Esquerda Inglesa elegeram a classe trabalhadora como personagem central de seus estudos. O conceito de classe social e de luta de classes fundamentais para o pensamento marxista, são ampliados por essa historiografia, à medida em que seus estudos não reduzem a explicação histórica ao aspecto econômico. Nessa perspectiva, percebem a classe trabalhadora a partir do conceito de experiência, envolvendo dialeticamente o econômico, o cultural e o social. Ao que se refere a conceitos fundamentais do marxismo como o de luta de classes, esta corrente historiográfica amplia o seu significado, passando a considerar não só a luta entre classes, mas a luta dentro de uma mesma classe.

Portanto, a aprendizagem caminhará de mãos dadas com o interesse em relação a cada fato exposto, uma vez que o aluno deverá se colocar como agente construtor da História. dos seres humanos com os fenômenos naturais, tais como as condições geográficas, físicas e biológicas de uma determinada época e local, os quais também se conformam a partir das ações humanas.

Neste contexto, a História deverá proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades para a qualificação do trabalho e do exercício pleno da cidadania, de forma crítica, responsável, consciente e autônoma, onde ele seja capaz de interagir construtivamente na sociedade em que vive, praticando no dia-a-dia, atitudes de solidariedade humana, responsabilidade, cooperação, justiça, diálogo, respeito mútuo, aplicando o conhecimento científico à realidade em que vive, levando-a a autorrealização, fazendo uso do senso crítico,

sendo capaz de raciocinar, discernir e refletir sobre as situações decorrentes do dia-a-dia, visando seu próprio desenvolvimento e a transformação do meio social em que atua.

Assim, os conteúdos de História devem partir de uma visão tridimensional da História – a História vivida aquela que é vivida por todos os homens no passado e presente. A História enquanto produto dos historiadores que é o conhecimento histórico acumulado. A História como disciplina curricular, conteúdos sistematizados cientificamente pela sociedade. Estudar História significa buscar entendê-la como processo e identificando sua dinâmica, sua historicidade e sua relação com a vida, abrindo espaço para que haja maior participação do mesmo na construção de seu conhecimento.

Para que isso aconteça é necessário oferecer condições de ações compostas entre a escola, a família e a comunidade efetivando a interação para execução de projetos educativos, contando com o envolvimento de toda a comunidade escolar, desenvolvendo a consciência crítica e observando os princípios que norteiam o meio o qual o aluno vive e convive para que este torne-se agente transformador da sociedade.

A problematização de situações relacionadas às dimensões econômico-social, política e cultural leva a seleção de objetos históricos. Esses objetos são as ações e relações humanas no tempo, ou seja, articulam-se aos conteúdos estruturantes propostos neste Plano Curricular: a dimensão política, a dimensão econômico-social e dimensão cultural, a abordagem dos conteúdos, nessa perspectiva, possibilita que o professor explore os novos métodos de produção do conhecimento histórico e amplie as possibilidades: de recortes temporais, do conceito de documento, de sujeitos e de suas experiências, de problematização em relação ao passado. Além disso, permite que o aluno elabore conceitos que o permitam pensar historicamente, superando também a ideia de História como algo dado, como verdade absoluta.

E ainda, o ensino de História deve dar conta de superar os desafios de desenvolver o senso crítico, rompendo com a valorização do ensino enciclopédico. Socializando a produção da ciência histórica, passando da reprodução do conhecimento à compreensão das formas de como este se produz, formando o homem político, capaz de compreender a estrutura do mundo da produção onde ele se insere e nele interfere, considerando o aluno e o professor como sujeitos de seu

próprio conhecimento, numa constante elaboração e reelaboração, que se dá a partir de necessidades e problemas cotidianos.

Percebe-se, assim, a necessidade da valorização dos sujeitos históricos não somente como objetos de análise historiográfica, mas como agentes que buscam a construção do conhecimento através da reflexão teórica e, portanto, da produção conceitual, de sua prática vivencial e investigativa no universo escolar. Este é um caminho para a formação de uma consciência histórica no aluno e no professor ao pensarem a própria experiência educativa ao se pensarem como seres sociais e cidadãos construtores de um espaço público realmente democrático produzido por uma ação social.

Para isto acontecer, torna-se relevante a defesa de referenciais teóricos de caráter realista e globalizante, que levem em consideração, entre outros aspectos sócio históricos, as práticas dos alunos e dos professores inseridos no cotidiano do universo escolar. Estes referenciais devem permitir a seleção das informações advindas do mundo extra escolar através de uma conceitualização teórica rigorosa, considerando, assim, a forma com que estes sujeitos sócio históricos entendam e constroem a narrativa histórica (interpretações e explicações). Este rigor se refere a um critério de verdade estruturado na historicidade do conhecimento científico, que para Christopher Lloyd possui um duplo argumento: *Primeiro, a sociedade não é o único sistema histórico. O universo inteiro, incluindo os planetas, a geologia da Terra, a biosfera e evolução das formas de vida são históricos no sentido de apresentar processos específicos de mudanças. Em segundo lugar, a ciência não se caracteriza necessariamente pelo objetivo de descobrir leis. A forma da racionalidade, a estrutura do raciocínio, a reflexibilidade e a autocrítica, bem como a objetividade empírica, são características (...) essenciais*. (LLOYD, 1995, p. 43).

As relações condicionam os limites e as possibilidades das ações dos sujeitos de modo a demarcar como estes podem transformar constantemente as estruturas sócio históricas. Mesmo condicionadas, as ações dos sujeitos permitem espaços para suas escolhas e projetos de futuro. Deve-se considerar também como objeto de estudos, as relações dos seres humanos com os fenômenos naturais, tais como as condições geográficas, físicas e biológicas de uma determinada época e local, os quais também se conformam a partir das ações humanas.

As estruturas sócio históricas podem ser descobertas, interpretadas e analisadas a partir de metodologias que se confrontam com dados empíricos tais

como as fontes históricas. Este confronto, dentro dos critérios realistas apontados por Lloyd, pode modificar as metodologias e mesmo verificar a sua validade em relação aos fatos históricos expressos nas fontes utilizadas ao abordar o objeto de estudo. Nessa concepção as teorias e as metodologias não são somente formas discursivas, pois elas se constituem a partir da realidade sócio histórica do objeto de estudo (no caso, a ação humana na formação das estruturas sócio históricas que a limitam e a modelam) enquanto elemento relativamente autônomo em relação à realidade complexa e total. É neste espaço, portanto, que ocorre a tematização dos conteúdos numa relação dialética e seletiva entre o aspecto empírico e o aspecto teórico conceitual do conhecimento histórico.

Por fim, *... ensinar e aprender história requer de nós, professores, a retomada de uma velha questão: o papel formativo de história. Devemos pensar sobre a possibilidade educativa da história, ou seja, a história como saber disciplinar que tem um papel fundamental na formação da consciência histórica do homem, sujeito de uma sociedade marcada por diferenças e desigualdades múltiplas. Requer assumir o oficio de professor de história como uma forma de luta política e cultural. A relação ensino-aprendizagem deve ser um convite e um desafio para alunos e professores cruzarem ou mesmo subverterem as fronteiras impostas entre as diferentes culturas e grupos sociais entre a teoria e a prática, a política e o cotidiano, a história, a arte e a vida.* (FONSECA, 2003, p. 37-38).

A investigação histórica pode detectar causalidades externas voltadas para descobertas de relações humanas, e causalidades internas que buscam compreender/interpretar os sentidos que os sujeitos atribuem às suas ações.

A finalidade da História é expressa no processo de produção do conhecimento humano sob a forma da consciência histórica dos sujeitos. É voltada para a interpretação dos sentidos do pensar histórico dos mesmos, por meio da compreensão da provisoriedade deste conhecimento. Esta provisoriedade não significa relativismo teórico, mas que, além de existirem várias explicações e/ou interpretações para um determinado fato, algumas delas são mais válidas historiograficamente do que outras. Esta validade é constituída pelo estado atual da ciência histórica em relação ao seu objeto e a seu método. O conhecimento histórico possui formas diferentes de explicar seu objeto de investigação, construído a partir das experiências dos sujeitos.

A Nova História Cultural se utiliza das categorias de representação e apropriação para a produção do conhecimento histórico. Representação, considerada a pedra angular da Nova História Cultural, conceito superior ao de mentalidade, é entendida como as diferentes formas através das quais as comunidades, partindo de suas diferenças sociais e culturais, percebem e compreendem sua sociedade e sua própria história.

A apropriação, por sua vez, “tem por objectivo [sic.] uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais e culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1987, p. 26.).

Ao optar pelas contribuições das correntes historiográficas identificadas como Nova História Cultural e Nova Esquerda Inglesa como referenciais teóricos das diretrizes curriculares de História, objetiva-se propiciar aos alunos, ao longo da Educação Básica, a formação da consciência histórica genética. Nesta corrente historiográfica a cultura é entendida de forma integrada aos modos de produção e não como mero reflexo da infraestrutura econômica de uma sociedade. Nessa perspectiva, existiria uma relação dialética entre a cultura e as estruturas sociais.

O ensino de História tem que estar em sintonia com as atuais correntes historiográficas para que o aluno perceba a flexibilidade das ciências humanas, em constante construção, por não serem exatas estão sujeitas a superação, a novas formulações, tornando ainda mais complexas realidades sociais múltiplas, conflituosas, descontinuas. Há um permanente debate e não existem possibilidades que apontem para um consenso.

Temas sociais que no passado eram ignorados pela historiografia, hoje ganham relevância. A história do cotidiano valoriza e possibilita novas percepções na vida das classes trabalhadoras, mulheres, crianças, grupos étnicos, neste aspecto as fontes de pesquisa tornam-se mais abrangentes, considerando textos, imagens, cartas pessoais, relatos orais, objetos ... possibilitando aos professores direcionamento de pesquisas envolvendo e valorizando os alunos como sujeitos de um contexto amplo. Isso reforça e fortalece a posição de que as formas de estudar o passado são plurais e estão relacionadas com o presente. Esta perspectiva dá a História importância social de contribuir para a construção da identidade do aluno, desenvolvendo um sentimento de pertencimento a nação de um mundo “civilizado”.

Nesta perspectiva é valorizado o conceito de experiência, ideia que se contrapõe ao pensamento dicotômico base/estrutura. Os historiadores dessa corrente teórica consideram a subjetividade, as relações entre as classes e a cultura. Defendem, ainda, que a consciência de classe se constrói nas experiências cotidianas comuns, a partir das quais são tratados os comportamentos, valores, condutas, costumes e culturas.

Outro conceito fundamental é o de poder, onde a Nova Esquerda Inglesa busca superar a visão mecânica e reducionista de uma corrente tradicional marxista que prescrevia uma História linear em direção a uma revolução, e ainda uma História tradicional calcada em fatos históricos determinados e aliados a figuras de heróis. Os historiadores da Nova Esquerda Inglesa procuraram analisar a concepção de poder de forma a apresentar outros atores sociais e outros espaços de poder, o que ficou conhecida como a "história vista de baixo".

Os historiadores da Nova Esquerda Inglesa elegeram a classe trabalhadora como personagem central de seus estudos. O conceito de classe social e de luta de classes fundamentais para o pensamento marxista, são ampliados por essa historiografia, à medida em que seus estudos não reduzem a explicação histórica ao aspecto econômico. Nessa perspectiva, percebem a classe trabalhadora a partir do conceito de experiência, envolvendo dialeticamente o econômico, o cultural e o social. Ao que se refere a conceitos fundamentais do marxismo como o de luta de classes, esta corrente historiográfica amplia o seu significado, passando a considerar não só a luta entre classes, mas a luta dentro de uma mesma classe.

Portanto, a aprendizagem caminhará de mãos dadas com o interesse em relação a cada fato exposto, uma vez que o aluno deverá se colocar como agente construtor da História.

RELAÇÕES DE TRABALHO

O trabalho expressa a relação que os seres humanos estabelecem entre si e a natureza. A execução do trabalho requer o emprego físico e mental, estes esforços transformaram elementos da natureza em bens que satisfazem as necessidades humanas. Ao realizar as atividades de transformação de elementos da natureza, os homens se relacionam entre si. Estas relações de trabalho permitem diversas formas de organização do mundo do trabalho. Na sociedade capitalista o trabalho assumiu uma forma muito específica. O emprego assalariado. Para

entender como se construiu este modelo bem como sua consequência, faz-se necessário entender como as relações de trabalho foram construídas historicamente.

Thompson (1998 e 2004) entende que o conceito de experiência histórica possui duas dimensões. A primeira afirma que a classe social e sua respectiva consciência de classe são fenômenos produzidos pelas experiências e valores herdados e compartilhados pelos sujeitos históricos ao construírem sua identidade. A segunda dimensão do conceito se refere à prática do historiador, que deve ser pautada na análise e verificação de documentos para que se produza a metodologia da investigação histórica.

Para os historiadores da Nova Esquerda Inglesa o resgate da história dos trabalhadores é possível quando o historiador reúne vários documentos, (inclusive aqueles que a historiografia tradicional não aceitava como fonte histórica, como, por exemplo, um boletim de ocorrência), analisando-os a luz de uma teoria para verificar se as informações retiradas dos documentos correspondem à teoria por ele optada, caso isso não ocorra o historiador deve construir um novo modelo teórico para o seu objeto de investigação.

Assim o estudo de relações de trabalho no Ensino Médio deve contemplar diversos tipos de fontes históricas para que professores e alunos possam a partir diferentes visões perceber a História para além dos documentos oficiais.

A Nova Esquerda Inglesa entende que a consciência de classe dos sujeitos não se constrói somente entre a luta de classes da burguesia versus proletariado, mas também em conflitos intraclasses e nas relações interclasses, por meio da experiência vivida pelos trabalhadores.

Partindo desta concepção o estudo das relações de trabalho deve considerar as esferas: doméstica; a prática comunitária; as manifestações artísticas e intelectuais, e a participação nas instâncias de representações: políticas; trabalhistas e comunitárias.

A investigação sobre as relações de trabalho a partir de problemáticas do presente, tais como: impactos ambientais, movimentos sociais e culturais, desemprego, desigualdade social, fome, violência etc., e articulados aos demais conteúdos estruturantes, permite aos alunos e professores entender como as relações de trabalho foram construídas no decorrer do processo histórico.

RELAÇÕES DE PODER

Pode-se definir poder como “a capacidade ou possibilidade de agir ou de produzir efeitos” e “pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos” (BOBBIO in BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2000, p. 993). O poder não possui forma de coisa ou de objeto, mas se manifesta como relações sociais e ideológicas estabelecidas entre aquele que exerce e aquele que se submete, portanto, o que existe são as relações de poder.

O estudo das relações de poder geralmente remete a ideia de poder político. Porém as relações de poder não se limitam somente à dimensão política, essas relações encontram-se também na dimensão econômico-social e na dimensão cultural, ou seja, em todo corpo social.

Os historiadores da Nova Esquerda Inglesa, criticam a historiografia política tradicional pois esta se limitou a explicar o poder tendo como referência somente o Estado. A Nova Esquerda Inglesa analisa as relações de poder a partir da valorização das condições materiais, das estruturas socioeconômicas, das classes e grupos sociais, dos movimentos coletivos em geral e a reintroduz a ideologia como categoria analítica do discurso histórico.

Para a corrente historiográfica Nova História Cultural, o estudo das relações de poder remete às esferas das representações, do imaginário e das práticas sociais. Radicalizando esta ideia, Michel Foucault optou pela ideia de “poderes”. Esta concepção entende os saberes enquanto poderes; poderes que são exercidos nas instituições, tais como: nas escolas; nas prisões, nos hospitais; nas famílias e comunidades; nos estados nacionais, nas igrejas e nos organismos internacionais políticos, econômicos e culturais. Ele também valorizou a pluralidade das redes de poder ou micro poderes e propôs o estudo das relações entre as diferentes práticas sociais discursivas.

O entendimento que as relações de poder são exercidas nas diversas instâncias sócio históricas, como o mundo do trabalho, as políticas públicas e as diversas instituições, permite ao aluno perceber que estas relações fazem parte de seu cotidiano. Assim ele poderá identificar onde se localizam as arenas decisórias, porque determinada decisão foi tomada e de que forma foi ela executada ou implementada para que ele entenda como, quando e onde reagir a mediadas em processo de definição.

RELAÇÕES CULTURAIS

As relações culturais são a correspondência dialética entre as estruturas materiais e simbólicas de um determinado contexto histórico. Diante disso, pensou-se nas relações culturais como conteúdo estruturante para o Ensino Médio. O conceito de cultura aqui proposto, parte de Raymond Willians (2003), o qual afirmava que esta é comum a todos os seres humanos, na medida em que existe uma estrutura comum de modos de pensar, agir e perceber o mundo, que leva à constituição de organizações sociais diferentes. As diferenças culturais existem devido às diversas interpretações construídas por sujeitos históricos que estão inseridos em grupos sociais distintos na divisão social do trabalho.

Assim, na forma de organizar a vida político-econômica, as sociedades contemporâneas não são tão diferentes, pois são poucas as sociedades que destoam do padrão cultural imposto pelo capitalismo contemporâneo. Em outras palavras, as classes dominadas existem numa relação de poder com as classes dominantes, de tal modo que ambas partilham um processo social comum, portanto, de uma experiência histórica comum, produto dessa história coletiva. No entanto, os benefícios produzidos por esta sociedade e seu controle se repartem desigualmente.

O estudo das relações culturais deve considerar a especificidade de cada sociedade e relações entre elas. O processo histórico constituído na relação entre as diversas sociedades é o que pode ser chamado de cultura comum.

Os historiadores da Nova Esquerda Inglesa repensaram o conceito de cultura a partir de sujeitos históricos antes ignorados pela história tradicional e passaram a valorizar uma “história vista de baixo”.

Para Thompson, o conceito de experiência histórica é o elemento articulador entre as relações humanas, pois esta se expressa na constituição de uma cultura comum. Assim, este historiador afirmava que a cultura comum dos trabalhadores urbanos e camponeses na Inglaterra do século XVIII, “longe de ter a permanência rígida que a palavra ‘tradição’ sugere, o costume era um terreno de mudança e de conflito, um lugar onde interesses opostos formulavam reivindicações opostas.” (1998, pp. 16-17).

Hobsbawn entende que as tradições culturais são inventadas dentre do contexto da luta de classes, intraclasses e das relações interclasses. Neste conflito existem grupos dominantes que lutam por um consenso hegemônico, enquanto

outros grupos sociais resistem criando uma contra hegemonia a partir de suas experiências e valores (HOBSBAWN e RANGER, 2002).

Os historiadores da Nova História Cultural abordam as relações culturais a partir de conceitos que superam a dicotomia entre a cultura de elite e a cultura popular. Roger Chartier analisa a cultura a partir das práticas, apropriações e representações culturais que os sujeitos têm em relação aos artefatos culturais (literários, visuais ou mentais). Já Carlo Ginzburg estuda a circularidade entre as culturas por meio de um recorte local onde se valorizam as ações e os valores de sujeitos comuns, de suas famílias e comunidades. Esta abordagem é denominada micro história ou microanálise e permite reavaliar as macroanálises.

Tanto os historiadores da Nova Esquerda Inglesa como os da Nova História Cultural utilizam-se de documentos antes desvalorizados pela historiografia tradicional, tais como processos judiciais, interrogatórios, boletins de ocorrência, canções populares, relatos de tradições orais, livros populares, etc. O uso destas evidências possibilitou aos historiadores a construção de narrativas históricas que incorporavam olhares alternativos em relação às ações dos sujeitos ao produzir e vivenciar o processo histórico de constituição da humanidade.

CATEGORIAS DE ANÁLISE: TEMPO E ESPAÇO

O estudo do passado dos seres humanos, investigado por historiadores ou por professores de história e seus alunos, realiza-se no presente à luz de uma expectativa de futuro. Nesse sentido, as noções de tempo e espaço tornam-se categorias de análise e quando articuladas aos conteúdos estruturantes possibilitam a delimitação e a contextualização dos temas a serem problematizados.

Tempo

O conceito de tempo foi construído historicamente e modificou-se de acordo com o surgimento e transformação das sociedades. A concepção de tempo de uma sociedade se articula a consciência histórica que seus sujeitos possuem.

O tempo, nas sociedades agrárias, possuía um caráter cíclico e mítico; já nas sociedades industriais, tem uma marca cronológica e disciplinadora. Nas primeiras predomina uma experiência do tempo que leva a uma consciência histórica tradicional, que aceita e repetem os modelos culturais dados. Na sociedade

industrial as experiências possuem dimensões e durações temporais diversas. Nesta sociedade, estas experiências são acessíveis a um número maior de sujeitos, os quais se defrontam no seu cotidiano com concepções temporais, como: estruturas ou “fatos de massa”; conjunturas ou “fatos institucionais”; a intervenção do acaso e das ações dos sujeitos e grupos (VILAR *apud* FONTANA, 2004, p. 326). Na escola, a compreensão dessas múltiplas experiências temporais pode provocar nos alunos o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica ou genética.

A articulação entre as dimensões temporais se expressa nas relações de temporalidade, tais como: processos, mudanças, rupturas, permanências, simultaneidades, transformações, descontinuidades e deslocamentos. Estas temporalidades podem ser periodizadas, o que consiste em classificar, arbitrariamente, a sucessão ou as rupturas entre processos e acontecimentos criados pelas diferentes sociedades históricas e investigados pelas correntes historiográficas. As correntes historiográficas tomadas como referência neste documento se utilizam de determinadas temporalidades e periodizações.

Com relação à temporalidade, os historiadores da Nova Esquerda Inglesa valorizam a relação dialética entre as permanências e as mudanças, privilegiando as rupturas como elementos dinamizadores do processo histórico. Quanto à periodização, rompem com a concepção etapista dos modos de produção, mas consideram as estruturas materiais e simbólicas (modos de produção) como grandes contextos que delimitam e possibilitam as ações humanas no tempo. Sob este aspecto, Hobsbawn, a partir de Gramsci, propõe o conceito de bloco histórico, o qual é uma forma de periodização que leva em conta uma macroestrutura espaçotemporal que valoriza a análise das relações entre as ações humanas e as estruturas sócio históricas em um período definido por marcos históricos precisos. Um exemplo disso são os marcos temporais das obras deste autor: a Era das Revoluções (1789-1848), a Era do Capital (1848-1875), a Era dos Impérios (1875-1914) e a Era dos Extremos (1914-1991).

Os historiadores da Nova Historia Cultural tendem a adotar a temporalidade criada por Fernand Braudel relativa à longa duração (estruturas), à média duração (conjunturas) e à curta duração (acontecimentos). O historiador Roger Chartier procura detectar quais as permanências e mudanças presentes nas práticas e nas representações culturais dos sujeitos; já Carlo Ginzburg investiga como as temporalidades se relacionam com a circularidade cultural entre os sujeitos. Esta

corrente historiográfica geralmente utiliza a periodização quadripartite (Idade antiga, medieval, moderna e contemporânea) para classificar os contextos históricos.

Considera-se, neste documento, que o estudo das ações e das relações humanas do passado parte de problematizações feitas no presente. Essas problematizações ou perguntas levam a um recorte temporal que delimita o estudo. Assim, é a partir da temática proposta pela problematização que o professor historiador e o aluno determinam a periodização que define os marcos temporais que balizam seu estudo.

Portanto, busca-se a superação de periodizações tradicionais determinadas *a priori*, como, por exemplo, certo uso da periodização quadripartite da história, através da valorização de diferentes temporalidades históricas escolhidas de acordo com o objeto a ser pesquisado e os questionamentos feitos ao passado.

Espaço

O conceito de espaço, assim como o de tempo, contextualiza e articula os conteúdos estruturantes aqui propostos. O local onde os sujeitos históricos atuam delimita as possibilidades de ação e de compreensão do processo histórico. Os historiadores, os professores e os alunos delimitam, através da problematização, o contexto temporal e espacial a ser estudado.

Os historiadores ligados à Nova Esquerda Inglesa delimitam grandes contextos espaciais em suas análises. Hill e Thompson tendem a abarcar todo o território do Reino Unido, pois este é o local de ação dos movimentos sociais que eles investigam. Entretanto, estes dois historiadores também analisam como as estruturas sócio históricas interferem na vida de indivíduos e nos costumes de pequenas comunidades e como estes reagem a elas. Hobsbawn, em suas principais obras, investiga os processos históricos mundiais que ocorreram e interferiram em diversos locais em determinado contexto histórico, construindo, assim, novos modelos teóricos para seus objetos.

Os historiadores da Nova História Cultural, tais como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi compreendem, por meio da macro-história, que a relação entre o local e o universal é um problema de escalas. Para eles esta diferença se refere a distintos graus nas perspectivas de análise. Um olhar local é um procedimento fundamental para perceber as fissuras nas estruturas sócio históricas e aponta

caminhos que mapeiam as transformações estruturais que ocorrem durante a constituição do processo histórico.

O ambiente (seja ele natural, rural ou urbano), as paisagens, os territórios, os caminhos, as conquistas territoriais, as migrações, etc. fazem parte do conhecimento histórico bem como da memória social de uma sociedade. O modo como o espaço é apreendido pelos homens que vivem em determinado local, a localização e a relação entre os seres humanos e o ambiente constituem a categoria de análise espaço que, junto com a categoria de análise tempo, permite a delimitação de marcos históricos que são necessários ao estudo de um tema.

OBJETIVOS GERAIS:

Busca-se no ensino da História a compreensão do processo histórico relativo às permanências e às transformações temporais dos modelos culturais e a compreensão da vida social em toda sua complexidade, para que o aluno tenha a formação da consciência histórica, ajudando-o a ser um cidadão participativo nas questões sociais e políticas do seu meio.

Essa concepção de História, enquanto experiência de homens e mulheres e sua relação dialética com a produção material, valoriza a possibilidade de luta e transformação social. Justifica-se assim a concepção de História que se pretende, a qual não se vincula às teorias deterministas da estrutura, nem às teorias voluntaristas da consciência que reduzem a produção historiográfica à categoria de ficção.

Desta forma propõe-se a estabelecer articulações entre abordagens teórico-metodológicas distintas, resguardadas as diferenças e até a oposição entre elas, por entender que esse é um caminho possível para o ensino de História, uma vez que possibilita aos alunos compreender as experiências e os sentidos que os sujeitos dão às mesmas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Construir a identidade nacional e individual, localizando os momentos históricos, seu processo de sucessão e duração, ressaltando o papel do homem como agente ativo do processo.

- Discernir limites e possibilidades de atuação na permanência ou transformação, comparando o presente e o passado, percebendo-se como agente transformador da sociedade.
- Construir a identidade social e individual, visando um maior conhecimento da realidade dos povos bem como seus costumes podendo assim compreender como a nossa sociedade chegou onde nos encontramos.
- Conhecer o processo histórico com o objetivo de conhecer nosso passado para poder encaminhar nossa sociedade para um promissor futuro.

CONTEÚDOS

Para a disciplina de História no Ensino Fundamental os conteúdos estruturantes são: Relações de Trabalho, Relações de Poder e Relações Culturais.

6º ANO

DAS ORIGENS DO HOMEM AO SÉCULO XVI – DIFERENTES TRAJETÓRIAS, DIFERENTES CULTURAS

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

Produção do conhecimento Histórico:

- O historiador e a produção do conhecimento histórico;
- Tempo e temporalidade;
- Fontes, documentos;
- Patrimônio material e imaterial;

Articulação da História como outras áreas do conhecimento:

- Arqueologia, antropologia, paleontologia, geografia, geologia, sociologia, etnologia, entre outra- Arqueologia no Brasil:
- Lagoa Santa: Luzia (MG);
- Serra do Capivari (PI);
- Sambaquis (PR).

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

- Humanidade e História:
- Teorias do surgimento do homem na América;
- Evolução do ser humano: Períodos Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais.
- Desconstrução do conceito de pré-história;
- Povo ágrafos, memória e história oral.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Povos indígenas no Brasil, no Paraná e em Campo Largo.

- Ameríndios do território brasileiro;
- Kaingang, Guarani, Xetá e Xokleng.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

As primeiras civilizações da América:

- Olmecas, Mochicas, Tiwanacus, Maias, Incas e Astecas;
- Ameríndios da América do Norte.

OBJETIVOS:

- Perceber que a História é a ciência que estuda as ações humanas no tempo;
- Perceber que os calendários e os relógios são invenções humanas feitas para medir o tempo;
- Conhecer as ciências auxiliadoras para a construção do conhecimento histórico;
- Conhecer a origem dos primeiros povoadores da América, o caminho usado por eles e quando começaram a chegar no continente americano;
- Conceituar sambaqui e caracterizar a vida dos seus habitantes;
- Analisar as comunidades existentes primitivas na América pré-colombiana e no Brasil.

- Comparar os períodos da Pré-história: Paleolítico e Neolítico e o surgimento das civilizações.
- Perceber a composição étnica do Brasil atual.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES:

As primeiras civilizações na África, Europa e Ásia:

- Mesopotâmia, Egito; Gana e Núbia.
- Fenícios, Hebreus, Persas, Gregos e Romanos.

OBJETIVOS:

- Analisar a importância da agricultura no processo de sedentarização do homem.
- Relacionar a importância dos grandes rios para o surgimento da civilização.
- Descrever as principais características socioeconômicas das civilizações.
- Compreender a importância da civilização fenícia na história da escrita.
- Analisar as características econômicas, sociais e políticas de Atenas e Esparta.
- Analisar o legado cultural dos gregos e romanos à civilização ocidental.
- Compreender a importância do escravismo para a consolidação da economia romana.
- Enfatizar não só o poder, vida material, mas também a forma de pensar da época.
- Entender o surgimento e a expansão do cristianismo.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES:

Europa Medieval.

- Surgimento do feudalismo na Europa e suas características;
- A Igreja Medieval.

OBJETIVOS

- Destacar o pensamento medieval e o feudalismo, enfatizando relações de trabalho, o papel da Igreja, o imaginário feudal.
- Destacar aspectos e contribuições do período cultural da Idade Média.
- Compreender o porquê a Igreja se tornou à instituição mais poderosa da Europa Medieval.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

A Chegada dos europeus na América:

- (des) Encontros entre culturas;
- Resistência e dominação;
- Escravização;
- Catequização.

OBJETIVOS

- Compreender o relativo desinteresse de Portugal pelo Brasil nos primeiros anos de nossa história;
- Analisar e compreender o comportamento social econômico na época do Brasil colonial e sua influência cultural no Brasil atual;
- Reconhecer as práticas e lógicas do sistema colônia, entendendo a sua economia, diversidade e realidade da sociedade brasileira;
- Saber porque deu o início à colonização do Brasil;
- Caracterizar o modo de vida indígena;
- Caracterizar a escravidão do africano no Brasil e avaliar a importância do tráfico negreiro para a adoção dessa forma de trabalho;
- Assinalar que no Brasil colonial, os jesuítas atuaram como defensores da escravidão do negro e como desestruturadores da sociedade indígena.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

- Península Ibérica nos séculos XIV e XV: cultura, sociedade e política:

- Reconquista do território;
- Religiões: judaísmo, cristianismo e islamismo;
- Comércio (África, Ásia, América e Europa).

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Formação da sociedade brasileira e americana:

- América portuguesa;
- América espanhola;
- América franco inglesa;
- Organização político administrativa (capitanias hereditárias, sesmarias);
- Manifestações culturais (sagrado e profano);
- Organização social (família patriarcal e escravismo);
- Escravização de indígenas e africanos;
- Economia (pau-brasil, cana-de-açúcar e minérios).

OBJETIVOS

- Perceber a composição étnica do Brasil atual.
- Descrever a forma como se deu a exploração do pau-brasil e a importância para o comércio na Europa.
- Compreender a adoção do sistema de capitanias hereditárias no Brasil.
- Enumerar as razões da escolha do açúcar para iniciar a colonização do Brasil.
- Explicar a participação holandesa na empresa açucareira montada no Brasil.
- Compreender as consequências da União Ibérica para o Brasil.
- Reconhecer a importância da terra para os povos indígenas e o papel deste na exploração do pau-brasil.
- Reconhecer os fatores que levaram Portugal a decidir pela economia canavieira para iniciar o processo de colonização do Brasil.
- Ressaltar a participação dos escravos negros na economia açucareira do Brasil.

- Localizar a região onde foram explorados o ouro e as pedras preciosas no Brasil do século XVIII.
- Analisar as transformações no Brasil provocadas pela mineração.
- Perceber que a população brasileira, embora predominantemente mestiça, já estava subordinada à cultura do homem branco desde o período colonial.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

Os reinos e sociedades africanas e os contatos com a Europa:

- Songai, Benin, Congo, Monomotapa (Zimbabué) e outros;
- Organização político, administrativa, econômica, social e as manifestações culturais.

OBJETIVOS

- Estimular a reflexão sobre a organização social, administrativa, econômica das sociedades africanas.
- Compreender que a cultura colonial brasileira compõe-se da fusão das culturas indígena, africana europeia.
- Conhecer as principais manifestações culturais e artísticas das sociedades africanas.

7º ANO

DAS CONTESTAÇÕES A ORDEM COLONIAL AO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL – SÉCULO XVII AO XIX

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Expansão, consolidação e colonização do território:
- Missões Jesuíticas;
- Bandeiras;
- Invasões estrangeiras.

OBJETIVOS

- Evidenciar os fatores que levaram à expansão territorial brasileira.
- Caracterizar o movimento das bandeiras.
- Reconhecer as bandeiras como expedições para o apresamento dos indígenas.
- Mostrar como as bandeiras passaram a se dedicar à procura do ouro.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

- Consolidação dos Estados Nacionais Europeus
- Reforma Protestante e a Contrarreforma.
- Renascimento Cultural e Humanismo.
- O Iluminismo

OBJETIVOS

- Conceituar nação.
- Identificar os principais meios que os reis usaram para o fortalecimento do poder.
- Caracterizar o Estado Absolutista.
- Conhecer as correntes de pensadores para explicar a origem do Estado Absolutista.
- Relacionar a crise da Igreja com a Reforma Religiosa.
- Conhecer as principais ideias de Lutero, Calvino.
- Identificar como se processou o movimento reformista na Inglaterra.
- Conhecer como se processou a Reforma da Igreja Católica.
- Reconhecer as principais características do pensamento humanista e renascentista.
- Comparar a Idade Média com o Renascimento e perceber as mudanças e as permanências de um período para o outro.

- Contextualizar o pensamento Iluminista como expressão das mudanças ocorridas nos países europeus ao longo do século XVI e XVIII.
- Compreender as ideias dos pensadores iluministas para o progresso da época, bem como as ideias defendidas pelos Fisiocratas e pelo Liberalismo Econômico.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Colonização do território “paranaense” – História do Paraná:
- Economia (ciclos: ouro, madeira);
- Organização social, política, administrativa e as manifestações culturais.

OBJETIVOS

- Entender como se deu a colonização do Paraná.
- Estimular a reflexão sobre a organização social, administrativa, econômica do território paranaense.
- Conhecer as principais manifestações culturais e artísticas da sociedade paranaense.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Movimentos de contestação:
- Quilombos (Campo Largo, Paraná e Brasil);
- Irmandades: manifestações religiosas – sincretismo;
- Revoltas Nativistas: Guerra dos Mascates, Revolta de Filipe dos Santos, Revolta da Cachaça.
- Movimentos de Libertação Colonial: Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana;

OBJETIVOS

- Compreender as razões das revoltas crescente dos luso-brasileiros contra o domínio português.
- Caracterizar as principais rebeliões coloniais, distinguindo os movimentos nativistas dos movimentos de libertação colonial.
- Mostrar como os escravos negros resistiam à escravidão.
- Entender a importância dos quilombos para o negro africano.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

- Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte.

OBJETIVOS

- Conhecer os fatores que levaram as Treze Colônias a romperem com a Metrópole.
- Conhecer como se deu a independência das Treze Colônias.
- Caracterizar a Constituição norte-americana.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES:

- Revolução Inglesa;
- Revolução Francesa;
- Comuna de Paris
- Invasão Napoleônica na Península Ibérica.

OBJETIVOS

- Compreender o alcance das lutas revolucionarias inglesas no século XVII.
- Destacar as principais consequências politicas, sociais e econômicas da chamada Revolução Gloriosa.
- Caracterizar a sociedade francesa.
- Conhecer os fatores que favoreceram a eclosão da Revolução Francesa.

- Conhecer e caracterizar as fases da Revolução Francesa.
- Entender a importância da Revolução Francesa para a sociedade brasileira.
- Reconhecer na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão os princípios liberais que hoje predominam no mundo ocidental.
- Explicar o poder de Napoleão Bonaparte ao poder na França.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

Chegada da família real ao Brasil:

- De Colônia a Reino Unido;
- Missão artística e científica;
- Biblioteca Nacional, Banco do Brasil, Urbanização na capital, Imprensa Régia.

OBJETIVOS

- Perceber a relação entre a vinda da família real e a independência do Brasil.
- Conhecer e caracterizar os fatos que levaram à independência.
- Esclarecer por que a corte portuguesa teve de se refugiar no Brasil.
- Reconhecer o significado da elevação do Brasil a Reino Unido.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

O Processo de Independência do Brasil:

- Governo de D. Pedro I;
- Constituição outorgada de 1824;
- Unidade territorial;
- Manutenção da estrutura social;
- Confederação do Equador;
- Província Cisplatina;
- Revoltas Regenciais: Malês, Sabinada, Balaiada, Cabanagem , Farroupilha.

OBJETIVOS

- Conhecer como foi vencida a resistência portuguesa no Brasil.
- Saber como se deu o processo de reconhecimento da Independência.
- Identificar a importância da Assembleia Constituinte.
- Identificar as principais características da Constituição de 1824.
- Conhecer os motivos que levaram a Confederação do Equador.
- Identificar e caracterizar as principais revoltas sociais.
- Conhecer os significados das revoltas sociais.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES:

O processo de independência das Américas: Haiti;

- Lutas pela independência na América Espanhola: México, América Central, América do Sul: Paraguai, Uruguai, Argentina.

OBJETIVOS

- Identificar os fatores que favoreceram a independência dos países da América espanhola.
- Caracterizar a sociedade espanhola.
- Reconhecer o papel dos criollos no movimento da independência.
- Identificar as transformações ocorridas após a independência nos países da América espanhola.

8º ANO

PENSANDO A NACIONALIDADE: DO SÉCULO XIX AO XX – A CONSTITUIÇÃO DO IDEÁRIO DE NAÇÃO NO BRASIL

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

A Construção da Nação (Segundo Reinado):

- Papel político de D. Pedro II.
- O café e a extinção do tráfico negreiro; abolição.
- Lei dos Sexagenários, Ventre Livre e Lei Áurea.
- Lei de Terras, Lei Eusébio de Queirós – 1850;
- Início da imigração europeia;
- A queda do Império;
- Movimento e Proclamação da República;
- Questão Militar, Questão Religiosa e a Questão Abolicionista.

OBJETIVOS

- Reconhecer a importância da extinção do tráfico de escravos.
- Entender como foi a campanha abolicionista.
- Conhecer como se processou a emancipação dos escravos.
- Identificar o processo de imigração para o Brasil.
- Conhecer como se processou a antecipação da maioridade de D. Pedro de Alcântara.
- Compreender o processo de declínio do regime imperial.
- Relacionar abolição da escravatura e Proclamação da República..
- Analisar criticamente a Proclamação da República.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES:

Revolução Industrial e relações de trabalho (séc. XIX e XX):

- Doutrinas Socialistas: Utópico, Cristão, Científico ou Marxista e o Anarquismo.
- Cartismo e Ludismo.
- Taylorismo, fordismo e toyotismo.

OBJETIVOS

- Caracterizar as etapas da Revolução Industrial.
- Destacar a importância da Revolução Industrial para a humanidade.
- Conhecer os fatores que favoreceram a Revolução Industrial.

- Analisar as transformações tecnológicas.
- Entender o porque dos movimentos operários.
- Analisar as doutrinas que surgiram durante a Revolução Industrial decorrentes dos problemas sociais.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

Emancipação Política do Paraná – 1853:

- Economia: ouro, tropeirismo, erva mate, madeira e café;
- Organização social e as manifestações culturais;
- Organização político-administrativa;
- Vinda dos escravos africanos;
- Diversas manifestações culturais negras e indígenas;

OBJETIVOS

- Entender como se deu a emancipação política do Paraná.
- Estimular a reflexão sobre a organização social, administrativa, econômica do território paranaense.
- Conhecer as principais manifestações culturais e artísticas da sociedade paranaense.
- Ressaltar a participação do negro africano na sociedade paranaense.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES:

O Imperialismo Europeu do século XIX.

- Colonialismo e neocolonialismo.
- O Imperialismo na África e na Ásia.

OBJETIVOS

- Conhecer os motivos que levaram ao colonialismo do século XIX.
- Caracterizar neocolonialismo.
- Identificar dos domínios europeus na África e na Ásia.
- Conhecer os efeitos do imperialismo.
- Justificar os motivos da expansão colonialista.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES:

A Independência dos Estados Unidos.

- Os Estados Unidos no século XIX.
- A Guerra de Secessão.
- A expansão territorial.
- Os Estados Unidos no final do século XIX e sua política imperialista.

OBJETIVOS

- Caracterizar a Segunda Guerra de Independência.
- Conhecer as razões que levaram ao estabelecimento da Doutrina Monroe.
- Conhecer os motivos que geraram a Guerra de Secessão.
- Analisar o processo de expansão territorial americano.
- Reconhecer os efeitos da expansão para os povos indígenas.
- Caracterizar a política imperialista dos Estados Unidos.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

Os Primeiros anos da República:

- República da Espada.
- República Velha.
- Oligarquia e coronelismo.
- Movimentos messiânicos: Revolta de Canudos e a Revolta do Contestado.
- Propriedade privada e a grilagem de terras na região do Contestado.
- Revolta de Vacina e urbanização do Rio de Janeiro;
- Revolta da Chibata

OBJETIVOS

- Analisar as bases econômicas, políticas e sociais da chamada República Velha.
- Analisar a queda da Monarquia.
- Analisar a consolidação do regime republicano.
- Caracterizar a sociedade brasileira.

- Analisar a Guerra do Contestado e a Revolução Federalista e suas consequências para o Paraná.
- Ressaltar a Lei nº 9.795/99, sobre o Meio Ambiente.
- Problematizar as mudanças ambientais ocorridas na região do Contestado como também o crescimento populacional desta região.
- Conhecer e caracterizar as rebeliões de caráter messiânico.
- Conhecer os motivos que levaram à Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

A Revolução Mexicana.

OBJETIVOS

- Caracterizar o contexto revolucionário latino-americano, a partir das primeiras décadas do século XX.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

Primeira Guerra Mundial.

OBJETIVOS

- Identificar os motivos que levaram à Primeira Guerra Mundial.
- Reconhecer a política expansionista da Alemanha como um importante fator para a guerra.
- Caracterizar os anos da guerra.
- Identificar os efeitos da guerra.
- Entender os interesses expostos no Tratado de Versalhes e suas principais consequências.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

- Revolução Russa.

OBJETIVOS

- Caracterizar a Rússia antes da Revolução de 1917.

- Conhecer a luta do povo por uma Constituição e a reação do governo que resultou no Domingo Sangrento.
- Identificar o governo liberal burguês
- Conhecer a política de Lênin e Stálin.

8ª SÉRIE

REPENSANDO A NACIONALIDADE BRASILEIRA: DO SÉCULO XX AO XXI – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CONTEMPORANEIDADE

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

A Semana de 22 e o repensar da nacionalidade

- Organização econômica, social, política, administrativa e as manifestações culturais;
- Coluna Prestes.

OBJETIVOS

- Identificar São Paulo como o principal centro industrial do Brasil.
- Caracterizar o movimento que gerou a Semana da Arte Moderna e o seu significado.
- Caracterizar o poder político e econômico dos coronéis.
- Entender a política de valorização do café.
- Conhecer o significado da cafeicultura para a economia da República Oligárquica.
- Conhecer os motivos que abalaram o poder da República Oligárquica.
- Conhecer os motivos que levaram ao nascimento do Tenentismo.
- Caracterizar o Tenentismo.
- Saber o que foi a Coluna Prestes.
- Conhecer os fatores que levaram à Revolução de 1930, que derrubou a República Oligárquica.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

Crise de 29.

OBJETIVOS

- Identificar a situação dos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial.
- Analisar a crise de 1929.
- Identificar os fatores que levaram à Queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque.
- Reconhecer os efeitos da crise no mundo.
- Entender e explicar como a crise de 29 influiu na economia brasileira e as consequências para o Brasil.
- Caracterizar a política norte-americana para a recuperação econômica.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

A Revolução de 30 e o período Vargas (1930-45):

- Democracia populista no Brasil.
- Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart.
- Leis trabalhistas;
- Voto feminino;
- A propaganda populista;

OBJETIVOS

- Conceituar populismo.
- Analisar a Revolução Constitucionalista de 1932.
- Identificar fatores que possibilitaram a instalação do Estado Novo.
- Identificar as características econômicas, sociais e políticas do Estado Novo.
- Analisar o processo eleitoral e suas consequências após a queda de Vargas.
- Compreender a difícil trajetória da democracia de 1945 a1964.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

Ascensão dos Regimes Totalitários na Europa.

- O Fascismo na Itália.
- O Nazismo na Alemanha.

OBJETIVOS

- Compreender o processo de consolidação do Fascismo na Itália e do Nazismo na Alemanha.
- Analisar o surgimento e a difusão de doutrinas totalitários no contexto da crise econômica e social europeia.
- Estimular atitudes contrárias ao Fascismo, ao preconceito e a qualquer forma de discriminação.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

Movimentos populares na América Latina.

- Cárdenas – México;
- Perón – Argentina

OBJETIVOS

- Destacar a forma de governo no período, as oposições e fatos que deram origem aos movimentos populares na América Latina.
- Comparar o peronismo argentino com o populismo de Vargas.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

Segunda Guerra Mundial:

- Participação do Brasil na II Guerra Mundial.

OBJETIVOS

- Analisar as principais causas que levaram à Segunda Guerra Mundial.
- Identificar os blocos de países do Eixo e Aliados que participaram da guerra.
- Caracterizar as fases da Segunda Guerra Mundial.
- Perceber as transformações do mundo pós-guerra.
- Identificar os fatores que levaram o Brasil a participar na Segunda Guerra Mundial.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

A Descolonização da África e da Ásia.

OBJETIVOS

- Compreender as linhas básicas do processo de descolonização da África e da Ásia.
- Conhecer o processo de descolonização dos países asiáticos e africanos.
- Analisar o contexto histórico do Oriente Médio.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES:

Guerra Fria.

- Os Estados Unidos – a grande potência mundial.
- A expansão da União Soviética.
- O bloqueio de Berlim.
- Os principais conflitos da Guerra Fria.

OBJETIVOS

- Definir Guerra Fria.
- Caracterizar a Guerra Fria em seus diversos aspectos (política, produção cultural, ciências, esportes e vida cotidiana)
- Identificar os principais conflitos que ocorreram durante a Guerra Fria.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

Construção do Paraná Moderno:

- Governos de: Manoel Ribas, Moysés Lupion, Bento Munhoz da Rocha, Ney Braga.
- Frentes de colonização do Estado, criação da estrutura administrativa da COPEL, Codepar, Banestado, Sanepar...
- Movimentos culturais.

OBJETIVOS

- Caracterizar os governos de Manoel Ribas até Ney Braga, nos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

O Regime Militar no Brasil e no Paraná:

- Golpe de 64.
- Repressão e censura, uso ideológico dos meios de comunicação; futebol, cinema, teatro.
- Itaipu, Sete Quedas e a questão da terra.

OBJETIVOS

- Analisar o Golpe Militar de 64.
- Caracterizar os Governos Militares de 1964 a 1985.
- Analisar as principais mudanças politicas provocadas pela instalação da Ditadura Militar.
- Analisar as linhas básicas do modelo de desenvolvimento adotado durante a Ditadura Militar.
- Entender as circunstâncias que levaram ao golpe militar e a manutenção da ditadura por mais de 20 anos.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

Movimentos de Contestação no Brasil:

- A resistência armada;
- Tropicalismo;
- Jovem Guarda;
- Sindicalismo;
- O movimento estudantil.

OBJETIVOS

- Analisar a situação econômica e política do período.
- Entender que motivos deram origem aos movimentos e em que influenciaram a sociedade como um todo.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES:

Movimentos de contestação no mundo:

- Maio de 68 – França;
- Movimento negro;

- Movimento hippie;
- Movimento homossexual;
- Movimento feminista;
- Movimento punk;
- Movimento ambiental.
- Paraná no contexto atual – década de 90 e início do século XXI;

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

Redemocratização;

- Constituição de 1988;
- Movimentos populares rurais e urbanos;
- MST, MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), CUT
- (Central Única dos Trabalhadores), Marcha Zumbi dos Palmares, etc..
- Mercosul e ALCA.

OBJETIVOS

- Analisar a abertura política.
- Analisar a transição para a Democracia.
- Discutir o conceito de Cidadania.
- Estimular o debate, a argumentação, a troca de ideias e o respeito pelas diferentes opiniões.
- Relatar e debater sobre o Impeachment de Collor.
- Caracterizar as linhas de atuação do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES:

Fim da bipolarização mundial.

- Desintegração do bloco socialista;
- Neoliberalismo;
- Globalização;
- 11 de setembro – EUA.

- África e América Latina no contexto atual.

OBJETIVOS

- Caracterizar os fatores que contribuíram para a crise do sistema socialista.
- Conhecer as transformações sociais geradas com a crise do socialismo e fim da URSS.
- Relacionar as grandes mudanças tecnológicas de impacto, que consolidou a globalização da economia.
- Caracterizar diversos blocos econômicos do mundo atual.
- Reconhecer a influência do imperialismo dos EUA nos países em desenvolvimento.
- Analisar as consequências da globalização na sociedade atual.
- Conceituar desenvolvimento sustentável, destacando medidas que podem ser tomadas para promover um novo modelo de desenvolvimento.
- Identificar e refletir sobre algumas mudanças culturais, educacionais e econômicas, ocorridas nos 500 últimos anos de nossa história.
- Refletir as semelhanças e diferenças, mudanças e permanências, relações entre o passado e o presente

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

RELAÇÕES DE TRABALHO, RELAÇÕES DE PODER E RELAÇÕES CULTURAIS

1ª SÉRIE

Conteúdo Básico

- A História entre a ciência e a filosofia

Conteúdos Específicos

- O que é história?
- Construção da ciência da história
- Existe o tempo?
- Para que serve a história

Conteúdo Básico

-O surgimento do ser humano e da civilização

Conteúdos Específicos

- África berço da humanidade
- Migrações euro-asiáticas e para a América o povoamento do mundo
- Revolução agrícola e o nascimento das civilizações (Paleolítico, Neolítico, Idade dos Metais)

Conteúdo Básico

- Organização social no mundo antigo:

Conteúdos Específicos

- O Estado teocrático
- Sociedades matriarcais
- Sociedades patriarcais
- O trabalho: escravo e livre
- Religiosidade/mitologia (Mesopotâmia, Egito/Núbia, hebreus, fenícios, persas, chineses, olmecas)

Conteúdo Básico

Pindorama uma terra repleta de palmeiras: O mundo antigo

Conteúdos Específicos

- Mitos de origem dos principais grupos de indígenas
- o processo de transformação da natureza (tecnologias)
- os costumes
- a importância da mandioca
- a educação das crianças
- (Arawakes, Karibes, Tupis e Jês)

 Conteúdo Básico

Grécia e Roma – modelos do mundo ocidental?

Conteúdos Específicos

- A filosofia grega (importância do Egito nessa construção)
- Educação, a família e a mulher
- mundo escravo
- Propriedade da terra – divina ou privada?
- a expansão romana e o encontro com outras culturas
- A cristianização
- O império da Igreja cristã na Europa

 Conteúdos Básicos

- Feudalismo
- Cruzadas
- Império Bizantino

Conteúdos Específicos

- Feudalismo e poder da Igreja na Idade Média
- Ruralização da economia
- Cruzadas: encontro Oriente e Ocidente
- As grandes conquistas do Império Bizantino

OBJETIVOS

1ª SÉRIE

- Compreender a história como parte integrante na aprendizagem e na analise filosófica.
- Saber que a história é uma ciência e como tal esta presente na construção do saber.
- Compreender e respeitar as particularidades de cada povo da antiguidade.
- Construir a identidade nacional e individual, localizando os momentos históricos, seu processo de sucessão e duração, ressaltando o papel do homem como agente ativo do processo.
- Discernir limites e possibilidades de atuação na permanência ou transformação, comparando o presente e o passado, percebendo-se como agente transformador da sociedade.
- Construir a identidade social e individual.
- Entender o tempo histórico como duração.
- Compreender o papel do indivíduo como sujeito e produto histórico.
- Compreender a identidade das gerações passadas.
- Entender o tempo histórico como construção cultural.
- Localizar os momentos históricos em seu processo de sucessão e em sua simultaneidade.
- Analisar a diferença entre se atrasado ou culturalmente diferente.
- Identificar a África berço da humanidade
- Reconhecer as Migrações euro-asiáticas e para a América o povoamento do mundo
- Compreender como a revolução agrícola foi determinante para o nascimento das civilizações
- Conhecer as primeiras civilizações ainda em seu estado “primitivo” (Paleolítico, Neolítico, Idade dos Metais)
- Destacar as principais hipóteses de como se relacionavam socialmente aos primeiros seres humanos antes da escrita.

- Compreender a forma que as primeiras civilizações se organizavam socialmente no mundo antigo:
- Comparar o sistema politico no estado teocrático para o sistema democrático atual.
- Conhecer como viviam as sociedades que se organizavam de forma matriarcal
- Conhecer como viviam as sociedades que se organizavam de forma patriarcal.
- Analisar as mudanças ocorridas na forma de trabalho de escravo para livre.
- Compreender as costumes religiosos e suas especificidades tento na religiosidade quanto na mitologia.
- Conhecer as particularidades das sociedades na Mesopotâmia.
- Destacar os diversos momentos politico, social, Econômico e religioso do Egito/Núbia.
- Conhecer as particularidades envolvendo os povos hebreus, fenícios, persas, chineses, olmecas.
- Contextualizar A filosofia grega e seus principais filósofos.
- Comparar a Educação, a família e a mulher grega, romana e a atual.
- mundo escravo
- Propriedade da terra – divina ou privada?
- a expansão romana e o encontro com outras culturas
- Analisar as dificuldades encontradas pelo cristianismo em seu surgimento.
- A dominação cristã e a força que teve o império da Igreja cristã na Europa.
- Evidenciar os servos e senhores feudais como peças chaves do feudalismo.
- Articular estudos de pesquisas historiográficas, interpretando documentos, visando à memória social.
- Reconhecer a valorização da terra, da agricultura durante o Feudalismo europeu.
- Conhecer as guerras ocorridas na Idade Média com a motivação religiosa denominada de cruzadas.
- Analisar as principais cruzadas e suas consequência.

- Reconhecer as fontes documentais de diversas da natureza que possa envolver cada item acima mencionado.

2ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

RELAÇÕES DE TRABALHO, RELAÇÕES DE PODER E RELAÇÕES CULTURAIS

 Conteúdo Básico

- Grandes civilizações americanas

Conteúdos Específicos

- Maias
- Astecas
- Incas
- Tupi-guarani

 Conteúdo Básico

- África

Conteúdos Específicos

- Sociedades subsaarianas:
- Tribos
- Cidades-estados
- Reinos e impérios
- Reino de Axum (Etiópia)
- Grande Zimbabwe

Conteúdos Básicos

- O mundo ocidental entre a nobreza e a burguesia.
- Renascimento

- Reforma Religiosa

Conteúdos Específicos

- A riqueza do Oriente: novas tecnologias (imprensa) novas culturas
- O poder absolutista, o mercantilismo e o Sistema Colonial
- A burguesia e sua nova visão de mundo
- Colonização da América e da África e da Ásia

Conteúdos Básicos

Encontro de culturas:

- os negros africanos e os portugueses

Conteúdos Específicos

- Os negros africanos e os portugueses
- O Sistema Colonial Espanhol
- Resistência e extermínio dos ameríndios
- Paraná espanhol (Revolta de Guairacá, os jesuítas e a escravização indígena)
- A colônia como produtora de riqueza p/a metrópole: organização do Sistema Colonial
- A escravidão africana
- Resistência à escravidão

Conteúdos Básicos

- Revolução Francesa
- Revolução Inglesa
- Independência dos EUA

Conteúdos Específicos

- Processo de desenvolvimento da Revolução Francesa (Era Napoleônica)
- Lutas e conquistas ocorridas na Revolução Inglesa.
- Independência das 13 colonias e a luta dos camponeses.

Conteúdo Básico

- Brasil: liberdade ou dependência?

Conteúdos Específicos

- Processo de independência do Brasil
- A luta entre o liberalismo e o conservadorismo
- Revoltas de elite e populares
- Houve de fato abolição da escravidão?

 Conteúdos Básicos

- Capital e Trabalho
- Revolução industrial
- A partilha da África

Conteúdos Específicos

- Mudança na forma de trabalho
- Exploração: mais-valia
- Expansão imperialista e colonialista
- Contestação ao capitalismo

OBJETIVOS

- Saber que a América nem sempre foi como conhecemos, conhecer os povos pré- colombianos (Incas, Maias, Asteca e Tupi Guaranis)
- Conhecer as sociedades subsaarianas (Axum, Zimbabwe) em suas particularidades na África. (Tribos, Cidade Estado Reinos ou Impérios)
- Analisar a forma do Estado Nacional.
- A riqueza do Oriente: novas tecnologias (imprensa) novas culturas
- Colonização da América e da África e da Ásia
- Compreender o que é um Rei Absolutista;
- Reconhecer que a expansão Comercial e marítima teve apoio dos reis e burgueses;
- Identificar as inovações e consequências nas grandes navegações.

- Estabelecer relações entre permanências e transformações no processo histórico;
- Reconhecer fontes documentais de natureza diversas;
- Analisar o Renascimento como resgatou a arte greco-romana.
- Reconhecer como era a Igreja, porque houve críticas;
- Conhecer as necessidades que a Europa Medieval teve para que ocorresse o processo de Reforma e Contra reforma religiosa.
- Identificar o protestantismo como movimento que deu origem a outras religiões
- Compreender as mudanças da igreja Católica e a mudança do pensamento religioso no mundo.
- Reconhecer o Iluminismo como movimento que impulsionou o conhecimento.
- Analisar as características e pensamentos iluministas.
- Evidenciar os motivos que levaram a Revolução Inglesa e Francesa;
- Compreender o real significado da classe burguesa na Revolução Francesa;
- Reconhecer as consequências das Revoluções.
- Analisar motivos que os colonos queriam ser independentes;
- Evidenciar como e porque aconteceu a Independência dos EUA.
- Reconhecer como era o cotidiano nas 13 colônias;
- Compreender o que levou a Crise do Sistema Colonial, as independências em geral, motivos e consequências.
- Evidenciar como e porque ocorreu a Guerra da Secessão
- Compreender as consequências que levaram à Conquista do Oeste.
- Articular estudos de pesquisas historiográficas, interpretando documentos, visando à memória social.
- Compreender o que aconteceu e como ocorreram esses acontecimentos durante o 1º Reinado.
- Analisar o desenvolvimento no Período Regencial.
- Evidenciar o desenvolvimento e acontecimentos do 2º Reinado.
- Analisar a Revolução Agrícola e Industrial, as quais possibilitaram mudanças nas relações dos homens, da terra, das plantas e animais.
- Analisar e comparar o operário e sua situação da época e a atual.

- Conhecer como ocorreu a escravidão no Brasil e suas terríveis consequência ao povo negro.
- Conhecer a luta pela liberdade dos escravos e os movimentos abolicionistas.
- Conhecer as consequências do processo de independência do Brasil
- Destacar a luta entre o liberalismo e o conservadorismo no domínio politico brasileiro.
- Identificar as lutas de classes durante as revoltas de elite e populares.
- Evidenciar o processo de Revolução Industrial e como ele ditou novas regras para o sistema de trabalho.
- Compreender como ocorreram as novas mudança na forma de trabalho.
- Conhecer a exploração ocorrida nas fabricas com a introdução da ideia da mais-valia
- Analisar a expansão imperialista e colonialista promovida pelas grandes potências.
- Conhecer o processo de dominação dos Europeus na África durante a divisão conhecida por partilha da África
- Verificar como ocorreram os protestos dos trabalhadores mediante a exploração capitalista (Contestação ao capitalismo)
- Reconhecer as fontes documentais de diversas da natureza que possa envolver cada item acima mencionado.

3ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

RELAÇÕES DE TRABALHO, RELAÇÕES DE PODER E RELAÇÕES CULTURAIS

 Conteúdo Básico

- Fim do Brasil Império e a República

Conteúdos Estruturantes

- A queda do Império
- Proclamação da República
- A República da Espada
- Revolução Federalista
- Cerco da Lapa no Paraná
- O poder das oligarquias e o coronelismo
- Contestado

Conteúdo Básico

- Mundo em guerra

Conteúdos Específicos

- Primeira Guerra Mundial
- A Política das alianças
- O desenrolar da guerra
- 1917 o ano das mudanças
- Os Tratados de Paz
- Revolução Russa
- Crise de 1929
- Segunda Guerra Mundial
- Crise do Liberalismo
- Tensão Internacional
- Nazismo
- Fascismo
- 1ª e 2ª fases da guerra
- O pós-guerra: os Tratados de Paz, a ONU e as divergências entre os vencedores

Oposição capitalismo x comunismo:

- Guerra Fria
- Descolonização da África e Ásia

- República Popular da China
- Revolução em Cuba

Conteúdo Básico

- Brasil contemporâneo

Conteúdos Específicos

- Era Vargas e a política nacionalista
- Período democrático no Brasil
- Ditadura Militar
- Abertura política
- Os governos neoliberais e o impacto social

Conteúdo Básico

- América Latina no século XX

Conteúdos Específicos

- Ditaduras militares e resistência
- Democratização e dependência
- Alternativas sustentáveis
- A hegemonia do EUA
- As políticas estadunidenses para o mundo
- Neocolonialismo
- Fundamentalismo religioso e o confronto com o Oriente Médio

OBJETIVOS

- Analisar como ocorreu a queda do Império brasileiro e as consequências para o desenvolvimento de nosso país.
- Compreender de que forma a Proclamação da República brasileira interferiu na vida dos brasileiro e principalmente como esta mudança política afetou nosso modo de vida hoje.

- Conhecer o modelo de República que o Brasil iniciou seu vida pós império e porque recebeu o nome de República da Espada.
- Analisar a Revolução Federalista como objeto de identidade política para o Brasil.
- Compreender o Paraná como parte integrante no desenvolvimento político do Brasil e reconhecer o Cerco da Lapa no Paraná como parte importante neste processo.
- Entender o poder das oligarquias e o coronelismo como um momento histórico de suma importância para o modelo de sociedade patriarcal que o Brasil apresentava.
- Analisar o processo de luta ocorrida na disputa do Contestado interligando-o com a nova lei ambiental nº 9.795/99 que aborda questões similares aquelas que o Contestado levantou e não tiveram amparo legal.
- Analisar e entender os motivos da partilha da África e da Ásia, bem como a suas consequências.
- Compreender o imperialismo como motivo principal dessa dominação.
- Verificar como estava o povo desses locais específicos, a política, a economia, etc.
- Interpretar os motivos da unificação e como ela realmente aconteceu.
- Diferenciar a Itália em todos os aspectos da Alemanha (sociedade, economia, etc).
- Estabelecer relações entre continuidade/permanência e ruptura/transformação nos processos históricos.
- Reconhecer os motivos que levaram a essa guerra, bem como suas consequências.
- Analisar os dados, mapas, voltados a esse momento.
- Estabelecer relações entre continuidade/permanência e ruptura/transformação nos processos históricos.
- Entender onde e porque aconteceu essa revolução, bem como reconhecer o cotidiano desse povo, suas dificuldades e sua luta.
- Reconhecer as consequências das Revoluções Chinesa e Cubana.
- Compreender o que levou a Crise de 1929, seus motivos e consequências.
- Analisar as suas consequências nos outros países, inclusive no Brasil.

- Estabelecer relações entre continuidade/permanência e ruptura/transformação nos processos históricos.
- Evidenciar o que foram: Nazismo, Fascismo, Totalitarismo.
- Compreender os motivos e as consequências catastróficas das guerras mundiais, bem como o cotidiano antes e depois da guerra, dos países que participaram dela.
- Entender que foi uma guerra sem armas, porém estratégica e que trouxe consequências catastróficas das guerras, bem como o cotidiano antes e depois da guerra, dos países que participaram dela e que sofrem até hoje.
- Compreender a descolonização como fato interligado ao fim do bloco socialista evidenciando os motivos reais do mesmo.
- Valorizar as características das sociedades capitalistas, entendendo que o mundo hoje gira em torno delas, mesmo não sendo um modelo de igualdade social, nem se preocupando com o povo. Reconhecer as Ordens Mundiais atuais, bem como o papel dos países, inclusive o Brasil.
- Considerar o desempenho do aluno para se posicionar diante de questionamentos que fazem parte dos conteúdos estudados e de sua realidade.
- Analisar seus motivos, características, bem como o povo que vivia nas épocas (Império, República e Atualidade), suas diferenças, semelhanças. A economia, a política, enfim todos os dados possíveis.
- Articular estudos de pesquisas historiográficas, interpretando documentos, visando à memória social.
- Conhecer a Era Vargas e a política nacionalista brasileira e sua importância histórica para os rumos políticos de nosso país.
- Saber avaliar e reconhecer a ruptura da política brasileira principalmente durante o período democrático no Brasil.
- Destacar a ditadura Militar como um período de perseguições e arbitrariedades das autoridades governamentais e órgãos de defesa militar.
- Reconhecer as aberturas políticas ocorridas no Brasil decorrente de uma nova mentalidade de nossa lideranças e do povo brasileiro.
- Conhecer ao diversos tipos de governos que tivemos inclusive os governos neoliberais e o impacto social ocorrido sobre nossa população.

- Avaliar a hegemonia do EUA sobre a América e suas influências no Brasil.
- Conhecer os pontos positivos e negativos das políticas estadunidenses para o mundo
- Conhecer o Neocolonialismo imposto pelos países poderosos aos mais pobres e a possibilidade dos emergentes de conseguirem sua autossuficiência.
- Destacar o Oriente Médio como uma região com um forte fundamentalismo religioso e o confronto com o Oriente Médio.
- Reconhecer as fontes documentais de diversas da natureza que possa envolver cada item acima mencionado.

METODOLOGIA

A proposta curricular do Ensino de História propõe-se a estabelecer articulações entre abordagens teórico-metodológicas distintas, resguardadas as diferenças e até a oposição entre elas, uma vez que possibilita aos alunos compreender as experiências e os sentidos que os sujeitos dão às mesmas. Por exemplo, a macro-história e a micro-história são abordagens que podem ser combinadas: uma história das experiências ligadas ao sofrimento e à miséria, sempre injustos, de uma localidade, de uma família, de um indivíduo mostra pontos de vista e ações de um determinado passado que permitem uma reavaliação dialética das explicações macro históricas, as quais analisam e propõem ações que visam à superação das condições de vida dos sujeitos do presente, apontando para expectativas futuras.

Entende-se que a consciência histórica é uma condição da existência do pensamento humano, pois sob esta perspectiva os sujeitos se constituem a partir de suas relações sociais, em qualquer período e local do processo histórico, ou seja, a consciência histórica é inerente à condição humana em toda a sua diversidade.

Por meio do encaminhamento metodológico se busca a formação de uma consciência histórica, tendo como conteúdos estruturantes as dimensões política, econômica social e cultural, bem como a ênfase na História do Brasil como conteúdos específicos.

No processo da aprendizagem o aluno deverá ter estímulo para discernir limites e possibilidades de atuação na permanência ou transformação, comparando presente e passado e percebendo-se como agente transformador da sociedade.

Dentro da disciplina de História, o professor deve desenvolver no aluno a capacidade de observar, de extrair informações e interpretar algumas características da realidade em seu entorno, de estabelecer relações e confrontações entre informações atuais e históricas de forma crítica e reflexiva, de datar e localizar as suas ações e as de outras pessoas no tempo e no espaço e, em certa medida, poder relativizar questões específicas de sua época, confrontando opiniões e possibilitando-o a ter acesso as novas informações. Nesse contexto, se faz necessário o uso da tecnologia na escola a ser incorporada à prática pedagógica favorecendo a aprendizagem do aluno. A tecnologia da informação servirá como ferramenta de ligação entre professores e alunos, possibilitando-os a trocar experiências e conhecimentos, num movimento de refletir e refazer, favorecendo o desenvolvimento pessoal, profissional e grupal, bem como a compreensão da realidade.

Para isso faz-se necessário o uso das seguintes ferramentas tecnológicas: Laboratório de informática, TV pendrive, rádio, aparelho de DVD, MP3, cartão memória e outros.

O ensino de História na Educação Básica, pode se beneficiar da corrente historiográfica, na medida em que esta valoriza a diversificação dos documentos (imagens, canções, objetos arqueológicos, entre outros), na construção do conhecimento histórico, permitindo também relações interdisciplinares com outras áreas do conhecimento.

Da mesma forma, a abordagem local, assim como os conceitos de representação, prática cultural, apropriação, por um lado, e circularidade cultural e polifonia, por outro lado, possibilitam aos alunos e aos professores, tratarem esses documentos através de problematizações mais complexas em relação à história tradicional, desenvolvendo uma consciência histórica que leve em conta a diversidade das práticas culturais dos sujeitos, sem abandono do rigor do conhecimento histórico.

Através de atividades variadas (individuais ou em grupos) os alunos realizarão análise e sínteses de textos, filmes, artigos de jornais, revista, documentários. As estratégias devem-se voltar para estimular o trabalho docente

transformando-se mais atraente, dinâmico suscitando a criatividade, o confronto de ideias e o espírito crítico do aluno.

Haverá muito incentivo à pesquisa como forma de despertar no aluno o gosto pela leitura e por novas descobertas, o interesse em adquirir novos conhecimentos além dos adquiridos em sala de aula. Estudo do meio (visitas a museus, fábricas, cidades históricas, reservas biológicas, bibliotecas), procurando comparar o conhecimento teórico com os dados obtidos em campo.

Os educandos farão leituras críticas dos conteúdos vinculados pelo texto básico, trabalho de reflexão e produção de comentários, a partir de imagens (mapas, fotos, desenhos, obras de arte), produção de textos conceituais, poéticos e narrativos, a respeito e temas históricos, confecção de jornais e histórias em quadrinhos para estimular a criatividade do aluno além de utilizar debates em duplas e em equipes para maior engrandecimento do assunto.

Através do uso contínuo de diversas fontes históricas o educando poderá compreender melhor a sociedade contemporânea e nela situar-se, de modo a perceber-se como agente transformador da sociedade, atuante, participativo e consciente.

No Ensino Fundamental deve-se fazer o encaminhando metodológico partindo-se da “problematização dos conhecimentos” utilizando-se da produção historiográfica e as várias linguagens de história como caricaturas, imprensa e outros, para que ao chegar no Ensino Médio o aluno tenha condições de discutir a produção do conhecimento histórico de forma crítica .

Os conteúdos de História devem partir de uma visão tridimensional da História – a história vivida aquela que é vivida por todos os homens no passado e presente. A História enquanto produto dos historiadores que é o conhecimento histórico acumulado. A História como disciplina curricular, conteúdos sistematizados cientificamente pela sociedade. Estudar História significa buscar entendê-la como processo e identificando sua dinâmica, sua historicidade e sua relação com a vida.

A problematização de situações relacionadas às dimensões econômico-social, política e cultural leva a seleção de objetos históricos. Esses objetos são as ações e relações humanas no tempo, ou seja, articulam-se aos conteúdos estruturantes propostos nesta Proposta Pedagógica Curricular : a dimensão política, a dimensão econômico-social e dimensão cultural, a abordagem dos conteúdos, nessa perspectiva possibilita que o professor explore os novos métodos de produção

do conhecimento histórico e amplie as possibilidades: de recortes temporais, do conceito de documento, de sujeitos e de suas experiências, de problematização em relação ao passado. Além disso, permite que o aluno elabore conceitos que o permitam pensar historicamente, superando também a ideia de história como algo dado, como verdade absoluta.

Em relação ao Ensino Fundamental, o encaminhamento metodológico deve ainda ter coerência de desenvolver os conteúdos de forma crítica e reflexiva, levando o aluno a perceber-se como peça importante no processo histórico reconhecendo-se como agente transformador da história. Para isso, o aluno fará as atividades individuais, em duplas ou em grupos o que possibilitará analises e sínteses de textos, filmes, artigos de jornais, revistas, documentários, etc. O método de trabalho focará o incentivo a pesquisa como forma de despertar no aluno o gosto pela leitura, por novas descobertas e o interesse em adquirir novos conhecimentos conseguidos em fontes como imagens, livros, jornais, histórias em quadrinhos, fotografias, pinturas, gravuras, museus, filmes, músicas, são documentos que podem ser transformados em materiais didáticos de grande valia na constituição do conhecimento histórico.

Dentro dessa concepção, o uso de documentos em sala de aula proporciona a produção de conhecimento histórico quando usado como fonte na qual buscam-se respostas para as problematizações anteriormente formuladas. Assim os documentos permitem a criação de conceitos sobre o passado e o questionamento dos conceitos já construídos.

AVALIAÇÃO

A avaliação na disciplina de História objetiva favorecer a busca da coerência entre a concepção de História defendida e as práticas avaliativas que integram o processo de ensino de aprendizagem. Nesta perspectiva, a avaliação deve estar colocada a serviço da aprendizagem de todos os alunos, de modo que permeie o conjunto das ações pedagógicas, e não como um elemento externo a este processo.

Através da avaliação, o professor identifica as apreensões de conteúdo, conceitos e atitudes, como conquistas dos alunos, comparando o antes, o durante, e o depois. Assim, este caráter diagnóstico possibilita ao professor se autoavaliar

como docente, refletindo sobre as intervenções metodológicas e buscando outras possibilidades para atuação no processo de aprendizagem dos alunos.

Para que as decisões tomadas a partir da avaliação diagnóstica sejam mais bem implementadas na continuidade do processo de ensino e aprendizagem, faz-se necessário que sejam realizadas a partir do diálogo entre alunos e professores, envolvendo questões relativas aos critérios adotados, a função da avaliação a partir da tomada de decisões a partir do que foi constatado de forma individual ou coletiva. Assim, a aprendizagem e a avaliação poderão ser compreendidas como um fenômeno compartilhado, que se dará de modo contínuo, processual, e diversificado, permitindo uma análise crítica das práticas que podem ser constantemente retomadas pelo professor e pelos alunos.

Retomar a avaliação com os alunos, permite ainda situá-los como parte de um coletivo, onde a responsabilidade pelo e com o grupo seja assumida com vista aprendizagem de todos.

O processo avaliativo ocorrerá de diversas formas tais como: prova descritiva e objetiva; seminários; produção de história em quadrinhos; análise de filmes; análise de artigos de jornais, revistas e documentários; interpretação de músicas, paródias e charges; leitura de imagens iconográficas; elaboração de trabalhos individual ou em grupos, oral ou escrito; confecção de cartazes e folders.

Como os alunos possuem ritmos e outras características diferenciadas, também temos que diversificar esses instrumentos de avaliação, pois existem alunos que são portadores de necessidades especiais e merecem uma avaliação diferenciada.

Para o desenvolvimento do pensamento crítico, a avaliação deverá propor situações que permitam aos alunos estabelecerem relações entre sociedades estudadas, detectando as semelhanças e diferenças, exercitando assim a reflexão acerca das mudanças e permanências que se estabelecem entre temporalidade distintas.

O sistema avaliativo consiste em trimestre. A recuperação será necessária ao final de cada bloco de 5,0 (cinco) pontos, após a retomada do conteúdo avaliado.

A seguir alguns critérios a serem observados pelo professor que permitam analisar se os conteúdos e conceitos históricos estão sendo apropriados aos alunos:

- compreendem que o conhecimento histórico é produzido com base em um método de problematização de diferentes fontes documentais, a partir das quais o pesquisador produz a narrativa histórica;
- explicitam o respeito da diversidade étnico-racial, religiosa, social e econômica, a partir do conhecimento dos processos históricos que os constituíram;
- compreendem a História como prática social, da qual participam como sujeitos históricos de seu tempo;
- reconhecem que o conceito de tempo foi construído de forma a permitir o estudo das diferentes dimensões e contextos históricos propostos para este nível de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino em História**. São Paulo: Papirus, 2003.

JÚNIOR, Alfredo Boulos Júnior. **História Geral: Moderna e** Contemporânea. São Paulo, Ed. Renovada: FTD, 1997.

JÚNIOR, Alfredo Boulos Júnior. **História Geral: Antiga e Medieva**l. São Paulo, Ed. Renovada: FTD, 1997.

LLOYD, Christopher. **As Estruturas da História**. São Paulo: Zahar, 1995.

MOCELLIN, Renato. **Para Compreender a História**. São Paulo, Ed. Do Brasil, 1997.

ORDONEZ, Marlene. **História Moderna e Contemporânea.** São Paulo, IBEP, 1999.

PARANÁ. SEED. **Diretrizes curriculares da educação fundamental e médio da rede de educação básica do estado do Paraná – História.** Curitiba, 2008.

BRASIL. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ESPANHOL

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A língua faz uma intermediação entre o indivíduo, ou seja, agir ou interagir no mundo. E a L.E.M. tem a finalidade de proporcionar essa função de interagir sendo um elemento de ligação. Esse idioma seria entendido como parte da formação do educando e não apenas como uma disciplina de influência estrangeira. Constituirá o conteúdo estruturante para o ensino de língua estrangeira moderna o discurso, entendido como prática social sob os seus vários gêneros. Pois, como afirma Bakhtin: "...o essencial na tarefa de decodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular".

Dessa forma, estabelecem-se como elementos indispensáveis, integradores e que estarão presentes em qualquer situação de interação do aluno com a língua estrangeira, seja em que prática for: conhecimentos linguísticos, discursivos, culturais e socio-pragmáticos.

Os conhecimentos linguísticos dizem respeito ao vocabulário, à fonética e às regras gramaticais, elementos necessários para que o aluno interaja com a língua que se lhe apresenta.

Os discursivos, aos diferentes gêneros discursivos que constituem a variada gama de práticas sociais que são apresentadas aos alunos.

Os culturais, a tudo aquilo que sente, acredita, pensa, diz, faz e tem uma sociedade, ou seja, a forma como um grupo social vive e concebe a vida.

Os sócio-pragmáticos, aos valores ideológicos, sociais e verbais que envolvem o discurso em um contexto sócio-histórico particular.

Além disso, uma abordagem do discurso em sua totalidade será realizada e garantida através de atividades significativas em língua estrangeira nas quais as práticas de leitura, escrita e oralidade, interajam entre si e constituam uma prática sócio-cultural.

Ela auxilia a formação cultural, levando o aluno a entender a diversidade cultural. Além disso, amplia o conhecimento interpretativo da realidade, possibilitando uma visão de mundo.

Nortear o trabalho L.E.M na cidadania, priorizando as questões educacionais às técnicas, preparando os indivíduos críticos para interagir na sociedade desenvolvendo as habilidades (ler, falar, escrever e ouvir) de acordo com a comunidade escolar local. O idioma é de fundamental importância na nossa realidade, pois devido à globalização, além da língua materna, deve-se ter conhecimento de outra para ampliar seus horizontes, valorizando sua cultura local e levando-os a conhecer outras disparidades culturais.

Sendo que a LEM vem fazendo parte da nossa realidade cada vez, através de vários veículos de comunicação, no comércio mundial, nas competições esportivas, no turismo, nas músicas e nas artes.

Como resultado de um processo que buscava destacar o Brasil no Mercosul, em 5 de agosto de 2005, foi criada a lei n.11.161/05, que tornou obrigatória a oferta de Língua Espanhola nos estabelecimentos de ensino Médio.

Esse foi um grande avanço para o Estado do Paraná que já tentou implantar a lei abrindo concurso público em 2004 para professores formados em Língua Espanhola. Houve também a ampliação dos centros de línguas estrangeiras (CELEMs).

Por isso é de suma importância de estudar LEM para não se sentir isolado no mundo globalizado de hoje.

“Portanto esse idioma tem como objetivo oportunizar o domínio dos procedimentos de construção de sentido aceito pela língua e cultura materna, e ao mesmo tempo estaria dando ênfase à transformação destes procedimentos, usados para nomear o mundo” segundo Paulo Freire.

O papel da escola está em propiciar o desenvolvimento de uma visão crítica que se reflita sobre esta comunidade estudantil, proporcionado a transformação.

OBJETIVOS GERAIS

- Ao final do Ensino fundamental, espera-se que o aluno tenha podido experimentar, na aula de LEM, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas.
- Seja capaz de usar a língua em situações de comunicação oral e escrita.
- Compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social.
- Tenha maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade.
- Reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, constatando seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

CONTEÚDOS

1ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Apresentar-se, apresentar o outro e perguntar sobre a vida do outro (nome, idade, nacionalidade, etc.).
- Descrever uma pessoa (aspecto físico e características psicológicas (cabelo, olhos, estatura, vestuário, sua profissão, sua classe social, antipatia, simpatia, gentileza).
- Comprar objetos (no início, objetos encontrados na classe: em seguida pode-se simular um bazar ou um "dia de troca" para que cada um descreva e tente vender ou trocar seu objeto).
- Objetos e palavras que são de origens indígenas e africanas
- Expressar vontades (querer objetos, fazer planos, programar uma festa de aniversário, etc.).
- Localizar objetos no espaço, descrevendo peças de casa em recortes de revistas, fotos de um quarto, desenhos feitos pelo próprio aluno.

- Perguntar sobre o que o outro possui (ter ou não objetos, ter ou não vontades, ter ou não artigos e expressar a posse).
- Perguntar sobre as preferências do outro (sobre animais, esportes, cinema, livros, jogos, etc.).
- Localizar-se numa cidade ou numa estrada de um país estrangeiro (trabalhar com mapas, guias turísticos fazer perguntas para ir a tal ou tal lugar).

OBJETIVOS

- Utilizar a língua espanhola em diferentes situações de comunicação levando em consideração os conhecimentos da língua materna.
- Incentivar o aluno a refletir sobre a atual importância da língua como meio de comunicação e aprimoramento devido ao avanço tecnológico e no grande intercambio entre os povos.
- Descreve uma pessoa (aspectos físicos e características psicológicas) cabelos, olhos, estatura e vestuário.
- Construir contexto de respeito entre os alunos através de diálogos.
- Trabalhar noções de respeito com o próprio material escolar e o da escola.
- Favorecer um espaço para a reflexão sobre os projetos de vida entre os quais se inclui o projeto profissional.
- Valorizar os profissionais.
- Desenvolver a noção de organização, de espaço, de tempo e de quantidade.
- Trabalhar a percepção de localização, localizar-se dentro de uma casa, de uma cidade.
- Respeitar às diferenças interpessoais.
- Perguntar e responder sobre quantidades.
- Respeitar as diferenças culturais e a importância de buscar informações antes de tomar uma atitude.

2ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Passar alimentos durante uma refeição, servir outra pessoa, solicitar que seja servido.
- Trabalhar alimentos de origem africana.
- Pedir um favor, uma ajuda.
- Dar ordens (diretas ou não).
- Pedir permissão para fazer algo (abrir a porta, sair, etc.).
- Pedir informações sobre um país estrangeiro e sua população.
- Pedir a opinião de alguém sobre o país, sua população ou outro assunto estudado.
- Falar sobre a população indígena.
- Pedir perdão.
- Fazer um convite (para uma festa, um almoço, para um fim de semana).
- Aceitar ou rejeitar um convite e explicar o porquê.
- Fazer perguntas no passado (recente) sobre: férias, passeios, festas, exames na escola, o que se fez ontem.
- Expressar opiniões sobre fatos (como férias, passeios, ida ao cinema, exames na escola, etc.).
- Fazer entrevistas (perguntas para pesquisar assuntos variados: leitura, cinema, lazer, etc.). Esse ato de fala prevê a elaboração de questionários em grupos; dessa forma, o oral e a escrita serão trabalhados.
- Fazer planos para o futuro (estudos, profissão, vida afetiva, etc.).
- Comprar alimentos ou outros objetos nos vários estabelecimentos levando em consideração a cultura do país em questão (padaria, açougue, mercearia, banca de jornais, confeitaria, etc.). Complementando o que foi visto na 1ª série.

OBJETIVOS

- Trabalhar noções de cordialidade e a solidariedade dentro da sala de aula.
- Desenvolver a noção de organização, de espaço de tempo.
- Despertar atitudes de cordialidade com o próximo.

- Trabalhar noções de respeito para com o próprio material escolar.
- Trabalhar o desenvolvimento do cidadão através da noção do que ele pode ou não fazer.
- Expressar ações habituais.
- Perguntar e responder sobre preferências alimentares.
- Utilizar a criatividade de expressão oral e escrita.
- Perguntar e responder sobre a sua própria rotina e de terceiros.
- Expressar ações habituais, costumeiras.
- Desenvolver a percepção e valorização das diferenças individuais, sabendo expressar-se corretamente.
- Caracterizar pessoa fisicamente e psicologicamente.
- Brincar com os Palíndromos.
- Saber sobre os Santos Vestidos da Guatemala.
- Usar o verbo “gusta” presente do indicativo.
- Empregar corretamente os pronomes interrogativos e exclamativos.
- Acentuar os pronomes corretamente.
- Preencher fichas com dados pessoais.
- Fazer um anúncio para uma revista.
- Expressar gostos.
- Trabalhar com adjetivos, substantivos e verbos derivados.
- Usar os adjetivos como apelidos.
- Jogar com as palavras – compromissos e obrigações.
- Revisar o corpo humano, aspectos físicos, caráter, vestuário, casa, objetos de uso pessoal, alimento.
- Revisar os verbos.
- Saber sobre capacidade de percepção do corpo humano.

3ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Narrar fatos num mais passado remoto.
- Expressar noção de hipóteses (presente e futuro)
- Expressar a proibição e o dever.
- Narrar fatos no passado usando ao mesmo tempo imperfeito e pretérito.
- Contar a vida dos avós, a história das imigrações (italianos, poloneses, alemães, japoneses, etc.).
- Desenvolver a noção de hipótese (passado e condicional)
- Falar ao telefone: - pedir informações sobre cinema, teatro, (horário de trem e ônibus ou avião).
- Contatar um amigo para pedir ajuda (lição, receita ou empréstimo).
- Persuadir um amigo a fazer algo (ir ao cinema, viajar, etc.).
- Defender um ponto de vista (prefiro tal coisa por isso ou aquilo, não gosto disso, por isso ou aquilo).
- Falar sobre as questões ambientais, indígenas e afro-americanas

OBJETIVOS

- Revisar cores, objetos da casa, vestuário, alimentos, profissões, advérbios, objetos da escola, sentimentos.
- Conhecer sobre alguns lugares de Espanha.
- Aprender sobre alguns animais e sua relação com a troca de clima.
- Usar corretamente o Imperativo.
- Trabalhar o verbo no futuro do Imperfecto de Indicativo.
- Conjugar o verbo ir+a no presente do Indicativo.
- Empregar ***Hay*** e regras de acentuação
- Formar o diminutivo. Ler e interpretar pensamentos.
- Ver curiosidades sobre o planeta Terra, sobre palácios, Ventos e covas.
- Saber sobre as línguas no mundo
- Aprender sobre a Venezuela, Chile, Guatemala, México e sobre Santiago de Compostela.

- Aprender sobre datas festivas
- Conhecer algumas regras de acentuação.
- Revisar os tempos verbais no pretérito: Indefinido, Perfecto, e Imperfecto do Indicativo.
- Usar os advérbios.
- Conjugar verbos irregulares.
- Revisar as conjunções.
- Estudar as variações entre ***Y*** y de ***O***
- Flexionar os substantivos quanto ao número
- Ver as variantes linguísticas.
- Aprender sobre superstições.
- Ver curiosidades numéricas.
- Conhecer comidas raras. Saber sobre Honduras, Tikal e Segovia.
- Estudar os Indefinidos.
- Revisar as regras de acentuação.
- Revisar os artigos e preposições.

METODOLOGIA

A metodologia de LEM deve estar condizente com os objetivos gerais levando em conta que o aluno é parte integrante do processo e um agente ativo da aprendizagem que acontece nas interações sociais. Ao trabalhar com LEM o professor abordará questões linguísticas, e as sócio-pragmáticas, culturais, e discursivas, assim como as práticas do uso da língua – leitura, escrita e oralidade.

O texto enquanto unidade de linguagem em uso, ou seja, uma unidade de comunicação verbal, que pode tanto ser escrita, oral ou visual será o ponto de partida da aula de língua estrangeira.

Sendo assim, os alunos podem desenvolver atividades linguísticas como (ler, falar, ouvir e escreve), acredita-se, entretanto, que, no atual contexto escolar, o objetivo de desenvolver as quatro habilidades com igual intensidade é muito ambicioso e, possivelmente, destinado a resultados frustrantes. È preciso que o professor estabeleça prioridades de acordo coma realidade de cada turma. Ao

trabalhar as quatro habilidades, o aluno é levado a utilizar estratégias de aprendizagem e de raciocínio crítico. Dessa forma, os alunos não só aprendem a língua como também aprendem, empregando estratégicas como: classificar, inferir, aplicar conhecimento prévio, tirar conclusões, selecionar e organizar informação, entre outras.

Valorizar não só os conteúdos a serem ensinados e aprendidos, mas principalmente o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, ressaltar a importância da reflexão constante sobre as atividades realizadas em sala de aula. Acreditar que, a educação é um processo essencialmente cultural e social, no qual, alunos e professores participam, interagindo, na construção de um conhecimento conjunto. Não se pode negligenciar o conhecimento que o aluno já tem sobre a sua própria língua. Esse conhecimento não deve ser considerado como uma interferência negativa. Na verdade, ele contribuir para a aprendizagem da língua estrangeira, a exemplo dos outros tipos de conhecimento que o aluno já traz consigo.

Sendo que a base do conhecimento não se restringe basicamente só a livros didáticos, pode-se beneficiar de outros tipos de recursos como: dicionários, CD, CD-Rom, internet, revistas, músicas e filmes, isso dependendo da realidade de cada estabelecimento.

Propiciar textos que tragam problematização em relação a um tema. A busca pela solução deste problema despertará o interesse dos alunos fazendo com que eles desenvolvam uma prática reflexiva e crítica, ampliem seus conhecimentos linguísticos e percebam as implicações sociais, históricas e ideológicas presentes em todo discurso.

Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que dispõem às formas gramaticais. Portanto, é fundamental que se apresente ao aluno textos em diferentes gêneros textuais, mas sem categorizá-los. Apresentar ao aluno textos pertencentes a vários gêneros: publicitários, jornalísticos, literários, informativos, de opinião, etc., ressaltando as suas diferenças estruturais e funcionais, a sua autoria, bem como o caráter do público a que se destina e, sobretudo, aproveitar o conhecimento que ele já tem das suas experiências com a língua materna, é imprescindível.

Ler em língua estrangeira pressupõe a familiarização do aluno com os diferentes gêneros textuais, provenientes das várias práticas sociais de uma

determinada comunidade que utiliza a língua que se está aprendendo literatura, publicidade, jornalismo, mídia etc. Cabe ao professor criar condições para que o aluno não seja um leitor ingênuo, mas que seja um leitor crítico e que reaja aos diferentes textos com que se depare e entenda que por traz de cada texto há um sujeito, com uma história, com uma ideologia e com valores particulares e próprios da comunidade em que está inserido. Não se pode esquecer que a leitura se refere também aos textos não-verbais estejam eles combinados ou não com o texto verbal.

Neste contexto, que se trabalhará as Leis: 10.639/03 História e Cultura Afrobrasileira, 11.645/08 História e Cultura Afrobrasileira e 9.795/99 Educação Ambiental.

As estratégias específicas da oralidade têm como objetivo expor os alunos a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos, procurando compreendê-los em suas especificidades e incentivar os alunos a expressarem suas ideias em língua estrangeira dentro de suas limitações.

Com relação à escrita não podemos esquecer que ela deve ser vista como uma atividade sociointeracional, ou seja, significativa, pois, em situações reais de uso, escreve-se sempre para alguém, ou um alguém de quem se constrói uma representação.

Com relação aos textos de literatura, é preciso apresentar textos literários aos alunos, propor atividades que colaborem para que o aluno reflita sobre os textos e os perceba como uma prática social de uma sociedade em um determinado contexto sociocultural particular.

Outro aspecto importante com relação ao ensino de língua estrangeira é que ele será, necessariamente, articulado com as demais disciplinas do currículo.

Esse processo metodológico garante ao aluno criatividade e raciocínio para realizar um tipo de atividade que vai além da repetição ou aplicação mecânica de estruturas linguísticas.

Dessa forma, privilegia-se uma metodologia que não coloca a ênfase no aprendiz, ou no papel do professor isoladamente, mas que focaliza a interação entre professor e alunos na construção do conhecimento comum.

AVALIAÇÃO

O aluno precisa ser envolvido no processo de avaliação, pois o mesmo é construtor do conhecimento. Seu esforço precisa ser reconhecido através de ações e desenvolvimentos e o erro deve ser visto como reflexão para sua aprendizagem, valorizando o processo de aprendizagem do aluno e não apenas seus resultados finais.

A avaliação é diagnostica, somativa e formativo. Para avaliar é preciso identificar, de fato, as aprendizagens realizadas para tanto, além disso, é bom não perder de vista que é um progresso relacionado a um critério específico pode manifestar-se de diferentes formas em diferentes alunos. Uma mesma ação para um aluno pode indicar avanço em relação a um critério estabelecido e para outro, não. Por isso, além de necessitarem de indicadores, os critérios de avaliação devem ser tomados em seu conjunto, considerados à luz dos objetivos que realmente orientam o ensino oferecido aos alunos.

Para tanto estaremos utilizando os seguintes critérios na leitura, se o educando compreendeu o texto, seu posicionamento, argumentação, ampliação do horizonte de expectativa, ampliação de vocabulário, análise da intenção do autor, reconhecimento de palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual.

Já na escrita, segue-se os seguintes critérios, expressões de ideias com clareza. Elaboração de textos atendendo as situações de produções propostas (gênero, interlocutor, finalidade...), diferenciar o contexto da linguagem formal e não formal, uso dos recursos textuais como: coesão e coerência..., utilização de recursos linguísticos, Emprego de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo.

Na oralidade estarão estabelecidos os seguintes critérios, utilização do discurso de acordo com a situação de produção (formal e informal) , apresentação de ideias com clareza, compreensão de argumentos no discurso do outro, exposição objetiva de argumentos , organização da sequencia da fala, respeito aos turnos de fala, participação ativa em diálogos, relatos, discussões, quando em língua materna, etc., utilização de expressões faciais corporais e gestuais, de pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos.

A interação professor e aluno agindo num processo ação-reflexão-ação carregado de significados e compreensão. Assim, tanto o professor quanto os

alunos poderão acompanhar o percurso desenvolvido até então, e identificar dificuldades, planejar e propor outros encaminhamentos que busquem superá-las.

E, se o propósito é avaliar também o processo, além do produto, não há nenhum instrumento de avaliação de aprendizagem melhor do que a produção textual para buscar identificar porque o aluno teria dado as respostas que deu às situações que lhe foram propostas.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Leis, decretos, etc. **Lei n.9394/96**: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino Médio. **Texto elaborado pelos participantes dos encontros de formação continuada/Orientações Curriculares**. Curitiba: SEED/DEM, 2003/2005. Mimeo.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná. Curitiba: SEED/DEPG, 1992.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A inclusão da língua no currículo escolar do Brasil, surgiu com a dependência econômica do Brasil em relação aos Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial.

Segundo as DCEs, ao contextualizar o ensino da Língua Estrangeira, pretende-se problematizar as questões que envolvem o ensino da disciplina, de modo a desnaturalizar os aspectos que o tem marcado, sejam eles políticos, econômicos, sócias, culturais e educacionais. A partir dessa análise, serão apresentados os fundamentos teórico-metodológicos que orientarão o ensino da Língua Estrangeira na rede Pública Estadual.

Conforme Pennycook (apud MASCIA, 2003, p. 220) considera que: a expansão do inglês no mundo é mera expansão da língua, mas também uma expansão de um conjunto de discursos que fazem circular ideias de desenvolvimento, democracia, capitalismo, neoliberalismo, modernização(...). Afirma que se hoje poderíamos dizer que as várias facetas do comunicativo se desenvolveram com o objetivo principal a difusão do inglês como língua internacional.

A Língua faz uma interação entre o indivíduo e o mundo, ou seja, ensina o aluno a lidar com a linguagem em suas diversas situações de uso e manifestações, inclusive a estética, pois a interação com a Língua Estrangeira revela acesso a várias áreas do conhecimento. Sendo assim, o ensino da Língua Estrangeira tem como missão contribuir significativamente para que os alunos ampliem suas visões tornando os mais críticos e atuantes na sociedade

Para compreender melhor o processo ampliador do uso da língua é fundamental centrar a presente discussão em uma concepção de linguagem, que, para o linguísta Bakthin é diferente dos teóricos estruturalistas, Bakhtin (1986) escolhe como objeto de estudo a linguagem em uma perspectiva sociointeracionista.

Afirma que a perspectiva sociointeracionista é o fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações, que constitui a realidade fundamental da linguagem, compreendida pelo princípio dialógico: “a palavra constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro” (BAKHTIN, 1986: 113). Nessa concepção, o ser humano usa a linguagem para agir no contexto social, pois língua e linguagem são concebidas como atividades interativas, como forma de ação social, como espaço de interlocução possibilitando a prática social dos mais diversos tipos de atos.

Em relação à concepção de língua, Bakhtin afirma que ela é uma abstração quando concebida isolada da situação social que a determina. Para o autor, “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (BAKHTIN, 1986: 124).

Adotada a concepção sociointeracionista de Bakthin e seguindo as orientações propostas nas DCEs o ensino da Língua Estrangeira se pautará em

torno de dois grandes eixos: o do **uso** da língua oral e escrita e o da **reflexão** acerca desses usos.

Considerando que toda atividade pedagógica de ensino de Inglês tem uma determinada concepção de língua (como apresentamos anteriormente a nossa é a concepção sociointeracionista defendida pelo linguista Bakthin e proposta pelas DCEs) buscaremos tencionar a percepção dos alunos para os fatos da língua, com uma tendência centrada na língua enquanto atuação social, enquanto atividade e interação verbal de dois ou mais interlocutores e, assim, enquanto sistema-em-função, vinculado, portanto, às circunstâncias concretas e diversificadas de sua atuação.

Um aspecto a ser trabalhado com os alunos (de todas as séries) é o padrão culto da língua e o conjunto de variedades determinadas pela situação geográfica, histórica e social, conduzindo-os ao entendimento e questionamento de diversos níveis da comunicação verbal (entenda-se verbal como comunicação através da palavra escrita ou oral). Não esquecendo de alguns elementos indispensáveis, integradores e que estarão presentes em qualquer situação de interação do aluno com a Língua Estrangeira, seja em que prática for: **conhecimento linguístico, discursivo, cultural e sócio-pragmático.**

Os conhecimentos linguísticos dizem respeito ao vocabulário, à fonética e às regras gramaticais, elementos necessários para que o aluno interaja com a língua que se lhe apresenta.

Os conhecimentos discursivos referem-se aos gêneros discursivos que constituem a variada gama de práticas sociais que são apresentadas aos alunos.

Os conhecimentos culturais estão relacionados a tudo aquilo que se sente, acredita,pensa, diz, faz e tem na sociedade, ou seja, a forma como um grupo social vive e concebe a vida.

Os socio-pragmáticos dizem respeito aos valores ideológicos e verbais que envolvem o discurso em um contexto sócio-histórico particular.

Além disso uma abordagem do discurso em sua totalidade será realizada e garantida através de atividades significativas em Língua Estrangeira nas quais as práticas de leitura, escrita e oralidade, interajam entre si e constituem uma prática sócio-cultural.

É fundamental levar o aluno a perceber que a língua é dinâmica, em permanente transformação, e que ela reflete a história do próprio homem. Mas, ao

mesmo tempo, a língua só se atualiza (dinamiza) a serviço da comunicação intersubjetiva, em situações de atuação social e através de práticas discursivas, materializadas em textos orais e escritos. E é nesse núcleo que buscamos o ponto de referência para definir todas as opções pedagógicas voltadas para o ensino da Língua Inglesa, sejam os objetivos, os programas de estudo e pesquisa, seja a escolha das atividades e a forma particular de realizá-las e avaliá-las.

Para que aconteça a aprendizagem do aluno, levamos em conta que o conhecimento implica não no armazenamento em estoque de um conjunto de informações, de conteúdos e regras, mas sim na existência de uma capacidade gerativa, isto é, uma capacidade de encontrar novas respostas para problemas inteiramente novo, de ser crítico para interagir e agir na sociedade utilizando as práticas de leitura, oralidade e escrita de acordo com a sua realidade e anseios.

Em linhas gerais o Ensino da Língua Inglesa é a ampliação das competências comunicativas-interacionistas da própria língua. O estudo se propiciará dos aspectos da oralidade, leitura e escrita. Sendo que esses aspectos serão estudados através de diversos gêneros textuais e suas tipologias.

A partir dos pressupostos apresentados entende-se que as habilidades a serem trabalhadas no ensino da Língua Inglesa envolvem as áreas de escrita, leitura e oralidade (gramática), na perspectiva a seguir proposta.

A gramática terá sua participação na disciplina de Língua Inglesa, porém como ampliadora da competência comunicativa dos alunos. A gramática será trabalhada com o objetivo de exercício fluente e relevante da fala e da escrita e não simplesmente como regras a serem decoradas e não aproveitadas na realidade cotidiana do aluno.

Tendo como base um mundo globalizado, em que o conhecimento torna-se cada vez mais importante, é imprescindível o conhecimento de uma ou mais Línguas Estrangeiras. No caso do que inglês que é uma língua universal ela tem o papel de ampliar horizontes e, com isso, facilitar a comunicação entre povos distintos.

“Portanto, esse idioma tem como objetivo oportunizar o domínio dos procedimentos de construção de sentido aceito pela língua e cultura materna , e ao mesmo tempo estaria dando ênfase à transformação desses procedimentos, usados para nomear o mundo”, segundo Paulo Freire.

O papel da escola está em proporcionar o desenvolvimento de uma visão crítica que se reflita sobre a comunidade estudantil, proporcionando a transformação.

Para tanto, é necessário que ao final do Ensino Fundamental o aluno tenha vivenciado, nas aulas de L.E.M., formas de participação que lhe possibilite estabelecer relações entre ações individuais e coletivas: o aluno deverá ser capaz de usar a língua em situações de comunicação oral e escrita; compreender que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social; ter consciência sobre o papel das Línguas na sociedade; reconhecer e compreender a diversidade linguística e cultural, constatando seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país; demonstrando através de textos de diversas tipologias a presença, a colaboração e a importância de outras etnias em nossa cultura como determinam as leis:10.639/03 História e Cultura Afro- Brasileira e 11.645/08 História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Ao ensinar uma Língua Estrangeira, é essencial uma compreensão teórica do que é linguagem, tendo em mente os conhecimentos para construir significados no mundo social. Todo significado é dialógico, isto é, constituídos pelos participantes do discurso.

Para que o processo de construção de significados seja possível, as pessoas utilizam três tipos de conhecimento: sistêmico (léxico, semântico, morfológico, sintático, fonético...); conhecimento de mundo; conhecimento de organização dos textos.

O Ensino Fundamental tem um valioso papel construtivo como parte integrante da educação integral. Envolve um complexo processo de reflexão sobre a realidade social, política e econômica. Sendo assim é necessário promover momentos de interação e compreensão da cultura Afro-Brasileira e Indígena. Desenvolver estratégias com mudanças de comportamento percebendo que ninguém sobrevive de modo isolado , que atitudes isoladas podem interferir no coletivo. Abordar um problema contemporâneo que diz respeito ao nosso meio ambiente

CONTEÚDOS

5ªsérie/6ºano e 6ª série/7ºano

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDO BÁSICO
Discurso como prática social.	LEITURA Identificação do texto; Intertextualidade; Intencionalidade; Léxico; Coesão e coerência; Funções das classes gramaticais no texto; Elementos semânticos; Recursos Estilísticos (figuras de linguagens); Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação,; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); Variedade linguística. Acentuação gráfica; Ortografia. ESCRITA Tema do texto; Interlocutor; Finalidade do texto; Intencionalidade do texto; Intertextualidade; Condições de produção;

	Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); Léxico; Coesão e coerência; Funções das classes gramaticais no texto; Elementos semânticos; Recursos Estilísticos (figuras de linguagem); Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); Variedade linguística; Ortografia; Acentuação gráfica. ORALIDADE Elementos extras linguísticos: entonação, pausas, gestos, etc...; Adequação do discurso ao gênero; Turnos de falas; Variações linguísticas; Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição. Pronúncia.

7ªsérie/8ºano e 8ª série/9ºano

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDO BÁSICO
Discurso como prática social.	LEITURA

	Identificação do texto; Intertextualidade; Intencionalidade; Vozes sociais presentes no texto; Léxico; Coesão e coerência; Funções das classes gramaticais no texto; Elementos semânticos; Recursos Estilísticos (figuras de linguagens); Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação,; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); Variedade linguística. Acentuação gráfica; Ortografia. ESCRITA Tema do texto; Interlocutor; Finalidade do texto; Intencionalidade do texto; Intertextualidade; Condições de produção; Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); Vozes sociais presentes no texto; Léxico; Coesão e coerência; Funções das classes gramaticais no texto; Elementos semânticos;

	Recursos Estilísticos (figuras de linguagem); Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); Variedade linguística; Ortografia; Acentuação gráfica. ORALIDADE Elementos extras linguísticos: entonação, pausas, gestos, etc...; Adequação do discurso ao gênero; Turnos de falas; Vozes sociais presentes no texto; Variações linguísticas; Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição. Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito. Adequação da fala ao contexto; Pronúncia.

METODOLOGIA

A metodologia da L.E.M. deve estar condizente com os objetivos gerais levando em conta que o aluno é parte integrante do processo e um agente ativo da aprendizagem que acontece nas interações sociais. Diante desse processo de ensino , abordando e enfatizando o Letramento Crítico, o qual implica em engajar os alunos sujeitos em atividades críticas e problematizadoras, que se concretizam por meio da língua como prática social, o trabalho com a língua estrangeira em sala de

aula precisa partir do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso à informação: as línguas estrangeiras são também possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados.

O texto enquanto unidade de linguagem e como um espaço para a discussão de temáticas fundamentais para o desenvolvimento intercultural, manifestados por um pensar e agir crítico, por uma prática cidadã imbuída de respeito às diferentes culturas, crenças e valores.

Possibilita-se, deste modo, a capacidade de analisar e refletir sobre os fenômenos linguísticos e culturais como realizações discursivas, as quais se revelam na/pela história dos sujeitos que fazem parte deste processo. O texto, nesta proposta, apresenta-se como um princípio gerador de unidades temáticas e de desenvolvimento das práticas linguísticas-discursivas.

Para tanto, é importante trabalhar a partir de temas referentes a questões sociais emergentes, tarefa que se encaixa perfeitamente nas atribuições da língua estrangeira, o qual favorece à utilização de textos abordando assuntos relevantes presentes na mídia nacional e internacional ou no mundo editorial. È preciso estabelecer prioridades de acordo com a realidade de cada turma.

Ao trabalhar as habilidades como ler, escrever, falar e ouvir o aluno utiliza estratégias de aprendizagem e de raciocínio crítico. Ele aprende a língua mas também aprende, empregar estratégias como: classificar, inferir, aplicar conhecimento prévio, tirar conclusões, selecionar e organizar informações, entre outras.

Valorizar não só os conteúdos a serem ensinados e aprendidos, mas principalmente o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, ressaltar a importância da reflexão constante sobre as atividades realizadas em sala de aula.

Acreditar que a educação é um processo essencialmente cultural e social no qual alunos e professores participam, interagindo na construção de um conhecimento conjunto. Não se pode negligenciar o conhecimento que o aluno já tem sobre a sua própria língua. Esse conhecimento não deve ser considerado como uma interferência negativa. Na verdade, ele contribui para a aprendizagem de língua estrangeira, a exemplo dos outros tipos de conhecimento que o aluno já traz consigo.

Sendo que a base do conhecimento não restringe-se basicamente só a livros didáticos, pode-se beneficiar de outros tipos de recursos como: dicionário,CD, internet, revistas, TV pendrive, jornais, panfletos,músicas e filmes, isso observando sempre a realidade da escola.

Propiciar textos que tragam problematizações em relação a um tema. A busca pela solução desse problema despertará o interesse dos alunos fazendo com que eles desenvolvam uma prática reflexiva e crítica, ampliem seus conhecimentos linguísticos e percebam as implicações sociais, históricas e ideológicas presentes em todo discurso.

Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que dispõem as formas gramaticais. Portanto, é fundamental que se apresente ao aluno textos em diferentes gêneros textuais, mas sem categorizá-los. Apresentar ao aluno textos pertencentes a vários gêneros: publicitários, literários, informativos, de opinião, etc. Durante as atividades ressaltar as diferenças estruturais e funcionais, a sua autoria, bem como o caráter do público a que se destina e, sobretudo, aproveitar o conhecimento que o aluno tem das suas experiências com a língua materna.

Ler em língua estrangeira pressupõe a familiarização do aluno com os diferentes gêneros textuais, provenientes das várias praticas sociais de uma determinada comunidade que utiliza a língua que se está aprendendo- literatura, publicidade, jornalismo,mídia etc. Cabe ao professor criar condições para que o aluno não seja um leitor ingênio, mas que seja um leitor crítico e que reaja aos diferentes textos com que se depara e entenda que por trás de cada texto há um sujeito, com uma história, com uma ideologia e com valores particulares e próprios da comunidade em que está inserido. Não se pode esquecer que a leitura se refere também aos textos não-verbais. Estejam eles combinados ou não com o texto verbal.

As estratégias específicas da oralidade têm como objetivo expor os alunos a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos, procurando compreendê-los em suas especificidades e incentivar os alunos a expressarem suas ideias em língua estrangeira dentro de suas limitações.

Com relação à escrita não podemos esquecer que ela deve ser vista como uma atividade sociointeracional, ou seja, significativa, pois, em situações reais de

uso, escreve-se sempre para alguém, ou um alguém de quem se constrói uma representação.

Com relação aos textos de literatura, é preciso apresentar textos literários aos alunos, propor atividades que colaborem para que o aluno reflita sobre os textos e os perceba como uma prática social de uma sociedade em um determinado contexto sócio cultural particular.

Outro aspecto importante com relação ao ensino de língua estrangeira é que ele será, necessariamente, articulado com as demais disciplinas do currículo.

Esse processo metodológico garante ao aluno criatividade e raciocínio para realizar um tipo de atividade que vai além da repetição ou aplicação mecânica de estruturas linguísticas.

Dessa forma, privilegia-se uma metodologia em que não se coloca a ênfase no aprendiz, ou no papel do professor isoladamente, mas que focaliza a interação entre professor e alunos na construção do conhecimento comum.

Neste contexto, que se trabalhará as leis: 10.639/03 História e Cultura Afrobrasileira, 11.645/08 História e Cultura Afrobrasileira e 9.795/99 Educação Ambiental.

Deste modo utilizar-se-á as seguintes metodologias:

- aulas expositivas,discussões, produções de textos,exercícios orais e escritos, leitura e interpretação de textos de vários gêneros;
- utilização de rádio, televisão,internet, CD, DVD, dicionários,livros,quadro de giz,
- filmes atuais e antigos, para perceber as mudanças que ocorrem na língua inglesa;
- valorização das datas comemorativas (dias das bruxas, dia de ação de graças, etc) e costumes de outras culturas;
- jogos e brincadeiras, ressaltando a importância da atividade lúdica no ensino da língua inglesa.

AVALIAÇÃO

No processo da avaliação é fundamental que haja um engajamento sério tanto do professor quanto do aluno. O objetivo maior é sempre a aprendizagem.

Durante esse processo o esforço do aluno precisa ser reconhecido através de ações e desenvolvimentos, e o erro deve ser visto como reflexão para a sua aprendizagem, valorizando o processo de aprendizagem do aluno e não apenas seus resultados finais, pois a avaliação neste sentido é diagnóstica, somativa e formativa.

Para avaliar, é preciso identificar, de fato, as aprendizagens realizadas,e não perder de vista que um progresso relacionado a um critério específico pode manifestar-se de diferentes formas em diferentes alunos. Uma mesma ação para um aluno pode indicar avanço em relação a um critério estabelecido e para outro, não. Por isso, além de necessitarem de indicadores, os critérios de avaliação devem ser tomados em um conjunto, considerados à luz dos objetivos que realmente orientam o ensino oferecido aos alunos, sem esquecer das práticas discursivas.

Serão avaliadas as progressões nas expressões orais e escritas, leituras, compreensão de modo geral dos diversos tipos de texto onde o aluno irá, instigar , servindo-se de conhecimentos prévios; levantar hipóteses a respeito da organização textual, etc. Produção de texto, trabalhos individuais e coletivos, pesquisas, participação sobre os temas em discussão e avaliações escritas.

Na língua estrangeira moderna, o ato avaliativo deve ser contínuo, formativo, qualitativo e cumulativo, pois o ensino desta ocorre em processo linear que exige o entendimento de cada uma das partes, demonstrando desta forma que é possível interagir em padrões culturais diferentes com base em sua própria língua.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

LEITURA

- Espera-se que o aluno em uma compreensão de textos, localize as informações
- explícitas e implícitas no texto;
- amplie seu léxico.
- deduza os sentidos das palavras ou expressões a partir dos contextos trabalhados.

- tenha um posicionamento argumentativo e crítico.
- amplie o horizonte de expectativas;

ORALIDADE

- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/informal);
- apresente ideia com clareza;
- compreenda o argumento no discurso do outro;
- organize a sequência da fala;
- participe ativamente em diálogos, relatos, discursos, quando necessário em língua materna;

ESCRITA

- Expresse as ideia com clareza;
- utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação e conectores textuais.
- elabore textos atendendo as situações de produção proposta (gênero, interlocutor, pontuação, finalidade do texto).
- diferencie o contexto de uso linguagem formal e informal;

INSTRUMENTOS AVALIATIVOS:

- Leitura de textos, interpretação e apresentação de “seminários”.
- Produção de textos.
- Interpretação de textos diversificados.
- Avaliação escrita e oral podendo ser individual ou em duplas de temas trabalhados na aula, através de leitura de textos, explicações e debates.
- Pesquisas.
- Trabalhos individuais ou em grupo.

REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. (1986). Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3. ed. São Paulo,1929.
MICHAELIS. Dicionário Inglês-Português
Diretrizes curriculares de Língua Estrangeira para o Ensino Fundamental, 2008.SEED
ROCHA, analuiza Machado & Ferrari, Zuleica Àgueda. Take your time. Moderna: São Paulo. Books 5,6,7 e 8. 2002.
Keller, Victória – Caderno do Futuro.
Http:www.seed.pr.gov.br/portaldiaadiaeducação.Educadores. Disciplina. Inglês. Conteúdos Básicos de inglês – 2008.

LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

DIMENSÃO HISTÓRICA DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

Os aspectos históricos do ensino de Língua Portuguesa têm como objetivo fundamental oferecer aos estudantes a dimensão histórica dos fenômenos linguísticos do Português, descrevendo os seus longínquos antecedentes e as subsequentes alterações fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas.

A existência de um forte componente histórico em articulação com a reflexão linguística confere a esta matéria um caráter interdisciplinar, sendo inquestionáveis a contribuição das perspectivas cultural e histórico-social para uma cabal explicação da estrutura e do funcionamento do sistema linguístico português, encarado diacronicamente.

Diferenças entre as variantes são comuns a toda as línguas naturais, ocorrendo em maior ou menor grau, dependendo do caso. Com um oceano entre

Brasil e Portugal, e ao longo de quinhentos anos, a língua evoluiu de maneira diferente em ambos os países, dando origem a dois padrões de linguagem simplesmente diferentes, não existindo um padrão que seja mais correto em relação ao outro.

É importante salientar que dentro daquilo a que se convencionou chamar “português do Brasil” e “português europeu”, há um grande numero de variações regionais.

No inicio da colonização portuguesa no Brasil, o tupi foi usado como língua geral na colônia, ao lado do português, principalmente graças aos padres jesuítas que haviam estudado e difundido a língua. Em 1757, a utilização do tupi foi proibida por uma Provisão Real. Tal medida foi possível porque, a essa altura, o tupi já estava sendo suplantado pelo português, em virtude da chegada de muitos imigrantes da metrópole. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, o português fixou-se definitivamente como idioma do Brasil. Das línguas indígenas, o português herdou palavras ligadas á flora e á fauna, bem como nomes próprios e geográficos.

Com o fluxo de escravos trazidos da África, a língua falada na colônia recebeu novas contribuições. A influência africana no português do Brasil, que em alguns casos chegou também á Europa, veio principalmente do ioruba, falado pelos negros vindos da Nigéria, e do quimbundo angolano.

Um novo afastamento entre o português brasileiro e o europeu aconteceu quando a língua falada no Brasil colonial não acompanhou as mudanças ocorridas no falar português durante o século XVIII, mantendo-se fiel, basicamente, á maneira de pronunciar da época da descoberta. Uma reaproximação ocorreu entre 1808 e 1821, quando a família real portuguesa, em razão da invasão do país pelas tropas de Napoleão Bonaparte, transferiu-se para o Brasil com toda sua corte, ocasionando uma grande mudança na língua falada.

Após a independência (1822), o português falado no Brasil sofreu influências de imigrantes europeus que se instalaram no centro sul do país. Isso explica certas modalidades de pronuncia e algumas mudanças superficiais de léxico que existem entre as regiões do Brasil, que variam de acordo com o fluxo migratório que cada uma recebeu.

No século XX, a distância entre as variantes portuguesas e brasileira do português aumentou em razão dos avanços tecnológicos do período: não existindo um procedimento unificado para a incorporação de novos termos á língua, certas

palavras passaram ater formas diferentes nos dois países. Além disso, o individualismo e nacionalismo que caracterizam o movimento romântico do inicio do século intensificaram o projeto de criação de uma literatura nacional expressa na variedade brasileira da língua portuguesa, argumento retomado pelos modernistas que defendiam, em 1922, a necessidade de romper com os modelos tradicionais portugueses e privilegiar as peculiaridades do falar brasileiro. A abertura conquistada pelos modernistas consagrou literalmente a norma brasileira.

Considerando-se os aspectos históricos da constituição da Língua Portuguesa enquanto disciplina escolar , salienta-se que até meados do século XIX o ensino de Língua Portuguesa no Brasil compunha-se de três disciplinas:Retórica, Poética e Gramática. Isso se deve ao fato de que nesta época, a escola servia aos únicos grupos que tinham acesso a ela:os socialmente privilegiados que, ao chegar a instituição escolar já possuíam um certo domínio da considerada norma culta.

As disciplinas Retórica, Poética e Gramática foram fundidas numa única disciplina, ainda na década de 40 do século XX, mas os três conteúdos continuaram independentes.

Uma grande modificação no conteúdo do Português ocorre a partir da década de 50 do século XX, quando outros grupos passam a ter acesso ao saber escolarizado e o conteúdo da disciplina passou a centrar-se na gramática enquanto elemento fundamental para articulação de textos.

Durante o governo militar, instaurado em 1964, foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5692/71) que provocou uma mudança radical na disciplina de português, cuja própria denominação foi alterada para "Comunicação e Expressão" nas séries iniciais e "Comunicação em Língua Portuguesa" nas séries finais do 1º Grau. Essa mudança se deu em decorrência de transformações político-ideológicas.

Nas décadas de 80 e 90, o pensamento de Geraldi sobre o ensino de língua portuguesa serviu de referência para a construção de várias propostas curriculares de secretarias estaduais de educação, bem como para a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

Dessa forma, a crítica ao ensino da gramática centrado na norma padrão leva a uma reflexão quanto à finalidade do ensino que provoca uma mudança no objeto de ensino da disciplina de língua portuguesa na escola. O que se percebe é

que, pela primeira vez no Brasil, surge a polêmica sobre ensinar ou não ensinar gramática na escola.

O questionamento sobre o objeto de ensino da disciplina faz surgirem propostas alternativas ao trabalho com a gramática normativa, fundamentadas em contribuições de ciências linguísticas.

Dentre as ciências da linguagem, a sociolinguística foi das primeiras a desenvolver reflexões voltadas para questões que dizem respeito ao ensino de língua materna na educação básica, sendo a maior delas a noção de variação linguística.

Os estudos da linguística Textual apresentaram contribuições que, de certa forma, se inclinaram para um trabalho mais voltado para o texto. Sendo assim, começam a despontar como conteúdos da disciplina o trabalho com a noção de tipologias textuais.

Na última década, muitas pesquisas apontam para o trabalho com Língua Portuguesa na escola tendo por objeto de ensino os gêneros discursivos (ou textuais). Esta reorientação das atividades de produção escrita, já implementada em outros países na década de 80, chega às escolas brasileiras com o advento da publicação das Propostas Curriculares dos Estados e dos Parâmetros Curriculares Nacionais. O trabalho orientado nas noções sobre gêneros textuais toma como referência inicial a Teoria da Enunciação, cujos fundamentos provêm do Círculo de Bakhtin.

OBJETIVO GERAL DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:

Garantir aos alunos o acesso à língua na sua modalidade padrão, entendendo seu uso social e contextualizado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- produzir textos em situações o mais próximas possíveis de situações reais de comunicação
- reconhecer os diferentes gêneros do discurso e suas especificidades

- reconhecer que a língua não é um simples código, pronto à disposição dos falantes, mas que ela muda, adapta-se a diferentes situações e interlocutores
- perceber que os textos dialogam entre si num processo de intertextualidade
- adequar o uso de sua linguagem oral e/ou escrita às diferentes situações comunicativas
- respeitar os turnos de fala dos companheiros, sabendo posicionar-se criticamente diante de qualquer assunto, mas também ouvindo as opiniões diversas das suas
- identificar as diferentes vozes presentes em cada discurso
- reconhecer que as escolhas lexicais revelam, muitas vezes, preconceitos e intenções camufladas do falante
- ler o mundo criticamente a fim de ampliar o horizonte de expectativas dos educandos sobre os assuntos abordados
- produzir novos sentidos para textos clássicos
- relacionar cada texto literário com o que já é conhecido de sua prática a fim de ampliar seus horizontes
- perceber que qualquer trabalho de produção textual envolve planejamento, escrita e refacção, quantas vezes forem necessárias
- perceber que as práticas de oralidade, leitura, escrita e análise linguística se complementam e contribuem para ampliar a visão de mundo
- reconhecer a polissemia como recurso expressivo proposital ou como vício de linguagem que ocasiona a ambiguidade

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O Ensino da Língua Portuguesa e da Literatura Brasileira implica pensar e trabalhar as práticas de oralidade, leitura e escrita em seus diversos níveis de complexidade. Essas práticas levam os (as) alunos (as) a interagir com textos de diferentes tipologias, ampliando-lhes a capacidade de comunicação e de ultrapassar o mero senso comum.

Dar possibilidades de leitura aos (as) alunos (as) é democratizar o saber; torná-los capazes de ler nas linhas e entrelinhas; de captar as subjetividades

presentes nos textos; de perceber a presença da ideologia e da intencionalidade do (a) autor (a); de aprimorar o discurso lingüístico e o acesso à norma padrão.

Organizar um trabalho pautado em práticas que respeitem o conhecimento que o (as) aluno (as) já possui da língua materna e ampliar suas capacidades de compreensão e interpretação textuais – a partir da organização estrutural da linguagem verbal sem que a gramática normativa seja o centro das atividades de ensino-aprendizagem - é a proposta dos professores do Colégio Estadual Julio Nerone.

É no processo de interação social que a oralidade, a leitura e a escrita se constituem como base indispensável para o ensino da Língua Portuguesa / Literatura, como defende Bakhtin:

"A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua."
(BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p.123)

O Ensino da Língua Portuguesa / Literatura deve ser entendido como um processo histórico dinâmico, não estanque, pois suas relações se dão em uma sociedade em que os indivíduos estão envolvidos em processos sociais, políticos, econômicos, culturais, etc. Esse ensino, baseado numa perspectiva sócio interacionista, exige abordar as variações linguísticas que caracterizam a linguagem na manifestação verbal dos diferentes grupos sociais dos falantes.

Assim, compreender que uma vez que pode "estar sujeita às circunstâncias do momento, às instabilidades psicológicas, às flutuações de sentido a língua em grande medida é opaca, não é transparente. Isso faz da prática da interpretação uma atividade fundamental da vida humana, da interação social". (BAGNO, 2003, p.19)

Refletir sobre a linguagem verbal, sugere uma interpretação dos conceitos de texto e de leitura que abrangem além da linguagem escrita e oral a interação com outras linguagens: [...] (as artes visuais, a música, o cinema, a fotografia, a semiologia gráfica, o vídeo, a televisão, o rádio, a publicidade, os quadrinhos, as

charges, a multimídia e todas as formas infográficas ou qualquer outro meio linguageiro criado pelo homem, percebendo seu chão comum (são todas práticas sociais discursivas) e suas especificidades (seus diferentes suportes tecnológicos, seus diferentes modos de composição e de geração de significados). (FARACO,2002,p. 101)

Dessa forma, o texto literário ou não, não é trabalhado apenas em um momento, mas pode dialogar com outros textos em momentos diferentes, como propõe Bakhtin em sua teoria sobre o discurso. O texto, seja ele literário ou não conduzirá e perpassará por todas as práticas propostas para o ensino da Língua Portuguesa e da Literatura.

Sob essa perspectiva, o ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa visa aprimorar os conhecimentos linguísticos e discursivos dos alunos, para que eles possam compreender os discursos que os cercam e terem condições de interagir com esses discursos. Para isso, é essencial que a língua seja percebida como uma arena de conflitos.

Quanto maior for o contato do aluno com os diferentes tipos de textos , oriundos da esfera social cotidiana (diálogos , cartas , bilhetes ...), ou provenientes de uma esfera pública e mais complexa de interação verbal (discurso científico , teatro , romance ...) maior será a sua capacidade de identificar e de refletir sobre os mecanismos linguísticos, extralinguísticos, metalinguísticos e epilinguísticos, que constituem o processo comunicativo .

O trabalho com as práticas de oralidade deve levar o aluno a adequar seu vocabulário conforme as situações comunicativas, desenvolvendo nele a capacidade de reconhecer as relações intrínsecas entre locutor e interlocutor.

O trabalho com a produção escrita, por sua vez, deve propor atividades que favoreçam a compreensão do texto escrito em sua função social, considerando a especificidade de cada gênero.

No que tange ao encaminhamento do trabalho com a leitura em sala de aula, o professor deve sempre priorizar a leitura como discussão e reflexão, a fim de perceber as intencionalidades textuais.

Quanto a ultima das praticas no trabalho com a língua, a análise linguística, esta deve perpassar todas as outras práticas, pois é nela que o aluno perceberá o uso intencional dos recursos expressivos da língua e seu sentido nos textos

CONTEÚDOS: ENSINO FUNDAMENTAL- 6º ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:DISCURSO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL

I- CONTEÚDO BÁSICO: AVISO

LEITURA

- Discussão sobre a finalidade do texto, interlocutor;
- Adequação do texto ao interlocutor e à finalidade.

ORALIDADE

- Intencionalidade do texto / pronúncia
- Papel do locutor e interlocutor.

ESCRITA

- Produção textual de avisos, como: bazar da escola, aviso de tarefas e trabalhos de atividades extraclasse.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- A pontuação e seus efeitos de sentido.
- Análise de avisos produzidos pelos alunos.
- Uso de registros formal e informal segundo a situação interlocutiva.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

II- CONTEÚDO BÁSICO: BILHETE

LEITURA

- Intertextualidade/ intencionalidade.
- Marcas linguísticas.

ORALIDADE

- Elementos composicionais.
- Entonação.

ESCRITA

- Clareza de ideias.
- Produção de textos do gênero trabalhado.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Coesão e coerência no texto produzido.
- Função dos pronomes como elementos do texto.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

III- CONTEÚDO BÁSICO: VERBETE

LEITURA

- Leitura de verbetes, adequando-os ao contexto.
- Leitura correta de abreviaturas.

ORALIDADE

- Conhecer a estrutura do dicionário e saber consultá-lo de forma rápida e eficiente.
- Uso das palavras em diferentes contextos.

ESCRITA

- Pesquisa no dicionário.
- Elaboração de bichionário (dicionário com nomes animais) e de Arte-dicionário (palavras relacionadas à arte).

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Adequação das palavras nos diferentes contextos.
- Uso de sinônimos.
- Ordem alfabética.
- Reconhecimento das especificidades do verbete de dicionário, abreviaturas, informações adicionais.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

IV- CONTEÚDO BÁSICO: AUTOBIOGRAFIA

LEITURA

- Leitura de biografias de autores de obras literárias.
- Comparação entre diversos textos.

ORALIDADE

- Desenvolvimento de práticas de expressão, levantamento de hipóteses, relações causa-consequência.

ESCRITA

- Produção de texto observando aspectos lingüísticos no gênero trabalhado.

- Função social (quem sou na sociedade?).
- Reescrita textual.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Uso de procedimentos de substituição para evitar repetições de palavras e expressões.
- Emprego de elementos coesivos para unir frases ou orações (estudo dos pronomes como elementos do texto).

RECURSOS

- Revistas, livro didático, textos impressos.

V- CONTEÚDO BÁSICO: POEMA

LEITURA

- Ler por prazer.
- Aprimoramento da leitura oral, exercitando-a a partir de orientações sobre entonação/ pontuação e ênfase.
- Observar ideologias apresentadas nos textos.
- Interpretação textual.

ORALIDADE

- Construção de pressuposições dos sentidos da forma e função do texto, a partir de conhecimentos prévios sobre o gênero e suas características.
- Articulação entre índices textuais e contextuais para a construção de sentidos.
- Inferência de informações implícitas.
- Interpretação de recursos figurativos (personificação, comparação, prosopopeia, ironia).
- Realização de recital de poemas – sarau literário.

ESCRITA

- Produção de poemas.
- Participação no Projeto Itaú -Escrevendo o Futuro, sobre o lugar onde vivo.
- Estruturação de texto, usando os mecanismos discursivos próprios do gênero (versos, estrofes, escolha de vocabulário, elementos sintáticos e figurativos).

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Uso de sinais de pontuação como recurso de ênfase no poema.
- Estudo da estrutura de poemas (versos, estrofes, elementos sintáticos, figuras de linguagem (comparação e personificação).
- Uso de adjetivos e advérbios.

RECURSOS

- Livro didático, textos impressos, antologias poeticas, livro de literatur.

VI- CONTEÚDO BÁSICO: NARRATIVA DE AVENTURA

LEITURA

- Leitura e compreensão de narrativas de aventura.
- Aprimoramento no uso da imaginação.

ORALIDADE

- Leitura com entonação e fluência textos relacionados ao imaginário infantil.
- Recriação de narrativas.
- Participação em dramatizações.
- Reconhecimento de gestos, expressões faciais e atitudes corporais como manifestação de interação.

ESCRITA

- Produção de texto ficcional a partir de dados fornecidos.
- Reescrita de texto.
- Estabelecimento de intertextualidade.
- Observação das marcas linguísticas típicas do gênero em questão.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Reconhecimento dos elementos da narrativa.
- Reconhecimento de tempo e aspectos verbais.
- Análise da função da conjunção, preposição e advérbios na conexão do sentido.
- Verificação do uso das diferentes modalidades da linguagem: coloquial, formal.
- Estudo dos procedimentos de concordância verbal e nominal.
- Verificação do uso dos discursos (direto e indireto) na manifestação das vozes que falam no texto.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

VII- CONTEÚDO BÁSICO: LENDAS/ADIVINHAS/FÁBULAS

LEITURA

- Leitura e compreensão de lendas e adivinhas provenientes de diversas culturas, enfatizando a Afro-descendente e a alteridade (ver o diferente: saci, curupira).

ORALIDADE

- Participação em conversações sobre as diferentes lendas, inclusive do município.
- Apresentação de adivinhas.

ESCRITA

- Produção de texto ficcional_ lenda, a partir de dados científicos.
- Confecção de livro de lendas e adivinhas.
- Reescrita coletiva de textos produzidos pelos alunos.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Compreensão de parágrafo como unidade de sentido.
- Observação de recursos gráficos e efeitos de uso, como: aspas, travessão, parênteses.
- Observação e emprego de elementos coesivos de referência: palavras que remetem a outras em um mesmo texto.
- Verificação do uso das diferentes modalidades da linguagem: coloquial, formal, regionalismo.
- Verificação do uso correto da pontuação.
- Identificação da estrutura narrativa do gênero (lendas/ fábulas): sequência, personagens, espaço, tempo, narrador.
- Observação da concordância verbal e nominal.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

VIII- CONTEÚDO BÁSICO: HISTÓRIA EM QUADRINHOS E TIRAS

LEITURA

- Aprimorar através de tiras e histórias em quadrinhos a capacidade de pensamento crítico, fazendo com que o lúdico e o real sejam construídos pelo educando.
- Emprego da linguagem coloquial explorando as características textuais.
- Leitura e compreensão do conteúdo veiculado nas histórias.
- Percepção dos possíveis interlocutores.

- Reflexão sobre as vozes presentes no discurso e o papel social que elas representam.

ORALIDADE

- Reflexão sobre a variedade linguística e a adequação ao contexto de uso em relação ao gênero discursivo.
- Observância das marcas típicas da conversação (entonação, pontuação), entre outros.
- Ênfase no papel do locutor e interlocutor nas histórias em quadrinho.

ESCRITA

- Produção de tiras e história em quadrinho observando os recursos linguísticos, pontuação e outros recursos utilizados para a produção do gênero textual em estudo.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Análise da onomatopeia como recurso da história em quadrinhos.
- Uso dos sinais de pontuação como recurso de ênfase da história em quadrinhos.
- Observação das variações linguísticas.
- Utilização de materiais gráficos diversos para analisar as particularidades na grafia de algumas palavras.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos, gibis.

IX- CONTEÚDO BÁSICO: CARTA PESSOAL

LEITURA

- Leitura de cartas pessoais de diferentes épocas.
- Relação pessoa /sociedade/ meios de comunicação.
- Realização de inferências sobre a intecionalidade.

ORALIDADE

- Participação em discussões sobre a importância da carta como meio de comunicação em relação a outros.
- Apresentação de cartas publicadas.

ESCRITA

- Produção de carta pessoal.
- Reescrita e socialização dos textos.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Estudo da estrutura do texto (local, data, vocativo, corpo, assinatura).
- Adequação vocabular.
- Uso de pronomes evitando repetições, bem como de substantivos.
- Observância da concordância nominal e verbal.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

CONTEÚDOS: ENSINO FUNDAMENTAL- 6ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:DISCURSO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDO BÁSICO: ENTREVISTA

LEITURA

- Leitura de textos do gênero entrevista publicados em jornais e revistas.
- Orientação sobre o contexto social de uso do gênero trabalhado.
- Observação de marcas linguísticas (formais e informais) e dos papéis sociais representados.

ORALIDADE

- Apresentação de entrevistas realizadas com os pais e pessoas da comunidade.
- Participação nas discussões sobre a estrutura do texto, a finalidade e intencionalidade da publicação.
- Realização de entrevistas com os colegas sobre temas diversos.
- Reconhecimento e apresentação do papel do locutor e interlocutor.

ESCRITA

- Elaboração de questões para entrevista sobre temas polêmicos atuais com diferentes pessoas da sociedade: diretor, médico, político, jornalista.
- Produção escrita/ reescrita, reconhecendo as características do gênero entrevista.
- Adequação das palavras nos diferentes contextos.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Análise da pontuação e de seus efeitos de sentido.
- Observação da concordância verbal e nominal.
- Estudo da ortografia das palavras.
- Uso de artigos e pronomes como elementos do texto.
- Apropriação do conceito de sujeito e predicado.
- Observação da acentuação.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

CONTEÚDO BÁSICO: MÚSICAS E PARÓDIAS

LEITURA

- Leitura de músicas sobre diferentes temas, relacionando-as com a realidade social.
- Percepção das intencionalidades.
- Aprimoramento da leitura oral a partir de orientações sobre pontuação, ênfase e entonação.
-

ORALIDADE

- Desenvolvimento de habilidades de expressão, apresentação em público, argumentação.
- Percepção das ideologias veiculadas às letras das músicas trabalhadas.

ESCRITA

- Produção de paródias das músicas trabalhadas, percebendo as ideologias veiculadas.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Análise da pontuação e de seus efeitos de sentido.
- Estudo da estrutura (versos, estrofes, ritmo, rimas).
- Identificação de figuras de linguagem e de pensamento.
- Observação da acentuação e morfossintaxe (seleção e combinação de palavras).

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

CONTEÚDO BÁSICO: PROPAGANDA

1. LEITURA
2.
3. Interpretação de propagandas, observando:intencionalidade (informações implícitas); ideologias.
4. Questionamentos sobre o consumismo versus valores humanos.
5. Observação do uso da linguagem verbal e não-verbal.

ORALIDADE

- Apresentação de anúncios que circulam na sociedade, assim como produzidos pelos alunos.

ESCRITA

- Produção de anúncios seguindo orientações sobre cores, espaço, linguagem formal.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Uso do imperativo.
- Adequação da concordância verbal, bem como de pontuação apropriada às situações contextualizadas.
- Reconhecimento de predicados e de verbos de ligação.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

CONTEÚDO BÁSICO: NARRATIVA MÍTICA E PROVÉRBIOS

LEITURA

- Ler por prazer.

- Esclarecimentos sobre o mito : gênero textual no cinema, nos quadrinhos.
- A mitologia grega.
- Comparações com outros gêneros buscando semelhanças e diferenças.

ORALIDADE

- Apresentações de mitos _ questionamentos (O mito de todos os dias).
- Conteúdo implícito: os heróis (do cinema, dos quadrinhos, da cultura).

ESCRITA

- Produção de mitos, criação do herói.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Observação da estrutura dos verbos e do emprego dos tempos verbais.
- Emprego de formas nominais.
- O uso de advérbios e adjetivos no texto.
- Utilização de pronomes com função de evitar repetições.
- Reconhecimento dos tipos de sujeito e predicado empregados.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

CONTEÚDO BÁSICO: TEXTO INSTRUCIONAL

LEITURA

- Leitura e compreensão de textos instrucionais, observando: pontuação, estrutura e linguagem, estabelecendo diferenças e semelhanças entre os gêneros trabalhados.
- Identificação da finalidade do texto.

ORALIDADE

- Apresentações orais de textos de instrução em diferentes situações _ uso de um aparelho eletrônico: receitas culinárias, uso da agenda.

ESCRITA

- Produção de instrução _ reais e fctícios, como: receita para manter a harmonia em sala de aula, etc.
- Confecção de painéis de textos e cartazes.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Trabalho com o texto instrucional, observando: estrutura textual, pontuação e uso de símbolos; uso do imperativo; artigos, substantivos (concordância nominal).
- Ampliação vocabular.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

VI-CONTEÚDO BÁSICO: CARTA DE RECLAMAÇÃO

LEITURA

- Leitura de cartas do leitor para revistas, observando: a estrutura; a linguagem formal, diferenciando da informal; intencionalidade; informatividade; argumentação.
- Seleção de cartas retiradas das revistas e apresentação das mesmas.
- Discussões sobre o contexto social e a intenção do texto.
- Identificação de argumentos.

ORALIDADE

- Seleção de cartas retiradas das revistas e apresentação das mesmas.
- Observação do contexto social da carta, a intenção do texto.
- Apresentação das idéias e argumentos.

ESCRITA

- Produção coletiva de cartas de reclamação à diretora (motivo selecionado pela turma), ao prefeito do município e outros.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Observação em cartas produzidas pelos alunos de: coesão e coerência, concordância verbal e nominal, acentuação, ortografia, o valor semântico das preposições e os adjuntos adnominais e adverbiais.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

CONTEÚDOS: ENSINO FUNDAMENTAL- 7ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:DISCURSO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDO BÁSICO: TEXTO INFORMATIVO

LEITURA

- Leitura de textos informativos (reportagem, notícia, divulgação científica) observando estrutura, conteúdo implícito, temporalidade, semelhanças e diferenças quanto aos gêneros, as diferentes vozes sociais representadas nos textos.

ORALIDADE

- Observação de variedades linguísticas e elementos composicionais. Apresentação de mesa redonda, debate sobre temas tratados como: racismo, obesidade, DSTS e outros assuntos atuais.

ESCRITA

- Produção de texto segundo o gênero trabalhado. Relação dos textos produzidos, observando as marcas linguísticas, estrutura textual, coesão e coerência.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Análise e interpretação de textos informativos. Pontuação e seus efeitos de sentido. Recursos gráficos (aspas, travessão, negrito, itálico). Acentuação gráfica. A função das conjunções na conexão de sentido do texto. Percepção de regularidade da conjugação verbal.

RECURSOS

- Jornais, revistas, livro didático, textos impressos.

CONTEÚDO BÁSICO: CRÔNICAS

LEITURA

- Leitura e interpretação de crônicas, observando suas características enquanto gênero textual. Percepção das intencionalidades, intertextualidade e vozes sociais presentes no texto.

ORALIDADE

- Orientação sobre o contexto social e a intencionalidade. Exposição oral das crônicas retiradas de jornal, revistas e livros. Discussão sobre a intencionalidade e a ideologia veiculada no texto. Dramatização de crônicas de Carlos Drummond de Andrade do livro de Notícias e nas Notícias faz-se a crônica.

ESCRITA

- Produção de crônicas (a ser publicadas no jornal local). Pesquisa de fatos pitorescos do lugar onde vivemos.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Conotação e denotação. Coerência e coesão textual. Expressões modalizadoras que revelam o posicionamento da falante (advérbios). Expressividade dos substantivos. Concordância verbal e nominal. Função das conjunções e preposições na conexão das partes do texto. Estrangeirismo.

RECURSOS

- Livros de crônicas, textos avulsos, jornais, revistas e dicionário.

CONTEÚDO BÁSICO: MEMÓRIAS

LEITURA

- Ler com fluência textos de memória, respeitando a pontuação e entonação da voz.

ORALIDADE

- Apresentar textos de memória fazendo as devidas comparações entre o ontem e o hoje em relação a costumes, trajes, valores, amigos. Apresentação de show literário visando a desenvoltura no falar em público.

ESCRITA

- Produzir texto de memória empregando recursos lingüísticos necessários para o gênero. Refacção várias vezes priorizando a Olimpíada de Língua Portuguesa e a aprendizagem do genro em questão.

ANÁLISE linguística

- Pontuação, verbos que marcam o passado, recursos utilizados pelos autores nos textos de memórias. Palavras e expressões que marcam o passado (advérbios e pronomes). Pesquisas no dicionário.

RECURSOS

- Material da Olimpíada de Língua Portuguesa . Textos impressos, vídeo, fotos, objetos antigos.

CONTEÚDO BÁSICO: ENTREVISTAS

LEITURA

- Ler textos de entrevistas, percebendo a estrutura e a intencionalidade.

ORALIDADE

- Entrevistar pessoas da comunidade (dentro e fora) da sala de aula, para resgatar o passado e analisando a produção do gênero memória. Refletir sobre o ontem e hoje em relação a valores, educação, trabalho etc.

ESCRITA

- Elaborar textos de entrevistas de acordo com a estrutura do Gênero. Registrar as falas do entrevistado de forma clara e organizada. Confeccionar painel com as entrevistas realizadas.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Pontuação. Estrutura textual. Concordância verbal e nominal. Uso da conectividade como princípio da coesão e coerência. Percepção de vícios da linguagem e diferenças linguísticas. Aposto e vocativo.

RECURSOS

- Livro didático, textos de entrevistas de jornais, revistas e vídeo.

CONTEÚDO BÁSICO: POEMA

LEITURA

- Leitura e declamação de diversos poemas respeitando pontuação, entonação, ênfase.

ORALIDADE

- Declamação de poemas (chá com poesia). Participação no Campoesia (setembro). Show literário com poetas do município.

ESCRITA

- Produção de poemas com diferentes temas. Estruturação do texto usando mecanismos próprios do gênero (verso, estrofe, figuras de linguagem, uso de vocabulário, rimas).

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Elementos do gênero (estrofe, verso e rima). Figuras de linguajem (metáfora, metonímia, hipérbole, comparação). Uso de adjetivos e advérbios.

RECURSOS

- Livros, poemas impressos, material para confecção de varal, painel.

CONTEÚDO BÁSICO: ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

LEITURA

- Leitura de diferentes anúncios, panfletos e encartes – observando a estrutura textual e vocabulário persuasivo.

ORALIDADE

- Apresentação oral de anúncios. Reflexão sobre consumismo x propaganda – intencionalidade dos anúncios.

ESCRITA

- Produção de anúncios. Refacção e apresentação em TV pen drive. Exposição de anúncios nos corredores da escola.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Verbos no imperativo. Elementos persuasivos. Estrutura textual. Conectivos (pronomes, conjunções).Estrangeirismo. Intencionalidade e intertextualidade. Recursos para produção do anúncio.

RECURSOS

- Revistas, TV pendrive, livro didático, sulfite, cartolina.

CONTEÚDO BÁSICO: NARRATIVA DE TERROR E HUMOR

LEITURA

- Leitura de narrativas observando a pontuação, entonação. Interpretação textual.

ORALIDADE

- Dramatização de narrativas. Ênfase no papel do locutor e interlocutor: entonação, pausa e gestos.

ESCRITA

- Produção de narrativas para dramatização. Reescrita.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Elementos da narrativa, pontuação segundo a estrutura do texto. Período simples e cômputo (sujeito e predicado) . Variações linguísticas. Advérbio como modificador e circunstanciador. Interjeição. Paragrafação.

RECURSOS

- Livro didático, textos impressos.

CONTEÚDOS: ENSINO FUNDAMENTAL- 8ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:DISCURSO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDO BÁSICO: DISSERTAÇÃO/ ARGUMENTAÇÃO

LEITURA

- Desenvolvimento de estratégias de leitura que abordem: índices de previsibilidade, explicitação do conteúdo implícito, levantamento de hipóteses, relações de causa e consequência, relações de temporalidade e espacialidade, transferência, síntese, generalização, tradução de símbolos, relações entre forma e conteúdo.

ORALIDADE

- Desenvolvimento da oralidade por meio de exposição e justificação de pontos de vista a respeito de questões relacionadas ao tema proposto.

ESCRITA

- Produção escrita, visando ao desenvolvimento e percepção da informatividade, da qualidade dos argumentos, da continuidade e progressão e da articulação.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Na produção textual e análise, observar: regência verbal e nominal, crase, colocação pronominal, uso do pronome demonstrativo em relação ao tempo, espaço e situação.

RECURSOS

- Textos de jornais e revistas; pesquisa na internet e livros didáticos.

CONTEÚDO BÁSICO: ARTIGO DE OPINIÃO

LEITURA

- Leitura e compreensão de artigos de opinião _ textos do cotidiano, como anúncios, pichações, textos científicos, argumentativos e informativos provenientes de diversas culturas.

ORALIDADE

- Aprimoramento da leitura oral, exercitando-a a partir de orientações sobre pontuação, entonação e ênfase.
- Debate sobre temas propostos pelos textos e desenvolvimento de expressão e argumentação orais.

ESCRITA

- Produção de reportagens, editoriais, notícias, classificados (conforme os estilos dos jornais), observando as características de cada gênero.

ANÁLISE linguística

- Observação do emprego das orações subordinadas substantivas, orações substantivas reduzidas, das orações subordinadas adjetivas, do plural dos substantivos e adjetivos compostos.
- Análise sintática do pronome relativo.

RECURSOS

- Textos impressos, de jornais e revistas; pesquisa na internet e livros didáticos.

CONTEÚDO BÁSICO: O CONTO

LEITURA

- Leitura e compreensão de diferentes contos, provenientes de diversas culturas.

ORALIDADE

- Debate de temas propostos pelos textos e desenvolvimento de habilidades de expressão oral, a partir de orientações sobre pontuação, entonação e ênfase.

ESCRITA

- Emprego de diferentes tipos de discurso (direto, indireto e indireto livre).
- Escrita de contos a partir de introduções dadas, respeitando as características do texto narrativo e utilizando, na produção, os elementos básicos da narrativa (a estrutura do enredo, conflito, tempo e espaço).

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Observação do emprego das orações subordinadas adverbiais, das orações adverbiais reduzidas, do período composto por coordenação, das orações coordenadas sindéticas e assindéticas, de figuras de sintaxe, dos adjetivos pátrios e da concordância verbal (verbos ter e vir).

RECURSOS

- Textos de livros didáticos, livros do acervo da biblioteca, pesquisa na internet.

CONTEÚDO BÁSICO: DEBATE

LEITURA

- Leitura de textos relacionados à juventude: valores, alteridade, cidadania, conflitos de gerações, preconceito, entre outros.

ORALIDADE

- Desenvolvimento de técnicas de argumentação oral e escrita, observando a qualidade dos argumentos.

ESCRITA

- Produção de texto dissertativo-argumentativo, observando aspectos como adequação de linguagem e objetividade.

ANÁLISE linguística

- Observação de concordância verbal e nominal na estruturação de textos.

RECURSOS

- Textos de jornais e revistas.

CONTEÚDO BÁSICO: TABELAS, GRÁFICOS, INFOGRÁFICOS.

LEITURA

- Leitura dos gêneros estudados.

ORALIDADE

- Interpretação oral e individual dos gêneros estudados; apresentação de gráficos e infográficos pesquisados em jornais e revistas.

ESCRITA

- Interpretação escrita dos gêneros estudados, tabulação de dados, após pesquisa orientada sobre um tema dos desafios contemporâneos.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Estrutura dos gêneros estudados; interpretação de dados e informações; relação entre linguagem verbal e não-verbal.

RECURSOS

- Jornais, revistas, pesquisas na internet.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será diagnóstica para detectar problemas e buscar soluções. Inclusiva, ofertando oportunidades para que todos aprendam. Cumulativa e somatória – o resultado será consequência do desenvolver de todas as atividades de acordo com cada tipologia estudada.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação estará propondo o redirecionar do fazer pedagógico e terá com instrumentos: leituras, produções escritas, apresentações orais, trabalhos, pesquisas, realização de tarefas, participação nas ativerdes, análise linguística, interpretação, dramatizações de contos.

CONTEÚDOS: ENSINO MÉDIO

1ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:DISCURSO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDO BÁSICO: LÍNGUA, LINGUAGEM, FALA E SUAS VARIEDADES NOS GÊNEROS TEXTUAIS

LEITURA

- Leitura e discussão de poemas, músicas, tiras, gírias, cartas, entrevistas, textos narrativos e imagens.

ORALIDADE

- Abordagem da intencionalidade, informatividade, marcas linguísticas e situacionalidade nos diferentes textos.

ESCRITA

- Produção de textos, registros e atividades de interpretação sobre a finalidade dos textos, a fonte e o interlocutor.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Uso do discurso formal e informal nos diferentes gêneros.
- Adequação da pontuação.
- Discursos direto e indireto.
- Características e marcas linguísticas de cada gênero estudado.

RECURSOS

- Livros didáticos:
- Filmes, clips e outros vídeos passados na TV Pendrive.
- Jornais e revistas atuais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o aluno:

- Identifique o tema e a finalidade do texto.
- Estabeleça relações dialógicas entre diferentes textos.
- Identifique informações implícitas nos textos.
- Utilize seu discurso de acordo com a situação de produção (formal, informal).
- Identifique marcas de coloquialidade em textos que usam a variação linguística como recurso estilístico.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Atividade de compreensão textual e análise linguística, enfoque nos conceitos de língua, linguagem e variação linguística.
- Produção textual: transformação de gênero – de literário para não-literário.
- Reescrita de texto – transcrição da linguagem informal para a formal.

CONTEÚDO BÁSICO: AS CARACTERÍSTICAS DA CARTA PESSOAL.

LEITURA

- Leitura de exemplos de carta pessoal, observando características e intencionalidades.

ORALIDADE

- Observação das particularidades de pronúncia, entonação, repetições e pausa e sua finalidade nos textos estudados.

ESCRITA

- Produção e reescrita de carta pessoal.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Marcas linguísticas características do gênero carta; paragrafação, discurso indireto e direto, vocativo, aposto.

RECURSOS

- Livros didáticos: *Português: linguagens*, William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães; *Língua Portuguesa e Literatura* – Livro Didático Público; *Português: língua e cultura,* Carlos Alberto Faraco.
- Jornais e revistas.
- Textos impressos.
- Papel bobina para produção e reescrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o aluno:

- Produza textos atendendo as circunstâncias de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...).
- Respeite o tema solicitado na produção textual.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Produção de carta pessoal.
- Reescrita de cartas produzidas.

CONTEÚDO BÁSICO: O TEXTO POÉTICO: ABORDAGEM SOBRE DIFERENTES PERÍODOS LITERÁRIOS.

LEITURA

- Leitura e interpretação de poemas de diferentes períodos literários.

ORALIDADE

- Declamação de poesias.

ESCRITA

- Produção de paródias a partir da comparação de poemas de diferentes épocas sobre o mesmo assunto (exemplo: cantiga medieval, soneto, poema parnasiano, poesia moderna).

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Emprego de figuras de linguagem em textos poéticos.
- Compreensão de poemas escritos por poetas paranaenses, analisando a abordagem sobre a história paranaense, valores vigentes na sociedade, ideologias e retrato de locais.
- Análise de poemas modernos, parnasianos, observando suas particularidades.

RECURSOS

- Livros didáticos: *Português: linguagens*, William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães; *Língua Portuguesa e Literatura* – Livro Didático Público; *Português: língua e cultura,* Carlos Alberto Faraco.
- Poemas passados na TV Pendrive.
- Livros do acervo da Biblioteca da escola.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Estabeleça relações dialógicas entre diferentes textos poéticos.
- Reconheça as características estruturais dos textos poéticos.
- Produza textos atendendo as circunstâncias de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...).
- Declame poesias com entonação, clareza e expressividade corporal.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Declamação de poesias.
- Produção de paródias.
- Análise de poemas.

CONTEÚDO BÁSICO: TEXTO DRAMÁTICO E AS SUAS PECULIARIDADES.

LEITURA

- Leitura e comparação de textos literários de diferentes épocas e autores, analisando aspectos formais e tratamento temático.

ORALIDADE

- Exposição de peças teatrais: atualizações de textos de Gil Vicente.

ESCRITA

- Produção e representação de roteiros teatrais, observando as especificidades do gênero.
- Adaptação para os dias atuais de trechos de peças medievais.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Uso dos discursos e formalidades da língua.
- Denotação e conotação em textos teatrais, reconhecendo sua importância para a interpretação dos mesmos.
- Estrutura do texto dramático.

RECURSOS

- Livros didáticos: *Português: linguagens*, William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães; *Língua Portuguesa e Literatura* – Livro Didático Público; *Português: língua e cultura,* Carlos Alberto Faraco.
- Filmes e peças teatrais.
- Acervo de livros da biblioteca.
- Trechos de peças teatrais impressas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o aluno:

- Produza textos atendendo as circunstâncias de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...).
- Distingua o sentido metafórico do literal nos textos orais e escritos.
- Etabeleça relações dialógicas entre diferentes textos literários..
- Reconheça as características estruturais dos textos dramáticos.

- Apresente-se em público com expressividade facial, corporal, boa dicção, entonação.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Adaptação para os dias atuais de trechos de peças medievais.
- Produção e apresentações de roteiros dramáticos.

CONTEÚDO BÁSICO: TROVADORISMO E HUMANISMO (suas modalidades textuais e as interferências daquelas ideias em músicas e outros textos da atualidade).

LEITURA

- Leitura de gêneros líricos e satíricos: cantigas de amigo, de amor e de maldizer.

ORALIDADE

- Pesquisa sobre as trovas contemporâneas, principalmente no Nordeste do Brasil e discussão em roda de conversas.

ESCRITA

- Produção de poesias para confecção do varal da poesia, com adequação de temas sobre desafios contemporâneos.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- “Eu lírico”: locutor e interlocutor no texto poético.
- Predomínio de substantivos e adjetivos.
- Metrificação como uma possibilidade de produção literária.
- Figuras de linguagem, elipses e elementos de retomada.

RECURSOS

- Livros didáticos: *Português: linguagens*, William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães; *Língua Portuguesa e Literatura* – Livro Didático Público; *Português: língua e cultura,* Carlos Alberto Faraco.

- Pesquisa na internet.
- Livros literários.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Compreensão dos movimentos literários de acordo com o contexto histórico.
- Importância da poesia associada à música.
- Produção de poesia como expressão de comunicação.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Pesquisa na internet e roda de conversas.
- Análises de poemas.
- Produção de poemas.

CONTEÚDO BÁSICO: A POESIA E O TEATRO NO BARROCO E ARCADISMO.

LEITURA

- Leitura de textos poéticos e teatrais com características dos estilos barroco e árcade.

ORALIDADE

- Discussão com roda de conversas, fazendo comparações entre textos barrocos e árcades com os de outras épocas, diferenciando os traços pertencentes a cada tendência.

ESCRITA

- Produção de sonetos com temas atuais.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Identificação das diferenças semânticas provenientes dos diversos tipos de formação de palavras.
- Tratamento das temáticas, peculiaridades da linguagem, utilização de figuras de linguagem, escolhas formais, etc.
- Estrutura do soneto.

RECURSOS

- Livros didáticos: *Português: linguagens*, William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães; *Língua Portuguesa e Literatura* – Livro Didático Público; *Português: língua e cultura,* Carlos Alberto Faraco.
- Uso da TV pendrive.
- Livros literários.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Compreensão dos movimentos em seu contexto social.
- Identificação da estrutura do soneto.
- Produzir poemas com estrutura de soneto.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Interpretação de sonetos.
- Produção de sonetos.

CONTEÚDOS: ENSINO MÉDIO - 2ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:DISCURSO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL

I-CONTEÚDO BÁSICO: A LINGUAGEM DO ROMANTISMO NO BRASIL

LEITURA

- Textos em prosa e poesia do movimento do Romantismo.

ORALIDADE

- Discussão sobre o que é uma pessoa romântica na atualidade.
- Apresentação dos seminários de leitura.

ESCRITA

- Análise da canção do Exílio (G. Dias)
- Análise de trecho do poema I Juca Pirama
- Análise de poemas das três gerações românticas.

- Produção de paródia.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Leitura e análise de poemas e trechos de romances em pequenos grupos e coletivamente;
- Atividades no caderno sobre a linguagem do Romantismo, enfatizando recursos linguísticos como: substantivos, adjetivos, entre outros.

RECURSOS

- Livro: Português Linguagens – Willian Roberto Cereja – Volume 2;
- Livros didáticos e paradidáticos;
- TV pendrive;
- Vídeos de sites educativos;
- Acervo de textos e livros da biblioteca da escola.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- O aluno deverá ser capaz de compreender e identificar as características do Romantismo nos textos trabalhados em sala; expor com lógica, clareza e domínio as idéias na roda de conversas; demonstrar compreensão e domínio do conteúdo na avaliação escrita.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Por meio das atividades de análise de textos, roda de conversas, seminários e avaliação escrita sobre uma obra do Romantismo.

CONTEÚDO BÁSICO: O CARTAZ E PAINEL

LEITURA

- Leitura de textos informativos de jornais e revistas

ORALIDADE

- Apresentação de cartaz e painel.

ESCRITA

- Criação de texto para uma campanha comunitária.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Ideias centrais e argumentos convincentes.
- Uso de verbos, substantivos e adjetivos.
- Sinais de pontuação.

RECURSOS

- Cartazes.
- Revistas e jornais.
- Uso da minigramática.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Adapta a linguagem ao público-alvo do cartaz e/ou painel.
- Utiliza-se de linguagem culta, simples e direta.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Produção de cartaz e painéis.

CONTEÚDO BÁSICO: A MESA REDONDA

LEITURA

- Leitura de textos atuais e polêmicos de jornais e revistas.

ORALIDADE

- Apresentação de um texto lido e pré-selecionado.
- Participação na mesa redonda.

ESCRITA

- Produção de textos de opinião/argumentação para debate na mesa redonda.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Estrutura dos textos lidos: charge, reportagem, artigo, editorial.

RECURSOS

- Livros.
- Revistas.
- Materiais diversos para pesquisa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Reconhecer na mesa redonda um gênero oral que discute um assunto do momento.
- Posicionar-se claramente sobre suas opiniões

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Participação na mesa redonda.

CONTEÚDO BÁSICO: OS ROMANCES REALISTAS, NATURALISTAS E PARNASIANOS.

LEITURA

- Leitura individual e discussão da obra Dom Casmurro a partir da análise de " Profissão de Fé" , de Olavo Bilac, discutir as características dos poemas parnasianos.
- Pesquisa individual sobre Machado de Assis (biografia)
- Assistir ao filme " A Cartomante" e comparar com o conto.

ORALIDADE

- Apresentação de pesquisa, em equipes sobre Olavo Bilac (vida e obra)
- Ouvir e discutir a música " Ouvir estrelas" (Kid Abelha) e compará-la com o poema original.

ESCRITA

- Registro das pesquisas e atividades realizadas.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Mudanças no contexto sócio-histórico como determinantes para as mudanças na literatura.
- Especificidades da linguagem realista, naturalista e parnasiana.
- Elementos da narrativa.

RECURSOS

- Livros didáticos: *Português: linguagens*, William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães; *Língua Portuguesa e Literatura* – Livro Didático Público; *Português: língua e cultura,* Carlos Alberto Faraco.
- Pesquisa na biblioteca.
- DVD e CDs.
- Livros paradidáticos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Compreende criticamente o que lê.
- Aplica as características dos movimentos literários em diferentes contextos.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Análise individual de textos literários.
- Avaliação escrita sobre o conteúdo.

CONTEÚDO BÁSICO: TEXTO PUBLICITÁRIO

LEITURA

- Leitura e interpretação coletiva de anúncios publicitários.

ORALIDADE

- Mesa redonda sobre o poder da mídia em nossas vidas.
- Criação em equipes de um comercial sobre um produto inovador.

ESCRITA

- Produção de um texto dissertativo enfocando os princípios pontos desta modalidade textual: tese, argumentos e conclusão.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Análise coletiva do poema Eu, Etiqueta de Carlos D. de Andrade.
- Análise coletiva de diversos textos publicitários que circulam em nosso meio.

RECURSOS

- TV
- DVD
- CD
- Retroprojetor

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Reconhece a função apelativa presente nos textos publicitários.
- Posiciona-se criticamente diante da leitura de textos.
- Faz uso de criatividade na elaboração do comercial.
- Relaciona-se em harmonia com os membros de sua equipe.
- Elabora cartaz publicitário segundo as características desse tipo de texto.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Produção de texto.
- Elaboração do comercial nas equipes.

CONTEÚDO BÁSICO: TEXTO JORNALÍSTICO

LEITURA

- A partir da crônica “Ela tem alma de pomba” (Rubem Braga) , discutir a importância e a influência da TV em nossa vida.

ORALIDADE

- Discussão sobre a suposta neutralidade dos veículos de informação.

ESCRITA

- Produção de notícia a partir de figuras.
- Produção de um jornal em equipes.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Análise de um jornal impresso e levantamento dos tipos de textos que o compõe.
- Análise de notícias identificando nelas os elementos do lead (o que, quem, quando, onde, como, porque).
- Análises linguísticas de resenhas, crônicas, manchetes, artigos e entrevistas (revendo questões gramaticais)

RECURSOS

- Textos.
- Jornais.
- Revistas.
- Transparências.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Reconhecera importância dos textos jornalísticos como veículos de informação e de opinião.
- Identifica os tipos de textos jornalísticos.
- Compreende a estrutura das notícias, como textos essencialmente informativos.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Produção individual da notícia.
- Elaboração do jornal nas equipes.

CONTEÚDO BÁSICO: A POESIA MUSICAL - O SIMBOLISMO

LEITURA

- Leitura de poemas com características simbolistas.

ORALIDADE

- Leitura com postura, entonação, pontuação individual e coletiva.

ESCRITA

- Registros das análises de poemas no caderno e correção coletiva.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Análise do poema “ Antífona” de Cruz e Souza e a partir dele , discutir características do movimento (registro no caderno).
- Análise oral de quadros com pinturas impressionistas.
- Em duplas, análise de poemas representativos dessa estética.

RECURSOS

- Livro didático.
- Obras de arte (pinturas).
- Livros para pesquisa.
- TV pendrive.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Relaciona o Simbolismo com o Impressionismo (na pintura).
- Percebe os aspectos carnais e místicos nos poemas simbolistas e a recorrência de temas: amor e morte.
- Aplica as características simbolistas para analisar corretamente os textos que se apresentam.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Avaliação individual sobre o conteúdo.

CONTEÚDOS: ENSINO MÉDIO - 3ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:DISCURSO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDO BÁSICO: PRODUÇÃO DE TEXTOS: CARTA DE LEITOR, CARTA AO LEITOR, TEXTO DE OPINIÃO, ARTIGO.

LEITURA

- Pesquisa e leitura de textos em jornais, revistas, livros didáticos e paradidáticos.

ORALIDADE

- Apresentação oral dos gêneros estudados após pesquisa e leitura.

ESCRITA

- Produção de pré-projetos ou roteiros textuais.
- Produzir textos de acordo com a tipologia estudada com coerência e coesão, utilizando-se dos recursos linguísticos de maneira adequada.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Interpretação de texto de opinião, carta ao leitor, carta de leitor, artigo de opinião, observando marcas linguísticas, elementos coesivos, argumentação, suporte textual, locutor e interlocutor, intencionalidades, uso da linguagem padrão da língua portuguesa.

RECURSOS

- Textos base de jornais e revistas;
- Livro: Português Linguagens – Willian Roberto Cereja;
- Canetas, lápis, borracha e folhas de papel sulfite e almaço.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- O aluno deverá ser capaz de produzir textos com coerência e coesão, respeitando os elementos e características de cada tipologia estudada.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Por meio de produções feitas pelos alunos.

CONTEÚDO BÁSICO: ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.

LEITURA

- Pesquisa e leitura de textos em jornais, revistas, livros didáticos e paradidáticos.
- Leitura de textos dissertativos, analisando sua estrutura.

ORALIDADE

- Apresentação oral dos gêneros estudados após pesquisa e leitura.

ESCRITA

- Produção de pré-projetos ou roteiros textuais.
- Produzir textos de acordo com a tipologia estudada com coerência e coesão, utilizando-se dos recursos lingüísticos de maneira adequada.
- Reescrita individual e coletiva.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Interpretação de textos dissertativos- argumentativos, observando marcas linguísticas, elementos coesivos, argumentação, suporte textual, locutor e interlocutor, intencionalidades, uso da linguagem padrão da língua portuguesa.
- Identificar o tema, a tese e os argumentos no texto dissertativo.

RECURSOS

- Textos base de jornais e revistas;
- Livro: Português Linguagens – Willian Roberto Cereja;
- Canetas, lápis, borracha e folhas de papel sulfite e almaço.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- O aluno deverá ser capaz de produzir textos com coerência e coesão, respeitando os elementos e características da tipologia estudada.
- Desenvolva a linguagem escrita do aluno de maneira sistematizada, bem como seu pensamento crítico no ato de escrever;

- Identifique o tema, a tese e os argumentos no texto dissertativo;
- Produza textos dissertativos, a partir de temas trabalhos em gráficos, charges, tirinhas, entre outros.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Por meio de produções feitas pelos alunos.
- A partir das produções, diagnosticar se houve compreensão ou não do assunto para orientações e encaminhamentos posteriores.

CONTEÚDOS BÁSICOS: SEMANA DA ARTE MODERNA; VANGUARDAS EUROPÉIAS; GERAÇÃO MODERNISTA DE 22.

LEITURA

- Estudo do contexto histórico-cultural da Semana da Arte Moderna no Brasil;
- Estudo e pesquisas sobre as Vanguardas Européias, com orientação da professora;
- Estudo dirigido sobre os autores e algumas obras da Geração de 22, com apresentação oral e escrita.

ORALIDADE

- Apresentação de pesquisa e poemas da Geração de 22.
- ESCRITA
- Registro dos estudos e pesquisa realizadas, no caderno.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Interpretação de poemas

RECURSOS

- Livro: Português Linguagens – Willian Roberto Cereja;
- Internet;
- Acervos da biblioteca da escola;
- Caderno; lápis e canetas;
- TV pendrive.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Postura; domínio do assunto; clareza de idéias; entonação, etc nas apresentações orais;
- Compreensão do assunto; legibilidade e organização de idéias nas atividades escritas.
- Identificação das influências das Vanguardas Europeias no programa de Literatura brasileira;
- Compreensão e contextualização do movimento literário “Modernismo”, no Brasil.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Por meio dos trabalhos orais e escritos.

CONTEÚDO BÁSICO: GERAÇÃO DE 30 – ROMANCE E POESIA.

LEITURA

- Pesquisas de investigação e análise, feita pelos alunos, com orientação da professora sobre as obras da geração de 30 do Modernismo.

ORALIDADE

- Debates e “mesa redonda” sobre o assunto pesquisado.

ESCRITA

- Análise coletiva de algumas obras.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Interpretação escrita de trechos de textos estudados.

RECURSOS

- Livro: Português Linguagens – Willian Roberto Cereja;
- Internet;
- Livros da biblioteca da escola.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Compreensão das principais características dos autores e obras da Geração Modernista de 30;
- Caracterização dos gêneros, romance e poesia, com ênfase no Modernismo.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Interpretação escrita de trechos de textos estudados.

CONTEÚDO BÁSICO: GERAÇÃO MODERNISTA DE 45.

LEITURA

- Leitura orientada de poesias e romances de autores da Geração de 45 do Modernismo Brasileiro.

ORALIDADE

- Apresentação das obras analisadas em Seminários.

ESCRITA

- Produção de painéis, jograis, paródias, poesias, pesquisas.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Análise de obras da Geração de 45 do Modernismo, destacando o contexto histórico-social da época, características da linguagem, recursos lingüísticos próprios do movimento.

RECURSOS

- Livros de autores indicados;
- Pesquisa na internet;
- Materiais diversos para confecção de painéis.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Domínio do assunto, clareza de idéias, objetividade, postura, entonação, etc... na apresentação oral;

- Painel respeitando as medidas preestabelecidas, legibilidade, objetividade, criatividade para resumir a obra estudada.
- Produção de paródias, jograis, poesias, respeitando as características de cada gênero.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Criatividade e objetividade na apresentação do Seminário.

CONTEÚDO BÁSICO: CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.

LEITURA

- Leitura de diversos parágrafos dissertativos sobre tema contemporâneos.

ORALIDADE

- Apresentação de jograis e dramatizações.

ESCRITA

- Produção de jograis e dramatizações para apresentação oral.
- Pesquisa na minigramática.
- Reescrita de trechos que possuam “erros” de concordância e regência.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Exercícios de fixação sobre o conteúdo estudado.

RECURSOS

- Livro: Português Linguagens – Willian Roberto Cereja;
- Minigramática;
- Caderno, lápis e folha de exercícios.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O aluno deverá ser capaz de:

- Diferenciar os verbos haver/existir e fazer de acordo com o uso da norma padrão;
- Compreender a utilização dos verbos em períodos compostos;
- Fazer uso de expressões nominais de maneira adequada;
- Utilizar as concordâncias verbais e nominal nas produções de textos.
- Entonação, postura, domínio do assunto na apresentação oral.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Por meio dos exercícios propostos em sala; reescrita de parágrafos que possuam “erros” de concordância e da produção de jograis e dramatizações.

CONTEÚDOS BÁSICOS: CONTO, ROMANCES E CRÔNICAS CONTEMPORÂNEOS.

LEITURA

- Leitura e análise coletiva de textos sugeridos pela professora e/ou pelos alunos, de acordo com cada gênero narrativo.

ORALIDADE

- Apresentação de contos.

ESCRITA

- Interpretação de textos literários.
- Distinguir conto, romance e crônica contemporâneos;
- Analisar alguns autores e obras desse gênero.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Interpretação oral e escrita dos gêneros estudados.

RECURSOS

- Textos e livros indicados pela professora;
- Livro: Português Linguagens – Willian Roberto Cereja;

- Livros do acervo da escola.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Os alunos deverão ser capazes de compreender as obras e suas principais características.
- Apresentar contos com entonação, clareza de ideias, domínio do assunto, postura, criatividade.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Interpretação de textos.
- Apresentação oral de contos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007

BACK, Eurico. ***Fracasso do ensino de português***. Petrópolis: Vozes, 1987

BAKHTIN, Michail (Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi. 9 ed.São Paulo: Hucitec, 1999

_____ **Os gêneros do discurso** . In**:** ——. *Estética da criação verbal ,* [trad. francês : Maria Ermantina Galvão; revisão : Marina Appenzeller]. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes , 2000, p. 279-287.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade**. São Paulo: Parábola, 2003

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares *Nacionais* – língua portuguesa**. Brasília (DF): MEC/SEF, 1998

CHIAPINI, L. **Aprender e ensinar com texto não escolar.** São Paulo: Cortez, 1997.

FARACO, Carlos Alberto. **Área de Linguagem: algumas contribuições para sua organização**. In: KUENZER, Acácia . (org) Ensino Médio _ Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula: leitura e produção.** Cascavel:Assoeste, 1984.

———. **Portos de passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

———. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação.** Campinas, SP: Mercado de Letras: ALB, 1996.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. ***Gramática nunca mais*: o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PARANÁ. SEED. **Diretrizes curriculares da educação fundamental e médio da rede de educação básica do estado do Paraná – História.** Curitiba, 2008.

MATEMÁTICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

"É necessário compreender a matemática desde suas origens até sua constituição como campo científico e como disciplina no currículo escolar brasileiro para ampliar a discussão acerca dessas duas dimensões."(DECEs)

A matemática desde os seus primórdios entrelaça-se tão intimamente com a história da civilização, sendo mesmo uma das alavancas principais do progresso humano, que sua história é não só altamente motivadora em termos de ensino como também muito rica em aspectos culturais.

Mais de dois milênios separam o homem contemporâneo do momento em que os conhecimentos primitivos relacionados com a essência dos conceitos primários matemáticos de ser simples formulações e iniciassem um processo de formação no qual, sobre a base da acumulação de toda a experiência prática e sua transmissão de geração em geração possibilitassem , a partir das fontes antigas dos egípcios e os mesopotâmicos, a introdução, pelos gregos, das primeiras demonstrações de teoremas e se adjudicasse assim uma estrutura lógica onde a clara diferenciação conceitual dos termos premissa, teorema e demonstração marcaram o nascimento da Ciência Matemática.

Os povos das antigas civilizações, **os babilônios**, por volta de 2000 a.C., foram os primeiros a apresentarem registros na humanidade sobre configurações físicas e geométricas, comparação de formas, tamanhos e quantidades. Como exemplos temos a Trigonometria como ramo independente da Matemática, que está unida aos trabalhos da construção de canais para a irrigação fluvial dos povos da região mesopotâmica e os efeitos dos trabalhos em matéria astronômica que durante muitos séculos teve nos homens antigos um grande valor.

Como campo do conhecimento, somente mais tarde é que gregos, nos séculos VI e V a.C., estabeleceram regras, princípios lógicos e exatidão de resultados. “Com os pitagóricos ocorreram as primeiras discussões sobre a importância e o papel da Matemática no ensino e na formação das pessoas.”(DCEs)

Com os platônicos, buscava-se, pela Matemática, um instrumento que, para eles, instigaria o pensamento do homem. Essa concepção arquitetou as interpretações e o pensamento matemático de tal forma que influencia no ensino de Matemática até os dias de hoje. (STRUIK, 1998)

Por volta do século VI a.C. , os gregos inseriram a matemática no contexto educacional, como raciocínio abstrato, em busca de respostas para questões relacionadas à origem do mundo. Essa concepção estabeleceu para a disciplina uma base racional que perdurou até o século XVII d.C., quando aconteceu a sistematização das matemáticas estáticas, ou seja, desenvolveram-se a aritmética, a geometria, a álgebra e a trigonometria.

No século V a.C., com os sofistas, o objetivo da Matemática, era o seu valor formativo e a sua inclusão deforma regular nos círculos de estudos.

“Entre os séculos IV a II a.C. , com uma educação ministrada de forma clássica e enciclopédica, o ensino da Matemática estava reduzido a contar os

números naturais, cardinais e ordinais, fundamentado na memorização e na repetição.”(DCEs)

Nesse período foi criada a biblioteca de Alexandria, da qual fazia parte o grego Euclides, que influenciou e influencia o ensino da matemática, devido a sua sistematização do conhecimento matemático por meio dos axiomas e postulados que contempla a geometria plana, teoria das proporções aplicadas às grandezas em geral, geometria de figuras semelhantes, a teoria dos números incomensuráveis e esteriometria, que consta de sua obra Elementos (330 a 320 a.C.).

A perfeição das teorias geométricas a partir de extraordinária obra de Euclides e de seu quinto postulado atraiu, nas ideias de matemáticos de todos os tempos, a atenção à apresentação demonstrativa ao enunciado das paralelas que de século aportou o conjunto de conhecimentos que possibilitaram conforme finalmente uma geometria não euclidiana nas propostas de uma nova concepção fundamentada pelo relevo matemático russo Lobacchevski e que foi aceita posteriormente, não sem antes ter sido submetida ao calor das críticas da época que manifestavam assim a rejeição ao modo de pensar que se sobressaía das valorações aristotélicas do mundo e impunha uma nova forma de pensamento científico.

A matemática se configurou como disciplina básica na formação de pessoas a partir do século I a.C., inserida no quadrivium, ou seja, desdobrada nas disciplinas de aritmética, geometria, música e astronomia.

A partir do século II d.C., o ensino da aritmética teve outra orientação e privilegiou uma exposição mais completa de seus conceitos.

No século V d.C., início da Idade Média, até o século VII, o ensino teve caráter estritamente religioso, a matemática era usada para cálculos do calendário litúrgico e determinar as datas religiosas.

Também houve importantes produções matemáticas entre os hindus, árabes, persas e chineses.

Entre os séculos VIII e X, o ensino passou por mudanças significativas com o surgimento das escolas e a organização dos sistemas de ensino.

Nos séculos X e XV, os estudos de Matemática mantiveram-se atrelados às constatações empíricas.

Após o século XV, o avanço das navegações e a intensificação das atividades comerciais e, mais tarde, industriais possibilitaram novas descobertas na Matemática, cujos conhecimentos e ensino voltaram-se às atividades práticas.

Os processos de aperfeiçoamento dos cálculos e a formação de uma teoria dos logaritmos não podem separar-se do famoso trabalho do “cálculo de areia” de Arquimedes nem de todas as tentativas por acomodar a processos mais simples, o trabalhoso dos procedimentos aritméticos; a aspiração não etapa feudal europeia dos chamados humanistas por renascer a ciência dos gregos antigos e que possibilitou ter contato com a obra original dos matemáticos desta região na língua em que tinha sido expressada são fatores que deram ao mundo europeu a potencialidade de partir sobre uma base adequada na atenção aos problemas que a sociedade lhe propunha desde suas necessidades práticas, numa como nesses momentos cruciais da história da civilização humana a Matemática foi considerada como uma força revolucionária na mudança social dirigida para a produção na qual se encontraram artesões, lanceiros, artilheiros, construtores, prestadores de serviços, banqueiros, engenheiros e outros grupos de empresários, assim foram aparecendo as formulações a um grupo de problemas práticos desde os enfoques interpretativos desta ciência a qual avançou em direções que lhe deram maior fortaleza no plano de suas estruturas.

O século XVI demarcou um novo período de sistematização do conhecimento matemático, denominado de matemáticas de grandezas variáveis, influência dos estudos referentes à geometria analítica e à projetiva, o cálculo diferencial e integral, à teoria das séries e a das equações diferencias.

O ensino da Matemática objetivava preparar os jovens ao exercício de atividades ligadas ao comércio, arquitetura, música, geografia, astronomia, artes da navegação, da medicina e da guerra.

“No Brasil, na metade do século XVI, os jesuítas instalaram colégios católicos com uma educação de caráter clássico-humanista. A educação jesuítica contribuiu para o processo pelo qual a Matemática viria a ser introduzida como disciplina nos currículos da escola brasileira.”(DCEs)

No século XVII, a Matemática desempenhou papel fundamental para a comprovação e generalização de resultados. Surgiu a concepção de lei quantitativa que levou ao conceito de função e do cálculo infinitesimal.

O século XVIII foi marcado pelas Revoluções Francesa e Industrial e pelo início da intervenção estatal na educação, ficando a Matemática voltada para as necessidades do processo da industrialização.

“Desde o final do século XVI ao início do século XIX, o ensino da matemática, desdobrado em aritmética, geometria, álgebra e trigonometria, contribuiu para formar engenheiros,geógrafos e topógrafos que trabalhariam em minas, abertura de estradas, construções de portos, canais, pontes, fontes, calçadas e preparar jovens para a prática da guerra.”(DCEs)

“Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, implementou-se um ensino de Matemática por meio de cursos técnico-militares, nos quais ocorreu a separação dos conteúdos em Matemática elementar e Matemática superior, ensinados na escola básica (atual educação básica) e nos cursos superiores, respectivamente.”(DCEs)

O desenvolvimento matemático no século XIX foi denominado como o período das matemáticas contemporâneas. Nesse período houve uma reconsideração crítica do sistema de axiomas, dos métodos lógicos e demonstrações matemáticas e, também, a sistematização e hierarquização das diversas geometrias, entre elas as geometrias não-euclidianas.

“No final do século XIX e início do século XX, o ensino da Matemática foi discutido em encontros internacionais de matemáticos, nos quais elaboraram propostas pedagógicas que contribuíram para legitimar a Matemática como disciplina escolar e para vincular seu ensino com os ideais e exigências advindos das transformações sociais e econômicas dos últimos séculos.”(DCEs)

Matemáticos, antes pesquisadores, tornaram-se também professores e passaram a se preocupar mais diretamente com as questões de ensino. Para sua prática docente, alguns professores de Matemática começaram a buscar fundamentação não somente nas teorias matemáticas,mas em estudos psicológicos, filosóficos e sociológicos. A partir desses congressos, começou-se a pensar num ensino de matemática que articulasse, numa única disciplina, a Aritmética, a Álgebra, a Geometria, a Trigonometria, etc.

“Essas discussões chegaram ao Brasil por intermédio de integrantes do corpo docente do Imperial Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, criado desde 1837, como modelo para a escola secundária no país.”(DCEs)

Nessa perspectiva, entende-se que, com a história da matemática, tem-se a possibilidade de buscar outra forma de ver e entender essa disciplina, tornando-a mais contextualizada, mais integrada com as outras disciplinas, mais agradável.

“O início da modernização do ensino da Matemática no país aconteceu num contexto de mudanças que promoviam a expansão da indústria nacional, o desenvolvimento da agricultura, o aumento da população nos centros urbanos e as ideias que agitavam o cenário político internacional, após a Primeira Guerra Mundial.”(DCEs)

“As ideias reformadoras do ensino da Matemática compactuavam discussões do movimento da Escola Nova, que propunha um ensino orientado por uma concepção empírico-ativista ao valorizar os processos de aprendizagem e o envolvimento do estudante em atividades de pesquisa, atividades lúdicas, resolução de problemas, jogos e experimentos.”(DCEs)

“Além de contribuir para a caracterização da Matemática como disciplina, esta tendência do escolanovismo orientou a formulação da metodologia do ensino da Matemática na Reforma Francisco Campos, em 1931. De 1940 até meados da década de 1980, essa tendência influenciou a produção de alguns materiais didáticos de Matemática e a prática pedagógica de muitos professores no Brasil.”(DCEs)

Os trabalhos sobre a historiografia da Matemática mostram a forma em que surgem, sistematizam-se e se desenvolvem os métodos, as ideias, os conceitos e as teorias desta ciência, possibilitam estudar a maneira em que se dá, num determinado momento povo, a evolução de seu saber matemático dentro de um ou outro período de seu processo histórico e permitem valorizar o papel realizado por seus povoadores desde a posição dialético – materialista na qual se analisa o homem como transformador da natureza e a sociedade.

Entre as tendências, muitas influenciam o ensino da Matemática até hoje, como: a formalista clássica, formalista moderna, tecnicista, construtivista, socioetnocultural e histórico crítica.

Até o final da década de 1950, a tendência que prevaleceu no ensino da Matemática no Brasil foi a formalista clássica, que baseava-se no modelo euclidiano e na concepção platônica de Matemática. Nessa tendência, o ensino da Matemática tinha como finalidade o desenvolvimento do pensamento lógico-dedutivo, centrado

no professor , com um ensino livresco e conteudista, baseado na memorização e na repetição.

Após a década de 1950, observou-se a tendência formalista moderna que valorizava a lógica estrutural das ideias matemáticas, com a reformulação do currículo escolar, por meio do Movimento da Matemática Moderna. Nessa tendência, o ensino era centrado no professor, fazia uso preciso da linguagem Matemática, o rigor e as justificativas das transformações algébricas por meio das propriedades estruturais.

“Com a política econômica desenvolvida pelo governo, tomado com o golpe de 1964, foi necessário um redirecionamento também da política educacional. Os cursos profissionalizantes compulsórios no Segundo Grau e a tendência pedagógica tecnicista contribuíram para que a escola desempenhasse a função de preparar o indivíduo para inserir-se no mercado de trabalho e servir ao sistema produtivo que pretendia se estruturar.”(DCEs)

“O caráter mecanicista e pragmático do ensino da Matemática foi marcante no decorrer da década de 1970. O método enfatizava a memorização de princípios e fórmulas, o desenvolvimento e as habilidades de manipulação de algoritmos e expressões algébricas e de resolução de problemas. A pedagogia tecnicista não se centrava no professor ou no estudante, mas nos objetivos instrucionais, nos recursos e nas técnicas de ensino.”(DCEs)

Já a tendência construtivista surgiu no Brasil a partir das décadas de 1960 e 1970. Nesta tendência, o conhecimento matemático resultava de ações interativas e reflexivas dos estudantes no ambiente ou nas atividades pedagógicas. A Matemática era vista como uma construção formada por estruturas e relações abstratas entre formas e grandezas.

A tendência pedagógica socioetnocultural surgiu a partir da discussão sobre a ineficiência do Movimento Modernista. Valorizou aspectos socioculturais da Educação Matemática e tinha sua base teórica e prática na Etnomatemática.

A tendência histórico-crítica surgiu no Brasil em meados de 1984 e, através de sua metodologia fundamentada no materialismo histórico, buscava a construção sócio-individualizada do conhecimento. Na matemática, essa tendência é expressada como um saber vivo, dinâmico, construído historicamente para atender às necessidades sociais, econômicas e teóricas. A aprendizagem da Matemática consiste em criar estratégias que possibilitam ao aluno atribuir sentido e construir

significado às ideias matemáticas de modo a tornar-se capaz de estabelecer relações, justificar,analisar, discutir e criar. Desse modo, supera o ensino baseado apenas em desenvolver habilidades, como calcular e resolver problemas ou fixar conceitos pela memorização ou listas de exercícios. A ação do professor é articular o processo pedagógico, a visão de mundo do aluno, suas opções diante da vida, da história e do cotidiano.

Em 1987, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, inciou discussões coletivas para elaboração de novas propostas curriculares.

No final da década de 1980, o Estado do Paraná produziu um documento de referência curricular para a rede pública de Ensino Fundamental denominado Currículo Básico. O texto de Matemática teve uma forte influência da pedagogia histórico-crítica em sua fundamentação teórica. O Currículo Básico foi publicado em 1990, e em seu texto concebia que aprender Matemática é mais do que manejar fórmulas, saber fazer contas ou marcar x nas respostas: é interpretar, criar significados, construir seus próprios instrumentos para resolver problemas, estar preparado para perceber estes mesmos problemas, desenvolver o raciocínio lógico, a capacidade de conceber , projetar e transcender o imediatamente sensível. Fruto desse trabalho, compõem a proposta apresentada nas Diretrizes Curriculares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, procura adequar o ensino brasileiro às transformações do mundo do trabalho, fruto da globalização econômica e apresenta novas interpretações para o ensino da Matemática. No Paraná, forma criadas várias disciplinas que abordavam os campos do conhecimento da Matemática, tais como: Geometria, Desenho Geométrico e Álgebra, mas que fragmentavam o conhecimento da Matemática e enfraqueciam-na como disciplina.

“A partir de 1998, o Ministério da Educação distribuiu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que para o Ensino Fundamental apresentavam conteúdos de ensino da Matemática. Porém, para o Ensino Médio orientavam as práticas docentes tão somente para o desenvolvimento de competências e habilidades.”(DCEs)

Nos PCNEM de Matemática o processo de ensino enfatizou o uso dessa disciplina para resolver problemas locais e estimulou a abordagem dos temas matemáticos. Contrário a isso, as diretrizes curriculares resgatam para o ensino e aprendizagem da Matemática a importância do conteúdo matemático e da disciplina

Matemática. É imprescindível que o estudante se aproprie do conhecimento matemático de forma que “ compreenda os conceitos e princípios matemáticos, raciocine claramente e comunique ideias matemáticas, reconheça suas aplicações e aborde problemas matemáticos com segurança”. Para tanto, o trabalho docente necessita emergir da disciplina Matemática e ser organizado em torno do conteúdo matemático e, por conseguinte, se faz necessário uma fundamentação teórico e metodológica.

“Sendo assim, a partir de 2003, a SEED fez um processo de discussão coletiva com professores que atuam em salas de aula, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com educadores dos Núcleos Regionais e das equipes pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação. O resultado desse longo trabalho conjunto passa a constituir as Diretrizes Curriculares, as quais resgatam importantes considerações teórico-metodológicas para o ensino da Matemática.”(DCEs)

A matemática é um bem cultural construído nas relações do homem com o mundo em que vive e seu interior. Ela tem um valor formativo, que ajuda a estruturar o pensamento dedutivo, porém também desempenha um papel instrumental, pois é uma ferramenta que serve para a vida quotidiana e para suas tarefas específicas em quase todas as atividades humanas. É uma ferramenta que propicia reflexões que podem levar o aluno à compreensão do pensamento matemático, por meio da busca do entendimento dos fatos que geraram as suas descobertas. Além disso, é uma das responsáveis pela aproximação da Matemática no grupo da ciência social e humana, por mostrar que esta ciência está associada a atitudes e necessidades do homem.

A concepção de ensino da matemática tem como pressuposto o caráter social do conhecimento matemático, a relação entre o conhecimento historicamente produzido e a lógica de sua elaboração, enquanto fatores inteiramente ligados, portanto a Matemática caracteriza-se como forma de compreender e atuar no mundo e o conhecimento gerado nessa área do saber como fruto da construção humana na sua interação constante como o contexto natural, social e cultural.

Com a presente proposta professores e alunos devem desenvolver uma concepção de matemática que permita a todos o acesso aos conhecimentos e instrumentos matemáticos, necessários para participarem e interferirem na sociedade em que vivem.

A Matemática não possui apenas o caráter formativo ou instrumental, mas também deve ser vista como ciência, com características estruturais específicas.
As definições, demonstrações e encadeamentos conceituais e lógicos têm a função de construir novos conceitos estruturais que servem para validar intuições e dar sentido às técnicas aplicadas.

O ensino da matemática apresenta ao aluno o conhecimento de novas informações e instrumentos necessários para que seja possível e ele continuar aprendendo.

A História da Matemática e a experiência do mundo atual oferecem variados exemplos em que se prova que a formação de conceitos e ainda teorias completas não estão vinculadas a causas externas do mundo, sendo ao desenvolvimento lógico e charuto dos raciocínios matemáticos, pois o fato de que tenha sido criada uma teoria completa sobre os números complexos ou a própria geometria não euclidiana não pode considerar-se como livres jogos do intelecto humano que se tenha desvinculado da prática social; situações como estas possibilitaram, desde seu estudo por diferentes escolas, o desenvolvimento de posições idealistas não somente na Matemática senão em outras ciências, daí que uma maneira de fortalecer a concepção dialético – materialista do professor desta disciplina está muito associada às armas ideológicas que a historiografia pode contribuir.

As investigações dentro da história desta ciência abrem as perspectivas para detalhar as relações da Matemática com toda a atividade social e inclusive o vinculo e a presença no desenvolvimento e por isso permite compreender e determinar melhor quais são suas potencialidades e alcances futuros em artigo cientifico ou monografia.

A História da Matemática oferece aos docentes as possibilidades de reconhecer, e portanto de poder aplicar no trabalho com os estudantes, que a Matemática, em seu desenvolvimento, acumulou um enorme conjunto de fatos que permitem atestar que os conceitos que a sustentem, as propriedades e todas as demonstrações têm sua procedência na prática vinculada aos processos reais do mundo e à existência da sociedade civilizada.

Com o conhecimento da História da Matemática se facilita reconhecer que o estudo dos conceitos fundamentais e os problemas matemáticos mais importantes associados a esta ciência quase sempre é realizado em condições de fortes discussões e sob concepções ideológicas diferentes.

A Matemática é habitualmente vista como uma ciência exata, pura, constituindo um corpo de conhecimentos construído com rigor absoluto. Porém, é necessário olhar para a Matemática como uma ciência viva, fruto da criação e invenção humanas, que não evoluiu de forma linear e logicamente organizada. É uma ciência em constante construção que tem contribuído para a solução de problemas científicos e tecnológicos.

O pensamento matemático, expresso por meio de uma linguagem específica, tem sido privilégio de poucos, no entanto acreditamos que cabe à escola torná-lo acessível a todos. A importância do acesso a esse conhecimento está relacionada à inserção das pessoas ao mundo do trabalho, ao mundo das relações sociais e da cultura. Nesse aspecto, a Matemática é de grande auxílio ao desenvolver metodologias que enfatizem a construção de estratégias, a comprovação e as justificativas de resultados, a criatividade e a autonomia na própria capacidade de buscar soluções. Sendo assim, adotaremos a concepção que contribui o ensino da Matemática o papel de desenvolver a capacidade de investigar ideias matemáticas, de resolver problemas, de formular e testar hipóteses, de induzir, deduzir, generalizar e inferir resultados. Pretendemos, assim, que os alunos compreendam conceitos, desenvolvam raciocínios e algoritmos próprios, aprendam algoritmos escolares,representem ideias por meio de linguagens formais, busquem coerência em seus cálculos, comuniquem e argumentem suas ideias com clareza.

Um professor de Matemática que deseja educar seus alunos sob uma posição dialético – materialista deve ter um conhecimento aceitável da história da disciplina escolar que explica, não para oferecer um curso cujos conteúdos sejam precisamente os desta disciplina, senão para poder utilizar, no plano da aproximação do objeto de estudo do aluno, as considerações mais relevantes de seu desenvolvimento e sobretudo para favorecer o entendimento de que esta ciência “é somente uma forma específica do processo do conhecimento humano, e portanto, desenvolve-se pelas mesmas leis dialéticas e implica em si as contradições gerais do conhecimento”.

A finalidade do ensino de Matemática visando à construção da cidadania indica como objetivos do ensino fundamental levar o aluno a:

- identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da Matemática, como aspecto que estimula o interesse e

curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas;

- fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos da realidade, estabelecendo inter-relações entre eles, utilizando o conhecimento matemático (aritmético, geométrico, ,métrico, algébrico, estatístico, combinatório, probabilístico);
- selecionar, organizar e produzir informações relevantes para interpretá-las, e avaliá-las criticamente;
- resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como intuição, indução, dedução, analogia, estimativa, e utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis;
- comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados com precisão e argumentar sobre suas conjecturas, fazendo uso da linguagem oral e estabelecendo relações entre ela e diferentes representações matemáticas;
- estabelecer conexões entre temas matemáticos de diferentes campos e entre esses temas e conhecimentos de outras áreas curriculares;
- sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos , desenvolvendo a autoestima e perseverança na busca de soluções;
- interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Entende-se por conteúdos estruturantes os conhecimentos de grande amplitude, os conceitos e as práticas que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a sua compreensão. Constituem-se historicamente e são legitimados nas relações sociais.

Os conteúdos estruturantes propostos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Pública Estadual, são:

Números e álgebra

Para o Ensino Fundamental, este conteúdo estruturante se desdobra em:

- conjuntos numéricos e operações
- equações e inequações
- polinômios
- proporcionalidade

Grandezas e medidas

Para o Ensino Fundamental, este conteúdo estruturante engloba:

- sistema monetário
- medidas de comprimento
- medidas de massa
- medidas de tempo
- medidas derivadas: áreas e volumes
- medidas de ângulos
- medidas de temperatura
- medidas de velocidade

Trigonometria: relações métricas no triângulo retângulo e relações trigonométricas nos triângulos

Geometria

Para o Ensino Fundamental, este conteúdo estruturante se desdobra em:

- geometria plana
- geometria espacial
- geometria analítica
- noções básicas de geometrias não-euclidianas

Funções

Para o Ensino Fundamental, este conteúdo estruturante engloba:

- função afim
- função quadrática

Tratamento da informação

Para o Ensino Fundamental, este conteúdo estruturante engloba:

- noções de probabilidade
- estatística
- matemática financeira
- noções de análise combinatória

6º ANO

Sistemas de Numeração: Romano, Egípcio e Maia.

Sistema de Numeração Decimal.

Números Naturais e suas operações fundamentais (+ , - , x e /).

Conceito de Potenciação e Radiciação.

Divisores e Múltiplos de Números Naturais, Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum.

Números Racionais Absolutos (forma fracionária).

Números Racionais Absolutos (forma decimal).

Operações com Racionais Absolutos.

Sistema Métrico Decimal.

Medidas de Comprimento e Área de figuras planas.

Medidas de Volume e Tempo.

Medidas de Massa (unidade padrão).

Medidas de Ângulos: Agudo, Obtuso, Reto, Nulo, Raso ou meia volta e de Giro ou volta completa.

Sistema Monetário e outros sistemas mundiais.

Geometria: Ponto, Reta e Plano, Semi-reta e Segmento de Reta, Círculo e Circunferência.

Geometria Espacial: sólidos geométricos (planificação)

Dados, Tabelas e Gráficos.

Porcentagens.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Número e Álgebra

CONTEÚDO BÁSICO:

Sistemas de Numeração

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer a estrutura dos sistemas de numeração: egípcio, romano e maia, relacionando a história do aparecimento dos símbolos numéricos ao conceito de sistema de numeração, de destacar o surgimento dos símbolos indo arábicos, base do nosso sistema de numeração, de reconhecer agrupamentos de diferentes bases de um sistema de numeração, de aplicar o princípio do sistema posicional e de ler e escrever o nosso sistema de numeração decimal em situações integradas à várias áreas do conhecimento.

CONTEÚDO BÁSICO:

Números Naturais

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de identificar o conjunto N dos números naturais, identificar o sucessor e o antecessor (quando existir) de um número natural, de identificar as diferentes ideias associadas às operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, de resolver problemas práticos, efetuando adições e comparando números naturais, de resolver problemas práticos, efetuando subtrações comparando números naturais, de utilizar as regras para calcular corretamente uma expressão numérica que combina adição e subtração, de resolver problemas que envolvam as ideias associadas à multiplicação, de identificar uma

divisão exata e não exata, de usar corretamente as regras para o cálculo do valor de uma expressão numérica.

CONTEÚDO BÁSICO:

Potenciação e Radiciação com números naturais.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de associar potência de números naturais à multiplicação de fatores iguais, de calcular corretamente a potência de um número natural, de ler e escrever um número natural na forma polinômica, de reconhecer que os números quadrados perfeitos possuem raiz quadrada exata, e de relacionar potências e raízes quadradas com cálculo de áreas e volumes.

CONTEÚDO BÁSICO:

Divisores e múltiplos de números naturais.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer a existência de regras práticas que permitem verificar se um número natural é divisível por 2, 3, 4, 5, 6 e 10, de determinar os números divisores de um número natural, de reconhecer um número primo como aquele que possui apenas dois divisores: o 1 e o próprio número, de verificar se um determinado número é ou não primo, de decompor um número natural em produto de fatores primos, de escrever um número na forma fatorada, de determinar e reconhecer os múltiplos de um número natural multiplicando esse número pela sucessão de números naturais, de calcular o m.d.c. de dois ou mais números pela determinação dos divisores comuns destes números e pela decomposição de fatores primos, de determinar o m.m.c. de dois ou mais números pela determinação dos múltiplos comuns destes números, de calcular o m.m.c. pela decomposição de fatores primos e pela decomposição simultânea em fatores primos.

CONTEÚDO BÁSICO:

Números Fracionários

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer o número natural e o fracionário, de identificar, representar e ler os números fracionários, de reconhecer os termos de uma fração, de conceituar frações equivalentes, de determinar a forma simplificada de uma fração, de reduzir duas ou mais frações ao mesmo denominador comum, de comparar números fracionários em problemas práticos, de resolver problemas com dados fracionários, de reconhecer e efetuar adição e subtração com fração de mesmo denominador e de denominadores diferentes, de transformar número misto em fração imprópria e vice-versa, de efetuar corretamente multiplicação e divisão com frações, de calcular potências de números racionais absolutos usando a multiplicação de fatores iguais e de calcular raiz quadrada de frações.

CONTEÚDO BÁSICO:

Números Decimais.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de identificar frações decimais, de reconhecer nos números decimais outra forma de representar números fracionários, de identificar a parte inteira e a parte decimal de um número decimal, de ler e escrever um número decimal, de representar uma fração decimal na forma de um número decimal e vice-versa, de verificar que o valor de um número decimal não se altera quando acrescentamos ou cancelamos zeros à direita de sua parte decimal, de usar os sinais de =, > ou <, de comparar dois números decimais, de efetuar corretamente a adição e subtração de números decimais, de efetuar mentalmente a multiplicação de um número decimal por 10, 100 e 1000, de efetuar a multiplicação

por um número decimal por um número natural e por outro decimal, de calcular a potência de números decimais usando a multiplicação de fatores iguais, de efetuar mentalmente a divisão de um número decimal por 10, 100 e 1000, de efetuar a divisão de um número natural por outro, obtendo como quociente um número decimal, de efetuar corretamente a divisão com números decimais.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Grandezas e Medidas

CONTEÚDO BÁSICO:

Sistema Métrico Decimal: Comprimento

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer diferente formas de medir comprimentos, de reconhecer o metro como unidade padrão para medir comprimento, de reconhecer os múltiplos e submúltiplos do metro, de determinar o perímetro de um polígono, de transformar uma unidade de medida de comprimento em outra unidade aplicando a relação decimal existente entre as diversas unidades.

CONTEÚDO BÁSICO:

Sistema Métrico Decimal: Área

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer que fazendo uma comparação entre duas regiões fechadas, estamos medindo a superfície de uma delas, usando a outra como unidade de medida de superfície, de reconhecer que 1 metro quadrado corresponde a área de um quadrado de 1 metro de lado, de identificar a unidade padrão usada para medir superfície.

CONTEÚDO BÁSICO:

Sistema Métrico Decimal: Volume.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer que, fazendo uma comparação entre dois sólidos, estamos medindo o volume de um deles, utilizando o outro como unidade de medida de volume, de reconhecer que 1 metro cúbico corresponde ao espaço ocupado por um cubo de 1 metro de aresta, de identificar a unidade padrão usada para medir volume.

CONTEÚDO BÁSICO:

Sistema Métrico Decimal: Medidas de Capacidade e Massa.

OBJETIVO:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer que, ao medir a quantidade de líquido existente no interior de um recipiente, obtém-se a capacidade desse recipiente, de reconhecer que o litro corresponde à capacidade de um recipiente cúbico cuja aresta mede 1 dm, de reconhecer a unidade padrão para medir capacidade, de reconhecer a unidade padrão para medir massa, de transformar uma unidade de massa em outra unidade, de acordo com as relações existentes entre as diversas unidades no sistema de medida decimal e de relacionar as unidades de volume, capacidade e de massa.

CONTEÚDO BÁSICO:

Medidas de Tempo

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer as unidades de medidas de tempo e de transformar uma unidade de medida de tempo em outra unidade.

CONTEÚDO BÁSICO:

Medidas de Ângulos.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de conceituar ângulos, de reconhecer e classificar os ângulos em reto, agudo, obtuso, raso e inteiro.

CONTEÚDO BÁSICO:

Sistema Monetário.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de relacionar a evolução do Sistema Monetário Brasileiro com os demais sistemas mundiais.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Geometria

CONTEÚDO BÁSICO:

Geometria Plana

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer e representar ponto, reta, plano, semirreta e segmento de reta, de determinar o perímetro de figuras planas.

CONTEÚDO BÁSICO:

Geometria Espacial.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer as figuras planas que compõem um sólido geométrico e de planificar sólidos geométricos simples.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

Tratamento da Informação

CONTEÚDO BÁSICO:

Dados, Tabelas e Gráficos.

OBJETIVOS:

O aluno deverá ser capaz de coletar, organizar e analisar informações, de construir e interpretar tabelas e gráficos, de interpretar e identificar os diferentes tipos de gráficos e compilação de gráficos, sendo capaz de fazer a leitura desses recursos nas diversas formas em que se apresentam.

CONTEÚDO BÁSICO:

Porcentagem

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de resolver situações problema que envolvam porcentagem e de relacionar com os números na forma decimal e fracionária.

7º ANO

Números Inteiros e Racionais Relativos.
Operações com números inteiros e racionais relativos.
Equação do 1º grau.
Problemas envolvendo equações do 1º grau.
Inequação do 1º grau.
Noções e proporcionalidade, fração e razão.
Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais.
Regra de Três Simples.
Medidas de Temperatura.
Ângulos e sua Classificação.
Geometria Plana: área e perímetro de figuras planas.
Geometria Espacial: Classificação e Construção de Sólidos Geométricos.
Geometria Não-Eucledianas.
Pesquisa Estatística.
Média Aritmética.
Moda e Mediana.
Juros Simples.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Números e Álgebra

CONTEÚDO BÁSICO:

Números Naturais, Inteiros e Racionais (forma fracionária e decimal)
Operações e propriedades estruturais

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer os significados dos números naturais em diferentes contextos, de reconhecer os números inteiros em diferentes contextos – cotidianos e históricos – e explorar situações problema que indicam

falta, diferença, orientação (origem) e deslocamento entre dois pontos, de reconhecer os números racionais em diferentes contextos e históricos – e explorar situações problema em que indicam relação parte/todo, quociente, razão ou funcionam como operador, de localizar na reta numérica os números inteiros e os racionais e, reconhecer que estes podem ser expressos na forma decimal e fracionária e, estabelecer relações entre essas representações; de analisar, interpretar, formular e resolver situações problema, de compreender diferentes significados das operações, envolvendo números naturais, inteiros e racionais, de reconhecer que diferentes situações problema podem ser resolvidas por uma única operação e que eventualmente diferentes operações podem resolver o mesmo problema; de resolver situações problema envolvendo números naturais, inteiros, racionais e a partir delas ampliar e construir novos significados da adição, subtração, multiplicação e divisão; de identificar, interpretar e atualizar diferentes representações dos números naturais, inteiros e racionais, indicados por diferentes notações, vinculando-as aos contextos matemáticos e não-matemáticos; de compreender a potência com expoente inteiro positivo como produto de fatores iguais, identificando e fazendo uso das propriedades da potenciação em situações problema; de atribuir a raiz quadrada e cúbica de um número problemas como, a determinação do lado de um quadrado de área conhecida ou de outra aresta de um cubo de volume dado; de resolver situações-problema envolvendo números naturais, inteiros e racionais e a partir delas ampliar e construir novos significados da potenciação e radiciação.

CONTEÚDO BÁSICO:

Equação e Inequação do 1º grau

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de utilizar representações algébricas para expressar generalizações sobre propriedades aritméticas e regularidades observadas em algumas sequências numéricas; de construir procedimentos para calcular o valor numérico de expressões algébricas simples; de reconhecer que representações algébricas permitem expressar generalização sobre propriedades

das operações aritméticas, traduzir situações-problema e favorecer as possíveis soluções; de utilizar os conhecimentos sobre as operações numéricas e suas propriedades para construir estratégias de cálculo algébrico; de identificar, representar e interpretar desigualdades, usando corretamente símbolos e propriedades; de representar, resolver e analisar problemas por meio de inequações.

CONTEÚDO BÁSICO:

Noções de Proporcionalidade, Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de compreender a razão como uma comparação entre duas grandezas numa ordem determinada e a proporção como uma igualdade entre duas razões; de resolver situações-problema que envolvam a ideia de proporcionalidade; de compreender a noção de variável pela interdependência da variação de grandezas; de observar a variação de grandezas, estabelecendo relação entre elas e construir estratégias de solução para resolver situações que envolvam a proporcionalidade.

CONTEÚDO BÁSICO:

Regra de Três Simples

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de compreender o conceito de incógnita, de utilizar cálculo de regra de três para situações-problema que envolvam a ideia de proporcionalidade.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

Grandezas e Medidas

CONTEÚDO BÁSICO:

Medidas de Temperatura

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de identificar os diversos tipos de medidas e saibam aplicá-los em diferentes contextos.

CONTEÚDO BÁSICO:

Ângulos

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer a grandeza ângulo e classificá-los; de resolver problemas que envolvam ângulos, relacionando unidade de medida e instrumentos adequados à precisão requerida (transferidor e esquadros)

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

Geometria

CONTEÚDO BÁSICO:

Geometria Plana

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de distinguir figuras bidimensionais e tridimensionais, de resolver problemas práticos envolvendo o cálculo de áreas de superfícies planas.

CONTEÚDO BÁSICO:

Geometria Espacial

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de classificar figuras tridimensionais e bidimensionais, segundo critérios diversos como: corpos redondos e poliedros, círculos, polígonos e outras figuras; de compor e decompor figuras planas; de identificar diferentes planificações de alguns poliedros; de construir sólidos geométricos a partir de figuras planas

CONTEÚDO BÁSICO:

Geometria Não-Euclidianas

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de compreender noções topológicas através do conceito de interior, exterior, fronteira, vizinhança, conexidade, curvas e conjuntos abertos e fechados.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

Tratamento da informação

CONTEÚDO BÁSICO:

Pesquisa Estatística

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de analisar e interpretar dados estatísticos das pesquisas; de fazer leitura dos diferentes tipos de gráficos; de organizar pesquisas coletando dados e construir gráficos, analisando-os.

CONTEÚDO BÁSICO:

Média Aritmética, Moda e Mediana

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de calcular e interpretar média aritmética simples, moda e mediana de dados estatísticos.

CONTEÚDO BÁSICO:

Juros Simples

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de resolver problemas envolvendo cálculo de juros simples.

8º ANO

- O conjunto dos números reais: revisar os conjuntos dos números naturais, inteiros, racionais e apresentar o conjunto dos números irracionais e reais.
- Equações do 1º grau:
- Sistema de equações do 1º grau com duas variáveis (resolução pelo método da adição e gráfico).
- Potenciação: notação científica e aplicação
- Cálculo algébrico:
    - Monômios (operações)

    - Polinômios (operações)
    - Produtos notáveis
- Medidas de ângulos:
    - os ângulos e seus elementos;
    - ângulos opostos pelo vértice;
    - ângulos formados por duas retas paralelas com uma transversal;
    - reta transversal = ângulos correspondentes,alternos internos e colaterais.
    -
- Medida de comprimento: de circunferência e polígonos
    - Medida de área: círculo e polígonos
    - Geometria plana: - triângulos (elementos, condição de existência, ângulos internos, classificação, altura, mediana e bissetriz, congruência, semelhança, propriedades do triângulo isósceles e equilátero);
    - polígonos regulares;
    - noção de paralelismo (traçado)

- Geometria espacial: cálculo de superfície e volume de poliedros
- Geometria analítica: sistema de coordenadas cartesianas (marcar pontos, identificar pares ordenados e sua denominação – abscissa e ordenada)
- Geometria não-euclidiana: fractais
- Gráfico e informação
- População e amostra

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Números e álgebra
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- números irracionais;
- sistemas de equações do 1º grau;
- potências;
- monômios e polinômios;

- produtos notáveis.

Objetivos:

- identificar os elementos dos conjuntos dos números naturais, dos números inteiros, dos números racionais e irracionais;
- compreender o objetivo da notação científica e sua aplicação;
- extrair a raiz quadrada exata e aproximada de números racionais;
- compreender, identificar e reconhecer o número pi como um número irracional especial;
- identificar monômios e polinômios e efetuar suas operações;
- utilizar as regras de produtos notáveis para resolver problemas que envolvam expressões algébricas.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Grandezas e medidas

Conteúdos básicos:

- medida de comprimento;
- medida de área;
- medidas de ângulos.

OBJETIVOS**:**

- calcular o comprimento da circunferência;
- calcular o comprimento e área de polígonos e círculo;
- identificar ângulos formados entre retas paralelas interceptada por transversal.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE**:**

Geometrias

Conteúdos básicos:

- geometria plana;
- geometria espacial;
- geometria analítica;
- geometrias não-euclidiana.

Objetivos:

- reconhecer triângulos semelhantes, identificar e somar seus ângulos internos, bem como dos polígonos regulares;
- traçar e reconhecer retas paralelas num plano, desenvolver a noção de paralelismo;
- realizar cálculos de superfície e volume de poliedros;
- reconhecer os eixos que constituem o sistema de coordenadas cartesianas, marcar pontos e identificar os pares ordenados e sua denominação (abscissa e ordenada);
- conhecer os fractais através da visualização e manipulação de materiais.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE**:**

Tratamento da informação

Conteúdos básicos:

- gráfico e informação
- população e amostra.

OBJETIVOS:

- representar uma mesma informação em gráficos diferentes;
- utilizar o conceito de amostra para levantamento de dados.

9º ANO

- Organização dos conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais
- Propriedades da radiciação e potenciação (operações com números racionais e irracionais): expoente fracionário, simplificação de radicais, extração de raiz pela fatoração.
- Casos imediatos de racionalização.
- Equação do 2º grau (revisar equação do 1º grau):
    - Construção gráfica,
    - Interpretação geométrica;
    - Fórmula de Bhaskara: Soma e produto;
    - Equações biquadradas e irracionais.
- Regra de três composta: problemas
- Relações métricas no triangulo retângulo

Teorema de Pitágoras

- Relações trigonométricas no triângulo retângulo
- Funções do 1º grau (afim) e do 2º grau (quadrática)
- Geometria plana:
    - Segmentos proporcionais

Teorema de Tales (aplicação)

- Geometria analítica:
    - Semelhança de triângulos (utilização desse conceito para resolver situações problema e aplicação desses critérios)
- Geometria espacial: cálculo de superfície e volume de poliedros
- Geometria não-euclidiana : análise e discussão da auto-similaridade e a complexidade infinita de um fractal.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Números e álgebra

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Números Reais
    - Propriedades dos Radicais
    - Equação do 2º grau
    - Teorema de Pitágoras
    - Equações Irracionais
    - Equações Biquadradas
    - Regra de Três Composta

Objetivos:

- Operar com expoentes fracionárias;
- Identificar a potência de expoente fracionário como um radical e aplique as propriedades:
- Extrair uma raiz usando fatoração;
- Identificar equações do 2º grau na forma completa e incompleta, reconhecendo seus elementos;
- Determinar as raízes de uma equação do 2º grau utilizando diferentes processos;
- Interpretar problemas em linguagem gráfica e algébrica;
- identificar equações irracionais;
- Resolver equações biquadradas através das equações do 2º grau;
- Utilizar a regra de três composta em situações-problema.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:
Grandezas e Medidas

Conteúdos básicos:

- Relações métricas no triângulo retângulo;
- Trigonometria no triângulo retângulo;

Objetivos :

- Conhecer e aplicar as relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo;
- Utilizar o Teorema de Pitágoras na determinação das medidas dos lados de um triângulo retângulo.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:
Funções

Conteúdos Básicos:

- Noção intuitiva de Função Afim
- Noção intuitiva de Função Quadrática

Objetivos :

- Expressar a dependência de uma variável em relação a outra;
- Reconhecer uma função afim e sua representação gráfica, inclusive sua declividade em relação ao sinal da função;
- Relacionar gráficos com tabelas que descrevem uma função;
- Reconhecer a função quadrática e sua representação gráfica e associar a concavidade da parábola em relação ao sinal da função;
- Analisar graficamente as funções afins;
- Analisar graficamente as funções quadráticas.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Geometrias

Conteúdos básicos:

- Geometria Plana;
- Geometria Espacial;
- Geometria Analítica;
- Geometria Não-Euclidiana

Objetivos:

- Verificar se dois polígonos são semelhantes, estabelecendo relações entre eles;
- Compreender e utilizar o conceito de semelhança de triângulos para resolver situações-problemas;
- Conhecer e aplicar os critérios de semelhança dos triângulos;
- Aplicar o Teorema de Tales em situação-problemas;
- Realizar cálculos da superfície e volume de poliedros;
- Analisar e discutir a auto-similaridade e a complexidade infinita de um fractal.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:
Tratamento da informação

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- noções de análise combinatória;
- noções de probabilidade;
- estatística;
- juros compostos

Objetivos:

- desenvolver o raciocínio combinatório por meio de situações-problemas que envolvam contagens, aplicando o princípio multiplicativo;
- descrever o espaço amostral a um experimento aleatório;
- calcular as chances de ocorrência de um determinado evento;
- a resolver situações-problema que envolvam cálculos de juros compostos.

Sistemas de Numeração: Romano, Egípcio e Maia.
Sistema de Numeração Decimal.
Números Naturais e suas operações fundamentais (+ , - , x e /).

Conceito de Potenciação e Radiciação.

Divisores e Múltiplos de Números Naturais, Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum.

Números Racionais Absolutos (forma fracionária).

Números Racionais Absolutos (forma decimal).

Operações com Racionais Absolutos.

Sistema Métrico Decimal.

Medidas de Comprimento e Área de figuras planas.

Medidas de Volume e Tempo.

Medidas de Massa (unidade padrão).

Medidas de Ângulos: Agudo, Obtuso, Reto, Nulo, Raso ou meia volta e de Giro ou volta completa.

Sistema Monetário e outros sistemas mundiais.

Geometria: Ponto, Reta e Plano, Semi-reta e Segmento de Reta, Círculo e Circunferência.

Geometria Espacial: sólidos geométricos (planificação)

Dados, Tabelas e Gráficos.

Porcentagens.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Número e Álgebra

CONTEÚDO BÁSICO:

Sistemas de Numeração

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer a estrutura dos sistemas de numeração: egípcio, romano e maia, relacionando a história do aparecimento dos símbolos numéricos ao conceito de sistema de numeração, de destacar o surgimento dos símbolos indo arábicos, base do nosso sistema de numeração, de reconhecer agrupamentos de diferentes bases de um sistema de numeração, de

aplicar o princípio do sistema posicional e de ler e escrever o nosso sistema de numeração decimal em situações integradas à várias áreas do conhecimento.

CONTEÚDO BÁSICO:

Números Naturais

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de identificar o conjunto N dos números naturais, identificar o sucessor e o antecessor (quando existir) de um número natural, de identificar as diferentes ideias associadas às operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, de resolver problemas práticos, efetuando adições e comparando números naturais, de resolver problemas práticos, efetuando subtrações comparando números naturais, de utilizar as regras para calcular corretamente uma expressão numérica que combina adição e subtração, de resolver problemas que envolvam as ideias associadas à multiplicação, de identificar uma divisão exata e não exata, de usar corretamente as regras para o cálculo do valor de uma expressão numérica.

CONTEÚDO BÁSICO:

Potenciação e Radiciação com números naturais.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de associar potência de números naturais à multiplicação de fatores iguais, de calcular corretamente a potência de um número natural, de ler e escrever um número natural na forma polinômica, de reconhecer que os números quadrados perfeitos possuem raiz quadrada exata, e de relacionar potências e raízes quadradas com cálculo de áreas e volumes.

CONTEÚDO BÁSICO:

Divisores e múltiplos de números naturais.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer a existência de regras práticas que permitem verificar se um número natural é divisível por 2, 3, 4, 5, 6 e 10, de determinar os números divisores de um número natural, de reconhecer um número primo como aquele que possui apenas dois divisores: o 1 e o próprio número, de verificar se um determinado número é ou não primo, de decompor um número natural em produto de fatores primos, de escrever um número na forma fatorada, de determinar e reconhecer os múltiplos de um número natural multiplicando esse número pela sucessão de números naturais, de calcular o m.d.c. de dois ou mais números pela determinação dos divisores comuns destes números e pela decomposição de fatores primos, de determinar o m.m.c. de dois ou mais números pela determinação dos múltiplos comuns destes números, de calcular o m.m.c. pela decomposição de fatores primos e pela decomposição simultânea em fatores primos.

CONTEÚDO BÁSICO:

Números Fracionários

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer o número natural e o fracionário, de identificar, representar e ler os números fracionários, de reconhecer os termos de uma fração, de conceituar frações equivalentes, de determinar a forma simplificada de uma fração, de reduzir duas ou mais frações ao mesmo denominador comum, de comparar números fracionários em problemas práticos, de resolver problemas com dados fracionários, de reconhecer e efetuar adição e subtração com fração de mesmo denominador e de denominadores diferentes, de transformar número misto em fração imprópria e vice-versa, de efetuar corretamente multiplicação e divisão com frações, de calcular potências de números racionais

absolutos usando a multiplicação de fatores iguais e de calcular raiz quadrada de frações.

CONTEÚDO BÁSICO:

Números Decimais.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de identificar frações decimais, de reconhecer nos números decimais outra forma de representar números fracionários, de identificar a parte inteira e a parte decimal de um número decimal, de ler e escrever um número decimal, de representar uma fração decimal na forma de um número decimal e vice-versa, de verificar que o valor de um número decimal não se altera quando acrescentamos ou cancelamos zeros à direita de sua parte decimal, de usar os sinais de =, > ou <, de comparar dois números decimais, de efetuar corretamente a adição e subtração de números decimais, de efetuar mentalmente a multiplicação de um número decimal por 10, 100 e 1000, de efetuar a multiplicação por um número decimal por um número natural e por outro decimal, de calcular a potência de números decimais usando a multiplicação de fatores iguais, de efetuar mentalmente a divisão de um número decimal por 10, 100 e 1000, de efetuar a divisão de um número natural por outro, obtendo como quociente um número decimal, de efetuar corretamente a divisão com números decimais.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Grandezas e Medidas

CONTEÚDO BÁSICO:

Sistema Métrico Decimal: Comprimento

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer diferente formas de medir comprimentos, de reconhecer o metro como unidade padrão para medir comprimento, de reconhecer os múltiplos e submúltiplos do metro, de determinar o perímetro de um polígono, de transformar uma unidade de medida de comprimento em outra unidade aplicando a relação decimal existente entre as diversas unidades.

CONTEÚDO BÁSICO:

Sistema Métrico Decimal: Área

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer que fazendo uma comparação entre duas regiões fechadas, estamos medindo a superfície de uma delas, usando a outra como unidade de medida de superfície, de reconhecer que 1 metro quadrado corresponde a área de um quadrado de 1 metro de lado, de identificar a unidade padrão usada para medir superfície.

CONTEÚDO BÁSICO:

Sistema Métrico Decimal: Volume.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer que, fazendo uma comparação entre dois sólidos, estamos medindo o volume de um deles, utilizando o outro como unidade de medida de volume, de reconhecer que 1 metro cúbico corresponde ao espaço ocupado por um cubo de 1 metro de aresta, de identificar a unidade padrão usada para medir volume.

CONTEÚDO BÁSICO:

Sistema Métrico Decimal: Medidas de Capacidade e Massa.

OBJETIVO:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer que, ao medir a quantidade de líquido existente no interior de um recipiente, obtém-se a capacidade desse recipiente, de reconhecer que o litro corresponde à capacidade de um recipiente cúbico cuja aresta mede 1 dm, de reconhecer a unidade padrão para medir capacidade, de reconhecer a unidade padrão para medir massa, de transformar uma unidade de massa em outra unidade, de acordo com as relações existentes entre as diversas unidades no sistema de medida decimal e de relacionar as unidades de volume, capacidade e de massa.

CONTEÚDO BÁSICO:

Medidas de Tempo

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer as unidades de medidas de tempo e de transformar uma unidade de medida de tempo em outra unidade.

CONTEÚDO BÁSICO:

Medidas de Ângulos.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de conceituar ângulos, de reconhecer e classificar os ângulos em reto, agudo, obtuso, raso e inteiro.

CONTEÚDO BÁSICO:

Sistema Monetário.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de relacionar a evolução do Sistema Monetário Brasileiro com os demais sistemas mundiais.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Geometria

CONTEÚDO BÁSICO:

Geometria Plana

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer e representar ponto, reta, plano, semirreta e segmento de reta, de determinar o perímetro de figuras planas.

CONTEÚDO BÁSICO:

Geometria Espacial.

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de reconhecer as figuras planas que compõem um sólido geométrico e de planificar sólidos geométricos simples.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

Tratamento da Informação

CONTEÚDO BÁSICO:

Dados, Tabelas e Gráficos.

OBJETIVOS:

O aluno deverá ser capaz de coletar, organizar e analisar informações, de construir e interpretar tabelas e gráficos, de interpretar e identificar os diferentes tipos de gráficos e compilação de gráficos, sendo capaz de fazer a leitura desses recursos nas diversas formas em que se apresentam.

CONTEÚDO BÁSICO:

Porcentagem

OBJETIVOS:

Os alunos deverão ser capazes de resolver situações problema que envolvam porcentagem e de relacionar com os números na forma decimal e fracionária.

CONTEÚDOS ENSINO MÉDIO

1º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

- Números e álgebra;
- Grandezas e medidas,;
- Geometrias;
- Funções;
- Tratamento da Informação.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Números Reais;
- Função;
- Conjuntos numéricos

- Intervalos
- Relações
- Construção, análise e interpretação de gráficos, tabelas e fórmulas, utilizando conteúdos da história ou cultura afro- brasileira;
- Domínio, contradomínio e imagem;
- Domínio de uma função;
- Gráfico de uma função;
- Análise de gráficos;
- Função injetiva, sobrejetiva e bijetiva;
- Função composta;
- Função inversa ;
- Função do 1º grau;
- Função constante;
- Função Quadrática;
- Função Modular;
- Equação e função exponencial;
- Logarítmicos;
- Função logarítmica;

2ºANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

- Números e álgebra;
- Grandezas e medidas,
- Geometrias,
- Funções;
- Tratamento da Informação.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Progressões PA e PG;
- Matrizes;
- Determinantes;

- Sistemas lineares;
- Trigonometria;
- Funções Trigonométricas;
- Análise combinatória;
- Binômio de Newton;
- Polinômios;
- Estudo das Probabilidades;
- Estatística;
- Matemática Financeira;

3º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

- Números e álgebra,
- Grandezas e medidas,
- Geometrias,
- Funções;
- Tratamento da informação.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Geometria Plana;
- Medidas de Área;
- Medida de Grandezas Vetoriais;
- Medidas de Informática;
- Medidas de Energia;
- Geometria Espacial;
- Medidas de Volume;
- Geometria Analítica;
- Geometria Não-euclidianas;
- Números Complexos;
- Equações e Inequações, Exponenciais, Logarítmicas e Modulares;

METODOLOGIA

Todos os conteúdos serão colocados a disposição dos alunos através do quadro/giz, do livro didático, de textos mimeografados, xerox, transparências , TV pen drive,laboratório de informática, jogos, materiais didáticos, vídeos. Os conteúdos serão abordados de diversas formas como:

- pesquisas de assuntos específicos;
- relacionamento de materiais e imagens com ideias matemáticas;
- através de discussões/argumentações sobre ideias matemáticas;
- por reflexões de conceitos e situações que envolvam cálculos;
- nos relacionamentos da linguagem diária com a linguagem e os símbolos matemáticos (nesta abordagem o aluno pode apreciar o valor e o papel da matemática no seu dia-a-dia);
- pela exposição oral e escrita na lousa;
- leitura de textos e do livro didático como a resolução de algumas atividades.

Os alunos serão estimulados a: registrarem, nos seus respectivos cadernos, todos os momentos importantes das aulas bem como os conteúdos/atividades passados no quadro; a fazerem as colagens dos textos e avaliações propostas. Do caderno será exigido muito capricho, o que ajuda os alunos a se organizarem e desenvolverem responsabilidades e hábitos e atitudes positivas frente ao estudo.

A lição de casa- tarefa - será sempre frequente, dando ritmo aos alunos criarem uma rotina de estudos. Ela será proposta através de problemas/atividades, sobre conteúdos já familiarizados durante as aulas, que servirão de discussão na aula seguinte, a qual será sempre corrigida, podendo inclusive, as correções, serem feitas pelos próprios alunos no quadro.

Alguns conteúdos poderão ser trabalhados através das atividades em grupo, proporcionando a interação entre colegas, exercitando assim a argumentação, o trabalho coletivo e a importante tarefa de escutarem o ponto de vista dos colegas. Essas atividades em grupo serão publicadas em cartazes pela sala de aula.

Projetos/pesquisa serão colocados aos alunos, sobre temas específicos, no formato de pesquisa extra classe, solicitando um trabalho de consulta, levantamento

de dados e informações em livros, tabelas, internet e biblioteca para posterior organização e interpretação em sala de aula. Os projetos podem envolver entrevistas realizadas pelos próprios alunos.

Durante o ano todo serão utilizados os materiais de construção como: régua, compasso, transferidor, tesoura, recortes, embalagens, dobraduras e aparatos de medições, a fim de auxiliar os trabalhos, facilitando a aprendizagem de manuseio desses materiais como de conceitos e procedimentos dos conteúdos abordados.

A metodologia será sempre voltada para situações-problema que envolvam o cotidiano do aluno e o seu saber levando o aluno a fazer uso dos conceitos matemáticos já aprendidos e aprimorá-los com novos conceitos de maneira adequada para cada situação.

Sempre que possível, procurar formar os conceitos matemáticos a partir de situações que levam o aluno a deduzir e tirar suas conclusões, para depois formalizá-los, e para isso, se faz necessário o uso de materiais diversos (recortes, dobraduras, jornais, montagens, figuras, material dourado, jogos, televisão, vídeo, calculadora, computador, etc) que tornem isso possível.

Para melhor compreensão serão feitos exemplos em sala de aula que consigam abranger os diversos casos possíveis (do mais simples ao mais complexo) e as diferentes formas de resolução, momento este, para o aluno tirar suas dúvidas coletivamente.

Para que seja feito um atendimento individual, serão realizadas atividades em sala de aula e após isso serão realizadas atividades para resolver em casa, todos eles com a sua devida correção e esclarecimento de dúvidas.

É preciso desenvolver o trabalho matemático ancorado em relação de confiança entre o aluno e o professor e entre os próprios alunos, fazendo com que a aprendizagem seja vivenciada como experiência progressiva, interessante e formativa, apoiada na ação, na descoberta, na reflexão, na comunicação. É preciso ainda que essa aprendizagem esteja conectada à realidade, tanto para extrair dela as situações-problema para desenvolver os conteúdos como para voltar a ela para aplicar os conhecimentos construídos.

Assim, é fundamental que os alunos ampliem os significados que possuem acerca dos números e das operações, busquem relações existentes entre eles, aprimorem a capacidade de análise e de tomada de decisões, que começam a se manifestar. Também é necessário explorar o potencial crescente de abstração,

fazendo com que os alunos descubram regularidades e propriedades numéricas, geométricas e métricas. Com isso criam-se condições para que o aluno perceba que a atividade matemática estimula o interesse, à curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas.

É importante destacar que as situações de aprendizagem precisam ser centradas na construção de significados, na elaboração de estratégias e na resolução de problemas, em que o aluno desenvolva processos, importantes como intuição, analogia, indução e dedução, e não atividades voltadas para a memorização, desprovidas de compreensão ou de um trabalho que privilegie uma formalização precoce dos conceitos.

A perspectiva de ingresso na juventude, além de expectativas quanto ao futuro, traz para os alunos novas experiências e necessidades. Nessa fase, o conhecimento do mundo e as experiências de vida acontecem no círculo do grupo, fora da tutela dos pais. Isso faz com que os jovens ampliem suas percepções e tornem-se mais independentes e autônomos diante de certas vivências: administrar as próprias economias, seja mesada ou salário, decidir sobre a prioridade de gastos, adquirir coisas das quais necessitam, transitar sozinhos por novos espaços e lidar com novas referências de localização, ter consciência e participar das decisões sobre o orçamento familiar. Mesmo as atividades de lazer, como organizar comemorações, participar de grupos de música, de esportes., etc., exigem um planejamento, previsão e capacidade para gerenciar as próprias ações.

Em síntese, é preciso fazer uso de todas essas situações para mostrar aos alunos que a Matemática é parte do saber científico e que tem um papel central na cultura moderna, assim como também para mostrar que algum conhecimento básico de natureza dessa área e uma certa familiaridade com suas ideias-chave são requisitos para ter acesso a outros conhecimentos, em especial à literatura científica e tecnológica.

Nesse sentido é importante considerar que alguns aspectos associados ao desenvolvimento cognitivo dos alunos em muito favorecem a aprendizagem.

Por exemplo, a observação ganha em detalhes, ampliam-se as capacidades para pensar de forma mais abstrata, argumentar com maior clareza e estabelecer relações com os conhecimentos construídos no ciclo anterior para compreensão dos conteúdos algébricos e outros.

Aprender Matemática é fazer matemática. É por meio de atividades matemáticas intencionais, das experiências que vivem, que qualquer pessoa adquire conhecimento. A investigação matemática na escola surge da necessidade de se resolver um problema, seja de origem matemática ou não, e resulta na formação de hipóteses e conjecturas, na validação de resultados para a elaboração de conceitos e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento na autonomia da comunicação do raciocínio. As atividades da investigação permitem a compreensão dos processos de fazer matemática (explorar e identificar padrões, formular e testar conjecturas, generalizar e demonstrar) e estimulam o pensamento por meio de relações entre os conteúdos matemáticos. Além disso, lidam com o essencial da atividade matemática – a formulação e a resolução de problemas – com o objetivo de possibilitar aos alunos a reflexão e a tomada de consciência dos processos que utilizaram ou utilizarão para essa resolução de problemas. Pela diversidade de atividades de ensino que proporciona, pela troca de experiências que oportuniza, pela representação de ideias que concretiza, pelos conceitos que permite construir, a resolução de problemas é indispensável no processo de aprendizagem dos alunos. Aprende-se Matemática resolvendo problemas e não como ferramenta para resolvê-los. Em sala de aula, as atividades investigativas se fundamentam na ideia de que o processo de construção de um conceito matemático é similar ao da construção de conceitos pelo matemático. É obvio que a finalidade com que os alunos realizam essas atividades é diferente da do matemático profissional. Para os alunos, elas são um veículo para a construção do conhecimento matemático, enquanto para o matemático servem para que ele se aprofunde no estudo da Matemática como ciência. Além do mais, os conhecimentos que o matemático possui, os processos que usa, o tempo que se dedica à sua atividade são incomparáveis com os dos alunos, porem são equivalentes quanto à sua natureza.

Também, dentro do encaminhamento metodológico, os conteúdos devem ser abordados por meio de tendências metodológicas da Educação Matemática que fundamentam a prática docente, das quais destacamos:

- Resolução de problemas: o estudante tem oportunidade de aplicar conhecimentos matemáticos adquiridos em novas situações, de modo a resolver a questão proposta. Resolução de exercícios e resolução de problemas são metodologias diferentes.

- Etnomatemática: faz com que o aluno seja capaz de reunir situações novas com experiências anteriores, adaptando essas às novas circunstâncias e ampliando seus fazeres e saberes.
- Modelagem Matemática: possibilita a intervenção do estudante nos problemas reais do meio social e cultural em que vive, por isso, contribui para sua formação crítica.
- Mídias tecnológicas: auxiliam estudantes e professores a visualizarem, generalizarem e representarem o fazer matemático de uma maneira passível de manipulação, pois permitem construção, interação, trabalho colaborativo, processos de descoberta de forma dinâmica e o confronto entre a teoria e a prática.
- História da matemática: possibilita ao aluno analisar e discutir razões para a aceitação de determinados fatos, raciocínios e procedimentos.
- Investigação matemática: o aluno é chamado a agir como um matemático, não apenas porque é solicitado a propor questões, mas, principalmente, porque formula conjecturas a respeito do que está investigando.

Além disso, explorar a oportunidade de trabalhar gráficos em situações que envolvam a cultura afro-brasileira e indígena, como por exemplo, fazer pesquisa com as palavras de origem africana e indígena que utilizamos em nosso cotidiano, fazendo o levantamento e a porcentagem em que isso ocorre, demonstrando isso através de gráficos e tabelas, como previsto segundo a lei 11.645/08. O mesmo pode ocorrer com o número de população de cidades do Paraná, pela lei 13.381/01 e, também podemos relacionar gráficos com dados ambientais pela lei 9.795/99.

AVALIAÇÃO

Segundo Luckesi, “a avaliação é:

- Ver, julgar, agir;
- um juízo de valor (afirmação qualitativa sobre um objeto);
- realizada a partir de critérios preestabelecidos, adequados aos objetos propostos;
- a que conduz a uma tomada de decisão”.

Desta forma, o planejamento passa a ser um processo de causa e efeito, destacando-se a importância da sondagem diagnostica (antes de um conteúdo novo, por exemplo) e a consequência da avaliação, servindo de base para o planejamento.

O quadro abaixo representa esse processo:

SONDAGEM - DIAGNÓSTICO - PLANO - AÇÃO - AVALIAÇÃO - REPLANEJAMENTO

Então avaliar é:

- um processo contínuo que deve ser reavaliado como instrumento de diagnóstico para o professor, para o aluno e para a escola;
- é estimular o avanço do conhecimento;
- é reorientar ou não os caminhos da ação educativa.

A auto-avaliação possibilita ao aluno realizar uma análise das alterações ocorridas durante sua interação com o que lhe foi transmitido. Ao professor, proporciona um momento de questionamento e de reorganização.

Com esta reflexão, a avaliação deixa de ser um método contra o aluno e não posiciona o professor com o poder arbitrário de classificação. Deixa de lado o cunho decorativo e de centralizar-se na aprovação e reprovação do aluno.

Assim, o professor deve:

- deixar claro aos alunos os objetivos e critérios de avaliação e correção;
- intervir na sua prática em função dos resultados, comentando com seus alunos;
- abrir debates sobre a necessidade de mudança;
- auxiliar os alunos a superar as dificuldades apresentadas;
- analisar se os instrumentos de avaliação estão de acordo com os objetivos, conteúdos e habilidades desenvolvidas em sala de aula.

O aluno, por sua vez, deve:

- ter a avaliação como um instrumento de medida de sua evolução no processo de conhecimento;

sentir-se responsável no processo de aprendizagem, pois é ele quem aprende.

Levando em consideração que a principal finalidade da avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a formação integral do sujeito pela mediação da efetiva construção do conhecimento, é necessário refletir a respeito da construção dos critérios que serão utilizados para a avaliação em matemática. Um

posicionamento fundamental quando se fala de avaliação é relativamente aos objetivos da educação escolar, pois deles é que derivarão os critérios de análise do aproveitamento.

Alguns critérios de avaliação importantes:

- comunica-se matematicamente oralmente ou por escrito;
- utiliza-se da linguagem matemática para desenvolver a atividade e produzir a resposta da avaliação;
- consegue manipular os algoritmos das operações básicas;
- representa algebricamente (consegue passar da aritmética para a linguagem algébrica, ou seja, representar através de símbolos matemáticos a situação apresentada;
- estabelece estratégias de resolução para as atividades propostas.
- compreendem os conceitos dos conteúdos através de atividades, situações problemas e tabelas;

Durante o decorrer dos trimestres serão avaliados, dependendo do conteúdo, alguns aspectos como:

- uso do caderno: reprodução dos conteúdos dados pelo professor no quadro, produção de atividades individuais ou em grupo realizados na sala de aula sobre situações/problemas, organização e capricho do caderno;
- testes escritos com consulta/dupla (num momento) e individuais (em outros momentos) previamente marcados, sobre conteúdos já trabalhados com os respectivos valores das questões;
- recuperação de estudos quando se fizer necessário;
- tarefas realizadas em casa para posterior correção sobre diversos conteúdos;
- produções de materiais gerados por grupos de alunos no decorrer de um projeto/pesquisa, desde que as entrevistas ou pesquisas iniciais até as exposições do trabalho para a classe como também sua devida publicação em painéis. Neste tipo de atividade será observado as atitudes dos alunos quanto a cooperação entre colegas.

A média trimestral será a somatória dos pontos obtidos pelos alunos. No caso de ocorrer recuperação de algumas das avaliações, somente o maior valor das duas notas é que será somado.

Além disso, temos estudos de recuperação, cuja finalidade é de:

- reintegrar o aluno no processo de aprendizagem e não se limitar a recuperar apenas notas ou conceitos;
- abrir espaço para o aluno repensar o conteúdo (auxílio e não castigo) para descobrir os próprios erros e reconstruir o conhecimento.

Os resultados da avaliação devem nortear o trabalho do professor e do aluno na busca dos objetivos não atingidos por meio de intervenções, das quais destacam-se a retomada de conteúdos, mudança de estratégia (definir os instrumentos e os momentos de avaliação), monitoria, trabalho em grupo, etc.

Com estes princípios de avaliação e recuperação, muda-se o enfoque:

- da nota para o aprendizado;
- e do ensino para ensinar o aluno a aprender (desenvolvendo suas habilidades na busca do conhecimento).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CASTRUCCI, Giovanni e Giovanni Jr, **A Conquista da Matemática**, FTD

GUELLI, Oscar - **Contando a História da Matemática**; São Paulo, Ática, 1992.

GURGES, Beth e Elis Pacheco – **E aí algum problema?** – São Paulo: Moderna, 1997.

LUCKESI, C.C., **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo:Cortez,2002

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação.Diretrizes Curriculares de Matemática para as séries finais do Ensino Fundamenta e para o Ensino Médio .Paraná, Curitiba:SEED, 2008.

POLYA, G. **A arte de resolver problemas.** Rio de Janeiro: Editora Interciência,2006.

PESSOA DE CASTRO.Yeda.**Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Top books Editora, 2001.

PROJETO ARARIBÁ: matemática / obra coletiva, concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Juliane Matsubara Barroso.- 1ª edição – São Paulo : Moderna, 2006.

RAMOS, L. F. : **A Descoberta da Matemática** – São Paulo: Ática, 1994.

ANDRINI, A; Vasconcellos, M.I. Praticando Matemática. Editora do Brasil, 2002.

BARRETO, F.B; Silva, C.X. Matemática aula por aula. FTD,2000.

DIRETRIZES CURRICULARES de Matemática para o Ensino Fundamental e Médio, 2006. SEED.

LONGEN, Adilson. Matemática Coleção Nova Didática. Positivo, 2004.

MARCONDES, C.A ; Gentil,N; Greco, S.E. Matemática. Atica,2003.

Youssef, Antonio Nicolau. Matemática volume único para o ensino médio – São Paulo: Scipione, 2004

Smole, K. S; Diniz, M. I**.** – Matemática Ensino Médio, volume dois – São Paulo: Saraiva, 2005.

Dante, L. R. - Matemática volume único para o ensino médio – São Paulo; Àtica, 2008.

Xavier & Barreto. Matemática Aula por Aula, volume 2ª série - São Paulo: FTD, 2005.

Giovanni & Bonjorno. Matemática Completa, volume 2ª série - São Paulo: FTD, 2005.

www.somatematica.com.br

www.mathema.com.br

www.brincancoseaprende.com.br

QUÍMICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Química está presente em todo o processo de desenvolvimento das civilizações, e desenvolveu-se a partir das primeiras necessidades humanas, tais como: a comunicação, o domínio do fogo e, posteriormente, o domínio dos processos de cozimento necessários a sobrevivência. Outros processos como a fermentação, manipulação de metais o tingimento e a vitrificação foram desenvolvidos também com o decorrer dos tempos com a pratica da experimentação e saberes adquiridos.

A história da química está ligada a fatos políticos religiosos e sociais. As relações de poder dentro de um desenvolvimento capitalista interferiram na revolução científica que teve início na Europa. Com a alquimia, um misto de ciência e magia, os alquimistas buscavam a vida eterna a pedra filosofal. Dedicaram-se a procedimentos e experimentações e descobriram alguns processos e elementos como o cobre, o ferro e o ouro.

No século XV, a burguesia, já preocupada com a cura de doenças começava a comandar o processo produtivo e, no século XVI, vimos o nascimento da Iatroquímica, que era uma leitura cosmológica da ciência relacionada com a religião.

No século XVII, com a investigação sobre a composição da matéria iniciado por Lavoisier, o mágico deu lugar ao científico. Lavoisier elaborou o Tratado Elementar da Química, no qual estabeleceu alguns fundamentos e utilizou uma linguagem universal para a nomenclatura dos compostos químicos, pesquisou como os metais enferrujam, mecanismos de de funcionamento de tinturas, produziu explosivos, entre outras contribuições para o desenvolvimento da Química.

Já John Dalton, apresentou suas teorias sobre a constituição da matéria no século XIX e, Wöhler, sintetizou a ureia, uma substância orgânica, a partir de um composto inorgânico, superando a Teoria da Força vital. Os interesses da indústria no século XIX impulsionaram novas pesquisas e descobertas sobre o conhecimento químico e descobertas sobre eletricidade esclareceram a estrutura da matéria.

Surgem os laboratórios de pesquisa, já no século XX, e a Química e outras ciências naturais tiveram um grande desenvolvimento nos Estados Unidos e na Inglaterra. Depois da segunda guerra mundial e no final do século XX , o mundo passou a conviver com a crescente miniaturização dos sistemas de computação, com o aumento da sua eficiência e com a ampliação do seu uso, modificando algumas maneiras de viver.

O conhecimento químico está inserido na vida humana, interligado com os demais campos do conhecimento. A Química tem importante atuação na produção de novos produtos, que tem aumentado muito nas novas áreas da tecnologia como a biotecnologia, a química fina, as pesquisas para a oferta de de novos alimentos e medicamentos. Daí a importância da presença da Química na escola formal e, especialmente, no ensino médio que completa a educação básica.

O objeto de estudo da disciplina de Química é a formação de conceitos científicos. O processo de “construção e reconstrução de significados dos conceitos científicos” (MALDANER, 2003, p.144) se dá a partir de uma ação pedagógica em que a partir de conhecimentos anteriores dos alunos seja permitido aos mesmos o entendimento e a interação com a dinâmica dos fenômenos naturais por meio de conceitos químicos.

Em relação à leitura de mundo, o aluno deverá posicionar-se criticamente nos debates conceituais, articulando o conhecimento químico às questões sociais, econômicas e políticas, ou seja, a construção coletiva do conhecimento a partir do ensino, da aprendizagem. É preciso ter clareza também de que o ensino da química como de qualquer outra ciência deve ser sob o prisma da atividade humana, portanto, sem verdades absolutas.

O entendimento das implicações sociais, ambientais, políticas e econômicas do conhecimento químico envolvem também aspectos afetivos em relação a aprendizagem.

A consciência de que o conhecimento científico é assim dinâmico, mutável, ajuda o educando e o professor a ter uma necessária visão crítica da ciência. O

conhecimento deve ser construído pelo aluno, não somente transmitido, pois tudo aquilo que ele traz como experiência tem influência direta na sua aprendizagem. Transformar a prática de sala de aula numa prática dialógica, significa dar voz aos alunos, não apenas para que reproduzam as respostas do professor, mas para que expressem sua própria visão de mundo. Conhecer química significa compreender as transformações químicas que ocorrem no mundo físico e assim, poder julgar mais fundamentadamente, as transformações advindas da mídia e da escola.

No ensino da química, incentivar as atividades extraclasses, o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e a iniciação à pesquisa. Os conhecimentos químicos podem ser encaminhados ao longo da história, mostrando um saber construído pelo homem, pois assim a química deixará de ser um problema como as demais ciências ara ser a solução para o sucesso, construindo uma sociedade tecnológica inovadora.

A ciência é uma atividade profundamente humana, portanto, construída e reconstruída constantemente. Como atividade humana, sofre interações com outros campos de atividades humanas (religiosos, psicológicos, sociológicos, econômicos e políticos). Nessa ação coletiva, o professor deve atuar como mediador.

A escolha dos Conteúdos Estruturantes recai sobre esses três enfoques, os quais como a Química se estruturaram enquanto ciência e como disciplina escolar, tendo a preocupação de articulá-los com a especificidade regional. O aluno deve desenvolver, a partir dos conteúdos estruturantes e com o auxílio do professor, conceitos que perpassem o fenômeno em estudo, possibilitando o uso de representações e de linguagens da química no entendimento das questões que devem ser compreendidas na sociedade.

MATÉRIA E SUA NATUREZA

É o Conteúdo Estruturante que identifica a disciplina de Química, por se tratar da essência da matéria, é ele que abre o caminho para um melhor entendimento dos Conteúdos Estruturantes na disciplina de Química. Para poder evidenciar nosso estudo usaremos exemplos de Conteúdos específicos de Matéria e sua natureza: Estrutura da Matéria, Substância, Misturas, Métodos de Separação, Fenômenos Físicos e Químicos, Estrutura Atômica, Distribuição Eletrônica, Tabela Periódica, Ligações Químicas, Funções Químicas, Radioatividade, o que acaba envolvendo reações de pilhas (oxidação e redução). Em Matéria e sua Natureza

também será abordado o detalhamento da química orgânica: hidrocarbonetos e suas funções energéticas dentro do sistema “planeta Terra”.

A abordagem da história da Química é necessária para a compreensão de teorias e, em especial, dos modelos atômicos. A concepção de átomo é imprescindível para que se possa entender os aspectos macroscópicos dos materiais com que o ser humano está em contato diário e perceber o que ocorre no interior dessas substâncias, ou seja, entender o comportamento microscópico.

Desde o conceito de átomo indivisível (Leucipo e Demócrito) até o conceito atual do átomo (partícula onda), foram desenvolvidos modelos de átomos para explicação do comportamento da matéria. Por isso, é preciso relacionar os acontecimentos históricos para perceber que os modelos atômicos foram sendo substituídos a partir de importantes descobertas, tais como a eletricidade e a radioatividade.

Neste momento, a abordagem de conteúdos específicos como: distribuição eletrônica, ligações químicas e diagrama de Linus Pauling devem ser abordados como mecanismos para o entendimento da tabela periódica, para que promovam um aprendizado significativo, pois a utilização isolada do diagrama permite apenas uma memorização temporária.

Ao trabalhar os conteúdos ácido/base, utiliza-se usualmente apenas a Teoria de Arrhenius para explicitar o conceito. Existem, porém, outras duas importantes teorias, a Brönsted - Lowry e a Lewis. A teoria de Brönsted tem uma maior abrangência, pois é mais complexa do que a teoria de Arrenhius. Ao compreendê-la, o aluno terá condições suficientes de analisar algo mais simples. Porém, isto não significa que se deve abandonar a teoria de Arrhenius, mas ampliar as possibilidades de ensino aprendizagem no desenvolvimento do conteúdo ácido-base.

Na maioria das vezes, as propriedades coligativas estudadas nas soluções são deixadas de lado. No entanto, são elas que dão significado ao comportamento das moléculas nos três estados físicos da matéria e no ponto tríplice nos diagramas de fases. O que não se deve privilegiar, na abordagem do conteúdo soluções, ou seja, nas propriedades coligativas, são os problemas baseados unicamente na aplicação de fórmulas (que são simplesmente exercícios matemáticos). É preciso que o trabalho pedagógico possibilite ao aluno a construção de conceitos científicos.

BIOGEOQUÍMICA

Este Conteúdo Estruturante é caracterizado pelas interações existentes entre a hidrosfera, litosfera e atmosfera e historicamente, constituem-se a partir de uma sobreposição de biologia, geologia e química.

O conteúdo Estruturante Biogeoquímica podem ser desdobrado nos seguintes conteúdos específicos: Soluções, Termoquímica, Cinética Química, Equilíbrio Químico, Reações Químicas, Cálculos Químicos (massa molar, volume molar, fórmulas químicas, equivalente-grama de substâncias químicas), Estequiometria.

Ao tornar-se sedentário e dedicar-se à agricultura, o homem descobriu pouco a pouco que a terra é rica em alguns elementos químicos como o enxofre, o cloro, o sódio, entre outros. Descobriu também que uma plantação absorve determinados nutrientes do solo, exaurindo-o desse elemento, podendo torná-lo infértil. Assim, a partir da descoberta da íntima relação entre o crescimento das plantas e a utilização do esterco, por exemplo, percebeu-se a importância da reutilização do solo com uso de fertilizantes, que mais tarde seriam produzidos em laboratório.

Os estudos de maior impacto no combate às pragas por meio da utilização de pesticidas e herbicidas levaram à descoberta do DDT, BHC, Organoclorados e Organofosforados. O DDT, descoberto em 1939, trouxe inúmeros benefícios no controle de insetos, especificamente na agricultura e no bem estar humano. Naquela época, o DDT era o inseticida de muita abrangência e muito eficiência, fácil de produzir, pouco tóxico para mamíferos e de uso adequado para o campo.

O amplo espectro de sua ação se estendia a muitos insetos, que tinham uma função importante no equilíbrio ecológico. Os insetos indesejáveis desenvolveram mecanismos de resistência ao inseticida, fazendo com que os agricultores pulverizassem suas plantações com quantidades excessivas, ocasionando carreação para os rios com ajuda da água de chuva. Além disso, estudos revelaram que o seu uso resultava na bioacumulação desse produto químico em sistemas biológicos, afetando a vida silvestre, os peixes e as aves. O homem, devido a sua dieta variada e a sua posição na cadeia alimentar, apresenta maior probabilidade de bioacumulação.

No Brasil, a chegada dos adubos, fertilizantes, insumos agrícolas, máquinas é resultado da política econômica do período, por imposição do mercado internacional desses produtos.

As abordagens dos ciclos globais: do carbono, enxofre, oxigênio e nitrogênio suas interações na hidrosfera, atmosfera e litosfera são imprescindíveis para a exploração de todas as funções químicas, para permitir a descaracterização da dicotomia entre Química Orgânica e Inorgânica.

QUÍMICA SINTÉTICA

Este Conteúdo Estruturante foi consolidado a partir da apropriação da Química na síntese de novos produtos e novos materiais. Isto permite estudos que envolvem produtos farmacêuticos, as indústrias alimentícias (conservantes, acidulantes, aromatizantes, edulcorantes), indústrias de fertilizantes e de agrotóxicos.

Outros conhecimentos químicos são utilizados no preparo de medicamentos eficazes, como o ácido acetil salicílico (primeiro fármaco sintetizado), os antibióticos, os anti-histamínicos e os anestésicos, como compostos citados e referendados como pertencentes à Química Orgânica. Cabe, neste momento, lembrar que também são muito utilizados atualmente na Medicina, medicamentos cujas fórmulas encontramos metais, que são elementos da Química Inorgânica. Metais como ferro, cobre, bismuto, zinco, magnésio, lítio, entre outros, são considerados primordiais para a manutenção equilibrada das funções do corpo humano. Por exemplo: doenças parasitárias como leishmaniose e esquistossomose, ainda tão comuns em nosso país, podem ser tratadas com eficácia com medicamentos à base de antimônio. Infelizmente, o acesso a esses e outros medicamentos ainda não estão ao alcance de todas as classes sociais

A apresentação de conteúdos a esse respeito, nos livros didáticos tradicionais em geral, privilegiam o estudo de nomenclaturas e classificações, principalmente dos compostos pertencentes à “Química Orgânica”, não se detendo na composição de aminoácidos, proteínas, lipídios, glicídios e a sua presença em todos os setores da vida das pessoas e, até mesmo relacionados às funções de produtos usados no dia-a-dia, como xampus e sabonetes.

Na mesma linha, ao se tratar o conteúdo polímeros pode-se abordar as proteínas na estrutura capilar e como agem os diferentes produtos químicos

utilizados para a limpeza e alteração de textura e cor dos cabelos. Com relação ao estudo do átomo de carbono, deve-se buscar a curiosidade do aluno para os diferentes materiais orgânicos formados por esse elemento e a importância na vida das pessoas.

Assim, a Química Sintética tem papel importante a cumprir, pois com a síntese de novos materiais e o aperfeiçoamento dos que já foram sintetizados, alarga horizontes em todas as atividades humanas. Além disso, o sucesso econômico de um país não se restringe apenas à fabricação de produtos novos, mas sim à capacidade de aperfeiçoar, desenvolver materiais e transformá-los.

A disciplina de Química tem por objetivos:

- Oportunizar ao aluno o desenvolvimento do conhecimento científico, levando-os a apropriação dos conceitos da Química e sensibilizá-lo para um comprometimento com a vida no planeta;
- Possibilitar o entendimento do mundo e a sua interação com ele;
- Criar situações de aprendizagem de modo que o aluno pense mais criticamente sobre o mundo;
- Abordar, refletir e discutir aspectos sócio científicos, ou seja, questões ambientais, políticas, econômicas, éticas, sociais e culturais relativas a ciência e tecnologia.

CONTEÚDOS

1ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

MATÉRIA E SUA NATUREZA
BIOGEOQUÍMICA
QUÍMICA SINTÉTICA

CONTEÚDOS BÁSICOS:
MATÉRIA

- Histórico e importância;

- Noções fundamentais**;**
- Átomos, moléculas, substâncias e misturas;

ELEMENTOS QUÍMICOS

- Estudos do átomo;
- Classificação periódica;
- Propriedades dos elementos.

LIGAÇÕES QUÍMICAS

- Ligações de hidrogênio;
- Ligações metálicas;
- Ligações Polares e Apolares.

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

- Funções Químicas Inorgânicas.
- Conceitos ácido-base (Arrhenius, Bronsted – Lowry e Lewis).
- Funções: óxidos, ácidos, bases, sais, nomenclatura e propriedades.
- Preparação de óxidos ácidos e básicos
- Uso de indicadores

RADIOATIVIDADE

- Emissões radioativas;
- Leis da radioatividade;
- Fenômenos radioativos.

OBJETIVOS

- Diferenciar matéria – elementos químicos – substâncias – mistura e alotropia;
- Perceber a relação entre estado físico de uma substância e estado de agregação das partículas que a formam;
- Identificar e controlar as variáveis;
- Compreender os códigos e símbolos próprios da química;

- Compreender os fatos químicos dentro de visão microscopia (abstração reflexiva)
- Reconhecer ou propor a investigação de um problema relacionado à química;
- Descrever as transformações químicas em linguagem discursiva;
- Aplicar idéias e procedimentos científicos (leis, teorias, modelos) para resolver problemas qualitativos e quantitativos;
- Reconhecer o papel da química no sistema produtivo;

2ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

MATÉRIA E SUA NATUREZA
BIOGEOQUÍMICA
QUÍMICA SINTÉTICA

CONTEÚDOS BÁSICOS:

GASES

- Propriedades dos gases (densidade, difusão X efusão, pressão X temperatura, pressão X volume, temperatura X volume);
- Misturas gasosas;
- Diferença entre gás e vapor;
- Lei dos gases.

REAÇÕES QUÍMICAS:

- Reações químicas:representações, tipos, balanceamento;
- Reações de oxi-redução;
- Reações exotérmicas e endotérmicas;
- Varições de entalpia;
- Diagrama das reações exotérmicas e endotérmicas;
- Calorias;

- Lei de Hess;
- Entropia e energia livre.

SOLUÇÕES

- Misturas;
- Métodos de separação;
- Solubilidade
- Concentração
- Dispersão e suspensão

VELOCIDADE DAS REAÇÕES

- Condições fundamentais para a ocorrência de das reações químicas;
- Fatores que influem nas velocidades
- Lei das velocidades das reações químicas

EQUILÍBRIO QUÍMICO

- Reações químicas reversíveis;
- Concentração;
- Relações matemáticas e o equilíbrio químico;
- Deslocamento de equilíbrio;
- Equilíbrio químico em meio aquoso.

OBJETIVOS

- Selecionar procedimentos experimentais pertinentes a uma situação problemática;
- Desenvolver conexões hipotéticas – lógicas (previsões);
- Conhecer e aplicar os conceitos químicos dentro de uma visão macroscópica (lógico – empírica);
- Traduzir a linguagem discursiva para outras linguagens usadas em química: gráficos, tabelas e relações matemáticas;
- Compreensão de dados quantitativos: estimativa, medidas, compreensão de relações proporcionais;

- Representação simbólica das transformações químicas e suas modificações ao longo do tempo.

3ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

MATÉRIA E SUA NATUREZA
BIOGEOQUÍMICA
QUÍMICA SINTÉTICA

CONTEÚDOS BÁSICOS:

FUNÇÕES ORGÂNICAS:

- Estudo do átomo de carbono
- Hidrocarbonetos;
- Haletos,
- Oxigenados;
- Sulfurados;
- Nitrogenados e mistos
- Isomeria. (plana, geométrica e óptica).
- Reconhecimento de grupos funcionais
- Reações orgânicas

OBJETIVOS

- Reconhecer as tendências e relações a partir de dados experimentais ou a partir de outros dados (classificação, seriação e correspondência);
- Identificar e controlar variáveis;
- Identificar fontes de informação e de formas de obter informações relevantes à química (livro, computador, jornais, manuais);
- Apresentar as principais funções destacando as características estruturais e os fundamentos da nomenclatura oficial;

- Apresentar as funções oxigenadas e nitrogenadas através de suas propriedades;
- Reconhecer a interação do ser humano individual e coletivamente com o ambiente;
- Compreender as relações entre desenvolvimento científico, tecnológico e aspectos sócio – político – culturais;
- Reconhecer os limites éticos e morais que podem estar envolvidos no desenvolvimento da química e da tecnologia.

METODOLOGIA

Propõe-se que os conteúdos de Química sejam tratados em dois momentos. No primeiro momento, utilizando-se da vivência dos alunos e dos fatos do dia-a-dia. No segundo momento, em busca de explicações para os fatos estudados, passa-se a interpretá-los segundo as necessidades e capacidades de entendimentos dos alunos.

É preciso romper com a transmissão de conteúdos, realizada ano após ano com base na disposição sequencial do livro didático tradicional, e que apresenta, entre outros aspectos, uma divisão entre Química Orgânica e Inorgânica que afirma a fragmentação e a linearidade dos conteúdos químicos. É preciso desvencilhar-se de conceitos imprecisos, desvinculados do seu contexto.

Os estudantes de nível médio devem ser capacitados a fazer uma leitura crítica dos acontecimentos ligados à ciência. Combatendo-se o mito de que a ciência é feita por gênios abnegados, que buscam os conhecimentos desligados das preocupações materiais. É preciso saber perceber e julgar os interesses econômicos e políticos envolvidos e o impacto da ciência na sociedade.

A teoria deve sempre combinar com a prática (laboratório). A aula experimental deve estar ligado a organização, a discussão e a análise dos fenômenos químicos possibilitando a sua interpretação e a troca de informações entre os alunos que participam da aula.

O aluno do ensino médio deve ter e desenvolver o conhecimento, seleção, compreensão, tradução, descrição de códigos, textos, análises, problemas,

linguagens, símbolos, variáveis, fatos, fenômenos, conceitos próprios da Química moderna e atual, sempre com uma visão crítica e analítica dos fatos envolvidos.

O aluno deve resolver situações com raciocínio lógico, apropriando-se das fórmulas matemáticas com valor significativo.

O aprender é muito mais do que o uso de métodos estabelecidos para comprovação de idéias científicas, fazendo com que o educando leia o mundo em que vive, com seus próprios olhos e com os olhos da ciência.

AVALIAÇÃO

A avaliação no Ensino de Química será de forma processual e formativa, contínua permitindo fazer o diagnóstico do conhecimento elaborado pelo aluno. Esse processo ocorre por meio de interações recíprocas, no dia a dia, no transcorrer da própria aula e não apenas de modo pontual, portanto sujeita a alterações no seu desenvolvimento.

A avaliação subsidiará e redimensionará o curso da ação do professor no processo ensino-aprendizagem, pois ela não possui uma finalidade em si mesma, tem como objetivo garantir a qualidade do processo educacional desenvolvido no coletivo da escola.

O professor usará instrumentos de avaliação que contemplem várias formas de expressão dos alunos, como: trabalhos diversificados, testes, aulas práticas de laboratório dentro das possibilidades de cada conteúdo. visita de campo(indústrias, plantações e outras visitas correlatas), leitura e interpretação de textos, produção de textos, leitura e interpretação da tabela periódica, pesquisas bibliográficas, relatórios de aulas em laboratório, apresentação de seminários, de exercícios escritos, atividades esportivas, entre outros. Esses instrumentos devem ser selecionados de acordo com cada conteúdo e objetivo de ensino.

Poderá também ser realizada por meio da observação do interesse e participação nas atividades propostas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O ensino da Química esta baseado na atividade humana e portanto não se caracteriza como uma verdade absoluta. Os conhecimentos químicos foram sendo construídos a partir das abordagens históricas, sociológicas, ambientais e

experimentais dos conceitos químicos. Portanto, o aluno deve se tornar capaz de saber posicionar-se de maneira crítica em relação a conceitos e conhecimentos químicos e, ainda, relacioná-lo às questões sociais, econômicas e políticas, construindo o conhecimento a partir do ensino, da aprendizagem e da avaliação. A avaliação, desta maneira, fortalece a união entre a teoria e prática, considerando a articulação e a análise dos experimentos empregados pelos alunos com os conceitos químicos aprendidos. A recuperação de conteúdos e notas, será feita após as avaliações onde os alunos não conseguiram a média bimestral.

Essas ações no ensino da química, deverão capacitar os alunos a tomar suas próprias decisões em situações problemáticas, contribuindo assim para o desenvolvimento do educando como pessoa humana e como cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº. 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN. Brasília, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Química para da Educação Básica.** Curitiba: SEED/DEM, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná.** Curitiba: SEED/DEPG, 1992.

SOCIOLOGIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O contexto histórico de aparecimento da Sociologia

A Sociologia é fruto de um período de grandes transformações sociais que trouxeram a necessidade de se pensar a sociedade e a ciência. Ela nasce no auge

da modernidade europeia do século XIX , como uma ciência disposta a dar conta das questões sociais.

O surgimento da Sociologia como disciplina científica é influenciado por alguns condicionantes históricos e intelectuais a saber. Três grandes revoluções: uma política, a Revolução Francesa de 1789; uma social, a Revolução Industrial, em processo desde o século XVII, e uma revolução na ciência, que se firma com o iluminismo, com sua fé na razão e no progresso da civilização. Esses acontecimentos conjugados – a queda do Antigo Regime e a ascensão da democracia; a industrialização expandida pelas máquinas e a concentração de trabalhadores nas cidades; e a admissão de um método científico propiciado pelo racionalismo; garantem as condições para o desenvolvimento de um pensamento sobre a sociedade.

Inicialmente, com um pensamento de cunho conservador, desenha se mais como uma forma cultural de concepção do mundo, uma filosofia social preocupada em questionar a gênese da sociedade e a sua evolução. Na cena política colhem se manifestações que recompõem a sociedade em outras bases de poder, não sem reações da aristocracia em decadência. No cenário social, a revolução fundamental está no surgimento de uma nova classe social, a dos operários fabris. No âmbito de novas formas de pensar, a explicação do mundo pela fé e tradição é substituída pela razão. Esse caldo histórico deságua em um pensamento social questionador, preocupado com a mudança na sociedade.

Se, na política, a ascensão da burguesia, como a classe empreendedora, incitava formas mais participativas do poder do Estado dominado pelos princípios do absolutismo, crente da origem divina do poder político na figura do soberano; na esfera da economia, a revolução técnico produtiva vale se do crescimento da população, dos bens e serviços e muda a feição do mundo moderno, graças ao processo de acumulação; no plano da ciência, por sua vez, tem se a consolidação metodológica das ciências naturais com base no modo de pensar do positivismo, o qual toma como verdade científica, a descoberta das leis de funcionamento da natureza.

Outra importante contribuição para o surgimento da ciência da sociedade é o Iluminismo, que aspira a emancipação do homem guiado pelas luzes da razão e a crença no progresso da civilização. Pode se mencionar Descartes (1596-1650), Voltaire (1694-1778), Diderot (1713-1784), Rousseau (1712-1778), Condorcet (1743-

1794), Montesquieu (1689-1755), Bacon (1561- 1626), Spinoza (1623-1677) e Locke (1632-1704) entre os filósofos iluministas que influenciaram a sociologia.

O Racionalismo, presente principalmente no método experimental de Bacon e em Descartes na célebre obra *Discurso do Método* [1637] contribui para conhecimento dos fenômenos da natureza física e biológica, principalmente, por meio de regras de observação da realidade. Esse padrão no procedimento científico contagiou o pensamento social, inspirado em fórmulas de ação, imprimindo-lhe a necessidade do estudo objetivo regido por regras para a pesquisa. Entre os postulados de conduta do investigador estão: - afastar ideias preconcebidas; dividir um problema em partes para melhor conhece lo; e deixar se conduzir pela dúvida metódica para extrair toda a verdade dos fatos.

A filosofia positivista - inspirada nos métodos das ciências naturais, que propõe transpô-los como critérios para uma ciência da sociedade - privilegia os fatos, dispensa conhecer-lhes a natureza, toma os como dados, e evidências que devem ser perseguidas e demonstradas. Para o positivismo, a unidade orgânica da sociedade era basilar e de caráter moral. Na perspectiva positivista, a ciência ganha um caráter messiânico e é considerada instrumento de intervenção do homem na realidade.

Nesse contexto de crises crises sociais, e efervescência no mundo das ideias, vão criando condições para o surgimento de uma ciência da sociedade.

A Sociologia como disciplina científica e curricular

A Sociologia como uma disciplina no conjunto dos demais ramos da ciência, especialmente das Ciências Sociais, não se produz de forma independente do trabalho pedagógico em traduzi-la como parte curricular nas escolas de níveis médio e superior. São intercomunicantes os caminhos dos estudos e pesquisas acadêmicas e as atividades curriculares no magistério. Fazer ciência mediante a reflexão acadêmica com base na pesquisa científica e esta alimentar a dimensão da formação do indivíduo são faces de um mesmo problema. É pensando uma e outra que se realiza a dimensão histórica da ciência e, desse modo, é aqui situada a Sociologia no Brasil.

No desenvolvimento da Sociologia, pode-se distinguir um triplo processo de formação de um núcleo disciplinar: a) a identidade cognitiva, que especifica as

orientações, paradigmas, problemáticas e instrumentos de pesquisa da disciplina; b) a identidade social, forjada pelo processo de institucionalização através do qual a disciplina procura se estabilizar do ponto de vista de sua organização; c) a identidade histórica, que corresponde aos primeiros esforços de constituição do campo de orientações, paradigmas, problemáticas e instrumentos de pesquisa da disciplina.

Tal orientação aplica-se para reconhecer como se constitui a disciplina Sociologia, definição do seu campo de estudo e o processo de sua institucionalização, especialmente no Brasil. A apreciação desenvolvida obedece a critérios seletivos de significância social e repercussão intelectual das obras e seus autores, boa parte delas, ensaios de investigação sociológica com mergulhos na historiografia e na etnografia.

No Brasil, a Sociologia surge com algumas características. Florestan Fernandes traça três épocas de desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira, considera a primeira época, uma conexão episódica entre o direito e a sociedade, a literatura e o contexto histórico. A segunda é caracterizada pelo pensamento racional como forma de consciência social das condições da sociedade, nas primeiras décadas do século XX; a terceira época, em meados do século XX, é marcada pela subordinação do estudo dos fenômenos sociais aos padrões de cientificidade do trabalho intelectual com influência das tendências metodológicas em países europeus e nos Estados Unidos.

A questão social nas primeiras décadas do século XX, leia-se a pobreza e o orientações, paradigmas, problemáticas e instrumentos de pesquisa da disciplina, influenciam a primeira geração da sociologia brasileira. Em tons conservadores, encontram-se entre os ensaístas da realidade social: Sílvio Romero (1851-1914), autor orientações, paradigmas, problemáticas e instrumentos de pesquisa da disciplina. Euclides da Cunha (1866-1909), cuja obra-prima sobre o nordeste foi *Os Sertões* [1902] e Oliveira Vianna (1883-1951) que, entre outras obras, escreveu *Populações meridionais do Brasil* [1920] e *Formação étnica do Brasil colonial* [1932], preocupados em reconhecer a identidade cultural da nação em afirmação, via uma mescla de história, política e sociedade. Num misto de literatos, juristas, historiadores, jornalistas, filósofos, despontavam os primeiros sociólogos brasileiros, tendo por contexto político-social a nova República, o crescimento da população urbana e a tradição rural do país. Às voltas com a construção de um sentimento de

brasilidade, o país experimentava um processo de modernização cultural, no qual a ciência condiciona o seu saber ao desenvolvimento do processo produtivo; a moral se torna secular, com caráter universalista, internalizada pelo indivíduo e originando a ética do trabalho; e a arte se torna autônoma, segundo Dupas (2001).

Os anos 1930 foram de plena efervescência da Sociologia que se institucionalizou, no Brasil, graças a um conjunto de iniciativas na área da educação, no campo da pesquisa e editoração. Nasce o ensino da disciplina e alavanca a reflexão sobre as peculiaridades da cultura e sociedade brasileiras. Entre as iniciativas que favoreceram o despertar da produção sociológica, estão as apontadas por Meucci (2008):

- introdução da cadeira de sociologia nos cursos secundários chamados complementares, em 1925, e nas Escolas Normais de Pernambuco e no Rio de Janeiro, m 1928, e de São Paulo, em 1933;
- criação dos cursos de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933; na Universidade de São Paulo, em 1934; na universidade do Distrito Federal, em 1935; e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em 1938;
- publicação das consagradas obras *Evolução Política do Brasil* [1933] de Caio Prado Júnior, *Casa grande e senzala* [1933] de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil* [1936] de Sérgio Buarque de Holanda;
- surgimento de dicionários, coletâneas de textos e periódicos que, juntamente com os manuais didáticos, se constituíram nos primeiros veículos de difusão do conhecimento sociológico, entre eles o *Dicionário de Etnologia e Sociologia* [1939] de Herbert Baldus e Emílio Willems; o *Dicionário de Sociologia* [1939] de Achiles Archero Júnior e Alberto Conte; a revista *Sociologia* [1939], primeiro periódico especializado em Sociologia publicado por Romano Barreto e Emílio Willems; e a coletânea organizada por Romano Barreto, *Leituras Sociológicas* [1940], com traduções de artigos publicados na Europa e nos Estados Unidos, considerados essenciais para o conhecimento da teoria social.

São da década de 1930 grandes trabalhos de síntese interpretativa sobre a realidade social e política. Com as obras *Casa grande e senzala* [1933], *Sobrados e mocambos* [1936], *Nordeste* [1937] e *Ordem e progresso* [1959], Gilberto Freyre

(1900- 1987) projetou-se na análise das origens europeia e africana do povo brasileiro, considerado o primeiro especialista brasileiro com formação científica. Sociólogo deformação, com pós-graduação em ciências políticas, jurídicas e sociais nos Estados Unidos, Gilberto Freyre foi influenciado pela escola culturalista americana que se opunha às teorias sociais relevantes do século XIX, especialmente às de Marx e de Comte, afirma Meucci (2005). Essa influência, que o levou a problematizar a questão étnico-racial e a assumir a miscigenação como algo positivo, não o impediu de tratar o assunto sem questionar as estruturas da sociedade escravista. Gilberto Freyre foi um marco na sociologia brasileira influenciando gerações, lecionou a cadeira de Sociologia na Escola Normal de Pernambuco, além de ter sido deputado estadual em 1946, quando do projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em Recife. Caio Prado Júnior (1907-1980), ensaísta e político, foi o primeiro intelectual brasileiro a utilizar a análise marxista em estudos sobre a realidade cultural do país. Contribuiu para com a história da política nacional, a partir das origens.

No período da chamada transição democrática, a partir de 1982, houve movimentação social de professores e estudantes em alguns estados brasileiros e São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco e Distrito Federal clamaram pela inclusão da Sociologia no Ensino Médio. Havia expectativa com a Constituição de 1988, mas a partir de 1989, com a promulgação das novas Constituições Estaduais, frustraram-se as possibilidades e iniciativas de a disciplina vir a ser obrigatória nos currículos escolares. Em 2001, o retorno da disciplina Sociologia foi vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, justificando-o pela insuficiência de profissionais para suprir a demanda de professores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 1996) abriu perspectivas para a inclusão da Sociologia nas grades curriculares, uma vez que em seu art.36, §1º, inciso III, expressa a importância do “domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Contudo, durante a sua regulamentação, o seu sentido foi alterado. As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio apresentaram como proposta o tratamento interdisciplinar dos conteúdos de Sociologia, esvaziando sua especificidade e o caráter de obrigatoriedade. Esta nova derrota para o ensino da Sociologia impulsionou uma série de discussões e propostas de ações para reverter a situação em diferentes

estados, visto que a obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio não estava garantida.

Mas a partir do segundo semestre de 2007, todas as escolas têm de oferecer as disciplinas em duas aulas por semana durante pelo menos um dos três anos do curso, porque em 7 de julho de 2006, o Conselho Nacional de Educação aprovou, com base na Lei 9.394/96, a inclusão da Filosofia e da Sociologia no Ensino Médio, sem duvida uma importante conquista para aqueles que acreditam na importância da disciplina na grade curricular das escolas do Ensino Médio em todo o Brasil.

A Sociologia no Ensino Médio no Paraná

Seguindo a conjuntura nacional, no Paraná a disciplina de Sociologia também viveu diversos ciclos, ora fazendo parte dos currículos ora excluída, o que contribui para sua pouca tradição nas escolas. Somente a partir da década de 1980 houveram manifestações pró-inserção da disciplina no ensino médio; em vários estados brasileiros, aproveitando o momento propiciado pela redemocratização do país. Mobilizações sociais ganham força quando carreiam ações de diferentes agentes institucionais e, no Paraná, uma campanha teve à frente o Sindicato dos Sociólogos do Estado do Paraná, envolvendo outras entidades como os órgãos estaduais de educação e as universidades, num esforço de superação do modelo curricular herdado do período da ditadura militar.

Os anos 1980 marcaram um longo ciclo de reformas do sistema de ensino da Educação Básica e os debates e encontros realizados em Londrina e Curitiba, visavam o retorno do ensino de Sociologia e Filosofia no novo currículo do Ensino Médio, como defendido no 1º Seminário Estadual de Reorganização do Ensino nos níveis Fundamental e Médio, realizado em 1983, relata Silva (2006). No horizonte das discussões dessas ações políticas estavam a intermitência na trajetória da Sociologia como disciplina no currículo de escolas de Ensino Médio, sujeita às reformas educacionais implementadas pelo governo federal, e a regulamentação da profissão de sociólogo. No entanto, o curso de formação da identidade social da Sociologia, sua constituição e manutenção como disciplina no Ensino Médio, certamente foi afetado por sua fraca institucionalização no meio acadêmico paranaense, analisa Oliveira (2006).

Com a conclusão, em 1988, da Proposta de Reestruturação do 2º grau no Paraná, implementada em 1990 oficialmente, a Sociologia não chegou a ser considerada disciplina obrigatória e às escolas foi dada a prerrogativa de implantá-la ou não. Em 1991, foi implantada proposta de conteúdos e metodologias para a Sociologia da Educação nos cursos de magistério da rede estadual, elaborada anteriormente em ação conjunta da Secretaria de Educação do Estado e a Universidade Federal do Paraná. Essa decisão influenciou professores de Sociologia da modalidade de Educação Geral do Ensino Médio, uma vez que não havia um documento nesta linha. Qualquer movimentação em defesa da Sociologia é dependente das instâncias gestoras da política educacional em nível federal e estadual, por isso a Secretaria Estadual de Educação (SEED), de 1991 a 1994, desenvolve ações para fortalecer a Sociologia; um exemplo é a realização de concurso público para o ensino da Sociologia, em 1991, cujo resultado foi um baixo número de inscritos e aprovados, afirma Silva (2006). Diversos seminários e fóruns de discussão foram realizados em conjunto professores de escolas de 2º grau da rede pública e privada estadual e professores universitários da área de Ciências Sociais. Outro indicativo deste direcionamento institucional em prol da Sociologia é a elaboração entre 1993 e 1994 de uma proposta de conteúdos, como a diretriz estadual para a Sociologia, sob a responsabilidade de técnicos pedagógicos do Departamento de Ensino de 2º grau da SEED (DESG) com a consultoria de professores de diferentes instituições de Ensino Superior, entre elas: FE-USP; UFSC e UFPR. A proposta, finalizada em 1994, deveria ser disponibilizada para as escolas no ano seguinte, mas alterações políticas no estado impediram e novo ciclo de reformas educacionais recomeça.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é promulgada em 1996 e reabre o debate sobre a inclusão da Sociologia no Ensino de 2º grau, que ganhou âmbito nacional. Poucas escolas, no Paraná, ofertavam a disciplina em seu programa, uma vez que a autonomia das escolas trazia flexibilidade para que cada estabelecimento de ensino criasse novas disciplinas e as incluísse nas respectivas matrizes curriculares. Nesse contexto foi criado, em 1998, na Universidade Estadual de Londrina, um projeto de extensão denominado “A Sociologia no Ensino Médio”, que resultou na implementação da disciplina em todas as escolas do Núcleo Regional da Educação de Londrina no ano de 1999. A experiência, entretanto, não se estendeu às escolas do restante do estado e a presença da Sociologia nos currículos continuou instável.

Se, em 1997 e 1998, a disciplina foi incluída na base nacional comum dos currículos e introduzida também nas escolas estaduais paranaenses, em 2000, a determinação da diminuição da carga horária total das aulas semanais, a Sociologia foi uma das primeiras disciplinas a ser extinta ou a ter sua carga horária diminuída. Em 2001, a Sociologia foi retirada da base nacional comum e voltou a compor a parte diversificada do currículo escolar, reduzindo em cerca de 30 a 40% o número de escolas que ofertavam a disciplina, analisa Silva (2006). Apesar de todos esses reveses, em 2002 e 2003, a disciplina de Sociologia se manteve em 50% das escolas paranaenses que, a partir de 2005, recebem professores concursados, em 2004. Houve um aumento gradativo do número de escolas que ofertavam a Sociologia, situação reforçada pela entrada de sociólogos no quadro próprio do magistério da Rede Estadual de Ensino.

A obrigatoriedade do ensino da disciplina a partir de 2007, determinada pelo Conselho Nacional de Educação, levou à inclusão da Sociologia em todas as escolas de Ensino Médio do estado. A escola é livre para determinar a série em a disciplina será ofertada, mas na instrução normativa n. 015/2006 – SUED/SEED é defendido o princípio de equidade entre as disciplinas, de modo a garantir um mínimo de duas aulas semanais para todas as disciplinas nas séries em que são ofertadas. Em função de sua história intercalar como disciplina escolar, a Sociologia não desenvolveu ainda uma tradição pedagógica, havendo insuficiências na elaboração de reflexões sobre como ensinar as teorias e os conceitos sociológicos, bem como dificuldades na delimitação dos conteúdos pertinentes ao Ensino Médio. Por ter se mantido como disciplina acadêmica nos currículos de Ensino Superior, a tendência tem sido a reprodução desses métodos, sem a adequação necessária à oferta da Sociologia para jovens estudantes do Ensino Médio.

A lição histórica deve ser reavivada e a disciplina sair ganhando com sua consolidação acadêmica e o devido aporte metodológico para o ensino em todos os níveis. Há premência em se dispor de traduções de textos de autoria dos clássicos da Sociologia e de trabalhos mais recentes de pesquisadores nacionais, – por já ter avançado a produção sociológica nos programas de pós-graduação, – bem como de livros e outros recursos que veiculem uma metodologia pedagógica específica para as Ciências Sociais. O uso de livros didáticos e materiais de apoio pedagógico, especialmente elaborados para a disciplina no Ensino Médio não deve dispensar leituras complementares, críticas e ilustrativas. A trajetória do ensino da Sociologia,

tanto em nível estadual quanto nacional, caracterizada pela descontinuidade e desvalorização, deixou marcas que dificultam a consolidação dessa disciplina no currículo escolar. No âmbito institucional, projetos e parcerias que contemplem a atuação conjunta e mais integrada dos cursos do Ensino Médio e as licenciaturas em Ciências Sociais existentes no estado do Paraná, trariam vitalidade intelectual a ambos os níveis de ensino.

Os clássicos

Toda ciência, como um produto histórico, está em constante processo de construção e se vale do conhecimento acumulado pelos intelectuais que lançaram as bases teórico-metodológicas do pensar a realidade com método e arguto espírito de indagação. O sociólogo norte-americano Robert Merton (1970), que clássicos são os pensadores que requerem releituras e impulsionam o pensamento, fazem avançar as idéias, suscitam aspectos novos de análise, enfim, surpreendem o leitor. Com a Sociologia não foi diferente. Encontram-se na lista de sociólogos clássico-tradicionais, entre outros, o francês Émile Durkheim (1858-1917), o alemão Max Weber (1864-1920) e, por suas contribuições de destaque sem ser sociólogo, o filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) – sem mencionar a contribuição de outros como o escritor político francês Alexis Charles Tocqueville (1805-1859), que percebeu democrática, a sociedade moderna; o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), considerado o fundador da teoria evolucionista; e o italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), com sua teoria das elites sociais.

Os clássicos são a ponta de lança que arremessa o conhecimento da realidade social e ainda os faz presentes na Sociologia contemporânea. Pensaram a sociedade europeia da sua época, valendo-se da ciência para compreender o sentido da crise que a acometia e cada qual lhe lançou um olhar: Marx decompôs a sociedade capitalista; Durkheim viu a sociedade industrial na sociedade moderna; e Weber a concebeu qual um feixe de possibilidades históricas carreadas pela racionalidade. São considerados clássicos porque suas idéias ainda detêm força explicativa para uma realidade em transformação.

Para apreciar a contribuição desses autores em estabelecer um corpo de conhecimento da Sociologia, parte-se da premissa que a produção teórica é um processo de construção e corresponde a uma interpretação da realidade vivida e

observada. Logo, há uma implicação intrínseca entre teoria e metodologia científica, por trás das ideias de cada autor há que se reconhecer uma concepção de ciência, uma concepção de realidade, uma concepção da sociedade histórica sobre a qual se debruçaram.

Grandes campos teórico-metodológicos

Na Sociologia existem diversas correntes teórico-metodológicas que se desenvolveram desde o surgimento da disciplina no século XIX. No processo de ensino é importante salientar as contribuições de cada uma das correntes, sem se deixar influenciar ou fazer apologia de uma delas em detrimento das demais.

Uma corrente é a do materialismo histórico que toma a contradição social como princípio metodológico. Reconhecer as contradições sociais é tarefa do cientista para Marx, que concebe o sujeito cognoscente também como sujeito histórico, pois conhecer e transformar são como que tomadas de consciência histórica. Já, o pesquisador investido do método compreensivo de Weber, persegue o princípio da racionalização social buscando o significado dos fenômenos, no entendimento de que a subjetividade é um momento necessário do processo objetivo de conhecimento. Por sua vez, Durkheim, vale-se da metodologia funcionalista para explicar o princípio paradigmático da integração social.

Cada um dos clássicos sociológicos, de certo modo, inaugurou uma perspectiva analítica definindo atuação metodológica própria e fazendo escola: o funcionalismo, o método compreensivo histórico e a vertente do materialismo histórico com a lógica dialética. Todos os clássicos lidam com questões da mudança social, seja com a preocupação de manutenção da ordem, seja admitindo ser o conflito inerente a ela, conforme a metodologia proposta. A partir das origens, identificam-se amplos campos de estudo da Sociologia como a preocupação presente nos autores clássicos com a religião e a sociedade industrial moderna e, nela, com o trabalho, conceitos que foram ganhando outras conformações epistemológicas e especificando mais e mais as múltiplas faces do objeto de estudo sociológico. Não há como formular teorias explicativas sobre aspectos da realidade sem o amparo de uma metodologia, ou seja, de uma concepção sobre o real e a ciência que inspire um modo de apreender a realidade e traduzi-la para a comunidade científica.

As teorias sociológicas respondem aos problemas sociais e de preocupação sociológica colocados pela ótica metodológica que os indaga. Teoria e metodologia comprometem-se uma à outra, como partes interdependentes que só se realizam quando acopladas. São momentos chave da formação científica, questionam a razão de ser da ciência, a pretensão dos cientistas em produzi-la e a formação social em que foi gerada.

Como disciplina científica, a Sociologia tem seu primeiro impulso sob a égide da lógica positivista, atenta no eliminar a subjetividade e a visão de mundo do investigador que possa "contaminar" o conhecimento objetivo. Dotada de um viés prescritivo, a ciência sistematiza o conhecimento para restabelecer, sempre que necessário, a ordem reinante na sociedade. O positivismo foi o berço metodológico para as Ciências Sociais e Humanas – Sociologia, Antropologia, Economia Política, História, Psicologia – abrigando conhecimento e verdade como absolutos, fornecidos pela investigação efetuada com base nas leis empíricas, nas relações de causa e efeito entre os fenômenos e em projeções evolucionistas, segundo Giddens (1998).

A abordagem funcionalista submete a evolução ao critério do aumento da complexidade e, desse modo, critica Habermas (1983), o funcionalismo move-se num estreito raio de ação. A concepção de história é linear e factual, a sua análise. Detendo-se na idéia do funcionamento da sociedade semelhante ao dos organismos biológicos, o funcionalismo bebe na mesma fonte do positivismo e do evolucionismo e se fez presente em várias formas das Ciências Sociais, como na produção sociológica de Comte, Spencer e Durkheim, e influenciou fortemente a Sociologia produzida na primeira metade do século XX. A essência do funcionalismo está a conexão entre exigências (necessidades) sociais e forças institucionais (ritos, normas, técnicas, costumes etc.) na garantia de estabilidade e integração social. A essa plataforma analítica funcional, o sociólogo norte-americano Talcott Parsons (1902-1979); acrescenta os papéis sociais e propõe uma teoria baseada na interação entre indivíduos e grupos, cujo teor prossegue normativo, embora com uma concepção mais ampliada de equilíbrio de poder, em pelo menos duas de suas obras *A estrutura da ação social* [1937] e *O sistema social* [1951]. Com sua teoria dos sistemas sociais de ação, Parsons (1969) desenvolveu o funcionalismo estrutural, reconhecendo na função exercida pelas forças institucionais e padrões culturais vigentes, a manutenção do sistema social, aponta Rex (1973). O neoevolucionismo de Parsons reagiu ao utilitarismo e ao positivismo aplicando os

conceitos da teoria geral dos sistemas à sociedade e à modificação estrutural dos sistemas sociais. O universo sistêmico de análise foi pródigo na Sociologia, com autores mais recentes inspirados em Durkheim e Parsons apostando na teoria dos sistemas, tal qual o faz o sociólogo e jurista alemão Niklas Luhmann (1927-1998). A diferenciação funcional é o resultado último de sistemas sociais, como o jurídico ou o da medicina, por terem a capacidade de selecionar do ambiente o que possa agregar e fortalecer a racionalidade do sistema em si, levando a um relativismo na ciência.

Com a ênfase mais nos fins que na funcionalidade da ação social, a concepção de Weber sobre a Sociologia estende-a à explicação de determinadas situações históricas e não à procura de leis gerais da sociedade através estudos comparativos de diferentes sistemas sociais. Se a concepção da sociedade se constituindo possível de apreensão objetiva predominou na França, com Durkheim e seus discípulos, – como o sociólogo e etnólogo Marcel Mauss (1972-1950) ao expressar o conceito de fato social total, – na Alemanha, uma linha de análise sociológica inaugurada por Weber portou a dimensão subjetiva como relevante na realização e identificação da ação social. Destacam-se nessa linha do pensamento alemão, os sociólogos Georg Simmel (1858-1918), estudioso da sociabilidade e Ferdinand Tönnies (1855-1936), cuja distinção entre comunidade e sociedade dá mostra da preocupação com a diferenciação social que caracteriza o fazer Sociologia num país onde a formação política puritana e o desenvolvimento econômico têm por herança, a interpretação nos estudos históricos. Além da aplicação do método comparativo histórico que caracteriza a obra de Weber exemplificada em *A ética econômica das religiões universais* [1915], sua análise funda-se na compreensão do significado das ações sociais e embasa a fenomenologia processada pelo sociólogo austríaco Alfred Schütz (1899-1959), concebendo o homem como um “animal simbólico” (1974). Ele está na base de uma escola de pensamento, que surgiu nos anos 1960 e ocupa lugar considerável na sociologia contemporânea, que é a etnometodologia, cujas construções teóricas orientam suas pesquisas no conhecimento do senso comum que os indivíduos desenvolvem no desempenho de suas rotinas cotidianas.

A metodologia weberiana centrada no indivíduo e nas individualidades históricas ofereceu também as bases para o desenvolvimento do individualismo metodológico – um procedimento explicativo para as escolhas racionais dos

indivíduos, situado na convergência de duas linhas teórico-metodológicas: a funcionalista de Durkheim e a marxista clássica. Entre os sociólogos contemporâneos que buscam interpretar os fenômenos sociais em termos individualistas, encontram-se Jon Elster (1994), Adam Przerworski (1988) e Raymond Boudon (1990). A absorção do legado intelectual de Marx à análise dos fenômenos sociais deve tributo não apenas à metodologia dialética, a qual pressupõe que o todo é mais que o conjunto das partes e suas relações, e reconhece que as partes contêm o todo. Um forte movimento no interior da ciência, questionando o seu próprio fazer, provocou uma ruptura epistemológica, nas primeiras décadas do século XX, insuflando “o novo espírito científico”: o esforço de ultrapassar o senso comum para além da proposta positivista de guiar-se pelas evidências. Com o filósofo e ensaísta francês Gaston Bachelard (1884-1962), esse racionalismo “aberto” (1968), anti-positivista, rompe com verdades absolutas graças a uma razão em constante reformular-se e se conjuga ao método dialético baseado em aproximações sucessivas que, pela análise crítica, procura ler além das aparências do real, encontrar a sua essência, o que ele guarda de contraditório, como forças que se opõem no seu interior.

Em certa medida pode-se falar em uma sociologia durkheimiana e, talvez, numa sociologia weberiana, mas tal não se aplica à produção de Marx, na qual só faz sentido uma ciência social integrada que comporta o social, o político e o econômico como dimensões de um mesmo processo histórico. O pensamento marxista está referido à realidade social moderna tratada num posicionamento crítico, ou seja, o compromisso prático com uma intenção transformadora do real. E isso entra em choque com as aspirações de neutralidade e objetividade da Sociologia enquanto disciplina científica convencional, pondera Cohn (1977). Valendo-se do caudal de idéias-intérpretes da realidade social, a Sociologia faz uso de múltiplas metodologias no ajuste à singularidade do seu objeto. Ao avançar na modernidade, ora exacerbada, tem chegado a algumas sínteses sob a concepção de ciência renovada, que reconhece no conhecimento uma verdade provisória, encontra a razão metodológica na perenidade dos melhores métodos indutivos e é contemplada pela articulação de diversos temas. Pode-se falar em Sociologia e Sociologias: sociologia do trabalho, da religião, do lazer, do conhecimento, sociologia urbana, sociologia rural. Umas mais e outras menos resultam de diferentes metodologias analíticas. A unidade entre estrutura e história, basilar na

cultura do século XVIII, redundou em uma estrutura sem história, o estruturalismo nas Ciências Sociais, do qual o antropólogo belga Claude Lévi-Strauss (1908-), autor de *Tristes trópicos* [1955], é figura proeminente e também lecionou Sociologia na USP, de 1935 a 1939. Da abordagem estrutural se destacam: o reconhecimento de que as relações diferenciais são a chave para compreender a cultura e a sociedade, e a estrutura dos fenômenos sociais não é anterior à realização das relações; são simultâneas.

Com uma complexa e vasta produção, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930- 2002) ultrapassa qualquer interpretação de ser estruturalista sua proposta sociológica, dada a ênfase de a ciência ir além dos modelos para apreender a natureza da vida social. Ao explicitar as relações de poder inscritas em um campo social e ao analisar a dimensão simbólica, cultural, do capital, Bourdieu (1989) constrói uma teoria da prática social, onde cunhou o conceito de *habitus*, como um sistema de esquemas instituintes, espécie de história das relações sociais, para a produção de práticas sociais. Seu modo de fazer ciência pautou-se pelo rompimento da oposição entre objetivismo e subjetivismo (2000), demonstrando que o saber são lutas pela verdade do mundo social no campo sociológico Para isso, Bourdieu (2001) imputa a reflexividade da prática científica à construção de coletividades pensantes, as comunidades científicas.

Ao estabelecer Diretrizes para o encaminhamento do ensino da Sociologia no Ensino Médio, objetivamos propiciar aos discentes, as bases para a compreensão de como as sociedades se organizam, estruturam, legitimam e se mantêm, habilitando-os para uma atuação crítica e transformadora.

Por uma Sociologia Crítica

A Sociologia crítica procura separar-se de uma Sociologia positiva onde o senso comum e a rotina diária são fontes de informação e medida última da verdade, produzindo, portanto, um conhecimento genuíno e privilegiado. O cientista social como o “estabelecedor” de significados mantém-se distante do objeto observado. Ocorre com o pensamento positivo tal qual ocorre com a sociedade de mercado, que separa os objetos do trabalho vivo da fonte objetiva, do próprio trabalho.

A Sociologia crítica procura colher da sociedade os elementos de não racionalidade presentes nas sociedades capitalistas, sobretudo aquelas do capitalismo avançado em níveis de alto consumismo, característicos da indústria cultural e da cultura de massa. Ela se desafia exercitando oposições e desenvolvendo o espírito crítico, capaz de observar dialeticamente a realidade em seus movimentos contraditórios e paradoxais. Teóricos da Sociologia crítica são Charles Wright Mills (1916-1962) e representantes da Escola de Frankfurt, os filósofos alemães: Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973), Walter Benjamin (1892-1940), Jürgen Habermas (1929-) entre outros. No Brasil, a Sociologia crítica ganhou força e perspectiva própria pelo criterioso estudo do sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995).

O conhecimento exerce um efeito libertador, pois através do olhar sociológico, a sociedade pode voltar-se sobre si mesma e os agentes sociais podem saber melhor o que são. Na proposta da Sociologia crítica, pela crítica chega-se à emancipação. Essa começa quando as condições de a ciência fornecer conhecimento digno de confiança cessam de ser como são postuladas por “ainda-não-serem-reais”, escapam à metodologia científica e ao exame da verdade. A saber, os fenômenos não-rotinizados, ainda irregulares, fora do comum, observáveis ou simplesmente concebíveis, os quais, em certo sentido, podem ser considerados como um vislumbre do futuro ou de uma realidade alternativa e despertam o interesse da crítica.

Em Sociologia, coexistem paradigmas científicos e isso a torna uma ciência normal – produtora de pesquisas que se acumulam, – na expressão de Kuhn (1972), referindo-se àquilo que os membros de uma comunidade científica partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma. Diante de impasses como esse que levanta dúvidas acerca do estatuto científico da Sociologia, recrudescem argumentos para reconhecer a especificidade do objeto de estudo da Sociologia: a ação humana, esse conjunto de ações que são as relações sociais. Essa reciprocidade na ação, aventada por Weber, traz implícito o conteúdo histórico das relações sociais empregado por Marx, e reconhece a natureza *sui generis* do social, como posto na concepção de sociedade formulada por Durkheim, apenas para ficar entre os clássicos.

Falando de matrizes metodológicas diversas entre si, os clássicos da Sociologia convergem para a configuração do objeto de conhecimento da ciência

que ajudaram a construir e divergem na abordagem. A tão propalada objetividade científica ganha outras determinações na Sociologia, no sentido de as teorias produzidas – conceitos inter-relacionados – desenvolverem uma coerência interna na admissão de que elementos ideológicos e subjetivos fazem parte do processo de conhecimento de qualquer ciência.

É preciso destacar das teorias dos autores clássicos e dos contemporâneos, elementos para se perceber as temáticas, os problemas e a metodologia concernentes ao contexto histórico em que foram construídas e, então, interpretar e dar respostas aos problemas da realidade atual. Conhecer é desenvolver o espírito crítico e a crítica científica não acontece sem uma crítica social.

CONTEÚDOS

O PPC segue as Diretrizes Curriculares, ao delinear o estatuto científico da disciplina quando se propõe fundamentar o ensino da Sociologia em conteúdos estruturantes, capazes de estender cobertura explicativa a uma gama de fenômenos sociais inter-relacionados. Os conteúdos estruturantes não se confundem com listas de temas e conceitos encadeados de forma rígida, mas constituem apoios conceituais, históricos e contextualizados, que norteiam professores e alunos na seleção, organização e problematização dos conteúdos específicos relacionados a necessidades locais e coletivas.

São estruturantes os conteúdos que estabelecem essa ponte entre o local e o global, o individual e o coletivo, a teoria e a realidade empírica, mantendo a idéia de totalidade e das inter-relações que constituem a sociedade.

Embora a construção histórica da Sociologia e suas teorias fundadoras não sejam apresentadas como um conteúdo estruturante, sugere-se nesta proposta, que a disciplina seja iniciada com esses temas e que eles fundamentem os conteúdos específicos, aqueles que expressam o foco de estudo na realidade empírica. Tal abordagem visa estabelecer uma relação entre o contexto histórico dos autores clássicos, a construção de suas teorias e o conteúdo específico do estudo, numa perspectiva crítica que embasará as possibilidades de explicação sociológica.

O desenvolvimento dos conteúdos estruturantes não descarta a necessidade da constante retomada do histórico do surgimento da Sociologia, bem como dos pressupostos básicos das teorias clássicas.

Os conteúdos estruturantes da disciplina de Sociologia:

- O processo de socialização e as instituições sociais;
- Cultura e a indústria cultural;
- Trabalho, produção e classes sociais;
- Poder, política e ideologia;
- Direitos, cidadania e movimentos sociais.

1° ANO

O Processo de Socialização e as Instituições Sociais

Socialização é o processo que persiste ao longo da vida do indivíduo, está presente na sociedade em tudo o que ela produz de comum e é a base da Sociologia formal. A vida em sociedade exige que seus membros conheçam e internalizem as expectativas de comportamentos sociais estabelecidos por valores, regras e normas, a linguagem e as idéias. Isso ocorre fundamentalmente por meio das instituições sociais vinculadas a contextos históricos econômicos, políticos e culturais. A socialização plasma o indivíduo de tal maneira que esse não é mais indivíduo, mas sujeito socializado que age segundo a sociedade. A socialização é uma **Instituição familiar** processo que implica valoração passiva deste sujeito à sociedade, mas também o leva a conhecê-la e a reagir, expressando sua personalidade e os valores da cultura em que vive. As ações sociais compartilhadas e repetidas passam a ser aceitas como padrão de comportamento num grupo social e são legitimadas por essa aceitação.

Os sociólogos Berger e Luckmann (1994) caracterizam essa aceitação recíproca como o processo de institucionalização social. As instituições, portanto, são a forma organizada mais estável da sociedade nas suas articulações duráveis e reconhecidas. A família, a escola, a igreja são algumas expressões institucionais que socializam os indivíduos e favorecem a formação de identidades sociais. A

sociedade cria as instituições que reafirmam os seus valores e, nesse circuito, a sociedade se estabiliza; como no exemplo do exército que se põe a exigência de defesa e, uma vez nele socializado, o indivíduo defenderá o Estado. As instituições, ao atenderem necessidades sociais, representam as unidades da ordem, para Durkheim (1990), e formam a consciência social dos sujeitos segundo os seus valores, os quais expressam desejos e aspirações da sociedade, nascem do agir histórico como condições normativas em contínuo conflito entre elas, segundo Weber (1977).

As instituições devem ser estudadas sob um olhar crítico com vistas à mudança que apresentam em épocas e culturas diversas. Mauss e Fauconnet, discípulos de Durkheim, mesmo utilizando o termo pressão (coerção) social do mestre, matizam a idéia de instituições como passado, acervo acumulado, e avançam no sentido de elas serem viventes e se transformarem em diferentes momentos, afirma o sociólogo Duvignaud (1974). É discutível a tese de que as instituições são universais e possuem legitimidade: crises econômicas, por exemplo, alteram o sistema institucional que antes parecia imutável e racional. A exterioridade das instituições, – tal como se faz referência hoje à onipresença da figura do mercado no capitalismo contemporâneo, – e/ou à internalização dos padrões de comportamento, mediante o processo de socialização, não constituem o problema central da Sociologia; cabe indagar como o conjunto das determinações sociais atravessa uma instituição e como as instituições atuam sobre o conjunto das relações. Porque as instituições tomam as formas das determinações das relações sociais, elas são parte da estrutura, verdadeiros laboratórios de ideologia, responsáveis pela produção do simbólico na sociedade, terreno onde se encontram as contradições sociais. Sua dinâmica pode ser apreendida na articulação entre o instituído (o sistema de valores, modelos culturais etc.), as formas institucionalizadas mais ou menos específicas e opressivas (organizações, aparatos jurídicos etc.) e as forças instituintes ou os movimentos que dão conteúdo, sentido às instituições sociais.

Essas considerações indicam que o estudo das instituições sociais permite recuperar a sua historicidade nos agrupamentos humanos e que não podem ser absolutizadas ou só apreendidas pelos aspectos mais estáveis. As instituições devem ser estudadas em sua dinâmica, sempre conflituosa, conhecendo suas faces conservadoras ou quando apontam para práticas revolucionárias. Considerada a

dimensão dos conteúdos estruturantes, nesta proposta, propõe-se a análise das seguintes instituições: Instituição familiar, Escolar e Religiosa.

Instituição familiar

Relativamente à instituição familiar, propõe-se o estudo de suas origens históricas e configurações que assume em distintos espaços sociais e geográficos. Atentar para a perspectiva antropológica da família e suas mudanças até chegar à conformação da família contemporânea: laços afetivos, laços de parentesco e coexistência física. O sistema patriarcal e as modernas relações de gênero dão contemporaneidade às questões da família. As categorias da análise marxista – produção, trabalho e classes sociais – são utilizadas nas pesquisas da área e permitem estabelecer relações entre a família, o trabalho e a política a partir das relações de gênero. Na vertente de estudos sobre família e gênero nos segmentos populares a proposição da matrifocalidade está estampada na proliferação do fenômeno “mulheres chefes de família”, apontam Heilborn e Sorj (1999), enquanto nas classes médias, predomina a discussão sobre o individualismo. Na literatura internacional, principalmente através do pensamento de Michel Foucault (1926-1984) com o seu tradicional estudo sobre a história da sexualidade (1986), e na literatura antropológica brasileira com Duarte (1987) por exemplo, exprimem-se as perspectivas interpretativas sobre recortes denominados sexual e sexualidade na modernidade ocidental.

Instituição escolar

Acerca da instituição escolar, podem ser estudadas suas origens e modelos educacionais socializadores em diversas sociedades. As análises devem tratar do papel social da escola e de seus atores – professores, alunos, funcionários e direção – na sociedade contemporânea e dispõem de leituras clássicas de autores nacionais e estrangeiros sobre a educação como objeto de estudo sociológico como a coletânea organizada por Pereira e Foracchi (1973). Cabe à escola a socialização sistemática das novas gerações, propiciando uma maior integração do indivíduo e uma identificação com o sistema social. Para Durkheim (1965), os conteúdos trabalhados na escola são independentes da vontade dos indivíduos e representam

os valores de determinados grupos sociais e momentos históricos. Para Parsons (1969), a educação tem como função a constituição, manutenção e perpetuação dos sistemas sociais, que não se mantêm integrados sem o processo de socialização realizado pela educação formal. Existe um intercâmbio e mútua sustentação entre as instituições. Há relação entre o sistema de ensino e a estrutura das relações de classes, pois a sociedade não se organiza apenas a partir de bens econômicos, mas também pela produção de bens simbólicos. Este é o pensamento de Pierre Bourdieu e Passeron (1975) que analisam o sistema educacional francês através da reprodução das condições sociais, econômicas e políticas vigentes. Entre os autores dialéticos da educação encontra-se o italiano Antonio Gramsci (1891-1937), cuja obra teve parte significativa escrita no cárcere e seus princípios pedagógicos estão diluídos em publicações diversas.

A formação das novas gerações é realizada na escola unitária, concebida e organizada como decisiva para criar valores fundamentais do “humanismo”, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral, necessárias para uma posterior especialização. A junção escola e vida produz a escola ativa, capaz de promover a igualdade. Atingida a coletivização do tipo social, a escola criadora é o coroamento da escola ativa e tende a expandir a personalidade com autonomia e responsabilidade, um método que provoca a maturidade intelectual com consciência moral e social sólida.

Instituição religiosa

Os autores sociológicos clássicos deitaram seu olhar sobre o fenômeno social da religião. As religiões nascem da exigência de explicar a origem do universo, o mistério da morte, a relação entre homem e natureza, a expectativa do transcendental, a diferença entre o profano e o sagrado, a matéria e o espírito, o natural e o sobrenatural. Mas, essas oposições geram ambiguidades e remetem à condição humana; a Sociologia procura, então, explicar a religião pela garantia da ordem e da coesão sociais, ressaltando o seu fundamento moral. A existência social de religiões tem por base a vontade de crer dos sujeitos, em cujas crenças e respectivas práticas sociais formam o seu conteúdo numa construção lógica de manifestação coletiva. A reflexão sociológica tem se direcionado para a religião como fato social, tais são algumas posições intelectuais encontradas na obras de

Comte, Marx, Weber e Durkheim entre outros. O estudo sociológico das Instituições Religiosas no Ensino Médio deve partir da importância do pensamento religioso, das diferentes práticas religiosas e levar os estudantes à reflexão sobre a ideologia e o sectarismo presente nas diversas manifestações religiosas.

2° ANO

Cultura e Indústria Cultural

Partindo do principio de que não existe uma única definição, nem uma teoria da cultura. Este é um fenômeno amplo no campo da experiência existencial do homem em sociedade e sua origem conceitual data dos primórdios da Antropologia como ciência, no final do século XIX. Depreendesse dessa formulação que a cultura é característica do homem como ser social e é uma aquisição. O desenvolvimento antropológico do conceito de cultura precisa ser contextualizado para que as especificidades de cada abordagem – evolucionista, funcionalista, culturalista, estruturalista e interpretativista – possam ser identificas em suas possibilidades e limites explicativos.

Abordagens mais críticas das Ciências Sociais, no século XX, não comparam diferentes culturas a fim de hierarquizá-las, mas analisam as sociedades em suas especificidades culturais. O desenvolvimento dessas análises contribui para a compreensão da cultura como um fenômeno histórico, socialmente construído, revelando que a cultura não é natural, mas composta de comportamentos aprendidos que diferem no tempo e no espaço social. Não se nasce com um comportamento específico, mas se aprende com o processo de socialização.

É importante problematizar o conceito de cultura e suas derivações, para perceberem que não existem culturas superiores ou inferiores e possam reconhecer que há grupos diferentes quanto aos aspectos de constituição de vida como a família, o trabalho, o lazer, a religião etc. Desse modo, os alunos poderão questionar o porquê da dominação cultural sobre algumas sociedades parecer natural, impondo seus costumes, religião e forma de organização familiar, e também, uma dominação econômica. Conceber a cultura de forma hierarquizada propicia a compreensão de uma divisão dicotômica entre a cultura erudita e a cultura popular, numa ideia

“naturalizada” de hierarquia em favor da cultura superior considerada mais valiosa no senso comum.

Para problematizar a temática Indústria Cultural utiliza-se das teorias desenvolvidas pela Escola de Frankfurt, quando analisa a dinâmica desta, que é oriunda no contexto da industrialização e crescente urbanização europeia, com o objetivo de transformar em mercadorias, diferentes manifestações culturais – representações teatrais, circos, obras de arte, literatura, fotografia, cinema, entre outras. Nesse sentido, a indústria cultural modela os gostos e as preferências dos indivíduos, formando visões de mundo pautadas, prioritariamente, no desejo de consumo baseado em necessidades supérfluas. O interesse existente é o de universalizar as culturas, vender para muitos o que foi produzido para determinada classe social, retirando do produto, as suas especificidades.

Essa situação acaba sendo reforçada contemporaneamente pelo processo de globalização, com a crescente homogeneização das experiências culturais a partir das redes de televisão e o fluxo de consumo das populações, possibilitando contato com novos padrões de conduta e consumo. Deve-se discutir como foi possível para a indústria cultural transformar as pessoas em consumidores que não questionam os conteúdos das informações oferecidas. O papel social dos meios de comunicação de massa (televisão, rádio, cinema, internet), – também considerados produtos de mercado de uma sociedade capitalista, – deve ser analisado, pois esses meios produzem bens simbólicos e conceitos sociais para um mercado cada vez mais massificado.

Outras temáticas que precisam ser discutidas no conteúdo estruturante Cultura diz respeito a formação do povo brasileiro, paranaense e campo larguense destacando as teorias explicativas que questionam os processos e experiências históricas que marcaram a nossa formação; processo marcado pelas contradições, conflitos, convivências, que constituiu uma nação com traços singulares que ainda se mostram vivos no cotidiano dos vários tipos de brasileiros que reconhecemos em nosso território.

A primeira característica marcante da formação do povo brasileiro é a sua enorme miscigenação, que inicia-se no momento em que as populações indígenas daqui entraram em contato com os colonizadores da Europa. Em meio ao interesse de exploração e do afastamento dos padrões morais europeus, os portugueses engravidaram várias índias que deram a luz à nossa primeira geração de mestiços.

Nos séculos posteriores, graças ao interesse primordial de se instalar a empresa açucareira, uma grande leva de africanos foi retirada de suas terras para viverem na condição de escravos. Chegando a um lugar distante de suas referências culturais e familiares, os negros africanos tiveram que reelaborar o seu meio de ver o mundo com as sobras daquilo que restava de sua terra natal.

Não se limitando na esfera de contato entre o português e o nativo, essa mistura de povos também abriu novas veredas com a exploração sexual dos senhores sobre as suas escravas. No abuso da carne de suas “mercadorias fêmeas”, mais uma parcela de inclassificáveis se constituía no ambiente colonial. Com o passar do tempo, os paradigmas complexos de reconhecimento dessa nova gente passou a limitar na cor da pele e na renda a distinção dos grupos sociais.

Ainda assim, isso não impedia que o caleidoscópio de gentes estabelecesse uma ampla formação de outras culturas que marcaram tantos espaços. Os citadinos das grandes metrópoles do litoral, os caipiras do interior, os caboclos, os ribeirinhos, gaúchos entre outros, ou seja, os vários Brasis nas palavras de Darcy Ribeiro.

Enquanto tantas sínteses aconteciam sem alcançar um lugar comum, o modelo agroexportador foi muito vagarosamente perdendo espaço para os anseios da modernização capitalista. A força do trabalho escravo acabou abrindo espaço para a entrada de outros povos. Muitos deles, não suportando os abalos causados pelas teorias revolucionárias, o avanço do capitalismo e o fim das monarquias, buscaram uma nova oportunidade em nossa terra. Italianos, alemães, poloneses, japoneses, eslavos, árabes entre outros tantos, não só contribuíram para a exploração de novas terras, como cumpriram as primeiras jornadas de trabalho em ambiente fabril.

Assim, chegamos às primeiras décadas do século XX, quando nossos intelectuais (Gilberto Freye, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Darcy Ribeiro etc) pensaram com mais intensidade essa enorme diversidade de culturas que se misturaram para formar uma sociedade caleidoscópica marcada por diferenças, preconceitos, mas ainda assim, conferindo uma identidade própria, a de brasileiro.

Ao discutir a formação do povo paranaense, destacamos a história das nossas origens, assim como, a enorme diversidade cultural presente neste processo. No Paraná, inicialmente a população indígena, miscigenou-se a espanhóis, portugueses, posteriormente vieram para cá africanos, alemães, holandeses, poloneses, ucranianos, sírio-libaneses e tantos outros que contribuíram

para a nossa formação étnico cultural. Todos esses povos trouxeram consigo costumes, tradições, que fizeram o estado do Paraná possuir uma grande diversidade cultural. As culturas originárias de todos esses povos dão conta da formação toda especial ao Paraná, que não possui uma única identidade, mas uma miríade de identidades. Abordar a história e as tradições, leva-nos a aproximar o aluno de suas origens que é o objetivo da nossa proposta.

Outra temática importante são estudos sobre **Gênero**, conceito criado entre os anos 1960 e de 1970 para explicitar que sexo social não é determinado pelo sexo biológico; procura mostrar que, a sociedade imputa uma diferença cultural entre homem e mulher que resulta em uma cisão construída, independente portanto de determinações biológicas**.** Muitas das diferenças entre homem e mulher não decorrem da sua constituição natural, mas sim dos atributos que o gênero masculino e feminino incorporam do contexto cultural em que estão inseridos. Considerando essa definição, podemos inferir que as diferenças de gênero podem nos ajudar na percepção das particularidades que a constituição biológica confere ao homem e a mulher em termos de possibilidades, potencialidades, em termos de construção da identidade. Além disso, procuramos discutir as diversas problemáticas em torno das diferenças entre gênero, como, a violência doméstica, a divisão sexual do trabalho, a inserção da mulher no mercado de trabalho, assim como, as questões sobre Homossexualismo, transexualismo etc;

Trabalho, produção e Classes Sociais

O trabalho é a condição de sobrevivência humana. Segundo Marx ao agir sobre a natureza para suprir necessidades de sua existência, os homens transformam as condições materiais e a si mesmos. Nessa relação entre trabalho humano e natureza, além de modificar o meio natural, o homem desenvolve habilidades e obtém domínio sobre a natureza, adequando métodos para alcançar o resultado buscado. Portanto, além do esforço físico despendido é necessária atenção à execução das tarefas planejadas. Para produzir a subsistência, os homens se associam, o que faz o trabalho ser uma atividade social por excelência. Na sociedade capitalista, a expressão dessa atividade-relação é o trabalho assalariado, onde o salário é a remuneração da força de trabalho que o trabalhador vende ao empregador (patrão, empresa, Estado).

O trabalho, então, uma relação social que pode ser organizada de várias formas, a partir da divisão do trabalho. O fenômeno resultante dessa associação/divisão produtiva dos homens diz respeito à estrutura da sociedade, ao caráter das relações sociais, seja na sociedade escravista, na medieval ou na capitalista. Nas suas relações para a produção, os homens se diferenciam e as gradações dessas diferenças sociais cristalizam-se no processo de estratificação.

O sociólogo Rodolfo Stavenhagen (1974) afirma que a estratificação social é o fenômeno que, ao classificar indivíduos e grupos por critérios individualizados (renda,escolaridade, origem étnica etc.), hierarquiza-os em fixações sociais, como expressões ideológicas. Esse recurso estatístico distingue-se do fenômeno das classes sociais. Os termos classes e estratos sociais, utilizados sem distinção na análise funcionalista, provocam artifícios como o uso de expressões classe baixa, inferior, classe A ou B e uma amplitude das classes médias, o que expõe a precariedade dos critérios de análise. De acordo com Max Weber (1977), nas sociedades divididas em estamentos, o fator predominante na monopolização de bens e oportunidades é o *status*, ou seja, o componente determinante da posição do indivíduo frente à sociedade, e é vinculado a uma estimativa positiva ou negativa de sua honra. A prática de restringir oportunidades de renda e determinados ofícios a alguns grupos, torna certos estamentos privilegiados. Há pouca ou nenhuma mobilidade social. Assim como em sociedades estamentais, o estilo de vida da casta privilegiada dá a ela o poder de convencionar as relações sociais. O monopólio dos bens e oportunidades é prerrogativa das castas superiores.

Na atualidade, o trabalho passa por grandes transformações, desde o seu processo e divisão, a segmentação do mercado de trabalho, a inserção da mulher como força de trabalho, a ausência do trabalho na situação do desemprego, reconhecido fenômeno estrutural há duas décadas. Dado o avanço da tecnologia, a divisão do trabalho nas sociedades industriais acabou por atribuir maior importância aos trabalhadores das fábricas e aos capitalistas industriais – que vivem em áreas urbanas – do que aos trabalhadores do campo. Para atender às demandas industriais, inclusive da mecanização nas áreas rurais, trabalhadores do campo abandonam suas atividades e se tornam mão de obra nas cidades, onde, muitas vezes, não têm condições mínimas de sobrevivência. Tomando como fundamento as diferentes linhas sociológicas que interpretam as relações de trabalho e pela análise dos processos históricos, o aluno deverá perceber que a organização social

do trabalho não é algo dado; que a exclusão social e o desemprego, na sociedade brasileira, são resultados de processos e determinações sociais, políticas e econômicas que, a depender das forças sociais, que se organizam, podem ou não ser revertidos.

É importante, ao discutir a historicidade das relações de trabalho na sociedade capitalista, analisar como o trabalho tem se organizado: flexível, precário, informal. Analisar como o processo de globalização da economia intensificou o processo de acumulação de capital, mostrar como os acordos econômicos regionais e mundiais estabeleceram relações desiguais de poder; que a divisão internacional do trabalho é extremamente desigual. Que inúmeros postos de trabalho são suprimidos pela implementação das novas tecnologias produtivas associadas à superexploração da força de trabalho. Que o desemprego também é provocado pela desregulamentação do trabalho, pela ruptura da trajetória de constituição da sociedade salarial, anuncia a existência hoje dos desfiliados do sistema capitalista, um excedente de trabalhadores desprovidos da condição de cidadãos. Com o advento de novos meios de produção, passíveis de maior velocidade das máquinas e processos produtivos, com a escassez de proteção ao trabalhador e o enfraquecimento do movimento sindical, intensifica-se, na organização produtiva, a exploração da mão de obra. As consequências podem ser percebidas comparando o índice de desemprego crescente com o incremento da produção, mas também no recurso ao trabalho terceirizado e ao banco de horas, nas doenças profissionais crônicas e nos acidentes de trabalho, que atingem física e mentalmente os trabalhadores fatigados que não conseguem se restabelecer.

Uma outra face da organização capitalista pode ser discutida a partir do fato de que a perda do emprego formal é seletiva, ou seja, implica fatores transversais à condição de ser do trabalhador, – raça, idade, sexo, cultura, língua – determinantes na situação de desemprego. Os mais vulneráveis são jovens, mulheres, velhos e minorias, segmentos sociais que têm o desemprego agravado por outras tensões sociais propiciadas pela cultura e posição que ocupam na estrutura da sociedade.

Outros componentes que contribuem para a vulnerabilidade de alguns grupos sociais vêm à tona fortemente em tempos de acentuado processo migratório. Certas práticas discriminatórias que pareciam ter arrefecido ressurgem a partir do processo de globalização capitalista: a xenofobia, o etnicismo, o racismo. Esses componentes dos conflitos sociais, juntamente aos preconceitos de sexo e idade,

agravam-se na luta pelo emprego ou subemprego, pela estabilidade e ascensão sociais.

As desigualdades sociais são fruto da estrutura social capitalista, cujas relações entre trabalhadores e capital e entre esse e o Estado, tanto no plano nacional como internacional, são monocórdias em defesa da classe dominante, que amplia sua atuação global. As desigualdades sociais podem ser consideradas a matéria prima dos estudos sociológicos na atualidade e sua explicação está no fato de não resultarem necessariamente das diferenças individuais, mas das desigualdades nas oportunidades. Numa perspectiva crítica que contemple diferentes linhas interpretativas, a análise sociológica da categoria trabalho, na contemporaneidade, deve problematizar o lugar da mulher, do negro e do índio, ou seja, das denominadas *minorias*.

É importante que o discente do Ensino Médio conheça as formas pelas quais as minorias, assim como parte considerável dos trabalhadores, vivenciam a discriminação, a exploração, a opressão, o assédio moral. Pela apropriação e reconstrução do conhecimento sistematizado, cabe à educação escolar garantir ao aluno a compreensão crítica das mudanças ocorridas nas relações trabalho no processo histórico, problematizando a precarização do emprego que amplia o quadro de exclusão e de instabilidade sociais.

3° ANO

Poder, Política e Ideologia

Poder é um dos temas ao qual a Sociologia tem dedicado maior atenção, não apenas interessada em analisar no que consiste, mas, sobretudo como o poder é legitimado. O poder é concebido como a capacidade, a habilidade, o potencial de realizar, obter algo; implica a tendência a condicionar, guiar, oprimir a vontade de outro. Ele é um exercício e o poder exercitado é a política. Poder é ação social. Existem múltiplas formas de poder na realidade social e diversas são as leituras teórico-metodológicas da Sociologia, dada a amplitude do conceito. Bem diferente é a situação do poder não-legitimado, quando é a violência a razão da dominação, visto as possibilidades de sanções negativas, inclusive com ameaças à integridade física dos indivíduos.

O poder apresenta-se de modo difuso, muitas vezes, como recursos de poder identificados com o conhecimento, a riqueza ou o capital, a força física ou armada, individual ou coletiva, o controle social a partir de valores morais ou religiosos, a organização, as normas legais. Destaque-se, por exemplo, o poder das organizações econômicas, modernamente empresas transnacionais, que implica um sujeito coletivo, a chamada pessoa jurídica, ou a autoridade de um dirigente sobre uma coletividade, dentro ou fora da empresa. Pelo fato de a organização incorporar normas legais, essas são meios potentes e, também suaves, de impor o respeito de normas em si privadas de autoridade; conhecimento esse disponível nas teorias da administração capaz de construir organizações eficazes.

Uma das possibilidades de se compreender teoricamente o conceito de poder reside na probabilidade de um indivíduo ou grupo ter sua vontade acatada por outro, mesmo contra a resistência do segundo. Tal relação social é assimétrica e indica a imposição da vontade de um ator social perante outro. Por ator social se designa o indivíduo, grupos sociais e organizações, o próprio Estado ou uma minoria étnica. É difícil estabelecer uma linha de repartição entre o poder político e o poder econômico. O poder político tem a ver com a estrutura do sistema de distribuição dos recursos relevantes numa coletividade e o seu sujeito máximo é o Estado, no qual tal estrutura ganha a forma do ordenamento e aparato jurídico-administrativo. Mas, há outros sujeitos do poder político, como as classes sociais, os partidos políticos, os sindicatos. Já, no âmbito do poder econômico, que tem por base a propriedade, posse e gestão dos recursos econômicos – capital, tecnologia, meios de produção, patentes e certificações etc. – o sujeito típico é a empresa.

Na medida em que existem desigualdades na distribuição dos bens sociais e do prestígio político, as tensões entre as classes sociais, bem como entre grupos e facções políticas, é uma constante a ser levada em conta. Nesse sentido, o uso do poder não se limita ao uso da força física; ele se apresenta também pela linguagem, pelos símbolos e nas práticas sociais. Por isso, o conceito de poder vincula-se ao conceito de ideologia. Ideologia. Desde o surgimento do uso do termo ideologia, por Destutt de Tracy, em 1801, como consciência das idéias, esse significado mudou e assumiu, posteriormente, sentido associado a um pensamento distorcido da realidade. A ideologia, no entanto, nasce para a ciência quando Marx (1977) afirma que o ser social determina a consciência. Como ela resulta de uma certa tensão interação entre os grupos e seus diferentes interesses na sociedade, a ideologia não

se resume a simples pensamento e, muitas vezes, uma ação inclusive passa a ser ideológica. Marx e Engels (1984) referem-se à ideologia como uma inversão da realidade que apresenta e vincula às classes dominadas, a visão de mundo das classes dominantes. No entanto, ela não é falsa consciência nem pura ilusão da realidade, mas produz efeitos de realidade, como um colchão que amortece o choque de impactos. O poder e a ideologia, como faces de um fenômeno social, são exercidos por organizações formais, como o Estado, e também por diversas Instituições da sociedade civil.

A discussão sobre o Estado ressalta, sobretudo, o caráter de classe dessa entidade política nas sociedades capitalistas. De acordo com Marx (1977), ao lado de outros aparatos como o jurídico, o religiosos, o científico, o artístico, o Estado integra a superestrutura social no conjunto estrutural que compõe com a infraestrutura, os traços organizativos da produção capitalista, a partir das relações estabelecidas para produzir a subsistência social. Na concepção weberiana de Estado, seus fins ou objetivos assumem grande diversidade em momentos e lugares diferentes. Entre eles, entretanto, existe um meio comum, – o monopólio legítimo da força – e, embora outros agrupamentos façam uso da força, somente o Estado faz uso legítimo desse meio coercitivo. Quando se pensa a respeito do poder configurado pelo Estado, surgem muitas questões, entre elas: Que tipos de Estado existem? Como se organiza o poder em regimes políticos democráticos? O que caracteriza a representação do poder político? Quais são as tarefas/obrigações no âmbito do Estado e as que não são de sua competência? Cabe ao Estado a responsabilidade sobre a educação, a saúde, a segurança, a infraestrutura para a produção industrial e agrícola, o controle das atividades econômicas, ou essas são tarefas podem estar sob a incumbência da iniciativa privada? Como separar o que é público do que é a esfera privada? Como são formuladas e qual o teor das políticas públicas? As respostas variam conforme a organização da sociedade, como mostra Gruppi (1980). Nas sociedades socialistas, por exemplo, em que são socializados os meios de produção, o Estado atende as necessidades da população porque a iniciativa privada não existe. Já nas sociedades capitalistas, o Estado pode se organizar e agir, por exemplo, como representante do público em geral, cobrando dos cidadãos determinados impostos e taxas, gerando a obrigação de fornecer e administrar bens públicos à sociedade, que atendam necessidades sociais básicas como educação, segurança e saúde. Além das funções citadas, o Estado muitas

vezes atende a determinados interesses políticos que nem sempre correspondem àqueles dos seus governados, tais como constituir relações políticas com outros Estados ou nações e ter sua fronteira comercial modificada, nos dias de hoje, em função da globalização da economia. As relações protecionistas entre Estados e empresas de bases nacionais têm mudado à medida que algumas delas se tornam conglomerados transnacionais. Com a maior interdependência econômica entre as nações e a atuação das empresas na nova economia mundial, a antiga soberania – a autoridade suprema que um governo exerce dentro dos limites territoriais dos estados nacionais modernos, – antes referência na construção das políticas internas como as políticas fiscais e monetárias, passa a ser preterida em relação à necessidade de inserção no mercado internacional. O tradicional elenco de políticas externas – por exemplo, a regulação dos ciclos migratórios e o intercâmbio técnico e científico – torna-se determinante de questões sociais complexas e implicam direitos à previdência ou universais como à saúde e à educação dos cidadãos. As escolhas governamentais de caráter político neoliberal, que priorizam os investimentos externos e a atração do capital especulativo aos mercados nacionais, esgotam, muitas vezes, os recursos que deveriam ser destinados ao atendimento de demandas sociais da população, fazendo crescer as desigualdades sociais internas e entre os países.

As análises dessas relações mostram que, de acordo com a organização econômica social e política de cada momento histórico, os grupos sociais se articulam para defender ou refutar determinadas propostas ideológicas configurando o poder estatal. Diante da diversidade de tratamento sociológico dispensado à questão do poder, recomenda-se a discussão exaustiva de cada conceito apresentado aos alunos.

Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais

Nas sociedades modernas, os direitos sociais devem ser pensados como construções históricas dos sujeitos desses próprios direitos. Assim, podemos discutir cidadania como uma conquista social e não apenas como a condição de quem faz parte da população de uma nação, que submete-se a leis e desfruta de direitos sociais. A cidadania é pensada como um conjunto de direitos – que compreendem

deveres na medida da convivência coletiva – conquistados ao longo da história por diferentes atores sociais.

Na análise dos direitos, deve-se considerar se eles foram inscritos nas leis ou decorrentes de pressão e mobilização social. A cidadania é a possibilidade dos indivíduos tornarem-se sujeitos atuantes, com seus direitos e deveres, o que implica a questão da inclusão/exclusão sociais. Direito na lei, que não é exercido, é apenas direito formal, por isso, nesta proposta, esta temática é vinculada à dos movimentos sociais, cuja existência está relacionada à criação de novos direitos ou ao respeito aos já inscritos na lei, implicando mobilização social e ação coletiva. Ainda que a organização e a luta de grupos sociais estejam presentes nas sociedades de todos os tempos, os movimentos sociais são próprios das sociedades capitalistas e de sua preocupação teórica. Urbanos ou rurais, os movimentos sociais são práticas civis de confronto que desempenham o papel de criar, reformar, manter ou resgatar políticas públicas, provocando impacto no desenvolvimento das coletividades onde ocorrem. Resultados dessas práticas são os rearranjos que os detentores do poder político e econômico têm de fazer para atender as reivindicações desses movimentos. No cenário atual das sociedades neoliberais, diante do descompromisso do Estado na mediação dos conflitos entre capital e trabalho, novas formas de organização social com maior alcance político são pensadas. As chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs) têm ocupado os espaços deixados pelos movimentos sociais de cunho político, embora muitas dessas organizações veiculem a ideologia de que o Estado nacional não tem mais sentido em razão da globalização.

Os movimentos sociais inserem-se na teoria de pensar a realidade latino-americana a partir dos direitos sociais, mas o pensamento tem evoluído para as novas dimensões da sociedade globalizada: meio ambiente e sustentabilidade, refugiados e espaço político reconhecido entre outras reivindicações.

Desta forma o estudo deste conteúdo estruturante possibilitará a compreensão da dinâmica das reivindicações da sociedade organizada. Pois podemos observar com frequência na mídia, noticiários destacando grupos sociais que se manifestam pela conquista e garantia de direitos e, é fundamental que os alunos estejam preparados para fazerem uma leitura crítica e contextualizada dos fatos noticiados. Assim como, entender os porquês da existência destas reivindicações.

Conteúdos Específicos

1° ANO

O processo de socialização e as instituições sociais

- O Surgimento da Sociologia e Teorias Sociológicas
- A formação e consolidação da sociedade capitalista e o desenvolvimento do pensamento social;
- O pensamento científico e senso comum;
- As Teorias sociológicas clássicas: Comte, Durkheim, Engels e Marx, Weber.
- O desenvolvimento da sociologia no Brasil.

METODOLOGIA

Os encaminhamentos podem ser realizados a partir de diferentes recursos, como a leitura de textos sociológicos, textos didáticos, textos jornalísticos e obras literárias. Além disso, esses encaminhamentos podem também ser enriquecidos utilizando recursos audiovisuais (filmes, imagens, músicas e charges).

Critérios de Avaliação

Espera-se que compreenda o processo histórico de constituição da Sociologia como ciência; e como as teorias clássicas relacionam-se com o mundo contemporâneo; que o pensamento sociológico constrói diferentes conceitos para a compreensão da sociedade e dos indivíduos. E que os conceitos formulados pelo pensamento sociológico contribuem para capacidade de análise e crítica da realidade social que nos cerca. Mostra que as múltiplas formas de se analisar uma mesma questão ou fato social refletem a diversidade de interesses existentes na sociedade. Assim como, reconhece a importância da produção sociológica nacional e o esforço dos sociólogos brasileiros para se pensar o país.

Conteúdos Específicos:

- Processo de Socialização e as Instituições Sociais
- Conteúdos básicos (Social, Sociedades, indivíduos etc)
- Processo de Socialização;

- Grupos sociais;
- Instituições sociais: Familiares; Escolares; Religiosas;
- Instituições de Ressocialização: prisões, manicômios, educandários, asilos, etc.;
- A Instituição Estado.

METODOLOGIA

Devemos observar especialmente para a proposição de problematizações, contextualizações, investigações, análises e encaminhamentos devem ser realizados a partir de diferentes recursos, como a leitura de textos sociológicos, textos didáticos, textos jornalísticos e obras literárias. Esses encaminhamentos também podem ser enriquecidos com a utilização de recursos audiovisuais (filmes, imagens, músicas e charges) que constituem em importantes elementos para que os discentes relacionem a teoria com sua prática social.

A pesquisa de campo pode ser realizada como forma de articular os dados levantados com a(s) teoria(s) ou temática(s) estudada(s), principalmente quando trabalhar Instituições Sociais e de Ressocialização.

Critérios de Avaliação

Espera-se que os alunos identifiquem-se como seres eminentemente sociais. Compreendam a organização e a influência das instituições e grupos sociais em seu processo de socialização. Reflitam sobre suas ações individuais e entendam que as ações em sociedade são interdependentes. Conheçam a importância e o papel das Instituições de Ressocialização para a sociedade. Assim como, reconheçam a necessidade do Estado em nossas vidas.

Conteúdos Específicos:

2° ANO

Cultura e Indústria Cultural

- O desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades;
- O que é diversidade cultural?;
- O que é Identidade?;
- Indústria cultural e meios de comunicação de massa;
- Sociedade de consumo;
- Preconceito e formas de discriminação;
- Questões de gênero;
- Cultura afro-brasileira e africana;
- Cultura indígena;
- A formação do povo brasileiro;
- A formação da sociedade paranaense e campo larguense.

METODOLOGIA

Devemos atentar especialmente para a proposição de problematizações, contextualizações, investigações, análises e encaminhamentos que devem ser realizados a partir de diferentes recursos, como a leitura de textos sociológicos, textos didáticos, textos jornalísticos e obras literárias. Assim como, utilizarmos recursos audiovisuais (filmes, imagens, músicas e charges).

A pesquisa de campo é um importante recurso metodológico para o estudo desta temática, pois pode articular dados levantados à(s) teoria(s) estudada(s).

Critérios de Avaliação

Espera-se que os discentes identifiquem e compreendam a enorme diversidade cultural, étnica, religiosa, assim com, as diferenças sexuais e de gênero presentes nas sociedades. Compreendam que a questão gênero é uma construção social. Conheçam o processo de formação do povo brasileiro, da sociedade paranaense e campo larguense. Reconheçam a importância e as contribuições dos diversos povos e etnias que formaram Campo Largo, o Paraná e o Brasil. Espera-se

que os discentes também saibam que a cultura e a ideologia podem ser utilizadas como formas de dominação na sociedade contemporânea. E compreendam como o conceito de indústria cultural engloba os mecanismos que transformam os meios de comunicação de massa em poderosos instrumentos de formação e padronização de opiniões, gostos e comportamentos. Entendam o consumismo como um dos produtos de uma cultura de massa, que está relacionada a um determinado sistema econômico, político e social. Identifiquem as formas de discriminação existentes contemporaneamente e trabalhem para o desenvolvimento da alteridade.

Conteúdos Específicos:

Trabalho, Produção e Classes Sociais

- O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades;
- Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais;
- O Trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições;
- Globalização; Relações de trabalho;
- Neoliberalismo;
- O Trabalho no Brasil;

METODOLOGIA

As análises e os encaminhamentos podem ser realizados a partir de diferentes recursos, como a leitura de textos sociológicos, textos didáticos, textos jornalísticos e obras literárias. Esses encaminhamentos podem ser enriquecidos com a utilização de recursos audiovisuais (filmes, imagens, músicas e charges) que constituem em importantes elementos para o aprendizado dos alunos relacionem a teoria com prática social, possibilitando a construção coletiva dos novos saberes. Para que o aluno seja colocado como sujeito de seu aprendizado, faz-se necessária a articulação constante entre as teorias sociológicas e as análises, problematizações e contextualizações propostas.

Critérios de Avaliação

Espera-se que os estudantes possam conhecer a diversidade das formas de trabalho em várias sociedades ao longo da história. As especificidades do trabalho na sociedade capitalista. Compreender que as desigualdades sociais são historicamente construídas e variam conforme a articulação e organização das estruturas de cada sociedade. Assim como, as transformações nas relações de trabalho advindas do processo de globalização etc.

3° ANO

Conteúdos Específicos:

Poder, Política e Ideologia

- O que é Estado? E a Formação e desenvolvimento do Estado Moderno;
- A democracia, o autoritarismo, o totalitarismo
- O Estado no Brasil;
- Conceitos de Poder;
- Conceitos de Ideologia;
- Conceitos de dominação e legitimidade;
- As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.

METODOLOGIA

Devemos atentar para a proposição de problematizações, contextualizações, investigações, análises e encaminhamentos que podem ser realizados a partir de diferentes recursos, como a leitura de textos sociológicos, textos didáticos, textos jornalísticos e obras literárias. Esses encaminhamentos podem partir da utilização de recursos audiovisuais (filmes, imagens, músicas e charges) que constituem em importantes recursos no processo de ensino e aprendizado, no entanto faz-se

necessária a articulação constante entre as teorias sociológicas e as análises, problematizações e contextualizações.

Critérios de Avaliação

Espera-se que os estudantes possam analisar e compreender de forma crítica o desenvolvimento do Estado Moderno, as contradições do processo de formação das instituições políticas. Conheçam as funções e atribuições do Estado. Analisem os processos que estabelecem as relações de poder presentes nas sociedades. Compreendam e avaliem o papel desempenhado pela ideologia em vários contextos sociais. Compreendam os diversos mecanismos de dominação existentes nas diferentes sociedades. Assim como, reconheçam as várias formas pelas quais a violência se apresenta e estabelece na sociedade brasileira.

Conteúdos Estruturantes

Direito, Cidadania e Movimentos Sociais

- Direitos: civis, políticos e sociais;
- Direitos Humanos;
- Conceito de cidadania;
- Conceito de Movimentos Sociais;
- Movimentos Sociais urbanos e rurais;
- Movimentos Sociais no Brasil;
- Movimentos ambientalistas;
- ONG's;

METODOLOGIA

Para discussão desta temática devemos nos atentar para a proposição de problematizações, contextualizações, investigações, análises e encaminhamentos que podem ser realizados a partir da aplicação de diferentes recursos, como a leitura de textos sociológicos, textos didáticos, textos jornalísticos, assim como obras literárias. Também podemos partir da utilização de recursos audiovisuais (filmes,

imagens, músicas e charges) que constituem em importantes recursos no processo de ensino e aprendizagem. Para o estudo destas temáticas a pesquisa de campo pode ser desenvolvida de maneira a articular os dados levantados à teoria estudada, propiciando um efetivo trabalho de compreensão e crítica da realidade.

Critérios de Avaliação

Espera-se que os estudantes compreendam o contexto histórico da conquista de direitos e sua relação destes com a cidadania. Percebam como direitos que hoje consideramos “naturais” são na verdade resultantes da luta de diversos indivíduos ao longo do tempo. Não obstante sejam capazes de identificar grupos em situações de vulnerabilidade em nossa sociedade, problematizando a necessidade de garantia de direitos básicos. Assim como, compreendam o contexto histórico do surgimento dos diversos movimentos sociais em suas especificidades.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Para o ensino da Sociologia no Ensino Médio, os conteúdos estruturantes e os conteúdos básicos devem seguir as Diretrizes Curriculares. Sugere-se que os discentes organizem estes conteúdos da maneira como eles estão apresentados no rol de conteúdos básicos, ressaltando que esses se desdobram em conteúdos específicos, próprios da contextualização dos fenômenos sociológicos estudados.

Considera-se relevante no exercício pedagógico da Sociologia manter no horizonte da análise tanto o contexto histórico do seu aparecimento, as contribuição dos clássicos, Durkheim, Marx e Weber, assim como, as teorias sociológicas mais recentes.

O tratamento dos conteúdos pertinentes à Sociologia fundamenta-se em teorias diferentes, com potenciais explicativos que não devem ser atrelados a posicionamentos ideológicos-políticos. A abordagem dada aos conteúdos bem como a avaliação do processo de ensino-aprendizagem estarão relacionadas à Sociologia crítica, caracterizada por posições teóricas e práticas que permitam compreender as problemáticas sociais concretas e contextualizadas em suas contradições e conflitos.

No tratamento crítico dos conteúdos da Sociologia clássica e contemporânea, professores e alunos podem ou devem se transformar em “pesquisadores”, no sentido de que estarão buscando fontes para o esclarecimento acerca dos fenômenos sociais, políticos e culturais. Para tanto, devemos utilizar diversos recursos metodológicos no processo de ensino e aprendizagem, tais como:

Pesquisa de campo e a iniciação no campo da pesquisa

A pesquisa de campo pode ser iniciada antes ou depois de se apresentar o conteúdo/temática a ser desenvolvido. Quando a pesquisa preceder a apresentação do conteúdo, os resultados obtidos devem servir como base para problematizações a serem desenvolvidas. Se a pesquisa suceder o desenvolvimento dos conteúdos, os resultados deverão comprovar ou refutar o que foi discutido à luz das teorias sociológicas.

Cabe ao professor a proposição e organização da pesquisa, o mesmo deve estabelecer os contatos sociais prévios e conhecer o lugar onde a pesquisa será realizada, bem como, assegurar-se da viabilidade de seu desenvolvimento. Deverá ser elaborado, pelos educandos, um pré-projeto de pesquisa a partir de referências bibliográficas indicadas pelo professor. A confecção de um roteiro de observação e/ou de entrevista deverá se basear na bibliografia de referência, bem como no que se deseja, efetivamente, pesquisar. Tal roteiro deverá ser previamente analisado pelo docente a fim de verificar as condições para sua aplicabilidade e uma coleta segura dos dados pretendidos.

A ida a campo para levantamento dos dados deverá ser pré agendada. Faz-se necessária a organização dos dados levantados, o que pode ser feito por meio da confecção de tabelas ou gráficos, folders, painéis apresentados para o restante da turma. O trabalho com os resultados obtidos não deve se encerrar nos aspectos estatísticos apenas, mas deve ser objeto de análise, relacionado com os conteúdos desenvolvidos ou a desenvolver.

Na impossibilidade de efetuar a pesquisa de campo por diversos motivos – proibição por parte dos pais e/ou responsáveis; distância da casa do educando até o local da pesquisa; custo de deslocamento, dentre outros fatores – é possível lançar mão de outros recursos, como visitas a museus, parques ecológicos e até mesmo uma caminhada pelos arredores da escola desde que o aluno seja levado a articular

aquilo que for apreendido neste exercício aos conteúdos desenvolvidos em aula, elaborando e apresentando o relatório.

Filmes e vídeos sob um olhar crítico

Os filmes são dotados de linguagem própria e compreendê-los não significa apenas apreciar imagens e sons. É preciso que se faça uma interpretação analítica e contextual e, assim sendo, alguns passos devem ser seguidos neste processo:

- aspectos da ficha técnica do filme devem estar incluídos na atividade como o ano, o local de produção, a direção, premiações, assunto da obra, onde e quando se passa;
- a elaboração de um roteiro que contemple aspectos fundamentais para o conteúdo em estudo possibilitará uma melhor compreensão do trabalho, chamando a atenção dos discentes para questões sociológicas que possam estar correlacionadas;
- a discussão das temáticas contempladas deve estar articulada às teorias sociológicas e à realidade histórica referida;
- a sistematização das análises a partir do filme e/ou vídeo, pode ser feita por meio da produção de um texto ou de outro meio de expressão visual, musical, literário – para completar a atividade;

Leitura de textos sociológicos e não sociológicos

É muito importante - imprescindível - propor a leitura e análise de textos sociológicos que não se limitem ao livro didático. Os excertos dos textos sociológicos que forem utilizados são fundamentais, mas deverão ser contextualizados, percebendo a historicidade de sua construção e a intencionalidade das idéias desenvolvidas pelo autor.

Essas ações precisam ser empreendidas a fim de que o texto não seja tomado como verdade absoluta, nem como resposta a todas as problemáticas acerca do conteúdo trabalhado. Levar o estudante a compreender que escritos abordam aspectos de um problema de determinada realidade, evidenciando quais são os aspectos tratados e quais são os outros possíveis. Recomenda-se articular os excertos dos textos sociológicos acadêmicos a textos de livros didáticos, procurando garantir a cientificidade do conteúdo trabalhado.

A utilização de textos teóricos podem subsidiar o desenvolvimento dos conteúdos. O exercício de análise desses textos propicia uma aproximação do educando com a linguagem própria das Ciências Sociais. Devemos ainda destacar que os textos literários contextualizados e articulados com o conhecimento sociológico enriquecerão as discussões da disciplina.

AVALIAÇÃO

A avaliação no ensino de Sociologia, fundamenta-se numa concepção formativa e continuada, onde os objetivos da disciplina devem estar de acordo com os critérios de avaliação propostos pelo professor em sala de aula.

A avaliação deve ser realizada de maneira diagnóstica e formativa identificando as aprendizagens que foram satisfatoriamente efetuadas, e também as que apresentaram dificuldades.

A proposição de uma avaliação continuada, processual, deve estar presente em todos os momentos da prática pedagógica possibilitando uma constante intervenção para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Desta forma pretendemos no processo avaliativo a desnaturalização dos conceitos tomados historicamente como irrefutáveis, propiciando a melhora do senso crítico e uma maior participação do educando na sociedade. Para atingirmos tais objetivos, estabelecemos alguns critérios fundamentais a ser observados no processo avaliativo:

- a apreensão dos conceitos básicos da ciência, articulados com a prática social;
- a capacidade de argumentação fundamentada teoricamente;
- a clareza e a coerência na exposição das ideias sociológicas no texto oral ou escrito;
- a mudança na forma de olhar e compreender os problemas sociais.

Os instrumentos de avaliação em Sociologia, buscam a construção da autonomia dos discentes, acompanham as próprias práticas de ensino e aprendizagem da disciplina e podem ser medidas através dos registros de reflexões

críticas em debates; nos textos que acompanham filmes ou documentários, na participação em pesquisas de campo. Assim como, na produção de textos que demonstrem a capacidade de argumentação fundamentadas teoricamente.

Portanto, devem existir várias formas para se avaliar em Sociologia, no entanto, é importante que se tenha a clareza dos objetivos que se pretende atingir, no sentido da apreensão, compreensão, e reflexão dos conteúdos e, sobretudo, nas atividades de expressão oral e escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. A indústria cultural. Televisão, consciência e indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural.** 5.ed. São Paulo: T.A. Queiroz,1987, p. 287-295; 346-354, respectivamente.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

BAUMAN, Zigmunt. **Por uma sociologia crítica; um ensaio sobre o senso comum e emancipação.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. ***A construção social da realidade.*** 11.ed.Petrópolis: Vozes, 1994.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). ***Dicionário do pensamento marxista.*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BOUDON, Raymond. **O lugar da desordem.** Lisboa, Gradiva, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Science de la science et reflexivité**; cours du College de France 2000-2001. Paris: Éditions Raisons d´agir, 2001.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. ***A reprodução*; elementos para uma teoria do ensino.** São Paulo: Francisco Alves, 1975.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede; a era da informação: economia, sociedade e cultura.** 3.ed. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COHN, Gabriel (Org.). **Sociologia: para ler os clássicos.** Rio de janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. In: **Os Pensadores.** v. XXXIII, São Paulo:Editor Victor Civita, 1973.

DUARTE, Luiz. **Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas.** In: LOPES, José. (Org.). *Cultura e identidade operárias*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987, p. 203-226.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo.**3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Ética e poder na sociedade da informação.** 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

_____. **De la división del trabajo social.** Buenos Aires: Schapire Editor, 1973a.

_____. **O suicídio; estudo sociológico.** Lisboa: Editorial Presença, 1973b.

_____. **As regras do método sociológico.** 14 ed. São Paulo: Editora Nacional. 1990.

ENGELS, Friedrich. **Dialéctica da natureza.** 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, Dumará, 1994.

FERNANDES, Florestan. **Ensaios de sociologia geral e aplicada.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

_____. **Elementos de uma sociologia teórica.** São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1970.

_____. ***Fundamentos empíricos da explicação sociológica.*** 2.ed. São Paulo: Nacional, 1972.

_____. ***A sociologia no Brasil;*** contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade.** 3 volumes. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

GALLINO, Luciano. **Dizionario di Sociologia.** Torino: TEA, 1993.

GIDDENS, Anthony. ***Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo.*** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. ***Capitalismo e moderna teoria social; uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber.*** Lisboa: Editorial Presença, 1990.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP,1999.

GOHN, Maria da Glória. ***Teoria dos movimentos sociais; paradigmas clássicos e contemporâneos.*** 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GRAMSCI, Antonio. ***Poder, política e partido.*** Coletânea organizada por SADER, Emir.São Paulo: Brasiliense, 1990.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel; as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.

GUELFI, Wanirley. **A sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro: 1925-1942.** Curitiba: Universidade federal do Paraná, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna; uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1993.

HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como "ideologia". In: **Os Pensadores**. XLVIII. São Paulo: Editor Victor Civita, 1975, p. 303-333.

_____. ***Mudança estrutural na esfera pública;*** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Heilborn, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira** (1970-1995). v. II. São Paulo: Editora Sumaré:ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999, p. 183-222.

IANNI, Octávio. **Sociologia e sociedade no Brasil.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

_____. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. A sociologia numa época de globalismo. In: FERREIRA, Leila (Org.). **A sociologia no horizonte do século XXI.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p.13-25.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1982.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. In: ***Os Pensadores***. v. XXXV. São Paulo: Editor Victor Civita, 1874.

_____. ***O capital*; crítica da economia política.** 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

_____. ***Contribuição à crítica da economia política.*** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. ***A ideologia alemã.*** São Paulo: Editora Moraes, 1984.

MERTON, Robert. ***Sociologia;* teoria e estrutura.** São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

MEUCCI, Simone. **Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas.** *Mediações*, UEL, Londrina, 30 p., 2008.

_____, **A experiência docente de Gilberto Freyre na escola norma de Pernambuco** (1929-1930). *Caderno CRH*, Salvador, v.18, n.44, p.207-214, maio/ago., 2005.

MORIN, Edgar. ***Sociologia;*** a sociologia do microssocial ao macro planetário. Apartado : Publicações Europa-América, [1984], edição s.d.

_____. **Ciência com consciência.** Apartado 8, Lisboa: Europa-América, 1994.

OLIVEIRA, Márcio de. (Org.) **As Ciências Sociais no Paraná. Curitiba: Pretexto, 2006.**

PARSONS, Talcott. ***Sociedades*; perspectivas evolutivas e comparativas.** São Paulo: Pioneira, 1969.

PRZEWORSKI, Adam. **Marxismo e escolha racional.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* n.6, v.3, fev.1988, p.5-25.

REX, John. **Problemas fundamentais da teoria sociológica; possibilidades de aplicação de uma metodologia científica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, Ileizi. ***Das fronteiras entre ciência e educação escolar:*** **as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia, no Estado do Paraná (1970-2002).** São Paulo, 2006.280 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo.

SOUSA SANTOS, Boaventura. ***Um discurso sobre as ciências.*** 10. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Estratificação social e estrutura de classes**. In: VELHO, O.;

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice de; MELO, Manuel. **As Ciências Sociais no Brasil: a formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa.** *BIB*, Rio de Janeiro, n. 40, 2. sem. 1995, pp. 27-64.
VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record.

WEBER, Max. ***A ética protestante e o espírito do capitalismo*****.** São Paulo: Pioneira, 1967.
_____. ***Sobre a teoria das Ciências Sociais*****.** Lisboa: Editorial Presença, 1974.
_____. ***Economia y sociedad*****.** Bogotá: Fondo de Cultura econômica, 2 volumes, 1977.
_____. *Karl Mannheim:* **Sociologia.** FORACCHI, Marialice (Org.). São Paulo: Ática, 1982.

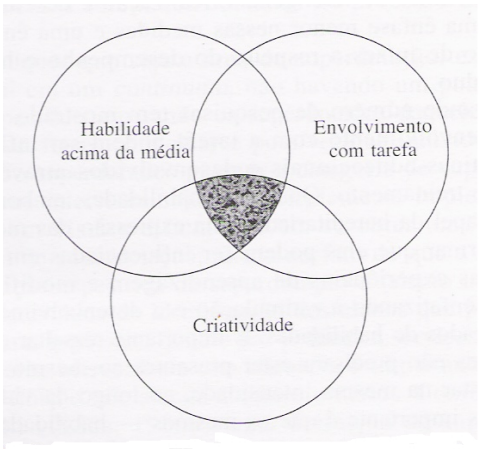
WRIGHT MILLS, Charles. ***A imaginação sociológica.*** 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SALA DE RECURSOS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

A grande maioria das áreas da vida humana e a discussão científica sobre o talento têm sido permeadas por defesas da herança biológica e da estimulação ambiental. Da mesma forma que nos demais casos é muito difícil apontar com exatidão quanto de determinação cabe a um e a outro. Entretanto, pode-se afirmar que ambos contribuem para o processo de desenvolvimento de uma pessoa dotada de altas habilidades/superdotação e que um ambiente estimulador favorece a manifestação de suas características, conforme especifica Sabatella (p.98 – 2005), *"uma criança pode ser superdotada, mas não estar suficientemente desafiada. Talento esquecido é potencial não realizado."* Ou então a Especialista Denise Matos, quando em uma de suas frases afirma que *"a criança nasce superdotada e morrerá superdotada. A manifestação depende do meio."*

Todas as pessoas são capazes e inteligentes em uma área específica ou em várias. Gardner criou a Teoria das Inteligências Múltiplas (linguística, matemática, visual/espacial, cinestésica, musical, interpessoal e intrapessoal) que de uma certa forma "clareou" definições e/ou conceitos de pessoas com altas habilidades/superdotação.

O termo "altas habilidades/superdotação" é muito utilizado em todo o mundo e geralmente se refere às pessoas que possuem habilidades extraordinárias. Porém, é muito importante definir claramente a concepção de altas habilidades/superdotação que, de acordo com o MEC/SEESP (2002) é aquela pessoa que apresenta notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes; capacidade psicomotora. Outra concepção de renome é de Renzulli (in Alencar & Fleith, 2001) que considera indivíduos com altas habilidades/superdotação aqueles que apresentam três conglomerados de traços, sendo eles: habilidade acima da média, criatividade e envolvimento com a tarefa. A habilidade acima da média é vista como a capacidade de processar informações, integrar experiências e se engajar em pensamento abstrato, além da aquisição de conhecimento e destreza ou habilidade para realizar uma ou mais atividades do tipo especializado. Já o envolvimento com a tarefa constitui-se no componente



motivacional e representa a energia que a pessoa canaliza para resolver um dado problema ou tarefa; destacando-se aqui a perseverança, a dedicação, o esforço, a autoconfiança e a crença na própria habilidade para desenvolver um trabalho importante.

Em relação à criatividade, Renzulli destaca a produção criativa de alto nível, acompanhado de grande prazer na sua realização, além da fluência, flexibilidade e originalidade de pensamento, abertura a novas experiências, a curiosidade, a sensibilidade e atenção aos mínimos detalhes.

Sendo que, é exatamente a interação entre estes três conglomerados já explicitados que caracteriza-se um indivíduo superdotado.

Vale a pena ressaltar também que, na grande maioria das áreas da vida humana, a discussão científica sobre o talento tem sido permeada por defesas da herança biológica e da estimulação ambiental. Da mesma forma que nos demais casos é muito difícil apontar com exatidão quanto de determinação cabe a um e a outro. Entretanto, pode-se afirmar que ambos contribuem para o processo de desenvolvimento de uma pessoa, dotada de altas habilidades/superdotação e que um ambiente estimulador favorece a manifestação de suas características, conforme especifica Sabatella (p.98 – 2005), “uma criança pode ser superdotada, mas não estar suficientemente desafiada. Talento esquecido é potencial não realizado.”

E, é exatamente por isso que, o Colégio Estadual Júlio Nerone – Ensino Fundamental e Médio conta com a primeira Sala de Recursos de Altas Habilidades/Superdotação (SRAH/SD) do Município de Campo Largo, sendo esta um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professora especializada que SUPLEMENTA o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. Esse serviço tem como “sede” o colégio e pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, em horário diferente daquele que o aluno frequenta o ensino regular.

Pode-se citar como algumas das atividades que podem ser desenvolvidas na Sala de Recursos as que envolvam desafios, áreas específicas de interesse, a busca do autoconceito, do autoconhecimento, pensamento criativo e

desenvolvimento interpessoal e intrapessoal, além de projetos por área de interesse (linguística, lógico-matemática, corporal-cinestésica, musical, dentre outras).

Para a efetiva realização destas atividades e/ou projetos, os alunos que frequentam a SRAH/SD, recebem atendimentos coletivos e individuais durante quatro (04) horas semanais, divididas em dias alternados num período de duas (02) horas cada um.

É válido citar que alguns dos projetos e/ou atividades por área de interesse e que já foram desenvolvidos ou que ainda estão em desenvolvimento na Sala de Recursos de Altas Habilidades/Superdotação são: Formigas (criação e montagem de robôs e outros equipamentos, tais como: batedeira, motor rudimentar, carrinhos, mini robôs, mini chuveiro, foguete hidráulico, derretedor de estanho, barcos, bonde aéreo, ventiladores, maquete de movimentos, mini usina que produz energia através do lixo); Insetos (busca de insetos mortos, observando-os com o uso da lente de aumento e realização de anotações e pesquisas sobre os mesmos); Qual criança não precisa de brinquedo? (voltado para o benefício de crianças carentes, no qual construímos brinquedos e os doamos a uma instituição - Pastoral da Criança da Igreja Matriz Bom Jesus - que fez a distribuição dos mesmos às crianças carentes); O Egito (pesquisa e estudo de dados egípcios na busca pela compreensão do modo de vida, crenças, cultura, sociedade, lazer, economia, política); Trabalhando o corpo (desenvolvimento de atividades relacionadas aos aspectos psicomotores visando o conhecimento e o domínio do corpo e suas ações frente aos desafios cotidianos); Aves: Calopsita (pesquisa sobre as características e comportamento das calopsitas, para posteriormente redigir um manual de instruções de como cuidar de uma); A água e sua implicação em nossa vida (realização das mais variadas experiências utilizando a água limpa e água suja, além de fazermos algumas pesquisas sobre o referido tema. Também iremos visitar a Sanepar para conhecermos melhor por quais processos a água passa até chegar a nossas casas. Por fim, produziremos um fôlder de conscientização da preservação das nascentes, rios e lagos da região próxima de onde se localiza o Colégio); Jogos divertidos (os alunos trazem jogos para brincarmos, tais como: banco imobiliário, detetive, jogo da vida, cara a cara, cuca legal, jogo da velha, xadrez, damas, trilha, cubo mágico, cuboteca, bilboquê, jogos com cartas, sudoku, lince, diga logo, dominó, bingo, magnetix, dentre outros); Confraternizações (realização de encontros para que os alunos possam conversar, rir, trocar idéias e experiências de maneira informal); Atividades extras (participação

em várias outras atividades que não contemplam especificamente um dos itens já citados, mas valem a pena serem lembradas: participação na confecção de um boneco gigante - gralha-azul; auxílio em projetos do Campo ciência, inclusive em parceria com outras escolas; palestra realizada para alunos do curso de magistério); Teatrolândia (atividades/técnicas de teatro desenvolvidas em parceria com uma professora de Artes do Colégio); AH/SD, que bicho é esse? (estudo de textos e reportagens sobre altas habilidades/superdotação para que os alunos tenham conhecimento do assunto); Guerras Medievais (pesquisa e estudo histórico das Guerras Medievais, com a montagem de catapultas para uma competição de tiro ao alvo e tiro longínquo); Brincando com as palavras (produção de textos de variados tipos linguísticos).

Talvez pudéssemos explicar em uma única palavra quais seriam as melhores alternativas para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento pleno de um aluno com altas habilidades/superdotação, e a palavra seria desafio.

"É tarefa da escola estimular o desenvolvimento do talento criador e da inteligência em todos os alunos e não só naqueles que possuem um alto QI ou que tiram as melhores notas; desenvolver comportamentos superdotados em todos aqueles que têm potencial; nutrir o potencial da criança, rotulando o serviço e não o aluno; e desenvolver uma grande variedade de alternativas ou opções para atender as necessidades de todos os estudantes."
(Treffinger & Renzulli, 1986)

Os alunos que são superdotados precisam de desafios intelectuais cotidianos em sala de aula no ensino regular, assim como em Sala de Recursos, para que utilizem o seu potencial extraordinário para elaborar formas inovadoras e criativas para se atingir o que o professor objetivou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Eunice Soriano & FLEITH, Denise de Souza. **Superdotados: determinantes, educação e ajustamento.** São Paulo: EPU, 2001.

SABATELLA, Maria Lúcia Prado. **Talento e Superdotação: problema ou solução?** Curitiba: Ibpex, 2005.

APOSTILA **ADAPTAÇÕES CURRICULARES E METODOLOGIA DE ENSINO: SUPERDOTAÇÃO E TALENTO**.

REVISTA PÁTIO. **As altas habilidades na escola.** Ano IX, nº 35 de agosto/outubro de 2005, p.50-53.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Superdotados: como identificar e atender alunos tão especiais.** Janeiro/Fevereiro de 2006, p.50-55.

VIRGOLIM, Ângela M. Rodrigues. **Toc, toc... plim, plim!: lidando com as emoções, brincando com o pensamento através da criatividade**. Campinas: Papirus, 2000.

GUENTHER, Zenita Cunha. **Desenvolver Capacidades e Talentos.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SALA DE RECURSOS S.F.I. DM INT. TRANSF.E.A

A educação escolar tem como objetivo fundamental promover, de forma intencional, o desenvolvimento de certas capacidades e a apropriação de determinados conteúdos da cultura, necessários para que os alunos possam ser membros ativos em seu âmbito sócio-cultural de referência. Para atingir o objetivo indicado, a escola deve conseguir o difícil equilíbrio de oferecer uma resposta educativa, tanto compreensiva quanto diversificada, proporcionando uma cultura comum a todos os alunos, que evite a discriminação e a desigualdade de oportunidades e, ao mesmo tempo, que respeite suas necessidades individuais.

Existem necessidades educativas comuns, relacionadas às aprendizagens essenciais para o seu desenvolvimento pessoal e sua socialização, que se expressam no currículo escolar. Nem todos os alunos, porém enfrentam com a mesma bagagem e da mesma forma as aprendizagens estabelecidas nele, visto que têm capacidades, interesses, ritmos, motivações e experiências diferentes que mediam seu processo de aprendizagem.

Algumas necessidades individuais podem ser atendidas pelo trabalho individual do professor em sala de aula, outras requerem pôr em prática uma série de ajudas, recursos e medidas pedagógicas especiais ou de caráter extraordinário, diferentes das que requer habitualmente a maioria dos alunos. Nesse caso refiro-me aos alunos que apresentam dificuldades ou defasagens em relação ao currículo que corresponde a sua idade. Para serem atendidas, essas dificuldades requerem modificações que facilitem e reforcem o progresso destes alunos, tanto na organização e no funcionamento da escola, como nas adaptações no currículo e nos meios para ter acesso a ele.

Giroux (1988) o professor precisa atuar como “intelectual transformador” fundamentando suas atividades na perspectiva de articular e desenvolver possibilidades emancipadoras em espaços mais específicos.

Assim, o Colégio Estadual Júlio Nerone – Ensino Fundamental e Médio conta como a Sala de Recursos de Deficiência Intelectual, Transtorno Funcional Específico e Transtorno Global do Desenvolvimento.

A Sala de Recurso é um espaço de investigação e compreensão dos processos cognitivos, sociais e emocionais, visando a superação das dificuldades de aprendizagem e o desenvolvimento de diferentes possibilidades dos sujeitos.

Regula por tempos escolares a organização pedagógica da Sala de Recurso tem por função primeiramente, dissipar as dificuldades impeditivas da aprendizagem pelas quais os alunos são encaminhados, independentemente da natureza delas. Em segundo plano, ela assume a função mordeizante quando observe a organização da aprendizagem que lhe é extrínseca.

É importante a troca de informações entre os professores de Sala de Recursos e os da sala regular, o que permite o apoio e intervenções na escolarização dos alunos com necessidades especiais.

Faz-se necessário aplicabilidade de atividades pedagógicas específicas, incluindo o desenvolvimento da psicomotricidade, da cognição, da expressão livre através das artes e do desenvolvimento afetivo emocional.

O programa visa atender com qualidade os alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, matriculados nas classes comuns do ensino regular.

O atendimento ocorre no contraturno, 2 (duas) vezes por semana de forma individual ou em pequenos grupos pelo período que varia de 1:30H (uma hora e trinta minutos) a 2H (duas horas).

O foco do trabalho não é clínico, é pedagógico. O professor prepara o aluno para desenvolver habilidades e utilizar instrumentos de apoio que facilitem o seu aprendizado nas aulas regulares.

São realizadas atividades que envolvem a memória, atenção, concentração, expressão do pensamento e raciocínio através de jogos e atividades diversas como: relato de fatos ocorridos, reprodução de histórias , jogos de competição, desafios matemáticos, sala de informática, textos diversos, leitura e interpretação, dinâmica (socialização), operações matemáticas em situações problemas.

Atividades – valorização do “eu” e a importância do querer – desejar avançar na apropriação do conhecimento e também do respeito ao outro.

Uso de atividades em grupo para que o aluno saiba trabalhar com a ansiedade e consequentemente elevar sua autoestima; e atividades para despertar a oralidade levando em consideração aspectos como: organização do pensamento, a expressão verbal, articulação correta, a interpretação de cenas, a compreensão e a transmissão da informação e a síntese dos fatos.

Estas habilidades são desenvolvidas através de jogos pedagógicos e outros recursos disponíveis, com a intensão específica de provocar uma aprendizagem significativa, estimulando a construção de um novo conhecimento e, principalmente ajudando o aluno nos fenômenos sociais e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Tezzari – M. L. - Inclusão Escolar e Rede de Apoio: Sala de Integração e Recursos – como possibilidade de serviço de atendimento especializado. Santa Maria 2006

Ferreira J. R. - A nova LDB e as necessidades educativas especiais vol. 19 nº 46. Campinas 1998

Giroux, Henry A. - Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica de aprendizagem. Porto Alegre – Artes Médicas 1988.

CELEM – CNTRO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

JUSTIFICATIVA

A inclusão da Língua Estrangeira Moderna Inglês no Curso do CELEM faz-se necessário para aprimorar o conhecimento e o uso da Língua na comunicação e interação entre o indivíduo e o mundo, ou seja, ensinar o aluno a lidar com a linguagem em suas diversas situações de uso e manifestações, inclusive a estética, pois a interação com a Língua Estrangeira revela acesso a várias áreas do conhecimento. Sendo assim, o ensino da Língua Estrangeira tem como missão contribuir significativamente para que os alunos ampliem suas visões tornando os mais críticos e atuantes na sociedade.

Neste Curso Busca-se despertar a percepção dos alunos para os fatos da língua, com uma tendência centrada na língua enquanto atuação social, enquanto atividade e interação verbal de dois ou mais interlocutores e, assim, enquanto sistema-em-função, vinculado, portanto, às circunstâncias concretas e diversificadas de sua atuação.

Um aspecto a ser trabalhado com os alunos no decorrer do Curso é o padrão culto da língua e o conjunto de variedades determinadas pela situação geográfica, histórica e social, conduzindo-os ao entendimento e questionamento de diversos níveis da comunicação ver Na língua estrangeira moderna, o ato avaliativo deve ser contínuo, formativo, qualitativo e cumulativo, pois o ensino desta ocorre em processo linear que exige o entendimento de cada uma das partes, demonstrando desta forma que é possível interagir em padrões culturais diferentes com base em sua própria língua.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

No âmbito do processo de ensino e aprendizagem das Línguas Estrangeiras Modernas (doravante LEM), as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (doravante DCE) para Língua Estrangeira Moderna, afirmam que “*as propostas*

curriculares e os métodos de ensino são instigados a atender às expectativas e demandas sociais e contemporâneas e a propiciar a aprendizagem dos conhecimentos historicamente produzidos às novas gerações" (DCE, 2008 p. 38).

Face a isto, observa-se que "na atualidade, vem ocorrendo modificações significativas no campo da ciência, principalmente no âmbito dos estudos lingüísticos no que diz respeito à aquisição de língua estrangeira (LE)" (WOGINSKI, 2005, s/p).

A Resolução n 3904/2008 de 27 de agosto de 2008, reitera,

> a importância que a aprendizagem de Línguas Estrangeiras Modernas (LEM) tem no desenvolvimento do ser humano quanto a compreensão de valores sociais e a aquisição de conhecimento sobre outras culturas (SUED/SEED, 2008).

O ensino de LEM, se justifica com prioridade, pelo objetivo de desenvolver a competência comunicativa (lingüística, textual, discursiva e sociocultural), ou seja, este desenvolvimento deve ser entendido como a progressiva capacidade de realizar a adequação do ato verbal às situações de comunicação.

Se a comunicação sempre ocorre por meio de textos, pode-se dizer que o objetivo do ensino de LEM corresponde ao desenvolvimento da capacidade de produzir e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação.

Contudo,

> um dos objetivos da disciplina de Língua Estrangeira Moderna é que os envolvidos no processo pedagógico façam o uso da língua que estão aprendendo em situações significativas, relevantes, isto é, que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas lingüísticas descontextualizadas. Trata-se da inclusão social do aluno numa sociedade reconhecidamente diversa e complexa através do comprometimento mútuo (DCE, 2008,p. 57)

Reitera-se a importância que a habilidade de compreensão e expressão oral tem no ensino e aprendizagem de LEM oportunizando ao aluno a possibilidade de

compreender e expressar-se observando os princípios da gramática e dos elementos culturais.

Também explorar-se-á a habilidade de compreensão leitora visando a interpretação, a compreensão, a leitura e a produção (oral, escrita e visual) de diferentes gêneros textuais.

CONTEÚDOS

Para o ensino e aprendizagem de Língua Estrangeira Moderna, as discussões pertinentes aos conteúdos encontram-se imbricadas em seu conteúdo estruturante, bem como nos conteúdos básicos, propostos pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica para LEM.

A disciplina de LEM concebe como conteúdo estruturante o **Discurso como prática social** e ao mesmo tempo caracteriza os gêneros (textuais, do texto, discursivos, do discurso) como conteúdos básicos abordados dentro das práticas discursivas.

Os gêneros do discurso segundo Bakhtin (1952, p. 279), são definidos como “tipos relativamente estáveis e heterogêneos de enunciados dentro de uma esfera de utilização da língua” e ainda caracterizados por três elementos: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional.

Para Marcuschi (2006, p. 35), os gêneros textuais “são um tipo de **gramática social** (grifo do autor) isto é, uma gramática da enunciação”. Sendo assim,

> são definidos como textos orais ou escritos materializados em situações comunicativas recorrentes (portanto) organizam nossa fala e escrita assim como a gramática organiza as formas lingüísticas (MARCUCHI, 2006, p. 35)

Não cabe mais à escola apenas ensinar o aluno a ler e escrever em e/ou na LEM: é preciso instruí-lo a relacionar a língua às suas práticas sociais.

Reitera-se a necessidade de explorar as práticas *da oralidade, leitura e escrita* a partir da seleção dos gêneros textuais. Conforme Bakhtin (1952), o indivíduo primeiro define o seu propósito, para então decidir o gênero textual que utilizará.

Com relação as práticas da ***oralidade***, percebe-se a necessidade de trabalhar a língua falada oportunizando o aluno a perceber sua função social na qual o prórpio aluno utilizará os diferentes gêneros de acordo com seus próprios interesses.

Diante disto, Marcuchi (2001) argumenta que,

> o trabalho com a oralidade pode, ainda, ressaltar a contribuição da fala na formação cultural e na preservação de tradições não escritas que persistem mesmo em culturas em que a escrita já entrou de forma decisiva (...) Dedicar-se ao estudo da fala é também uma oportunidade singular para esclarecer aspectos relativos ao preconceito e à discriminação linguística, bem como suas formas de disseminação (MARCUCHI, 2001) p. 83).

O trabalho com a oralidade nas aulas de LEM, “Têm como objetivo expor os alunos a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos (...) *é aprender a expressar idéias em Língua Estrangeira mesmo que com limitações. (...) também é importante que o aluno se familiarize com os sons específicos da língua que está aprendendo*” (DCE, 2008, p. 66).

Pretende-se valorizar a importância que a oralidade tem na sala de aula de LEM, bem como explorar aqueles gêneros textuais próprios da oralidade como a publicidade da televisão e da rádio, por exemplo.

No que diz respeito à prática da **leitura**, observa-se que o papel primordial da utilização dos gêneros textuais na aprendizagem de LEM, torna a aquisição do conhecimento mais significativa e mais próxima das práticas sociais das quais o aluno interage.

De acordo com as DCE´s (2008), a respeito da leitura discursiva,

> na medida em que os alunos reconheçam que os textos são representações da realidade, são construções sociais, eles terão uma posição mais crítica em relação a tais textos. Poderão rejeitá-los ou reconstruí-los a partir de seu universo de sentido, o qual lhes atribui coerência pela construção de significados (DCE, 2008, p. 65).

Koch e Elias (2007, p. 37), apontam para o fato da leitura ser "*uma atividade de construção de sentido que pressupõe a interação autor-texto-leitor, é preciso considerar que nessa atividade, além das pistas e sinalizações que o texto oferece, entram em jogo os conhecimentos do leitor".*

Ainda, o processo de leitura a partir dos gêneros textuais considerando que estes são constituídos de um determinado modo e com uma certa função dentro de um domínio discursivo, requer a construção de sentidos dos textos considerando que,

> a escrita/fala baseiam-se em formas padrão e relativamente estáveis de estruturação e é por essa razão que, cotidianamente, em nossas atividades comunicativas, são incontáveis as vezes em que não somente lemos textos diversos, como também produzimos ou ouvimos enunciados (KOCH; ELIAS, 2007, p. 101).

Para Foucambert (2008, p. 25), "não se pode mais esquecer que, ao aprender o mecanismo da leitura, conquista-se também um intrumento de comunicação".

No que tange as práticas da **escrita**, "não se pode esquecer que ela deve ser vista como uma atividade sociointeracional, ou seja, significativa" (DCE, 2008, p. 66).

As condições dessa produção escrita e o uso de variados gêneros textuais desenvolverão no aluno,

> a possibilidade ou necessidade de usar a língua escrita como forma de comunicação, de interlocução em situações na qual a expressão escrita se apresente como uma proposta a um desejo ou uma necessidade de comunicação, de interação, e que o aluno tenha, pois, objetivos para

> escrever e destinatários (leitores) para quem escrever (SOARES, 1999 apud WOGINSKI, 2008, P. 63).

No Ensino de LEM, salienta-se a importância de desvincular-se (pelo menos parcialmente) das questões de adequação formal no processo da escrita para focar-se à adequação comunicativo-discursiva do texto.

Conforme Koch e Elias (2009), a produção escrita recorre a conhecimentos armazenados na memória. Esses conhecimentos resultam das inúmeras atividades em que o produtor se envolveu ao longo da vida, bem como são concebidos pela ativação de modelos cognitivos sobre as práticas interacionais, histórica e culturalmente constituídas, portanto.

> para a atividade de escrita, o produtor precisa ativar "modelos" que possui sobre práticas comunicativas configuradas em textos, levando em conta elementos que entram em sua composição (modo de organização), além de aspectos do conteúdo, estilo, função e suporte de veiculação (KOCH; ELIAS, 2009, p. 43).

A elaboração de atividades que envolvam a diversidade dos gêneros textuais, como a (re) produção de uma carta (formal ou informal) ou um bilhete certamente atenderão a demanda das práticas linguísticas da escrita, bem como oportunizarão a reflexão sobre os mecanismos linguísticos que envolvem o processo da escrita.

Portanto, é necessário considerar "*o que os alunos precisam aprender sobre a ação da linguagem configurada no gênero?"* (WOGINSKI, 2008, P. 65).

CONTEÚDOS BÁSICOS – 1º ANO

ESFERA SOCIAL DE CIRCULAÇÃO E SEUS GÊNEROS TEXTUAIS

Esfera cotidiana de circulação:	**Esfera publicitária de circulação**:	**Esfera produção de circulação**:	**Esfera jornalística de circulação**:
Bilhete	Anúncio**	Bula	Anúncio classifica-

Carta pessoal	Comercial para radio*	Embalagem	dos
Cartão felicitações	*Folder*	Placa	Cartum
Cartão postal	Paródia	Regra de jogo	*Charge*
Convite	Placa	Rótulo	Entrevista**
Letra de música	Publicidade Comercial		Horóscopo
Receita culinária	Slogan		Reportagem**
			Sinopse de filme

Esfera artística de circulação:	**Esfera escolar de circulação**:	**Esfera literária de circulação**:	**Esfera midiática de circulação**:
Autobiografia	Cartaz	Conto	Correio eletrônico (*e-mail*)
Biografia	Diálogo**	Crônica	Mensagem de texto (SMS)
	Exposição oral*	Fábula	Telejornal*
	Mapa	História em quadrinhos	Telenovela*
	Resumo	Poema	Videoclipe*

*** Embora apresentados oralmente, dependem da escrita para existir.**

**** Gêneros textuais com características das modalidades escrita e oral de uso da língua.**

PRÁTICA DISCURSIVA: Oralidade	**ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA**	**AVALIAÇÃO**
Fatores de textualidade centradas no leitor: ·Tema do texto; · Aceitabilidade do texto; · Finalidade do texto; · Informatividade do texto; · Intencionalidade do texto; · Situacionalidade do texto; · Papel do locutor e interlocu-	Organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos; · Orientar sobre o contexto social de uso do gênero oral trabalhado; · Propor reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos;	**Espera-se que o aluno**: · Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal e/ou informal); · Apresente suas ideias com clareza, coerência; · Utilize adequadamente

tor; · Conhecimento de mundo; · Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos; · Adequação do discurso ao gênero; · Turnos de fala; · Variações linguísticas. **Fatores de textualidade centradas no texto**: · Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos; · Adequação da fala ao contexto (uso de distintivos formais e informais como conectivos, gírias, expressões, repetições); · Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.	· Preparar apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; · Estimular a expressão oral (contação de histórias), comentários, opiniões sobre os diferentes gêneros trabalhados, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros; · Selecionar os discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem entre outros.	entonação, pausas, gestos; · Organize a sequência de sua fala; · Respeite os turnos de fala; · Explore a oralidade, em adequação ao gênero proposto; · Exponha seus argumentos; · Compreenda os argumentos no discurso do outro; · Participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões (quando necessário em língua materna); · Utilize expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos que julgar necessário.
PRÁTICA DISCURSIVA: Leitura	**ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA**	**AVALIAÇÃO**
Fatores de textualidade centradas no leitor: · Tema do texto; · Conteúdo temático do gênero;	· Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros atrelados à esfera social de circulação; · Considerar os conhecimen-	**Espera-se que o aluno**: · Realize leitura compreensiva do texto; · Identifique o conteúdo

· Elementos composicionais do gênero;
· Propriedades estilísticas do gênero;
· Aceitabilidade do texto;
· Finalidade do texto;
· Informatividade do texto;
· Intencionalidade do texto;
· Situacionalidade do texto;
· Papel do locutor e interlocutor;
· Conhecimento de mundo;
· Temporalidade;
· Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto:
· Intertextualidade;
· Léxico: repetição, conotação, denotação, polissemia;
· Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito);
· Partículas conectivas básicas do texto.

tos prévios dos alunos;
·Desenvolver atividades de leitura em três etapas:
- pré-leitura (ativar conhecimentos prévios, discutir questões referentes a temática, construir hipóteses e antecipar elementos do texto, antes mesmo da leitura);
- leitura (comprovar ou desconsiderar as hipóteses anteriormente construídas);
- pós-leitura (explorar as habilidades de compreensão e expressão oral e escrita objetivando a atribuição e construção de sentidos com o texto).
· Formular questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
· Encaminhar as discussões sobre: tema, intenções, intertextualidade;
· Contextualizar a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;
· Utilizar de textos verbais diversos que dialoguem com textos não-verbais, como: gráficos, fotos, imagens, mapas;
· Socializar as ideias dos alunos sobre o texto;
· Estimular leituras que suscitem

temático;
· Identifique a ideia principal do texto;
· Deduza os sentidos das palavras e/ou expressões a partir do contexto;
· Perceba o ambiente (suporte) no qual circula o gênero textual;
· Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo;
· Analise as intenções do autor;
· Identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto;
· Faça o reconhecimento de palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual;
· Amplie seu léxico, bem como as estruturas da língua (aspectos gramaticais) e elementos culturais.

	tem no reconhecimento das propriedades próprias de diferentes gêneros: - temáticas (o que é dito nesses gêneros); - estilísticas (o registro das marcas enunciativas do produtor e os recursos linguísticos); - composicionais (a organização, as características e a sequência tipológica).	
PRÁTICA DISCURSIVA: **Escrita**	**ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA**	**AVALIAÇÃO**
Fatores de textualidade centradas no leitor: ·Tema do texto; · Conteúdo temático do texto; · Elementos composicionais do gênero; ·Propriedades estilísticas do gênero; · Aceitabilidade do texto; · Finalidade do texto; · Informatividade do texto; · Intencionalidade do texto; · Situacionalidade do texto; · Papel do locutor e interlocutor; · Conhecimento de mundo · Temporalidade; · Referência textual. **Fatores de textualidade**	· Planejar a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade; · Estimular a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto; · Acompanhar a produção do texto; · Encaminhar e acompanhar a re-escrita textual: revisão dos argumentos (ideias), dos elementos que compõem o gênero; · Analisar a produção textual quanto à coerência e coesão, continuidade temática, à finalidade, adequação da linguagem ao contexto;	**Espera-se que o aluno**: · Expresse as ideias com clareza; · Elabore e re-elabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo: - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade); - à continuidade temática; · Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; · Use recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc;

centradas no texto: · Intertextualidade; · Partículas conectivas básicas do texto; · Vozes do discurso: direto e indireto; · Léxico: emprego de repetições, conotação, denotação, polissemia, formação das palavras, figuras de linguagem; · Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explicitas; · Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); · Acentuação gráfica; · Ortografia; · Concordância verbal e nominal.	· Conduzir à reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. · Oportunizar o uso adequado de palavras e expressões para estabelecer a referência textual; · Conduzir a utilização adequada das partículas conectivas básicas; · Estimular as produções nos diferentes gêneros trabalhados.	· Utilize adequadamente recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, adjetivo, advérbio, etc.; · Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, em conformidade com o gênero proposto; · Use apropriadamente elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos atrelados aos gêneros trabalhados; · Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual.

CONTEÚDOS BÁSICOS – 2º ANO

ESFERA SOCIAL DE CIRCULAÇÃO E SEUS GÊNEROS TEXTUAIS

Esfera cotidiana de circulação:	**Esfera publicitária de circulação**:	**Esfera produção de circulação**:	**Esfera jornalística de circulação**:
Comunicado	Anúncio**	Instrução de montagem	Artigo de opinião
Curriculum Vitae	Comercial para televisão*	Instrução de uso	Boletim do tempo**
Exposição oral*	*Folder*	Manual técnico	Carta do leitor
Ficha de inscrição			Entrevista**

Lista de compras Piada** Telefonema*	Inscrições em muro Propaganda** Publicidade Institucional Slogan	Regulamento	Notícia** Obituário Reportagem**

Esfera jurídica de circulação: Boletim de ocorrência Contrato Lei Ofício Procuração Requerimento	**Esfera escolar de circulação**: Aula em vídeo* Ata de reunião Exposição oral Palestra* Resenha Texto de opinião	**Esfera literária de circulação**: Contação de história* Conto Peça de teatro* Romance Sarau de poema*	**Esfera midiática de circulação**: Aula virtual Conversação *chat* Correio eletrônico (*e-mail*) Mensagem de texto (SMS) Videoclipe*

***Embora apresentados oralmente, dependem da escrita para existir.**

**** Gêneros textuais com características das modalidades escrita e oral de uso da língua.**

Fatores de textualidade centradas no leitor: ·Tema do texto; ·Aceitabilidade do texto; ·Finalidade do texto; ·Informatividade do texto; ·Intencionalidade do texto; ·Situacionalidade do texto; ·Papel do locutor e interlocutor; ·Conhecimento de mundo; ·Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos; ·Adequação do discurso ao gê-	·Organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos; ·Orientar sobre o contexto social de uso do gênero oral trabalhado; ·Propor reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos; ·Preparar apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da orali-	**Espera-se que o aluno**: ·Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal e/ou informal); ·Apresente suas ideias com clareza, coerência; ·Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos; ·Organize a sequência de sua fala; ·Respeite os turnos de

nero; ·Turnos de fala; ·Variações linguísticas. **Fatores de textualidade centradas no texto**: ·Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos; ·Adequação da fala ao contexto (uso de distintivos formais e informais como conectivos, gírias, expressões, repetições); ·Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.	dade em seu uso formal e informal; ·Estimular a expressão oral (contação de histórias), comentários, opiniões sobre os diferentes gêneros trabalhados, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros; ·Selecionar os discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem entre outros.	fala; ·Explore a oralidade, em adequação ao gênero proposto; ·Exponha seus argumentos; ·Compreenda os argumentos no discurso do outro; ·Participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões (quando necessário em língua materna); ·Utilize expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos que julgar necessário.
PRÁTICA DISCURSIVA: Leitura	**ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA**	**AVALIAÇÃO**
Fatores de textualidade centradas no leitor: ·Tema do texto; ·Conteúdo temático do texto; ·Elementos composicionais do gênero; ·Propriedades estilísticas do gênero; ·Aceitabilidade do texto; ·Finalidade do texto; ·Informatividade do texto;	·Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros atrelados à esfera social de circulação; ·Utilizar estratégias de leitura que possibilite a compreensão textual significativa de acordo com o objetivo proposto no trabalho com o gênero textual selecionado; ·Desenvolver atividades de	**Espera-se que o aluno**: ·Realize leitura compreensiva do texto com vista a prever o conteúdo temático, bem como a ideia principal do texto através da observação das propriedades estilísticas do gênero (recursos como elementos gráficos, mapas, fotos,

·Intencionalidade do texto;
·Situacionalidade do texto;
·Papel do locutor e interlocutor;
·Conhecimento de mundo;
·Temporalidade;
·Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto:
·Intertextualidade;
·Léxico: repetição, conotação, denotação, polissemia;
·Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito);
·Partículas conectivas básicas do texto;
·Elementos textuais: levantamento lexical de palavras italicizadas, negritadas, sublinhadas, números, substantivos próprios;
·Interpretação da rede de relações semânticas existentes entre itens lexicais recorrentes no título, subtítulo, legendas e textos.

leitura em três etapas:
- pré-leitura (ativar conhecimentos prévios, discutir questões referentes a temática, construir hipóteses e antecipar elementos do texto, antes mesmo da leitura);
- leitura (comprovar ou desconsiderar as hipóteses anteriormente construídas);
- pós-leitura (explorar as habilidades de compreensão e expressão oral e escrita objetivando a atribuição e construção de sentidos com o texto);
·Formular questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
·Encaminhar as discussões sobre: tema, intenções, finalidade, intertextualidade;
·Utilizar de textos verbais diversos que dialoguem com textos não-verbais, como: gráficos, fotos, imagens, mapas;
·Relacionar o tema com o contexto cultural do aluno e o contexto atual;
·Demonstrar o aparecimento dos modos e tempos verbais mais comuns em detabelas);
·Localize informações explícitas e implícitas no texto;
·Deduza os sentidos das palavras e/ou expressões a partir do contexto;
·Perceba o ambiente (suporte) no qual circula o gênero textual;
·Reconheça diversos participantes de um texto (quem escreve, a quem se destina, outos participantes);
·Estabeleça o correspondente em língua materna de palavras ou expressões a partir do texto;
·Analise as intenções do autor;
·Infira relações intertextuais;
·Faça o reconhecimento de palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual;
·Amplie seu léxico, bem como as estruturas da língua (aspectos gramaticais) e elementos culturais.

	terminados gêneros textuais; ·Estimular leituras que suscitem no reconhecimento das propriedades próprias de diferentes gêneros: - temáticas (o que é dito nesses gêneros); - estilísticas (o registro das marcas enunciativas do produtor e os recursos linguísticos); - composicionais (a organização, as características e a sequência tipológica).	
PRÁTICA DISCURSIVA: Escrita	**ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA**	**AVALIAÇÃO**
Fatores de textualidade centradas no leitor: ·Tema do texto; ·Conteúdo temático do texto; ·Elementos composicionais do gênero; ·Propriedades estilísticas do gênero; ·Aceitabilidade do texto; ·Finalidade do texto; ·Informatividade do texto; ·Intencionalidade do texto; ·Situacionalidade do texto; ·Papel do locutor e interlocutor; ·Conhecimento de mundo; ·Temporalidade;	·Planejar a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade; ·Estimular a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto; ·Acompanhar a produção do texto; ·Encaminhar e acompanhar a re-escrita textual: revisão dos argumentos (ideias), dos elementos que compõem o gênero; · Analisar a produção textual quanto à coerência e	**Espera-se que o aluno**: ·Expresse as ideias com clareza; ·Elabore e re-elabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo: -às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade); -à continuidade temática; ·Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; ·Use recursos textuais

·Referência textual. **Fatores de textualidade centradas no texto**: ·Intertextualidade; ·Partículas conectivas básicas do texto; ·Vozes do discurso: direto e indireto; ·Léxico: emprego de repetições, conotação, denotação, polissemia, formação das palavras, figuras de linguagem; ·Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explicitas; ·Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de Planejar a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade; ·Estimular a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto; ·Acompanhar a produção do texto; ·Encaminhar e acompanhar a re-escrita textual: revisão dos argumentos (ideias), dos elementos que compõem o gênero; · Analisar a produção textual	coesão, continuidade temática, à finalidade, adequação da linguagem ao contexto; ·Conduzir à reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. ·Oportunizar o uso adequado de palavras e expressões para estabelecer a referência textual; ·Conduzir a utilização adequada das partículas conectivas básicas; ·Estimular as produções nos diferentes gêneros trabalhados.	como: coesão e coerência, informatividade, etc; ·Utilize adequadamente recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, adjetivo, advérbio, etc.; ·Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, em conformidade com o gênero proposto; ·Use apropriadamente elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos atrelados aos gêneros trabalhados; ·Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual; ·Defina fatores de contextualização para o texto (elementos gráficos, temporais).

quanto à coerência e coesão, continuidade temática, à finalidade, adequação da linguagem ao contexto;
·Conduzir à reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.
·Oportunilinguagem, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
·Acentuação gráfica;
·Ortografia;
·Concordância verbal e nominal.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A metodologia referente à disciplina de Língua Estrangeira Moderna, está pautada na seguinte afirmação de que, O trabalho com a Língua Estrangeira em sala de aula parte do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso à informação: as línguas estrangeiras são possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados (DCE, 2008, p. 63).

Dessa forma, os procedimentos teórico-metodológicos possibilitarão atender as necessidades do aluno enfatizando em demasia os aspectos e as experiências cotidianas.

Logo, "*o ponto de partida da aula de Língua Estrangeira Moderna será o texto, verbal e não verbal, como unidade de linguagem em uso*" (DCE, 2008, p. 63), bem como afirma Marcuschi (2003, p. 22), de que "*é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto".* Portanto, a principal ferramenta de ensino é justamente a funcionalidade de língua de estudo na qual o aluno é conduzido a

vivenciar situações concretas (reais) de fala e escrita e a desempenhar funções lingüísticas a partir do uso de textos.

Assim, as práticas do ensino de LEM estarão subsidiadas pela apropriação dos,

> vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si (DCE, 2008, p. 61).

Observa-se que os estabelecimentos de ensino sempre utilizaram textos para o desenvolvimento de atividades de compreensão leitora e produção escrita. No entanto, o que se abordava a partir do uso desses textos eram os aspectos gramaticais visando os elementos puramente estruturais da língua, isto é, concebendo-a como código e desconsiderando-a enquanto discurso.

Ao utilizar-se dos diferentes gêneros textuais com fins educacionais, obtêm-se textos muitas vezes elaborados para atender determinadas necessidades da sala de aula como a exploração de algum aspecto gramatical, por exemplo.

Com relação a “escolarização dos gêneros”, Kleiman (1998) refere-se ao fato de que ao “escolarizar” esses gêneros, certamente servirão de pretexto para o ensino do código da língua sem atrelar-se aos aspectos discursivos como a definição do gêneros, bem como as práticas discursivas pertinentes a este: oralidade, leitura e escrita.

No que se refere a didatização de gêneros textuais, Woginski (2008, p. 63), reitera que;

> devemos lembra, de que o uso e o manejo de um gênero textual, qualquer que seja ele**, deve provocar no aluno a curiosidade e a busca pela expressão, atribuição e (re)construção de sentidos com os textos.** [grifo do autor]

O ensino de LEM deverá abordar também as questões relacionadas às Literaturas de Línguas Estrangeiras, pois os textos literários são materiais muito

ricos não se limitando a aspectos estruturais da língua, bem como estes textos literários divulgam, aproximam e valorizam a cultura de um povo.

Sobre a questão do potencial didático dos gêneros textuais do domínio literário, observa que;

> a literatura é um meio ideal para desenvolver a consciência e a apreciação do uso da linguagem em suas diferentes manifestações, já que aquela apresenta a linguagem em um contexto autêntico, em registros e dialetos variados, dentro de um marco social (MCKAY, 1982 apud WOGINSKI (2004,s/ p.).

As DCE (2008, p. 67) demonstram que “ao apresentar textos literários aos alunos, devem-se propor atividades que colaborem para que ele analise os textos e os perceba como prática social de uma sociedade em um determinado contexto sociocultural.”

É fundamental que a aprendizagem de LEM a partir dos gêneros textuais se desenvolva em três etapas:

a) **etapa de pré-leitura**, na qual pretende-se ativar os conhecimentos prévios do aluno, bem como discutir questões referentes à temática, construir hipóteses e antecipar elementos do texto que poderão ser tratados a partir do texto, antes mesmo da leitura;

b) **etapa de leitura**, na qual pretende-se comprovar ou desconsiderar as hipóteses anteriormente apresentadas;

c) **etapa de pós-leitura**, na qual pretende-se explorar a compreensão de leitura e expressão escrita, bem como “novas leituras” e atividades que explorem a compreensão e expressão oral e a elaboração de atividades variadas, não necessariamente ligadas aos elementos gramaticais.

Por último, salienta-se que na aula de Língua Estrangeira Moderna o aspecto cultural deverá caracterizar-se como prática e hábito no processo de aquisição de uma LEM, pois segundo Giovannini (1996) citado por Woginski (2004, s/p), “*uma língua desvinculada de sua cultura converte-se em um instrumento estéril e carente de significados*.” Portanto, ensinar os elementos culturais que regem uma língua e esses articulados aos próprios elementos lingüísticos dessa língua

favorecem além da aquisição, também a aquisição do modo de viver daqueles que a falam.

AVALIAÇÃO

Na língua estrangeira moderna, o ato avaliativo deve ser contínuo, formativo, qualitativo e cumulativo, pois o ensino desta ocorre em processo linear que exige o entendimento de cada uma das partes, demonstrando desta forma que é possível interagir em padrões culturais diferentes com base em sua própria língua.

A avaliação do rendimento escolar será ampla e continua no sentido de revelar o aproveitamento e o grau de desenvolvimento atingido pelo aluno, bem como, de proceder à apuração para fins de aprovação:

a) proporcionar ao aluno a possibilidade de fazer uma síntese das experiências educacionais vivenciadas;

b) possibilitar através de registro de dados, controle e a identificação das dificuldades e deficiências do aluno no processo de aprendizagem.

Na apuração do rendimento escolar levar-se-á em conta as diversas formas de avaliação. A avaliação será constante, tendo um caráter de diagnóstico das dificuldades e de assessoramento da superação das mesmas e deverá abranger:

Avaliação de Aprendizagem Escrita – com referência aos conteúdos básicos da disciplina de LEM;

Avaliação de Aprendizagem Oral – conhecimento da forma *estândard* da língua de estudo, bem como o conhecimento e a valorização das variantes linguísticas (escolhas, estilos, criatividade e variação da língua) a partir dos conteúdos básicos da disciplina de LEM;

Atividades Avaliativas – trabalhos escritos e/ou orais desenvolvidos individualmente e/ou em grupos como recurso para fixação dos conteúdos básicos da disciplina de LEM;

Atividades Extraclasse – trabalhos de pesquisa, exercícios de caráter prático, materiais de apoio e projetos interculturais resultantes dos conteúdos básicos da disciplina der LEM, objetivando a complementação dos estudos da língua-alvo e de acordo como o Plano de Trabalho Docente.

Ao final das avaliações de aprendizagem (escrita e oral), bem como das atividades e das atividades extraclasse de cada (bimestre, trimestre ou semestre, de acordo com o Projeto Político Pedagógico) será atribuída uma média (bimestre, trimestre ou semestral) e posteriormente, uma média anual a cada aluno.

Conforme a Instrução Normativa nº 019/2008 de 31 de outubro de 2008,

> A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). (...) 6.16 Os alunos do CELEM que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vígula zero) serão considerados aprovados ao final do ano letivo (SUED/SEED, 2008, p. 5)

Salienta-se que ao estabelecer critérios para a avaliação,

> a seleção de conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação possibilita aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento (DCE, 2008, p. 33)

Por fim, de acordo com as DCE (2008, p. 32), "*os instrumentos de avaliação devem ser pensados e definidos de acordo com as possibilidades teórico-metodológicas que oferecem para avaliar os critérios estabelecidos*".

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

LEITURA

- Espera-se que o aluno em uma compreensão de textos, localize as informações explícitas e implícitas no texto;
- amplie seu léxico.
- deduza os sentidos das palavras ou expressões a partir dos contextos trabalhados.
- tenha um posicionamento argumentativo e crítico.

- amplie o horizonte de expectativas;

ORALIDADE

- utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/informal);
- apresente ideia com clareza;
- compreenda o argumento no discurso do outro;
- organize a sequência da fala;
- participe ativamente em diálogos, relatos, discursos, quando necessário em língua materna;

ESCRITA

- expresse as ideias com clareza;
- utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação e conectores textuais.
- elabore textos atendendo as situações de produção proposta (gênero, interlocutor, pontuação, finalidade do texto).
- diferencie o contexto de uso linguagem formal e informal;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. Os Gêneros do discurso. In _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1952. P. 279-326.

BAZERMAN, C.; DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. **Gêneros Textuais, Tipificação e Interação.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006. 165 p. (Tradução e Adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel)

CORACINI, M. J. F. (org.) **O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira**. Campinas (SP): Pontes, 1995, p. 141.

CRISTOVÃO, V. L.; NASCIMENTO, E. L. (orgs.) **Gêneros Textuais: Teoria e Prática**. Londrina: Moriá, 2004. P. 191.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. **Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento**. In: DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas (SP): Mercado das Letras, 2004. p. 95-128. (Tradução de Roxane Helena Rodrigues Rojo e Glaís Sales Cordeiro).

FERRO, J.; BERGMANN, J. C. F. Língua Estrangeira: leitura e escrita – avaliação de materiais didáticos. In: _____. **Produção e avaliação de materiais didáticos em língua materna e estrangeira.** Curitiba (PR): Ibpex, 2008. Cap. 4. P. 69-84.

_____. Língua estrangeira: leitura e escrita – produção de materiais didáticos. In: _____. **Produção e avaliação de materiais didáticos em língua materna e estrangeira**. Curitiba (PR): Ibpex, 2008. Cp. 5, p. 87 – 1-7.

FOUCAMBERT, J. **Modos de ser leitor: aprendizagem e ensino da leitura no ensino fundamental**. Curitiba (PR): Editora UFPR, 2008. P. 170. (Tradução de Lúcia Peixoto Cherem e Suzete P. Bornatto).

GAYDECZKA, B. as pesquisas a respeito de gêneros discursivos no Brasil e suas aplicações ao ensino. In: KASWOSKI, A; VAZ BONI, V. de F. C. (orgs). **Tendências Contemporâneas no ensino de línguas**. União da Vitória (PR): Kaygangue, 2006. P. 84-103.

GUIMARÃES, A. M. de M..; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (orgs) **O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas**. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2007 p.288.

KARWOSKI, A.; GAYDECZKA, B.; BRITO, H. S. (orgs.) **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. 2 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Cucerna, 2006 p. 185.
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009. P. 220.

_____. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** E. Ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 216.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 124.

LOPES-ROSSI, M. A. G. **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**, In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (orgs.) Gêneros textuais: reflexões e ensino. 2. Ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 73-84.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.) **Gêneros Textuais & Ensino**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003 p. 19-36.

_____. Oralidade e o Ensino de Língua: uma questão pouco "Falada". In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **O Livro didático de português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001 Cap. 1. p. 19-32.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Língua Estrangeira Moderna. Curitiba, 2008. P. 88. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/arquivos/File/diretrizes_2009/Iem.pdf acesso em: 01 fev. 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Instrução Normativa nº 019/2008. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2008. P.22.Disponívelem: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/arquivos/File/Instrucao_019_CELEM.pdf> acesso em: 01 fev. 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Resolução nº3904/2008**. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2008. p. 22.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Livro Didático Público. Língua Estrangeira Moderna: Espanhol e Inglês**. 2. Ed. Curitiba: SEED-PR, 2006. P. 22.

WOGINSKI, G. R. Gêneros Textuais e didatização de gêneros: reflexões sobre as dimensões das propostas didáticas no ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. In: **Anais.** 8º Encontro de Iniciação Científica e 8ª Mostra de Pós-Graduação. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIUV). União da Vitória (PR): Meio magnético (CD-ROOM), 2008 p. 56-66.